

POLÍTICAS PÚBLICAS E POVOS INDÍGENAS

Contribuições a partir do Fórum Nacional
de Esporte e Lazer para os
Povos Indígenas do Brasil

Beleni Saléte Grandó
Vilma Aparecida de Pinho
Neide da Silva Campos
(Organizadoras)



EdUFMT

Sustentável
cultura



Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor

João Carlos de Souza Maia

Coordenadora da Editora Universitária

Lúcia Helena Ventrúsculo Possari



Conselho Editorial

Presidente

Lúcia Helena Ventrúsculo Possari (*IL*)

Membros

Ademar de Lima Carvalho (*UFMT Rondonópolis*)

Antônio Dinis Ferreira (*ESAC – IPC – Portugal*)

Ana Carrilho Romero (*FEF*)

Andréa Ferraz Fernandez (*IL*)

Eduardo Beraldo de Moraes (*FAET*)

Giuvano Ebling Brondani (*ICET*)

Janaina Januário da Silva (*FAMEVZ*)

Lucyomar França Neto (*Discente - FD*)

Maria Cristina Theobaldo (*ICHS*)

María Eugenia Borsani (*CEAPEDI – Argentina*)

Maria Santíssima de Lima (*Técnica – SECOMM*)

Maria Thereza de Oliveira Azevedo (*IL*)

Marina Atanaka dos Santos (*ISC*)

Marliton Rocha Barreto (*UFMT - Sinop*)

Maurício Godoy (*IF*)

Michèle Sato (*IE*)

Roberto Apolonio (*FAET*)

Solange Maria Bonaldo (*UFMT – Sinop*)

Yuji Gushiken (*IL*)

Beleni Saléte Grando
Vilma Aparecida de Pinho
Neide da Silva Campos
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS E POVOS INDÍGENAS

contribuições a partir do Fórum Nacional
de Esporte e Lazer para os Povos
Indígenas do Brasil



Cuiabá-MT
2016

© Beleni Saléte Grando, Vilma Aparecida de Pinho, Neide da Silva Campos (Organizadoras), EdUFMT, Editora Sustentável, 2016.
A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.
A EdUFMT segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.
A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.
Os organizadores e autores desta publicação são os responsáveis por seus conteúdos e imagens.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Elizabete Luciano/CRB1-2103

P766 Grando, Saléte Beleni; Pinho, Vilma Aparecida de; Campos, Neide da Silva (organizadoras).

Políticas Públicas e Povos Indígenas: contribuições a partir do Fórum nacional de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil./ Cuiabá: Editora Sustentável/EdUFMT, 2016. 272p.

ISBN 978-85-327-0592-1 (EdUFMT)
ISBN 978-85-67770-13-0 (Editora Sustentável)

1.Povos Indígenas. 2.Políticas, Esporte e Lazer. 3.FOPPELIN.

CDU: 572

EdUFMT

Av. Fernando Corrêa da Costa,
n. 2.367 – Boa Esperança
Cuiabá/MT – CEP: 78060-900
Homepage: <<http://www.ufmt.br/edufmt/>>
Email: <edufmt@hotmail.com>
Fone: (65) 3615-8322 / Fax: (65) 3615-8325

Editora Sustentável

www.editorasustentavel.com.br
editorasustentavel@gmail.com
Fone: (65) 99977-0835



Coordenação

Beleni Saléte Grando
Vilma Aparecida de Pinho
Neide da Silva Campos

Autores

Adma Cristhina Salles de Oliveira
Adriane Aparecida de Freitas Silva
André Henrique Chababerry Capi
Andréa Nascimento Ewerton
Arthur José Medeiros de Almeida
Beleni Saléte Grando
Débora Carla Silva Nascimento
Francilene de Aguiar Parente
Gersem Luciano Baniwa
Jonathan Stroher
Jorge Carvalho França
José Alfredo Oliveira Debortoli
José Ivan de Aquino

José Roberto Gnecco
Khellen Cristina Pires Correia Soares
Luiz Augusto Passos
Maria Aparecida Rezende
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Marina Vinha
Renata Marien Knupp Medeiros
Ronaldo do Nascimento
Severíá Maria Idioríê Xavante
Tadeu João Ribeiro Baptista
Valdeci Silva Mendes
Veronice Lovato Rossato
Vilma Aparecida de Pinho

Ficha técnica

Editor: Téo de Miranda

Supervisão Técnica: Janaina Januário da Silva, EdUFMT

Revisão Textual: Maria das Graças Martins da Silva

Projeto gráfico, editoração e finalização: Editora Sustentável

Capa: Téo de Miranda, a partir da obra “O Índio” de Claudyo Casares

Aberturas de capítulo: detalhes da obra “O Índio” de Claudyo Casares



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



Prefácio

Com grata satisfação recebi o convite para fazer o prefácio do livro organizado pelas professoras Beleni Grando, Vilma Pinho e Neide Campos, parceiras na trajetória acadêmica, em razão de afinidades político-ideológicas e, notadamente, de reflexões científicas. Aproxima-nos, nossos sujeitos de pesquisa, nossas perspectivas metodológicas, nossos modos de fazer pesquisa, isto é, nossas itinerâncias no *ver*, *ouvir* e *escrever* acerca dos sentidos e significados dos achados que o campo – lócus de investigação – nos apresenta, desde o primeiro momento, quando nos preparamos para lá chegar.

Entendo a arte de pesquisar como uma experiência que envolve os sujeitos por meio de suas corporeidades, fazendo-os experienciar o dito, mas também o não-dito, os silêncios, as presenças, as ausências, as expressividades, as ocultações, pois fazer pesquisa é, sobretudo, estar lá, como diriam os antropólogos, o que para nós sociólogos significa o mesmo que dizer, é o estar, pois estamos aqui na sociedade que problematizamos e investigamos de modo histórico, contextual e por que não dizer, conjuntural.

Imbuída dessa compreensão, em um momento histórico bastante conturbado, passo a “deambular” – aproveitando um termo cunhado pelo Prof. José Machado Pais, ao tratar da constituição da sociologia do cotidiano – sobre a obra “Políticas públicas e povos indígenas: contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os povos indígenas do Brasil”, que consiste numa experiência de trabalho coletivo que agrega em seu escopo 26 pesquisadores de diversas instituições brasileiras, todos eles provocados em seu pensar científico pela temática dos povos indígenas brasileiros, destacando-se dentre eles um pesquisador que problematiza sua própria realidade indígena.

Perseverando no caminho metodológico, diria que meu itinerário se inicia pela temática, objeto do estudo, a saber: políticas públicas e povos indígenas. O que dizer destas duas temáticas? Começarei propositalmente pelos povos indígenas como forma de justificar a importância da primeira, políticas públicas. No Brasil, assim como em toda América hispânica e em outras sociedades como a norte-americana, os povos indígenas foram usurpados e expropriados de seus territórios, modos de vida, em grande medida de sua relação singularizada com a natureza, houve, por assim dizer, um deslocamento para dentro no sentido de uma interiorização da relação corpo-natureza do ponto de vista do território numa dimensão geoespacial, mas também pessoal ou intersubjetiva, por meio da sonegação de direitos humanitários a estes povos.

Como sabemos, como imposição de um processo civilizatório avassalador, adotou-se em toda América, com ênfase, na do sul, uma colonização de modelo controverso e de exploração, que dizimou as populações nativas, chegando-se no século XXI com poucas etnias sobreviventes, interiorizadas e, assinala-se, inviabilizadas pela sociedade dominante e hegemônica, também chamada de “civilizada”. O termo propositadamente posto entre aspas tem a intenção de problematizar as bases desse modelo civilizacional. Aqui, portanto, emerge a nossa segunda temática, que além de oportuna é provocativa. Como as políticas públicas são provocadas a planejar programas, projetos e ações frente a este contexto de inviabilização e de negação de direitos dos povos indígenas?

Se de um lado, o processo de colonização durou e perdura por pouco mais do que 5 séculos; de outro, novos processos de colonização se implantam e ajudam a aprofundar as injustiças sociais numa sociedade marcada por intensas disputas que se estabelecem entre classes e interesses. Ora, fazer política neste contexto, é, notadamente, assumir posições e tomar ciência da condição de exclusão social e negação de direitos das populações indígenas no Brasil. É, portanto, buscar instrumentos plausíveis para o enfrentamento de um quadro demarcado por injustiças sociais, com exclusões que perpassam direitos humanitários, mas também direitos sociais, como o esporte e o lazer, constitucionalmente assegurados em nossa Carta Magna de 1988.

Este livro apresenta-nos uma forma de agir político que vai ao encontro do enfrentamento desse processo de negação e exclusão dos nossos povos indígenas, partindo-se da premissa de que as políticas públicas no setor do esporte e lazer também devem prezar pela interculturalidade, com respeito à diversidade étnica, de opiniões, visando à justiça social. Com efeito, o livro problematiza a construção das políticas por meio do Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN; bem como suas práticas corporais em contextos específicos. Convida-nos a pensar nossas práticas, problematizá-las, inclusive, fazendo-nos refletir o sentido do ser “civilizado”; “intelectual”; “hegemônico”; enfim, pondo nossas práticas, até mesmo, as de pesquisadores e professores-formadores na “roda” para ser discutida. É neste “fazer pesquisa” que acredito.

Em itinerância, 5 de agosto de 2016.

Dulce Filgueira de Almeida

Sumário

Apresentação	9
Fórum de Políticas Públicas para Esporte e Lazer no contexto dos Povos Indígenas do Brasil.....	23
I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN	25
Beleni Saléte Grandó	
Arthur José Medeiros de Almeida	
O Foppelin na perspectiva da CGPEIN: uma ação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte para os Povos Indígenas	63
Rivelino Pereira de Souza – Macuxi	
Andrea Nascimento Ewerton	
Beleni Saléte Grandó	
Populações Indígenas – direito ao esporte e ao lazer	75
Jorge Carvalho França	
Andréa Nascimento Ewerton	
Débora Carla Silva Nascimento	
José Ivan de Aquino	
FOPPELIN: análise e contribuições para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer	81
Khellen Cristina Pires Correia Soares	
André Henrique Chabariberry Capi	
José Alfredo Oliveira Debortoli	
Diagnósticos e possibilidades para Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas	97
Descolonizando Práticas e Mentes Indígenas: contribuições do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas	99
Gersem José dos Santos Luciano	
Diagnóstico Sócioantropológico do FOPPELIN: uma Perspectiva a partir dos participantes do Pará	115
Vilma Aparecida de Pinho	
Francilene de Aguiar Parente	

O que dizem os Povos Indígenas sobre as práticas corporais de Esporte e Lazer?.....	133
Beleni Saléte Grandó	
Arthur José Medeiros de Almeida	
Jonathan Stroher	
Vilma Aparecida de Pinho	
Valdeson Paula Portela	
O futebol como jogo interétnico do Povo Munduruku em Juara-MT... 145	
Ronaldo do Nascimento	
Beleni Saléte Grandó	
Diagnóstico do atendimento à saúde nos XII Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá-MT	171
Adriane Aparecida de Freitas Silva	
Renata Marien Knupp Medeiros	
Valdeci Silva Mendes	
Beleni Saléte Grandó	
O Esporte e o Lazer para os Povos Indígenas: contribuições teóricas e epistemológicas para as Políticas Públicas (Interculturais).....	191
FOPPELIN: onde a diversidade joga, vive e ensina	193
Luiz Augusto Passos	
Maria Aparecida Rezende	
Adma Cristhina Salles de Oliveira	
Perspectivas da Política de Esporte e Lazer para os Indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso Do Sul – reflexões a partir do componente curricular ‘Estudos do Lazer’	213
Marina Vinha	
Veronice Lovato Rossato	
Maria Beatriz Rocha Ferreira	
Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN: diálogos com a questão do corpo e da saúde	231
Tadeu João Ribeiro Baptista	
Esporte de Rendimento nos Povos Indígenas	243
José Roberto Gnecco	
Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e o processo de construção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas no I FOPPELIN	255
Severía Maria Idioriê Xavante	
Sobre os autores	265

Apresentação

Políticas públicas para povos indígenas apresentam uma característica comum que é a de serem sempre invasivas ou interventivas. [...] O diálogo, a participação e o protagonismo indígena podem ampliar os aspectos positivos das mudanças e dos impactos produzidos pelas políticas públicas e diminuir os prováveis impactos negativos, desfavoráveis aos direitos e interesses coletivos indígenas. (BANIWA, 2016).

Para compreender como se processam as relações entre as políticas públicas e os seus impactos na vida dos povos indígenas, conceitos como educação, saúde, esporte e lazer, entre outros, devem ser problematizados a partir das formas de viver pretendidas por cada povo, em cada comunidade ou aldeia. Essas formas de viver buscam um equilíbrio entre as cosmologias de cada povo e as demandas históricas provocadas pelas relações com outros grupos humanos, como os não indígenas com os quais convivem.

Este equilíbrio e harmonia do universo é denominado pelos povos indígenas andinos de Bem Viver, que não pode ser medido, mas, sentido, vivenciado, celebrado e reverenciado. Na filosofia andina do Bem Viver, o corpo é transcendente, assim como o espírito é imanente, no sentido de que são capacidades e espacialidades naturais dos seres do universo, com as mesmas possibilidades e potencialidades. As pinturas corporais carregam esta simbologia transcendental, na medida em que por meio delas participam da beleza estética e espiritual do Grande Universo. (BANIWA, 2016).

A partir dessa compreensão, na obra que se apresenta, autoras e autores buscam tecer diálogos entre sentidos e significados diferentes sobre os conceitos de esporte e lazer, considerando que, na atualidade, o esporte, além de ser um dos fenômenos da cultura contemporânea, é uma demanda dos povos indígenas, especialmente presente em eventos e práticas sociais que marcam as relações com outros grupos indígenas e não indígenas.



Nesta obra, as políticas públicas são articuladas a concepções que se diferem muito das que orientam as perspectivas da vida saudável preconizada pelos conceitos de esporte e lazer da sociedade ocidental capitalista. Para os povos indígenas, “Saúde [...] é um bem da natureza. Assim, [...] depende da saúde da natureza, enquanto relação harmoniosa entre todos os seres.” (BANIWA, 2016).

Inicialmente, cabe destacar que as práticas sociais que marcam e expressam no corpo as relações sociais cotidianas e históricas vivenciadas pelos grupos humanos são compreendidas como práticas corporais e, como tal, se fazem no interior de representações, principalmente de ideias que organizam os modos de vida, tanto de sociedades ocidentais como plurais (indígenas).

A compreensão dos modos de operacionalização dos pensamentos e ideias de maneira a construir novos espaços e diálogos hegemônicos de grupos subalternizados na história se pauta nas relações e interações, as quais colocam em jogo a cultura ocidental, qual seja, a visão de mundo e de sociedade pela noção pragmática, dualista, competitiva e individualista, construída historicamente a partir de um saber/poder profundamente marcado pelo capitalismo e pelo racismo. A contestação, por vezes sutil, mas enfática, se dá pelas vozes de sujeitos, os quais, por suas diferenças, se constituem em coletividade, identidades, etnoterritorialidades e fazem entrar em cena paradigmas interpretativos que interrogam, inclusive, as ciências sociais e humanas, na atualidade.

Uma ação relevante que expressa esse movimento de contestação epistemológica e outra lógica de construção coletiva e propositiva foi a realização do I Fórum Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN, em abril de 2015. Esse espaço, construído de forma intercultural e interétnica (por que não epistemologicamente decolonial?) preconizou o diálogo pautado em práticas educativas voltadas a promover uma educação intercultural como metodologia que impregnasse todos os atores sociais envolvidos: gestores públicos, intelectuais, representantes e lideranças indígenas, representantes e lideranças políticas, estudantes, mulheres, homens, anciões e jovens de diferentes contextos socioculturais e econômicos, como vozes de direitos iguais na expressão máxima da diferença.

Essa perspectiva parte da compreensão de que, no sentido da educação intercultural, o processo de formulação da Política Pública decorre de diferentes olhares que se educam e se reinventam na construção de si

e nas ações do Estado. As inventividades humanas que se manifestam nas ações do Estado se organizam a partir das interações que constituem estratégias políticas que buscam fazer as transições entre as ideias e as práticas na concretização dos direitos ao Esporte e ao Lazer de maneira diferenciada, porque igual no direito, mas diferente no reconhecimento das especificidades das culturas representadas na mobilização e organização que representa o FOPPELIN. Ou seja, o direito à igualdade ao acesso ao Esporte e Lazer, como direito social, é, antes e também, o direito ao reconhecimento de que esse seja alcançado na profundidade dos sentidos e significados de cada comunidade e povo indígena do Brasil.

Portanto, o FOPPELIN constitui-se em uma política pública que se vale de uma visão de processos educativos interculturais, pois, como afirma Grando (2007)¹:

Educação Intercultural é um processo tipicamente humano e intencional coerente com a pluralidade, dirigido à otimização do desenvolvimento da habilidade e competências referentes, em primeiro lugar, à diferença, à peculiaridade e à diversidade dos povos, e, em segundo, à própria identidade cultural dos demais e das comunidades, de forma que resulte numa “cultura mestiça ou de sínteses”. (FLEURI apud GRANDO, 2007, p. 16).

A referida perspectiva é a que nesta coletânea buscamos apresentar, trazendo os diálogos estabelecidos no FOPPELIN a partir de uma diversidade de olhares, especialmente na interlocução com os povos indígenas – como reflexões possíveis, compreendidas como modo de produção de pensamentos que preconizam ações de uma perspectiva analítica. Essa, por sua vez, conforme analisa Hall (2006)² nas teorizações de Gramsci, preconiza modos de pensar a realidade a partir de níveis mais abertos e pautados nas análises conjunturais, isto é, não se pauta na compreensão da realidade a partir de um modelo, mas das dimensões relacionais e políticas favorecidas pela compreensão das vivências conflitivas e de relações de poder que permeiam os espaços de construção de novas

1 GRANDO, B. S. **Corpo, Educação e Cultura**: tradições e saberes da cultura mato-grossense. Cáceres/MT: Ed. UNEMAT, 2007.

2 HALL, S. A relevância de Gramsci para o estudo de Raça e Etnicidade. In: Liv Sovik (Org.). **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Tradução: RESENDE A. La. G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO/Brasil, 2003.

formas de ler e interpretar a realidade complexa e contraditória, como é o campo do Esporte e do Lazer na atual sociedade capitalista vivida no Brasil.

Na proposição de apresentar o debate vivenciado e provocado pela realização do FOPPELIN, a coletânea se estrutura em três partes. A primeira apresenta o Fórum de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer, considerando diferentes leituras do que se compreende por políticas públicas para os povos indígenas do Brasil. A segunda parte apresenta diagnósticos e possibilidades para essas políticas, considerando a especificidade do esporte e lazer, com contribuições de diferentes contextos socioculturais e perspectivas dos autores. Por fim, na terceira e última parte da coletânea, os autores possibilitam ao leitor reflexões teórico-epistemológicas que levam à problematização de políticas públicas numa perspectiva da interculturalidade dos conceitos aqui problematizados, o esporte e o lazer. Ou seja, de que esporte e de que lazer tratamos, na medida em que dialogamos com cosmologias e processos históricos tão diferenciados?

Parte I - Fórum de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer

Começamos com a **Parte I** da coletânea, com quatro artigos, que trazem ao debate o processo e as concepções presentes na construção do Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer que busca refletir e propor programas que atendam a complexa realidade dos mais de 300 povos indígenas do Brasil.

No primeiro texto, os autores **Arthur José Medeiros de Almeida e Beleni Saléte Grandó** apresentam dados do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer – FOPPELIN – e do texto que constituiu o Documento Orientador do Fórum, para dar a conhecer aos leitores o processo de construção e as concepções que orientaram tanto a organização quanto os debates do evento realizado em Cuiabá-MT, em março de 2015. Os autores desenvolveram o Projeto Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil na Universidade Federal de Mato Grosso, sob a coordenação de Beleni Saléte Grandó, como uma ação resultante da consultoria à Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas³ – CGPEIN/SNELIS/ME (2014-2015), com o objetivo de definir orientações para a política a ser desenvolvida pelo Governo Federal junto aos povos indígenas.

3 Coordenador responsável pela Pasta e aprovação do Projeto do FOPPELIN, Rivelino Pereira de Souza – Macuxi.

No texto, temos dados relevantes sobre quem foram e quantos atores sociais possibilitaram a realização do FOPPELIN, com quais objetivos e metodologia, com que concepção de esporte e lazer, evidenciando, assim, a política em desenvolvimento em 2014, por meio dos programas apresentados pelas gestoras⁴ do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais, sob a coordenação do Sr. Carlos Geraldo Santana⁵, Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte.

No texto de **Rivelino Pereira de Souza – Macuxi, Andréa Nascimento Ewerton, Beleni Saléte Grando e Arthur José Medeiros de Almeida**, os autores expressam o diálogo entre a gestão das políticas de esporte e lazer e a visão dos pesquisadores das práticas corporais indígenas que viabilizou a realização do FOPPELIN. Ou seja, os autores discorrem sobre o processo que deflagrou a parceria entre o Ministério do Esporte e a Universidade Federal de Mato Grosso, partindo de referenciais que orientaram o Documento Base e o debate iniciado em janeiro de 2015, com o Encontro de Mediadores. O texto traz os atores sociais que garantiram a representação indígena, tanto no processo de organização quanto de realização do FOPPELIN, os critérios adotados, os eixos que definiram a programação e as palestras, os debates nos grupos de trabalhos e seus respectivos sistematizadores. O texto é, assim, um documento relevante para dar a conhecer os protagonistas dessa política pretendida pelos Povos Indígenas, desencadeada por eles no Fórum de Cuiabá.

O capítulo que segue retoma a Carta do I FOPPELIN, que conclui o texto anterior, apresentando-a como uma ação política dos Povos Indígenas voltada à sociedade e aos órgãos governamentais responsáveis pela operacionalização de políticas públicas para suas comunidades. No terceiro texto, os autores **Jorge Carvalho França (Pankará), Andréa Nascimento Ewerton, Débora Carla Silva Nascimento e José Ivan de Aquino**, como gestores públicos do Ministério do Esporte, contribuem apresentando as ações viabilizadas na SNELIS para atender às especificidades das políticas para os povos indígenas. “Jorge Pankará”, Coordenador Geral

4 Andréa Nascimento Ewerton, Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais; Ana Elenara da Silva Pintos, Coordenadora Geral de Estudos e Pesquisa de Esporte e Lazer – CGEPEL/SNELIS; Claudia Bernardo, Coordenadora Geral de Políticas e Programas Intersetoriais – CGIPI/SNELIS.

5 Os nomes dos gestores aqui apresentados são os oficialmente responsáveis pelas ações e que constam no Documento Orientador do FOPPELIN, responsáveis pela SNELIS no período de realização do evento em Cuiabá/MT.

de Políticas Esportivas Indígenas, ao assumir sua função após a realização do FOPPELIN, busca ouvir as demandas e, com uma visão institucional, com os colegas de trabalho, apresenta o processo e as possibilidades para o esporte e lazer demandados pelos indígenas, após o Fórum.

Para finalizar essa I Parte, que apresenta ao leitor o que foi o processo de construção e os resultados do FOPPELIN, trazemos o texto de **Khellen Cristina Pires Correia Soares, André Henrique Chabariberry Capi e José Alfredo Oliveira Debortoli**, que participaram do evento realizado em Cuiabá. O texto se propõe a fazer uma “Análise” do evento, apontando suas “Contribuições para as políticas Públicas de Esporte e Lazer”. Os autores, que participam como intelectuais do campo da Educação Física brasileira e que atuam em programas de formação para fomentar as políticas públicas de esporte e lazer para inclusão social, fazem uma leitura pautada na análise do processo histórico para construção de políticas específicas de esporte e lazer, passando pelas legislações que dão suporte às ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte.

Assim, podemos perceber a perspectiva intersetorial de construção e realização do FOPPELIN, ou seja, como um movimento do Estado, no sentido de buscar junto aos atores sociais entender suas demandas para melhor efetivação das ações. Para os autores, “Buscar entender a realidade indígena por meio das dimensões do lazer e do esporte, observando aspectos que perpassam pelas objetividades e subjetividades das experiências neste campo, nos desafia a confrontar o contemporâneo com o tradicional, o local com o global, o individual com o coletivo e talvez entender que esses processos não são únicos ou estanques e sim que em algum momento são híbridos.” São, a partir dessa leitura, sensíveis ao diálogo com a realidade e com os processos históricos vivenciados por sujeitos concretos, que nos apontam “indagações acerca das relações entre homem, natureza, cultura e territorialidade”, fomentadas pelo debate do FOPPELIN, considerando especialmente a escuta da “diversidade de experiências culturais [...] imbricadas em realidades vividas, encarnadas em lutas cotidianas, que implicam no reconhecimento identitário, na valorização da vida, no direito à saúde, ao Lazer e ao Desenvolvimento social.” Com essa sensibilidade epistemológica, os autores encerram uma análise do I Fórum, contribuindo com nossas formas de ver e perceber as especificidades dos direitos dos povos indígenas do Brasil a partir dos corpos presentes nesse encontro, que ensinou a todos sobre olhar o outro a partir dele, desfocando-se do etnocentrismo dos nossos

conceitos e concepções teóricas, como também sentir e ver o mundo que partilhamos. O FOPPELIN, nessa perspectiva, “se constituiu em um espaço de encontros, diálogos e entendimentos” para além dos conceitos de esporte e lazer, pois esses só fazem sentido aos povos indígenas se estiverem relacionados “com todo o modo de vida indígena.”

Parte II - Diagnósticos e possibilidades para Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas

Na segunda parte da coletânea, os autores e autoras nos levam à leitura crítica das políticas públicas para os povos indígenas, uma vez que fazem leituras a partir das diferentes realidades vividas pelos referidos povos. Nesse sentido, os textos apresentam reflexões – a partir dos movimentos sociais e do protagonismo indígena, suas realidades e suas proposições para responder às demandas atuais – sobre a presença ou não do Estado brasileiro nos direitos e eventos esportivos que os indígenas tiveram acesso.

O primeiro texto, que consideramos belíssimo, é de autoria de um intelectual indígena do povo Baniwa, Prof. Dr. **Gersem Luciano Baniwa**. Nele, o autor expõe com a propriedade de quem vivenciou os movimentos indígenas que garantiram lutas históricas por educação. Trata-se de uma preciosidade nesta obra coletiva, visto que dialoga com as possibilidades de políticas públicas específicas e diferenciadas para os povos indígenas, a partir do FOPPELIN.

Gersem nos traz questões pertinentes para refletir sobre quais “pressupostos e imperativos” são necessários “para se conceber, elaborar e implementar políticas públicas de esporte e lazer aos povos indígenas.” Para isso, dialoga com outra epistemologia a fim de nos evidenciar os sentidos e significados diversos que a perspectiva indígena do Bem Viver pode possibilitar se reconhecermos os povos indígenas como “sujeitos históricos milenares autônomos”, com direitos às “suas autonomias culturais, linguísticas, territoriais e suas epistemologias”; portanto, “cidadãos plenos com direitos específicos e diferenciados”, capazes de assumir o protagonismo das políticas públicas necessárias também para o Esporte e Lazer.

O texto de **Vilma Aparecida de Pinho** e **Francilene de Aguiar Parente** realiza uma análise dos problemas vividos por povos indígenas do estado do Pará a partir do que foi discutido no FOPPELIN e dos estudos realizados no

GEABI/UFPA – Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, que focam o povo *asurini*. Configura-se em um diagnóstico dos povos daquela região e, provavelmente, representa a maioria dos povos indígenas brasileiros, ao apresentar as contradições sociais e os enfrentamentos em face dos grandes empreendimentos do capitalismo, os quais se desenvolvem sob o manto da sociedade e do Estado neoliberal e lesam os direitos da diversidade de povos indígenas. O texto coloca em relevância as memórias compreendidas como evocações de experiências vividas, que podem ser relidas à luz dos encontros e reencontros com os pares ao discutirem as necessidades de políticas públicas que podem e devem ser pensadas a partir dos debates do FOPPELIN. Na verdade, esse diagnóstico revela que não se realizam ações do Estado brasileiro que efetivamente garantam a autonomia e os direitos sociais e fundamentais aos povos que têm o território como fonte fundamental de vida e de identidade.

Caracterizando-se também como um diagnóstico, o texto seguinte, elaborado por **Beleni Saléte Grandó**, **Arthur José Medeiros de Almeida**, **Jonathan Stroher**, **Vilma Aparecida de Pinho** e **Valdeson Paula Portela**, apresenta, sobretudo, a realidade das práticas corporais dos povos indígenas participantes do FOPPELIN. Para a efetivação do diagnóstico, os autores pautam-se no questionário semiestruturado respondido pelos indígenas participantes do Fórum, que possibilitou um panorama geral das práticas corporais de Esporte e Lazer destacadas pelos jogos, brincadeiras, esportes, danças e lutas que constituem a cultura corporal de movimento dos diferentes povos. O texto apresenta, assim, dados quantitativos, bem como evidencia a diversidade de práticas corporais pelos sentidos e significados que representam para cada povo que as praticam, a partir de diferentes condições socioculturais. Dessa forma, conclui que os povos indígenas, de fato, desenvolvem práticas de Esporte e Lazer, todavia, essas práticas se concretizam na mobilização coletiva, sem configurar uma política pública engendrada pelo Estado. Portanto, revela-se a necessidade de políticas públicas de Esporte e Lazer, a fim de fortalecer as atividades já desenvolvidas por eles, que as constituem nas relações interétnicas e com a sociedade mais ampla.

O texto seguinte fecha os desdobramentos do FOPPELIN em um de seus objetivos, qual seja: o de ouvir e dialogar com os povos indígenas sobre as suas realidades e necessidades de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. A pesquisa de **Ronaldo do Nascimento** e **Beleni Saléte Grandó** destaca as práticas corporais do povo Munduruku, que vive na região norte de Mato Grosso, no município de Juara. O futebol, dentre as tantas e ricas práticas corporais do povo, foi destacado pelos autores, ao perceberem a importância

dessa prática em diversas circunstâncias da história do povo e nas relações intra e extraculturais. O futebol (do povo Munduruku) constitui-se em momentos de encontro, trocas, confraternização e celebração, assim como de mediação entre os indígenas e não indígenas, constatação que leva os autores, conclusivamente, a defender a extrema e relevante necessidade das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, devido aos alcances de fortalecimentos culturais e de identidade que o povo mobiliza mediante esse esporte.

Para finalizar essa II Parte da coletânea, as autoras **Adriane Aparecida de Freitas Silva, Renata Marien Knupp Medeiros, Beleni Saléte Grandó** e o autor **Valdeci Silva Mendes** traz um diagnóstico do atendimento à saúde indígena durante um evento esportivo, realizado com o apoio e como política pública voltada ao esporte dos povos indígenas pelo Ministério do Esporte, conforme já citado na I Parte deste livro, a partir de quem acompanha esse atendimento na condição de pesquisador enfermeiro. O evento é a XII edição dos Jogos dos Povos Indígenas, que também se realizou em Cuiabá, em 2013. Os Jogos dos Povos Indígenas é um projeto do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena – ITC, realizado com apoio institucional e financeiro do Ministério do Esporte em parceria com os governos estaduais e municipais onde ocorrem. Nesse texto, os autores apresentam dados sobre as 44 etnias dos 1.146 indígenas participantes das delegações convidadas pelos organizadores. Com essa expressiva diversidade e relevância numérica, a estrutura montada para receber os indígenas é também foco de análise, oferecendo relevantes contribuições para se compreender as relações com a saúde indígena ofertada pelo Estado, pois é ele o responsável por receber e atender os povos indígenas nesse evento, conforme ocorre em outros eventos esportivos, como os jogos estudantis e os jogos da Copa do Mundo, realizados em Cuiabá/MT. Como afirmam os autores, o diagnóstico traz “um conjunto de dados bastante significativo sobre as condições de saúde dos indígenas participantes dos XII JPI”, possibilitando “uma melhor compreensão dos possíveis fatores e causas que possam ter contribuído para o adoecimento dos indígenas, uma vez que a ocorrências dos agravos estiveram direta e/ou indiretamente relacionadas à infraestrutura do evento.”

Com isso, concluímos a parte dos diagnósticos e partimos para a última parte da coletânea, qual seja, a Parte III, que apresenta argumentos teóricos e epistemológicos do Esporte e do Lazer a partir da problematização de conceitos (ocidentais/eurocêtricos) que questionam nossos modos de compreensão face à diversidade sociocultural ameríndia presente no país.

Parte III – O esporte e o Lazer para os Povos Indígenas: contribuições teóricas e epistemológicas para as Políticas Públicas (interculturais)

Na trilha das concepções de Santos (2010)⁶, as quais contestam a primazia da concepção excludente da totalidade desenvolvida pela racionalidade técnica e pseudocientífica da modernidade, que culminou na noção de acumulação do capitalismo e na exploração e expropriação humana, os textos buscam possibilidades de superação dessa lógica, que é destruidora e transgressiva, mas que se sustenta nas sutilezas de uma filosofia que se quer apropriada, única e verdadeira. Alguns aportes teóricos e metodológicos, como os dos Estudos Culturais, têm buscando alternativas de compreensão de mundo, a partir da descolonização do saber/poder. Em complemento às possibilidades dos Estudos Culturais, destacamos na introdução dessa parte da coletânea, a noção de *ecologia de saberes*, desenvolvida pelo pesquisador Boaventura de Souza Santos, que busca alternativas de um bem viver que se contraponha às noções excludentes da totalidade eurocêntrica.

Podemos destacar, em Santos (2010, p. 107), que *a ecologia dos saberes* tem seus princípios na noção de “incompletude de todos os saberes”, sendo “condição da possibilidade de diálogo e debate epistemológico entre diferentes formas de conhecimento.” Essa noção contesta a ideia de unicidade, de monocultura, pois seus princípios se pautam na lógica da reciprocidade e da interdependência implícita nos processos de aprendizagens. Afirma o autor: “A utopia do interconhecimento consiste em apreender novos e estranhos saberes sem necessariamente ter de esquecer os anteriores e próprios. É esta a ideia de prudência que subjaz à ecologia dos saberes.”

No princípio da ecologia dos saberes, o rigor científico tem de ser contestado com a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais, pois todas as práticas sociais são oriundas de saberes e todos os saberes são dignos de entrar no debate com outras epistemológicas, visto que são também conhecimentos oriundos de rigores legitimados, portanto, dignos de respeito. É uma

6 SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3ª Edição – São Paulo: Cortez, 2010.

proposta de usos contra-hegemônicos da ciência moderna, que tem sido a única nomeadamente reconhecida como ciência, conhecimento, que, na verdade, produziu as ausências⁷.

A sociologia das ausências é questionada profundamente pelos autores, que evocam com bastante importância a experiência social. O primeiro artigo desta parte é de **Luiz Augusto Passos, Maria Aparecida Rezende e Adma Cristhina Salles de Oliveira**. Os autores fazem uma reflexão sobre o esporte e o lazer na cultura ocidental capitalista, destacando seus mecanismos de alienar os corpos (as mentes e os espíritos) que se condensam no cotidiano duro de trabalho, sem que possam celebrar a vida, o jogo, o lazer, pois o tempo/espaço da vida é repleto dos ideais do capitalismo, sob a forma da competitividade e do abandono humano (do corpo como o ser humano na sua totalidade/mundo). Nesse sentido, afirmam os autores: “O esporte tem degenerado como mercadoria cuja tática tem sido a desqualificação da nossa cidadania nominal, sem protagonismo!” Sob tal ótica, as possibilidades de uma cidadania ativa são quase nulas e o esporte como mercadoria e ferramenta de manipulação representa uma das facetas do interesse do capital, na qual a desqualificação da cidadania e dos movimentos sociais é inerente às suas noções.

Somos prepotentes, pois nossa lógica é monocultural e oriunda de uma metafísica iluminista. Mas fomos trapaceados por uma racionalidade que nos aparta do mundo da natureza e de outros seres humanos, por isso temos a pretensão de pensar que podemos viver por nós mesmos, que não precisamos de outros. Os sentimentos que prevalecem em nós são o egoísmo e a competitividade. Somos seres da acumulação e buscamos repousar nossa consciência intranquila por negar a convivência com a diversidade, no extermínio de pessoas e grupos inteiros, “naturalizados” como inferiores na classificação feita pelos enciclopedistas europeus e

7 Há cinco modos de produção de não-existência: 1- A primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor do saber. É o modo de produção de não existência mais poderoso; 2- A segunda lógica assenta-se na monocultura do tempo linear, é a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos; 3- A terceira lógica é a lógica da classificação social, que se assenta na “naturalização” da inferioridade da diferença, como as raciais; 4- A quarta lógica da produção da inexistência é a lógica da escala dominante. Na modernidade ocidental, a escala aparece sob duas formas principais: o universal e o global; 5- A quinta lógica de não existência é a lógica produtivista, que se assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Trata-se da desqualificação total de quaisquer outras lógicas de vida que não estejam sustentadas nos ditames da metonímica, ou seja, formas sociais de não existência produzidas ou legitimadas pela monocultura da razão pseudocientífica da modernidade (SANTOS, 2010).

incorporada em nós pelos estereótipos raciais, de sexo, gênero e religião (pois existem cores, sexos e rituais que desenrolam nas relações pela dimensão da exclusão total da “diferença”).

Diante da barbárie da “civilização” eurocêntrica imposta a nós (pelos cânones da ciência), as culturas indígenas, seus modos de viver em relação dialógica consigo, com outros e com a natureza são apontadas como uma possibilidade de nos reinventar diante da vil força de guerra e do desprezível processo de desumanização da diversidade pelo qual passamos. As relações mediadas pelo FOPPELIN possibilitam repensar nossa lógica no encontro com quem sabe viver na ternura, na beleza, na solidariedade e no amor. Assim, os autores concluem a reflexão, expondo que podemos ser “mais” humanos se nos reinventar desde outros lugares/tempo dos saberes e das relações que os povos indígenas se fazem representar aos nossos “olhos” desencantados, enganados, mas soberbos, pois não reconhecem que buscamos, todos nós, de corpo/alma, essa outra lógica.

Ao perceber o lazer como possibilidade de empoderamento quando unido aos valores do povo e às suas identidades cosmológicas, **Marina Vinha, Veronice Lovato Rossato e Maria Beatriz Rocha Ferreira** discutem os sentidos do lazer a partir da compreensão dos Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul. No contexto da formação do Curso Teko Arandu, as autoras explicitam a importância dos significados de *lazer, tempo/espaco, ócio, recreação* a partir da compreensão dos indígenas e nos remetem a epistemologias que expressam sentidos que enriquecem nossa visão de mundo. Ao encerrar o capítulo, destacam a importância da terra, do reconhecimento dos povos indígenas e suas cosmologias. Fundamentando-se em Luciano (2015), o qual enfatiza que o indígena se constrói em valores humanos bastante divergentes dos ocidentais, especialmente pelos sentidos de reciprocidade e interculturalidade, valores caros ao bem viver desse povo, as autoras fornecem elementos que despontam para ricas possibilidades de conhecimentos (e de se humanizar) a partir das culturas indígenas.

O texto de **Tadeu João Ribeiro Baptista** problematiza conceitos como Lazer, Corpo e Saúde a partir de sua percepção (posição assumida como não indígena) e destaca que nossas lentes teóricas são ineficazes para compreender as complexidades que se inscrevem nos modos de vida dos povos indígenas. Ao problematizar a compreensão de lazer na sociedade capitalista, qual seja: momento distinto do trabalho, destaca que os povos indígenas se organizam nas atividades cotidianas sem demarcar essas

manifestações humanas como antagônicas, mas segundo uma lógica outra que engloba as dimensões lúdicas, rituais, espirituais e de produção da vida. O autor destaca que o corpo tem sentido primordial como consciência e espaço do ser e se relaciona na sua integralidade com os sentidos de saúde e da terra (território). Nos leva a refletir sobre a construção moderna de corpo, que nos levou à fragmentação (separação) da natureza e das pessoas, desconstruindo as sensibilidades que demarcavam uma inseparabilidade entre homem/natureza/espiritualidade. Dessa forma, o autor, a partir das culturas indígenas, gera questionamentos sobre nossos modos de vida e a relação com o corpo e a natureza, tendo em vista nossa absurda arrogância ao nos sentirmos desvinculados da natureza.

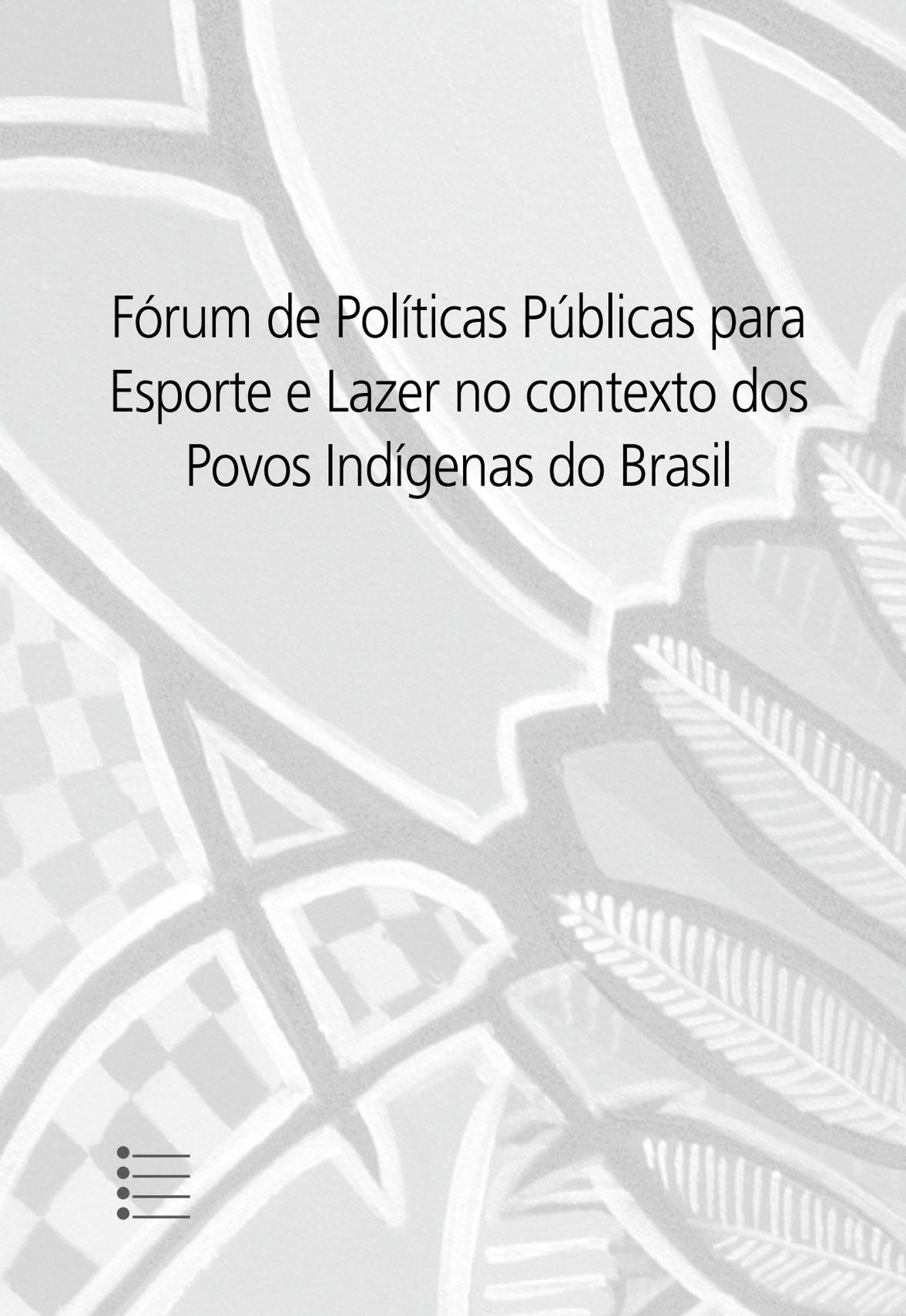
O texto de **José Roberto Gnecco**, ao pensar o esporte de alto rendimento e a importância da participação dos atletas de povos indígenas nessa dimensão da cultura corporal, discute-o como uma instituição regulamentada por ligas, federações e confederações e também por seus aspectos competitivos e de treinamentos, que requer dos atletas condições especiais de preparação e participação. Dessa forma, a fim de democratizar a participação, o autor propõe a criação de uma Entidade Nacional de Administração Esportiva Indígena, a Confederação Brasileira de Desportos Indígenas – CBDI, e também explana os caminhos para captação de recursos para manutenção e apoio aos atletas. Trata-se de um texto propositivo, que busca “espaços” na estrutura do esporte de alto rendimento para participação de grupos indígenas.

Para finalizar a contribuição dos autores e autoras desta coletânea, encerramos com o texto de **Severíá Maria Idioriê Xavante**, que faz uma síntese do que os demais autores se propuseram na presente obra. Inicia com uma contextualização histórica do movimento indígena, seu protagonismo e como uma intelectual indígena que dele participa, igualmente participa do processo de construção de um novo movimento em busca dos direitos ao esporte e ao lazer, sem deixar de atrelar aos demais direitos, o que Gersem Baniwa se refere como o Bem Viver, já citado nesta apresentação. Em seu texto, Severíá dialoga com pesquisadores indígenas, como Gersem e Daniel Munduruku, entre outros, para particularizar sua leitura da realidade, vivida no corpo de pesquisador. Em seu texto, traz a visão de uma indígena que participou do FOPPELIN, como pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT, de todo o processo de construção do Fórum. Além de se referir a passagens históricas do movimento indígena por educação e território,

das quais participou, Severiá explana sobre o Encontro de Mediadores, sobre o grupo de pesquisa que organiza o Fórum e a coleta de dados que esse fez durante o evento a fim de ouvir as vozes dos indígenas a partir das experiências vivenciadas em suas respectivas comunidades. A autora traz dados que são apresentados em momentos sistematizadores do FOPPELIN, assim como reflexões sobre o movimento indígena na atualidade e seu espírito de resiliência frente aos desafios que ainda se impõem a eles, ressaltando que ainda hoje aos povos indígenas do Brasil: “urge a mobilização e articulação em direção à garantia dos direitos que são assegurados à humanidade. Caso contrário, o que se verá é a continuidade da era do genocídio que a esses povos foi imposta.”

Por fim, a coletânea é um tecer de mãos solidárias que garantem a articulação dos saberes e fazeres diversos com epistemologias e corporalidades diversas, que, juntos, possibilitam a leitura crítica da realidade sociocultural indígena no Brasil. São muitas as contribuições desta obra, que se organizou nas três partes antes apresentadas. A primeira parte trouxe as reflexões sobre esse Fórum, contextualizando-o no interior de significados de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Povos Indígenas, com textos que elucidam conceitos e propósitos humanos em torno de sua organização e das ações do Ministério do Esporte, expressas pelos programas e projetos de suas secretarias e gestão. Na segunda parte, a coletânea apresenta um panorama das práticas de Esporte e Lazer de povos indígenas, destacando suas realidades como emergências coletivas de resistência, mas também de necessidades de atuação do Estado. Na terceira e última parte, a coletânea apresenta argumentos teóricos e epistemológicos do Esporte e do Lazer a partir da problematização desses conceitos (ocidentais/eurocêntricos), que questionam nossos modos de compreensão face à diversidade sociocultural ameríndia presente no país. Nessa parte, apresenta-se uma discussão bastante pertinente sobre a importância da língua (linguagem) como modo de expressão da vida, que recebe importância ímpar na continuidade do povo e na construção de política pública de Esporte e Lazer.

Ikuiapá, Território Tradicional do Povo Bororo, março de 2016.



Fórum de Políticas Públicas para Esporte e Lazer no contexto dos Povos Indígenas do Brasil



I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN

Beleni Saléte Grandó

Arthur José Medeiros de Almeida

Introdução

O presente texto visa apresentar o processo de construção coletiva do **I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN**, realizado pelo grupo de pesquisa Corpo, Educação e Cultura – COEDUC, em parceria com o Ministério do Esporte, elaborado e desenvolvido como ação política do Governo Federal junto aos povos indígenas no Brasil.

O evento ocorreu na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, entre os dias 8 e 11 de abril de 2015, por meio do Projeto de Pesquisa e Extensão “Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil”. Como ação governamental, o projeto se constituiu a partir da consultoria de pesquisadores do COEDUC/UFMT à Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/Ministério do Esporte – CGPEIN/SNELIS/ME, cujo gestor era o Senhor Rivelino Pereira de Souza, do Povo Macuxi de Roraima.

Como parceiras/parceiros dessa ação política voltada à construção coletiva de uma agenda que orientasse a Política de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas nos identificamos com os princípios da inclusão e universalização dos direitos sociais pautados na Constituição Brasileira. Esses princípios orientaram nossas ações na pesquisa, no ensino e na extensão, e, portanto, também em nossas produções acadêmicas.

Esse texto é o documento que orientou a organização e realização do I FOPPELIN e, nesse sentido, pautou-se em desconstruir conceitos marcados pelos preconceitos constituídos pelas relações sociais que desqualificaram historicamente as formas coletivas de viver dos povos nativos da América do Sul. Com isso, a proposição para a elaboração do Documento Base para promover o debate com os povos indígenas



pautou-se em dialogar com os conceitos que orientam nossa prática como pesquisadores, mas também como agentes políticos nas relações entre a sociedade brasileira e as “sociedades indígenas”, compreendendos-nos como parceiros do movimento e lutas dos povos indígenas por seus territórios, educações, formas de viver e garantir sustentabilidade, saúde e possibilidades de inserção social, entre essas, os esportes e o lazer.

No total, 307 pessoas participaram desse processo, além dos indígenas que em alguns momentos do evento realizaram apresentações culturais. O evento fundamentou-se em: (1) avaliar os programas do Ministério do Esporte em desenvolvimento; (2) estabelecer relações com setores que viabilizam políticas indígenas e indigenistas; (3) e elaborar propostas para orientar as Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas, apresentadas na plenária final do I FOPPELIN, concluído no dia 11 de abril de 2015.

Os indígenas foram representados pelos intelectuais¹ e lideranças indígenas que conosco organizaram encontro de Mediadores – primeira etapa do I FOPPELIN, participando da construção de propostas de programação, palestras, mediações, coordenação de trabalhos e representações de organizações indígenas e de comunidades/aldeias que participariam do evento. No evento, participaram 219 indígenas brasileiros de 139 etnias e, ainda, 74 indígenas que não permaneceram para os debates do Fórum, mas representaram os Bororo, Umutina e Chiquitano, com apresentações culturais indígenas de Mato Grosso. Também participaram desse processo, 88 não indígenas de diversos estados e instituições brasileiras, sendo 48 representantes institucionais convidados e colaboradores, 10 representantes institucionais de Mato Grosso e 30 pessoas entre professores e estudantes universitários que atuaram diretamente na organização do Fórum.

Assim, esse processo expressa a forma pela qual pensamos e organizamos as ações do COEDUC, que se pauta em uma proposta teórico-metodológica baseada na reciprocidade e respeito ao Outro como igual e diferente, por compreendermo-nos Corpos, tecidos histórica e culturalmente nas relações econômicas e de disputas entre diferentes possibilidades de acesso e apropriação dos bens materiais e imateriais que dão sentido à vida individual e coletiva. Essa forma de compreender as

1 Indígenas com formação acadêmica em nível de mestrado e/ou doutorado e que possuem notório reconhecimento por sua contribuição às conquistas dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

relações sociais e a produção de conhecimento da realidade partilhada entre iguais que são tratados de forma desigual e injusta foi o que nos levou a apresentar no Documento Base uma reflexão sobre quem são e como pensamos as relações sociais históricas vividas no Brasil com os povos indígenas, para, a partir disso, nos colocar em diálogo, indígenas e não indígenas, e juntos propor políticas públicas para os povos do Brasil.

Tecendo as redes de sustentação do I FOPPELIN

A organização do I FOPPELIN foi discutida e viabilizada por meio de parceria institucional do COEDUC/UFMT com a CGPEIN/SNELIS/ME e pela composição de uma equipe de Coordenação do I FOPPELIN. A equipe contou com um grupo de 22 lideranças indígenas, que representou os povos e as regiões/estados e foi responsável pela mobilização dos participantes indígenas do Fórum, sete intelectuais indígenas que atuam na educação e/ou participam do movimento indígena nacional por educação e esporte, além de integrantes do COEDUC e do Ministério do Esporte. Essa equipe de coordenação reuniu-se em Brasília no final de janeiro de 2015, a fim de discutir o Documento Base do I FOPPELIN e programar a agenda de trabalho necessária para a realização do Fórum, em abril do mesmo ano.

O **Encontro de Mediadores Indígenas** caracterizou-se como uma etapa preparatória do I FOPPELIN e teve o propósito de mobilizar, organizar grupos de trabalhos e qualificar as discussões dos eixos temáticos. Para tanto, foram convidadas 50 pessoas, entre elas Gestores Públicos dos seguintes órgãos: Ministério do Esporte – ME, Ministério da Justiça – MJ, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Cultura – Minc, e, ainda da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Além desses, participaram a Coordenadora Geral e o Consultor do Fórum, Intelectuais Indígenas, Representantes Indígenas, Equipe de trabalho da UFMT, colaboradores e funcionários do Ministério do Esporte. As instituições participantes do Encontro de Mediadores também foram convidadas a participar do I FOPPELIN, sendo que, nesse último, também se integraram várias organizações e representações indígenas da área de educação, de esporte e de saúde.

Para a realização do Fórum, a Equipe do COEDUC foi ampliada com um grupo de acadêmicos indígenas da UFMT, que atuaram em

parceria com intelectuais indígenas de Mato Grosso para definição das articulações com as organizações indígenas de todo o país. Recorreram, para tal, às lideranças indígenas conhecidas no âmbito dos movimentos sociais em pauta, especialmente na educação e na luta pelos direitos constitucionais de seus territórios, violentamente atacados pela PEC 215 – Projeto de Ementa Constitucional que tramita na Câmara dos Deputados, que chega ao Senado da República com a perspectiva de alteração da legislação acerca da demarcação de Terras Indígenas no Brasil e que conta com a força dos líderes que gerenciam as políticas, por meio das relações partidárias sustentadas pelo agronegócio, e forças econômicas atuais do capitalismo presente em toda a América do Sul.

A organização do I FOPPELIN, portanto, foi uma construção de redes de reconhecimento de atores sociais que, com autonomia, construíram as possibilidades históricas de reunir lideranças indígenas de povos que enfrentam diferentes realidades socioeconômicas e culturais nos estados, nas cidades e nos “campos” – aldeias nem sempre constituídas e consolidadas nessa luta pelo direito à terra no país.

Os 26 estados e o Distrito Federal estavam representados por pessoas identificadas por etnia/povo e por papel social assumido junto à sua comunidade – mulher, liderança, ancião, jovem – todos com indicação de seus pares para representar os povos e os grupos sociais reconhecidos como relevantes para problematizar as políticas públicas de esporte e lazer. Os critérios foram assim definidos com os mediadores indígenas que compuseram a Comissão de Organização do I FOPPELIN: líder político (cacique), líder espiritual (pajé), jovem, mulher, professor, representantes de associações e de movimentos indígenas, agente indígena de saúde e pessoas com necessidades especiais.

Como antes apresentado, no I FOPPELIN o objetivo foi criar espaços de debates coordenados por lideranças indígenas dos 26 estados e do Distrito Federal, a fim de apresentar e discutir as atuais demandas, bem como apresentar proposições de 114 etnias representações estaduais e 24 etnias que representaram organizações indígenas regionais e nacionais, constituindo 219 participantes indígenas nos grupos de trabalho de seus respectivos estados. As lideranças indígenas assumiram a coordenação dos GT, a sistematização e coordenação das propostas apresentadas e aprovadas em plenária, assim como atuaram como intelectuais e palestrantes convidados nas mesas temáticas. Além dos indígenas,

tivemos convidados que representaram instituições governamentais e não indígenas e 39 indígenas que representaram organizações indígenas e instituições parceiras, não apenas como vozes institucionais, mas também como de indígenas de 24 etnias diferentes no Fórum.

Esclarecemos que tivemos algumas etnias que se repetiam como povo em diferentes estados e grupos de trabalho, no entanto, traziam diferentes formas de contribuir para o debate, uma vez que se constituíam em realidades muito distintas pelos processos históricos colonizadores vividos na relação com a sociedade brasileira. Diferentes realidades evidenciam diferentes formas de produzir a vida, portanto, culturas que demandam políticas distintas; por isso, um mesmo povo trouxe para o Fórum contribuições diversas, conforme a configuração representativa dos participantes nos estados.

Cabe esclarecer, ainda, que, por termos atualmente em Mato Grosso 45 povos indígenas diferentes e por termos numericamente maior expressão nos Jogos dos Povos Indígenas², optamos por oportunizar internamente um Grupo de Trabalho específico, compondo uma organização local com a parceria de dez convidados representantes de instituições governamentais do estado. Os demais estados participaram com os indígenas organizados em Grupos de Trabalhos, a seguir explicitados, coordenados pelos Mediadores Indígenas em articulação com os parceiros da Equipe de Coordenação, que contou com 30 pessoas à frente das atividades de organização durante a semana do evento, especialmente no apoio à sistematização dos debates.

- Grupo de Trabalho 1 – foi constituído por 22 indígenas de 15 etnias que representaram os seguintes estados: Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- Grupo de Trabalho 2 – foi constituído por 16 indígenas de 13 etnias, que representaram os seguintes estados: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Tocantins;
- Grupo de Trabalho 3 – foi constituído por 18 indígenas de dez etnias, que representaram os seguintes estados: São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

2 Os Jogos dos Povos Indígenas – JOPIN's, foi uma iniciativa dos irmãos Marcos e Carlos Terena, que, vinculados à FUNAI, conseguem criar o Comitê Intertribal e realizar, com apoio do Ministério do Esporte, um evento esportivo e cultural que promove desde a década de 1990 a participação de diversos grupos indígenas nas edições nacionais com a prática do esporte e também com as apresentações de outras manifestações da cultura corporal, como danças, lutas e jogos.

- Grupo de Trabalho 4 – foi constituído por 15 indígenas de oito etnias, que representaram os seguintes estados: Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul;
- Grupo de Trabalho 5 – foi constituído por 18 indígenas de 13 etnias, que representaram os seguintes estados: Pará, Amapá e Maranhão;
- Grupo de Trabalho 6 – foi constituído por 23 indígenas de 16 etnias, que representaram os seguintes estados: Roraima e Amazonas;
- Grupo de Trabalho 7 – foi constituído por 20 indígenas de 15 etnias, que representaram os seguintes estados: Rondônia e Acre;
- Grupo de Trabalho 8 – foi constituído por 47 indígenas de 25 etnias, que representaram o estado de Mato Grosso.

Com isso, a dinâmica de organização deu-se em três momentos: 1) definição do projeto de nossa autoria, em discussão e definição com a coordenação do CGPEIN/SNELIS, até a sua aprovação e liberação dos recursos para a UFMT, o que demandou um ano de trabalho; 2) definição e mobilização da Equipe de Coordenação do I FOPPELIN e organização do Encontro de Mediadores, em Brasília; 3) realização do I FOPPELIN, em Cuiabá. Para finalizar os trabalhos, em dezembro de 2015, a Equipe do COEDUC fez um evento de avaliação dos resultados do I FOPPELIN, com a participação de algumas lideranças e intelectuais indígenas e não indígenas e da atual coordenação do CGPEIN/SNELIS/ME, Senhor Jorge Carvalho de França – Pankará. Essa última ação visou avaliar e refletir criticamente os resultados do I FOPPELIN e, por consequência, as ações desenvolvidas pelo COEDUC no “Projeto Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil”, sistematizadas numa publicação coletiva, a qual esse texto faz parte.

Passamos, a seguir, ao texto que subsidiou o debate do I FOPPELIN, como proposição de formação política para os participantes indígenas e não indígenas. Ou seja, um texto que buscou explicitar melhor como compreendemos os critérios assumidos pela comissão de organização, a partir de um breve do histórico das relações sociais e econômicas que, pautadas nos processos de colonização ocidental, foram produzindo as realidades atuais vividas pelos povos indígenas – atores da ação do Projeto – em todos os estados brasileiros.

Os Povos Indígenas do Brasil: contextualização dos atores sociais envolvidos no I FOPPELIN

Atualmente, temos no Brasil aproximadamente 240 povos³ indígenas, segundo os dados oficiais. Mas, para alguns órgãos públicos e organizações que articulam políticas e ações junto às comunidades indígenas, eles somam 300 etnias diferentes e mais de 200 línguas. A língua é uma das expressões mais relevantes para a identificação de uma comunidade indígena e, como tal, há entre os povos reconhecidos nos dados do IBGE (2010) 180 línguas diferentes; com isso, considera-se que cada comunidade nomina e identifica seus ambientes, contextos e práticas sociais de forma específica, também pela língua falada. Nesse viés de identificação, assim como a definição oficial de povos indígenas, há estudos que não reconhecem essa diversidade linguística por considerar que algumas formas de falar são variações linguísticas e não uma língua diferente.

O que reconhecemos, no entanto, é que cada grupo e comunidade têm suas próprias formas de produzir a vida coletiva, pois cada contexto cultural é marcado pelas relações ambientais e sociais historicamente vividas por eles, tanto no que se refere ao próprio povo, quanto a outras etnias ou grupos diversos da sociedade não indígena. Com isso, compreende-se que são distintas as formas de produção dos corpos e de suas práticas corporais, pois, por serem construções socioculturais, dependem das possibilidades de mediações que cada grupo vivenciou em sua história. Fato é que por meio da língua, dos corpos e das práticas corporais os indígenas se identificam e se diferenciam de outros “parentes⁴”.

Trata-se de uma população diversificada, que se constitui em um contingente demográfico de 896.917 pessoas ou 0,4% da população brasileira⁵. Desse total, 36,2% vivem em área urbana e 63,8% em área rural. O quantitativo de indígenas inclui os 817,9 mil indígenas que se autodeclararam no quesito cor ou raça do Censo 2010⁶ e 78,9 mil pessoas

3 As etnias indígenas são grupos sociais que se perpetuam por meios biológicos e socioculturais, sendo comumente denominadas como “povos”.

4 Apesar das diferenças biológicas e culturais essa expressão é utilizada pelos indígenas ao se referir a um indígena de outra etnia.

5 Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

6 Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>>. Acessado em: 23 jan. 2015.

que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça, mas se consideravam “indígenas” de acordo com certos aspectos, tais como tradições, costumes, cultura e antepassados.

Foram identificadas, com auxílio da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 505 terras indígenas, representando 12,5% do território brasileiro, onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do total). Somente seis terras tinham mais de 10 mil indígenas, 107 tinham entre mais de mil e 10 mil, 291 tinham entre mais de cem e mil e em 83 residiam até cem indígenas. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas.

Os indígenas, atualmente, vivem no território nacional distribuídos em grupos que mantêm relações interétnicas marcadas pelo preconceito em relação às suas formas de viver, especialmente por representarem o vínculo com seus territórios. As investidas sobre suas terras realizadas pela população não indígena acarretam problemas sociais que expõem jovens e crianças a situações de vulnerabilidade, tais como a utilização e o tráfico de drogas e a prostituição. Nesse âmbito, acumulam historicamente demandas por políticas públicas nas áreas da saúde, educação, trabalho e renda.

Em um cenário de constante expropriação, os povos indígenas vêm se organizando tanto nas cidades quanto no campo. Para tanto, utilizam-se de diferentes estratégias que são perpassadas por lutas cotidianas que travam com a sociedade nacional em busca dos direitos que são consagrados na Constituição Federal, bem como em documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Os povos indígenas, apesar de possuírem direitos, não os veem sendo materializados por meio de políticas públicas no Brasil. Pelo contrário, muitos de seus direitos não são respeitados, entre os quais está o direito às políticas específicas e diferenciadas que reconheçam suas formas de produzir a vida, seus saberes e suas práticas coletivas de vivenciar o tempo do trabalho e o tempo livre.

Cabe, neste momento histórico, reconhecer a realidade e as expectativas dos indígenas, a fim de, em diálogo com essa diversidade, levantar os reais interesses e possibilidades de atendimento no campo do esporte e do lazer. O usufruto do referido direito constitucional ainda é afetado por práticas autoritárias e preconceituosas que se impõe a esses grupos, especialmente sobre os 324.834⁷ indígenas que vivem nas mais diversas situações em cidades brasileiras. Inviabilizados em suas culturas

7 Idem.

e formas de manifestação de identidades específicas, sofrem, de maneira intensificada, os processos de exclusão social.

Para uma melhor compreensão acerca do tema, apresenta-se o presente texto, que está estruturado com base na relação histórica entre os colonizadores, o Estado e os Povos Indígenas no Brasil. Parte-se de um olhar sócio-histórico sobre os ornamentos legais elaborados pelos colonizadores e, mais recentemente, pelo Estado, que se referem aos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido, entende-se que as leis aplicadas aos ameríndios não respeitavam a diversidade cultural dos povos e visavam à integração das pessoas ao modelo dominante imposto pelos europeus durante a colonização. Com o surgimento do período republicano, a ação do Estado sobre a população em questão agravou a situação de dependência dos indígenas e culminou, dessa maneira, em um movimento de reivindicação de direitos indígenas, que foram assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O intuito é o de fornecer subsídios teóricos referentes ao histórico das políticas direcionadas aos povos indígenas no Brasil, isto é, suas conquistas, mesmo compreendendo as influências de uma política de integração a qual esses povos foram submetidos. Assim, buscamos refletir sobre as ações pelas quais os povos indígenas vêm sendo atendidos no que se refere ao direito ao esporte e ao lazer no Brasil. O foco é a análise das ações construídas ou apoiadas pelo Ministério do Esporte desde sua criação como órgão extraordinário, em 1996, bem como das possibilidades que se apresentam em tempos de megaeventos esportivos no Brasil.

Diante de um cenário no qual os indígenas são considerados cidadãos brasileiros, o direito ao esporte e ao lazer e a salvaguarda de suas práticas corporais como bens culturais emergem de acordo com novas demandas. Os indígenas objetivam exercer sua cidadania, no entanto, com respeito aos seus diferentes costumes, tradições e cosmologias. Isso requer coparticipação das comunidades indígenas na elaboração e execução de políticas públicas. Nesse sentido, o **I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas** visou oportunizar a participação de povos de todos os estados da federação na elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer específica para esses povos. Assim sendo, busca garantir aos indígenas o acesso a informações, conhecimentos técnicos e científicos para que, a partir de então, seus interesses possam surgir de escolhas fundamentadas pelos conhecimentos adquiridos relacionados aos saberes tradicionais, pois esse é um desafio a se vencer.

Breve histórico dos ordenamentos legais e sua contribuição para o processo de integração dos indígenas na sociedade nacional

As comunidades indígenas apresentam um longo antecedente de contato com não índios e com indígenas de outras etnias no Brasil. Deve ser salientado que esse processo de relações interétnicas, que foi vivenciado durante toda a história do povo indígena, promoveu uma redução considerável no número de pessoas que o integra.

Entende-se que tais relações foram e são balizadas pelo indigenismo praticado no Brasil. Por indigenismo compreende-se o “campo político das relações entre brasileiros e indígenas [...], como a competição por recursos materiais e simbólicos.” (RAMOS, 1998, p. 5). Nesse campo de relações políticas estão envolvidos os agentes oficiais assim como aqueles que interagem com os indígenas, incluindo fazendeiros, garimpeiros e, inclusive, indigenistas, cientistas e romancistas que contribuem para construção do imaginário sobre a questão indígena.

Examinar o contexto social no qual estão inseridas essas comunidades é imperativo para entender que as representações construídas sobre os ameríndios têm por base seus corpos e suas práticas, além de entender como essas concepções influenciaram a formulação de normas, leis e ações resultantes do processo de relações interétnicas estabelecidas. Na época da conquista do Novo Mundo, o corpo indígena foi um dos elementos que assinalou a distinção entre os europeus “civilizados” e os índios “selvagens”, sendo, portanto, objeto de representações, imaginários e intervenções. Em outras palavras, essas representações surgiram do imaginário europeu sobre os corpos dos ameríndios e serviram como embasamento para as práticas indigenistas.

As primeiras Leis Gerais para a colônia tinham a intenção de direcionar o processo de conquista e colonização do Novo Mundo. O Regimento de Tomé de Souza de 1548 classificava os grupos indígenas em pacífico ou arredio, ou seja, “bom” e “mau selvagem”, e indicava como deveriam ser as ações em relação aos nativos. Comunicação e aliança eram as estratégias utilizadas para a aproximação e o domínio desses povos. Naquele momento, tanto os índios quanto suas terras eram considerados patrimônio da Coroa Portuguesa.

Então, em 26 de julho de 1596, o Rei de Portugal sancionou a Lei que cedeu a tutoria dos índios aos missionários católicos. Esses tinham a função de gerenciar os aldeamentos e atuar como procuradores do “gentio” junto aos colonos, além de desempenhar o papel de juiz nas comunidades. Nessa direção, os missionários estabeleceram uma relação de aliança com os indígenas, alteraram a estrutura das aldeias e acabaram por constituir aldeamentos onde os jesuítas, militares e índios possuíam diferentes funções e, por conseguinte, diferentes posições na hierarquia social da colônia portuguesa (ALMEIDA, 1997, p. 37).

As noções do Padre Antônio Vieira foram importantes para minimizar a escravidão dos indígenas, reservando-a aos negros (WOORTMAN, 2004, p. 59). Isso não significa que não houve escravidão de índios, todavia, a ação a eles direcionada deveria ser no sentido da evangelização. O Regulamento das aldeias indígenas do Maranhão e Grão-Pará foi o documento que orientou os missionários no Brasil, entre os anos 1658 e 1661, e que continuou influenciando o comportamento dos católicos, posteriormente. De acordo com o Regulamento, a aproximação com os “gentios” deveria ser realizada por meio da persuasão, ou seja, pela distribuição de brindes aos nativos, que incluiria desde alimentos a ferramentas de trabalho. Os índios contatados e “pacificados” foram alvo da catequização e submetidos a um controle disciplinar que envolvia a dominação do corpo “selvagem” (ALMEIDA, 1997, p. 169).

Os índios arredios que não aceitaram essa relação idealizada pelos conquistadores foram submetidos à guerra justa e ao trabalho escravo. Alguns grupos indígenas, com a estratégia de estabelecer negociações, aliaram-se aos conquistadores, portugueses ou franceses, outros lutavam e/ou fugiam para o interior do continente. Desse modo, compreende-se que se aliar aos colonizadores ou lutar contra seus mandos podem ser considerados meios estratégicos de resistência, isto é, de sobrevivência étnica desses povos, em um contexto marcado por conflitos (ALMEIDA, 2013).

Ao ignorar a diversidade dos povos indígenas, os conquistadores não se preocuparam em compreender suas cosmologias, seus códigos socioculturais, seus hábitos e suas práticas corporais, agindo de maneira unívoca com todas as etnias indígenas. Mesmo observando a inconstância da mente do “selvagem” do Novo Mundo, ou seja, sua capacidade de se converter ou não ao cristianismo, os jesuítas desenvolveram um conjunto

de ações no sentido de catequizá-los, isto é, de alterar sua visão de mundo. Esse trabalho perpassava pelo controle do corpo “selvagem”, portanto, pela alteração de sua corporalidade, desenvolvido pelas missões jesuíticas, unidades autossuficientes, com autoridade local, capazes de promover deliberações de todas as ordens, mas que seguiam as orientações gerais da Igreja Católica.

Como forma de estabelecer a comunicação com as diferentes etnias que habitavam a colônia portuguesa, foi fundamental impedir o uso da língua tradicional e, então, impor-lhes o uso da Língua Geral – Nheengatu/Tupi. A fim de perpetuar o domínio do corpo dos ameríndios, proibiu-se a vivência de seus rituais e de suas práticas corporais tradicionais, além de inserir a vestimenta europeia e ensinamento do sacramento por meio da introdução de rituais católicos. Baseando-se na homogeneização das diferenças, essas ideias influenciaram pensadores e ações políticas dos conquistadores durante todo o período colonial, repercutindo, posteriormente, nos períodos do Império e da República.

Rita Heloísa de Almeida (1997) apresenta, em “O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII”, uma análise da Lei que vigorou no Brasil entre os anos de 1757 e 1798. Nesse período, a Coroa Portuguesa executou ações no sentido de empreender um projeto de civilização diferenciado para suas colônias. O Diretório dos índios fez parte de um projeto maior que envolveu um programa de modificação das instituições portuguesas e, desse modo, funcionou como orientação geral das ações nos campos político, econômico, religioso, militar e administrativo em todas as colônias portuguesas (ibid., p. 149).

Elaborado pelo Marquês de Pombal, inicialmente para colonizar a Amazônia, especificamente as Capitânicas do Grão-Pará e Maranhão, essa Lei Geral serviu de modelo para ações em todo território brasileiro. Seguindo os estudos da autora, tratava-se de um documento oficial essencialmente contraditório, pois, ao mesmo tempo em que se fundamentava pela “liberdade dos homens”, limitando os descimentos, submetia os índios ao controle/tutela de um diretor secular (ibid., p. 205). Envolveria também uma política de povoamento para o Novo Mundo. Os povos que ali habitavam eram vistos como aliados no processo de ocupação do território, aspecto fundamental para continuar a conquista do interior do continente e assegurar as fronteiras acordadas com os espanhóis no Tratado de Madri, em 1750.

Durante o período de vigência do Diretório, os povoadamentos foram elevados à condição de vilas ou aldeias. Nelas, deveriam ser construídos os prédios públicos fundamentais para sua administração, bem como para sua organização como unidades econômicas. O Diretor, um servidor secular responsável por realizar funções públicas – indivíduo de confiança da Coroa Portuguesa – era a única autoridade da vila ou da aldeia e representava os índios em qualquer situação. Com o auxílio dos Principais, considerados servidores menores, os Diretores tinham o propósito de pôr em prática o projeto de povoamento do território e de civilização dos índios. Juntos com o Principal, os Sargentos Maiores, os Capitães e os Oficiais formavam a elite nativa⁸ (ALMEIDA, 1997, p. 162).

Civilizar assumiu o sentido de “ocidentalizar”, e não mais unicamente de converter ao cristianismo. Na realidade, não havia limites claros entre cristianizar e civilizar. A cristianização, realizada naquele momento por párocos, deveria ser o refinamento do processo civilizatório, isto é, do processo de transformação do índio, realizado por meio da educação desempenhada por civis e militares. A justificativa foi de que a educação, promovida até então pelos missionários, não possibilitava tornar os ameríndios cidadãos da colônia. O índio civilizado, segundo estudos de Almeida (1997), era aquele que possuía uma função social, além de possuir direitos e deveres. Os povos indígenas continuavam sem o direito de seguir planos de vida próprios e deviam ajustar-se ao modo de vida “civilizado” imposto pelo Diretório dos Índios, e isso perpassava pela alteração de sua corporalidade.

No período imperial, a falta de controle sobre as ações desenvolvidas em relação aos indígenas, que se estendia desde o fim do Diretório, levou José Bonifácio de Andrada e Silva a apresentar os Apontamentos para a civilização dos índios bravios do Império do Brasil à Assembleia Geral Constituinte, em 1823. Esse projeto, assim como outros que foram ou não colocados em prática, expressa a ideologia de seus autores e, por conseguinte, ilumina o contexto social de sua formulação.

José Bonifácio era maçom e foi um importante político no período de conquista da independência brasileira. Com o ideal de fundar um império Luso-Brasileiro, elaborou sua proposta de atração e integração dos índios resistentes à pacificação, fundamentando-se nos conhecimentos adquiridos durante os mais de quarenta anos em que viveu na Europa.

8 Lideranças indígenas que possuíam boa relação com os diretores, falavam a língua portuguesa e apropriaram-se dos valores e comportamentos dos colonos.

Os quatro princípios básicos dos Apontamentos eram justiça, brandura, constância e sofrimento. José Bonifácio propôs uma série de medidas, muitas herdadas do período colonial e do Diretório pombalino. Dentre elas, havia a que indicava a continuação da conquista dos índios por bandeirantes no interior do território para serem aldeados. Ademais, delegava aos missionários católicos a responsabilidade de civilizar os índios, assistindo-os na educação, na agricultura e na saúde. Já a aproximação aos índios bravios deveria ser realizada por meio da entrega de brindes como forma de persuadi-los e, assim, constituir os povoados indígenas.

Naquele momento, a administração dos aldeamentos executada pelos missionários católicos diferenciava-se daquela empreendida pelos jesuítas nas Missões do período colonial, que controlava todas as ações indígenas nas relações com não índios. No contexto do Brasil independente, os índios deveriam manter relações com não índios, para, assim, serem progressivamente inseridos no mercado de trabalho agrícola. Porém, os métodos praticados pelos missionários para concretizar esse projeto de civilização eram os mesmos utilizados nas missões jesuíticas, somados àqueles praticados pelos militares durante a vigência do Diretório, entre eles, o comércio entre índios e não índios, os casamentos com não índios, a catequese e o trabalho rural. Tratava-se de um projeto civilizatório para os índios, isto é, um receituário de civilidade. De acordo com a autora, “o receituário civilizador de José Bonifácio dá grande ênfase à ocidentalização do corpo indígena” (RAMOS, 1999, p. 5), portanto, tinha por objetivo acabar com a heterogeneidade física e civil.

No início do século XX, os positivistas do Apostolado sintetizaram o programa de José Bonifácio e a filosofia comtiana a fim de criar uma instituição capaz de promover a integração gradual dos indígenas à nação brasileira. Nessa direção, a relação estabelecida entre os indígenas e a Comissão chefiada por Cândido Mariano Rondon anos antes foi fundamental para a criação do primeiro órgão estatal que desenvolveria medidas práticas em relação aos índios. O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais⁹ – SPI – foi instituído por meio do Decreto 8.072, de 1910, para prestar assistência e proteção aos índios.

Como medida protetora, o Decreto garantia a posse das terras habitadas pelos índios e a restituição àqueles grupos que tiveram suas

9 Antigo SPI, transformado em Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

terras usurpadas, mesmo que para isso fosse necessário deslocá-los de seu território tradicional. As ações de ensino deveriam ser desempenhadas de forma gradual, respeitando a organização social do grupo, suas práticas e costumes. Ao SPILTIN, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, caberia, ainda: “garantir que os crimes praticados contra os índios fossem punidos; fiscalizar as aldeias, a fim de evitar que fossem vítimas de exploração, fraude e violência, bem como impedir que guerreassem entre si; e, finalmente, demonstrar a importância, da arte e do ofício.” (RONDON, 1910 apud GAGLIARDI, 1989, p. 192).

A Constituição de 1891, em seu Art. 64, declarava que pertenciam aos estados as terras devolutas localizadas em seus territórios; por sua vez, o Decreto 8.072 autorizava a mudança de grupos indígenas de seu território tradicional, caso fosse de interesse da nação. Portanto, o SPILTIN necessitava da celebração de acordos com os estados para legitimar a posse das terras habitadas há séculos pelos indígenas e, assim, poder organizar as povoações indígenas e os centros agrícolas para os trabalhadores nacionais.

No período de vigência do SPI, inúmeros conflitos foram desencadeados. Para garantir a unidade nacional, um conjunto de leis foi levado a efeito no Brasil como meio de regulamentar a relação de índios com não índios e garantir direitos civis e a sobrevivência étnica dos povos indígenas. Nessa direção, em 1916, foi aprovado o Código Civil Brasileiro. Nele, os silvícolas – nomenclatura que referenciava os índios no sistema jurídico – eram entendidos como “incapazes”, estando sujeitos ao regime tutelar do órgão “protetor”, que viria a ser dividido em 1918, constituindo-se definitivamente como Serviço de Proteção ao Índio – SPI. O SPI tomou para si o monopólio da política indigenista, isto é, da idealização e execução das medidas práticas sobre os índios (SOUZA LIMA, 1995, p. 15). Era um meio de promover a integração territorial e política dos silvícolas, que implicava no estabelecimento de relações entre os índios e grupos que apresentavam interesses opostos.

Os militares, ao assumir o governo brasileiro por meio do golpe de 1964, instituíram outra legislação, que regulamentava o Estado brasileiro de acordo com seus interesses. Em relação à intervenção aos indígenas, o governo militar criou a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – e extinguiu o SPI, por meio da Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967. O objetivo era estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista elaborada pelos militares, que continuavam a orientar as ações a serem direcionadas aos indígenas.

Como consequência do empoderamento das minorias no campo político internacional, o que foi proporcionado pelo surgimento da Organização das Nações Unidas, a política indigenista brasileira apresentava avanços, mas também contradições, ao consagrar direitos aos indígenas. Ao mesmo passo que o Estado assegurava ao patrimônio indígena suas terras, riquezas naturais e a “preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto (sic) com a sociedade nacional” (BRASIL, 1967), o governo deveria promover a educação apropriada para a inserção progressiva dos silvícolas à comunhão nacional.

A situação de dependência dos povos indígenas que haviam sido contatados nos períodos anteriores não se alterou. No campo político, o novo órgão continuou a exercer o poder de representação e a gerir o patrimônio indígena, procedimentos inerentes à tutela. Apesar da Lei 5.371/67 indicar que o Estado deveria exercer o poder político nas áreas indígenas no sentido de protegê-los, no âmbito das relações regionais a luta entre índios e não índios continuava.

O movimento político em torno dos direitos indígenas e direitos conquistados

No âmbito do indigenismo, o início da década de 1970 marcou a criação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI – com o intuito de lutar em defesa dos direitos indígenas. Contudo, as ações desse conselho apresentavam as mesmas contradições que marcaram o indigenismo no Brasil, pois, ao passo que visava auxiliar os indígenas na luta pelos seus direitos, não lhes dava o direito de decidirem autonomamente seu destino e, assim, mantinha o domínio político nessa comunidade.

Naquele contexto de luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas, foi sancionada a Lei n° 6.001, de 19 de dezembro de 1973. A norma dispõe sobre o “Estatuto do Índio” e aponta em seu Art. 1º que essa “Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.” (BRASIL, 1973). Também conhecida como *Estatuto do Índio*, em seu Art. 47 defende “o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão.” (BRASIL, 1973). Entende-se que respeitar o patrimônio cultural dos povos indígenas é compreender que esses têm

o direito de serem diferentes e de manifestarem suas diferenças. Esse ordenamento legal rompeu, em certa medida, com a história política de integração à sociedade nacional que preconizava o abandono da língua tradicional e a imposição de formas modernas de produção da vida.

Com o reconhecimento do direito à diferença, os povos indígenas no Brasil vêm reivindicando o reconhecimento de seus patrimônios culturais por meio do movimento indígena, isto é, organizações indígenas e indigenistas articuladas em torno de interesses comuns. Esse movimento *etnopolítico* (LUCIANO, 2006), que se iniciou na década de 1970, possibilitou a conquista dos direitos indígenas, que estão resguardados pela Constituição Federal de 1988. Dentre eles, está o direito à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto das riquezas naturais em seu território, além da assistência de saúde e de educação escolar diferenciada.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, legislar sobre populações indígenas é assunto de competência exclusiva da União (Art. 22. XIV) e o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, inclusive indígenas (Art. 215, § 1). Portanto, compete aos órgãos do Governo Federal a elaboração de políticas públicas, de modo a garantir-lhes esses direitos.

O Art. 231 do Capítulo VIII da Constituição Federal do Brasil assegura que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.” (BRASIL, 1988). Entendendo os indígenas como cidadãos brasileiros, a Carta Magna, no Art. 217, inciso IV, assevera a “proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.” (BRASIL, 1988). Destarte, o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, deve promover ações de reconhecimento, proteção e incentivo à vivência das práticas corporais indígenas, como manifestações que contribuam para a reafirmação de sua identidade étnica, bem como para a identidade nacional.

As políticas públicas têm como princípio a garantia dos direitos conquistados pelos povos indígenas, logo devem identificar-se com os direitos sociais, com vistas à equidade e à justiça social.

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. (PEREIRA-PEREIRA, 2009, p. 102).

O movimento *etnopolítico* teve influência marcante também na concepção de documentos internacionais elaborados pela Organização das Nações Unidas, que se referem aos povos autóctones. Destaca-se aqui a *Convenção nº 169*, da Organização Internacional do Trabalho, que garante, em seu Art. 7º, o direito à livre determinação desses povos. Significa dizer que os povos indígenas têm o direito:

De escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. (ONU, 1989, p. 16).

No que se refere às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, deve-se atentar ao que preceituam os documentos da Organização das Nações Unidas, que reconhecem o direito de todos os povos expressarem suas diferenças, tendo a consciência da necessidade de se respeitar e promover os direitos dos povos indígenas, que derivam de suas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse ínterim, essa instituição elaborou a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, que assevera no Art. 31:

Os povos indígenas têm o direito a manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações das suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e os jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. (ONU, 2007, p. 21).

Portanto, o Estado deve assegurar-lhes esse direito, pois possibilitar a participação dos indígenas na formulação, execução e avaliação de políticas públicas que lhes afetem é fomentar o exercício de sua cidadania. Cabe salientar que essa somente se constrói por meio de “uma fusão entre os

direitos individuais e sociais, em que os direitos civis constituem a base de sustentação e de ampliação dos direitos políticos e sociais, ao mesmo tempo em que são fortalecidos por eles.” (PEREIRA-PEREIRA, 2009, p. 106).

Como cidadãos brasileiros, os indígenas têm direitos sociais que, de acordo com o Art. 6º da Constituição Federal, são: “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (grifos nossos).

Eventos esportivos e culturais no processo de luta pelos direitos indígenas

Os indígenas entraram nesse campo de disputas políticas também como “atletas”, representados pelos “irmãos Carlos e Marcos Terena”, na década de 1970. Os irmãos Terena idealizaram e planejaram a realização das “Olimpíadas Indígenas” visando agregar valores às práticas corporais tradicionais indígenas, já que até então nenhum trabalho nesse sentido fora realizado de forma oficial.

A ideia dos Jogos dos Povos Indígenas nasceu, conforme relato do indígena Carlos Terena, de sua paixão pelo futebol, pois, como atleta, ajudou a organizar um grupo de alunos indígenas que vivia em Brasília/DF para formar a equipe “Kurumim”, nome dado ao time constituído por jovens das etnias Terena, Karajá, Bakairi, Xavante e Tuxá. Essa equipe foi formada em 1979 e participou de um jogo na capital federal, fato que lhe proporcionou visibilidade e a participação em outros eventos esportivos nacionais, inclusive em jogo no Maracanã.¹⁰ Assim, os indígenas do “Kurumim” passaram a participar dos Jogos Escolares Brasileiros – JEB’s, entre 1985 e 1991.

Com a experiência de vivenciar e de organizar a equipe de futebol, o indígena Carlos Terena, juntamente com seu irmão Marcos Terena, fundou a organização não governamental *Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena* – ITC, a fim de concretizar seus ideais.

10 O Maracanã é considerado o maior símbolo da paixão dos brasileiros pelo futebol. A origem do nome Maracanã vem do tupi-guarani, que significa “semelhante a um chocalho”. Antes da construção do estádio, existia no local grande quantidade de aves vindas do norte do país chamadas Maracanã-guaçu, que emitiam sons semelhantes ao de um chocalho (disponível em: <<http://www.suderj.rj.gov.br/maracana.asp>>).

Somente em 1996, com a criação do Ministério Extraordinário dos Esportes e Turismo, é que a proposta foi colocada em prática, culminando na realização dos I **Jogos dos Povos Indígenas**¹¹, a primeira ação do Ministério do Esporte em relação ao esporte e ao lazer para os povos indígenas no Brasil. O então Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP, em parceria com Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena – ITC, realizou os trabalhos de planejamento de custos e recursos financeiros para realização da primeira edição do evento. Assim, em Goiânia/GO, foram realizados os Jogos dos Povos Indígenas, com 24 etnias e cerca de 600 participantes.

Três anos mais tarde, em 1999, foi realizada a II edição dos Jogos dos Povos Indígenas, na Cidade de Guaíra, no Paraná, mobilizando 31 etnias e 600 indígenas. A partir de 2000, os JOPIN's tiveram suas edições respectivamente sediadas por Marabá/PA, Campo Grande/MS, Marapanim/PA, Palmas/TO, Porto Seguro/BA e Fortaleza/CE. Nessa ordem, os JOPIN's foram sendo realizados anualmente, até 2005. A partir da IX edição, realizada em Recife e Olinda/PE, em 2007, os JOPIN's foram realizados a cada dois anos, em Paragominas/PA e Porto Nacional/TO. A XII edição dos JOPIN's foi realizada em 2013 e contou com a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso. Aproximadamente 1.600 indígenas de mais de 40 etnias brasileiras participaram do evento¹².

Nos JOPIN's articulam-se práticas corporais próprias de alguns povos com esportes da cultura ocidental, organizadas da seguinte forma:

Modalidades de integração indígena: 1) Arco e Flecha; 2) Arremesso de Lanças; 3) Canoagem; 4) Cabo de Força; 5) Corrida de Tora; 6) Corridas – Velocidade (100 m e 4 x 100 m), Resistência (5.000 m); e 7) Natação (Travessia em águas abertas).

Modalidades demonstrativas tradicionais indígenas: 1) Corrida de Tora; 2) Lutas Corporais; 3) Jikunahati; 4) Hipipi; 5) Katulaywa; 6) Jawary; 7) Tihimore; 8) Rókran; 9) Peikran; 10) Kagót; 11) Insistró; 12) Jámparty; 13) Akô; 14) Zarabanata; 15) Ngokhônkasêkê; 16) Nhwrareni; 17) Khwrrarônô; 18) Kgwrrareni; 19) Pásyhrádáki; 21) Pënsôgthâky; e 22) Xaká-akere.

11 Essa iniciativa influenciou a execução de eventos similares em nível regional e estadual.

12 Ao analisar outros eventos esportivos organizados em Cuiabá, com o mesmo número de participantes (jovens estudantes), percebemos como se dão as relações do Estado e do agronegócio com os povos indígenas. Sobre isso, sugerimos a leitura do texto que resultou da pesquisa do COEDUC com as pesquisadoras enfermeiras que acompanharam o atendimento à saúde, também apresentado por nós nessa obra.

Modalidade ocidental: futebol de campo.

O Ministério do Esporte também apoiou, em 2012, a realização da **Kari-oca**, um acontecimento indígena que teve como objetivo realizar os **Jogos Verdes Indígenas** como um evento paralelo ao da ONU – Rio+20. No local do encontro, indígenas de diversos países se organizaram para promover a tradição cultural e esportiva e, desse modo, demonstrar sua relação com o meio ambiente, de modo saudável e sustentável.

A partir dessas experiências apoiou também a realização do **I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas**, que aconteceu em Palmas, no início do mês de novembro de 2015, cuja ação se constituiu por meio de parcerias entre instituições federais, estaduais e entidades privadas locais, com o objetivo de pactuar as responsabilidades de cada parceiro para a organização e o financiamento desse evento. Com isso, confirma-se a ação do Ministério do Esporte no apoio aos **eventos esportivos e culturais indígenas**, a exemplo dos eventos entre os Pataxó da Bahia e outros regionais, que estão sendo viabilizados em alguns estados por meio de projetos, inclusive após a realização do FOPPELIN.

O que se observa, com base nos eventos esportivos analisados em nossas pesquisas, é que sua realização expressa uma luta pela visibilidade dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que pauta políticas específicas para essa parcela da população, que possui demandas muito diversificadas, como resultado dos condicionantes históricos, políticos e socioeconômicos de cada região e território onde vive em comunidades (urbanas ou não).

Nesse sentido, entre os desafios do poder público está a elaboração de ações sistemáticas que garantam de forma eficaz o direito ao esporte e ao lazer às comunidades indígenas no Brasil. Entende-se que o Estado deve ser protagonista de políticas públicas que respondam às demandas da maioria da população indígena com uma política de inclusão social e de reconhecimento das diferentes realidades culturais e econômicas desses grupos, que atualmente vivem também nas grandes metrópoles e cidades brasileiras.

O Ministério do Esporte deve atender aos povos indígenas com uma política que possa abarcar as diferentes realidades socioculturais e econômicas por eles vividas, na difícil relação com a sociedade não indígena, respeitando seus direitos específicos. Direitos pautados na legislação vigente, mas nem sempre assegurados, especialmente

compreendendo suas relações com a manutenção da vida saudável ligada a terra/território, alimentação e garantia de viverem segundo suas formas de ser em comunidade, de modo economicamente sustentável.

Contudo, assevera-se que, para a qualificação de tais políticas, tornam-se relevantes ações intersetoriais que envolvam: Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Ministério da Cultura – MinC; e Ministério da Educação – MEC. Afirma-se que as ações das políticas públicas de esporte e lazer devem estar relacionadas com a especificidade de cada cultura indígena, pois nessas comunidades o esporte e o lazer estão vinculados à sua espiritualidade/cosmologia, aos seus territórios, às suas práticas corporais, à educação e à saúde.

Por compreender essas dimensões políticas e interinstitucionais do Governo Federal brasileiro, no FOPPELIN foram mobilizados representantes institucionais de cada um desses segmentos, a exemplo do Encontro de Mediadores, realizado com o objetivo de preparar o Fórum para que, juntos com os indígenas e suas organizações, pudessem compreender melhor suas demandas específicas e diferenciadas e com o Ministério do Esporte propor soluções para implementar as políticas para o esporte e lazer que foram apresentadas no Documento Final do Fórum de Cuiabá/MT.

Direito ao esporte e ao lazer e a salvaguarda das práticas corporais tradicionais

Para que os indígenas possam exercer sua cidadania é imprescindível oferecer-lhes políticas públicas que garantam o acesso aos direitos sociais explícitos na Constituição Federal de 1988. O usufruto desses direitos deve ser fundamentado por saberes tradicionais, bem como por conhecimentos científicos sobre o lazer e o fenômeno esportivo que os auxiliem nas tomadas de decisões em relação à questão. O pressuposto é que, sem o conhecimento acerca das práticas sociais da sociedade ocidental e dos valores que as orientam, os povos indígenas entrarão em contato com outras formas de visão de mundo sem a compreensão da totalidade e da complexidade desses fenômenos sociais.

Nas sociedades industriais, o lazer não pode ser compreendido separadamente da categoria trabalho, pois, após a Revolução Industrial, o trabalho adquiriu características próprias e, dessa forma, modificou o modo de vida das pessoas, separando o tempo do trabalho e o tempo do não-trabalho ou tempo livre. O lazer é entendido como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia.” (MASCARENHAS, 2003, p. 97 apud BRASIL, 2008).

Nas comunidades indígenas o lazer deve ser entendido como um meio de vivenciar e salvaguardar suas práticas tradicionais em um tempo e espaço de organização e desenvolvimento de sua cultura, que tenha como alicerce os rituais, as festividades, os saberes e os métodos tradicionais de ensino. Nesse sentido, as ações e programas que constituem as políticas públicas para o lazer dos povos indígenas devem proporcionar os meios e recursos necessários para a realização das práticas sociais tradicionais.

O esporte também teve sua gênese no contexto da sociedade europeia do século XVIII, por conseguinte, trata-se de um fenômeno moderno que “resultou de um processo de modificação, [...] de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, e também de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa.” (BRACHT, 2003, p. 13).

Guttmann (2004) apresenta, em uma perspectiva histórica, sete características que diferenciam o esporte moderno – visto como instituição – das práticas corporais tradicionais, as quais ele classifica como esporte primitivo, esporte grego, esporte romano e esporte medieval. Isso não significa que tais características não estivessem presentes anteriormente; porém, reunidas, distinguem essa prática. São elas: secularismo, igualdade, racionalização, especialização, organização burocrática, quantificação e *Record*.

No Brasil, a Lei nº 9.615, de 1998, institui normas gerais acerca do desporto, inspirada nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito. Entende-se que sua manifestação se dá de maneira formal e não formal, com base nas seguintes dimensões:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

A respeito de sua diversidade sociocultural e de suas maneiras de se relacionar com a sociedade nacional, cada comunidade indígena experimentou e vem experimentando, ao seu modo, o contato com o esporte. Alguns agentes desempenham papéis preponderantes nesse processo, com destaque para o Estado, as instituições religiosas, os professores em escolas indígenas e, ainda, os cidadãos que vivem no meio urbano próximo às aldeias. Recentemente, as diferentes mídias têm exercido papel preponderante na relação dos indígenas com o fenômeno esportivo.

Dentre os projetos desenvolvidos pelas organizações governamentais que contribuíram para a apropriação do esporte por parte das comunidades indígenas destacam-se e encontram-se documentados: “Aldeia Cultural”, apoiado pelo Ministério da Cultura; “Caravana do Esporte”, promovida pelo Instituto Esporte Educação; e o programa “Esporte para Todos”, desenvolvido em comunidades do estado do Pará (VINHA, 2005, p. 149). Tais ações visavam estimular a prática do esporte por meio de escolinhas e/ou competições de futebol, natação, lutas, corridas, vôlei e basquete entre os indígenas. A partir da década de 1990, os Jogos dos Povos Indígenas – JOPIN’s, evento organizado pelo Comitê Intertribal e apoiado pelo Ministério do Esporte, têm incentivado a vivência do esporte nas comunidades indígenas que participam do evento.

Ao analisar o esporte, compreende-se um fenômeno social no qual as instituições, ou as estruturas sociais, estão diretamente relacionadas à personalidade humana. As leis que determinam a reprodução social do esporte podem ser encontradas por meio da análise desse campo. Os campos são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas).” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Por essa análise compreende-se que lutas são travadas por grupos com diferentes interesses por meio de um conflito entre os que procuram ter os mesmos direitos dentro de um campo e os que tentam mantê-los direcionados a um grupo dominante. A estrutura de um campo se dá mediante uma relação de força entre os agentes e/ou as instituições engajadas na apropriação do capital específico, seja ele econômico, social, cultural, seja simbólico, que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias a serem seguidas. Portanto, nessa perspectiva de análise, estão envolvidos em um processo de interação os atores sociais, as instituições e suas estruturas. Os objetos de disputa só são percebidos por aqueles dotados de conhecimentos que identificam as leis, os interesses, o funcionamento e a estrutura de um campo específico.

Considerações finais

Os povos indígenas no Brasil vêm travando uma luta cotidiana por seus direitos. A luta na contemporaneidade não é mais pela conquista de seus direitos, pois esses já se encontram assegurados nos ordenamentos legais. A luta é pela manutenção, reconhecimento e respeito aos seus direitos por parte do Estado e da sociedade civil. Lutar por seus direitos, bem como usufruí-los, garante ao indígena o exercício de sua cidadania.

Uma quantidade desses povos aprendeu e se apropriou do esporte como prática corporal significativa em seu cotidiano, hibridando-o as suas características culturais, tal como pode ser identificado nos JOPIN's. Todavia, se faz mister avançar em políticas públicas mais perenes e com maior participação dos povos indígenas no processo de elaboração, incluindo a implementação e a avaliação dessas políticas.

Os indígenas têm o direito de participar dos processos decisórios que dizem respeito ao fenômeno esportivo e de lazer que os envolvem, sendo essa a proposta da Comissão Organizadora do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos Povos Indígenas, assumida pelo Projeto do COEDUC/UFMT, em parceria com o Ministério do Esporte. A perspectiva é que os indígenas no Brasil se tornem protagonistas desse fenômeno social, vivenciando-o em suas diferentes dimensões.

Entende-se, contudo, que o Ministério do Esporte deva contar com o apoio institucional de diferentes órgãos e instâncias governamentais para que, articulados, possam viabilizar recursos que atendam o direito dos povos indígenas ao esporte e ao lazer no Brasil. Essas ações devem ser construídas respeitando a diversidade cultural na qual se inscrevem diferentes maneiras de ser, de estar e de significar o mundo, como bem explicitam as propostas elaboradas pelos participantes indígenas do I FOPPELIN, realizado em Cuiabá entre os dias 7 a 11 de abril de 2015.

Suas proposições, que apresentamos a seguir, são uma mostra clara dessa autonomia e protagonismo sobre os futuros de suas comunidades, especialmente com a clareza política de que é pela garantia dos seus territórios que as gerações futuras podem acessar os demais direitos sociais e políticos pautados nas legislações e tão pouco implementados no cotidiano de suas vidas. O território e a sustentabilidade socioeconômica são eixos fundantes para a saúde e a educação que marcam suas culturas e, portanto, eixos em que se inscrevem as práticas corporais, que podem ser expressas por meio do esporte e do lazer.

Documento Final apresentado em plenária como resultado dos debates realizados a partir dos quatro eixos temáticos do **I FOPPELIN: “Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas: direito e compromisso de todos consolidar avanços e enfrentar desafios”**

PROPOSTA CONSOLIDADA PELO GRUPO DE TRABALHO

EIXO TEMÁTICO 1: “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Sustentável”

1. Ampliar ações que contemplem saneamento básico, quadras esportivas, centros culturais, estradas, transportes, comunicação e internet;
2. Incentivar pesquisas para compreensão dos significados das culturas dos povos indígenas e difundi-las em escolas e demais espaços, conforme a Lei 11.645/2008;
3. Trazer o debate para dentro das escolas indígenas, articulando questões dos jogos realizados pelas Secretarias de Esporte para trabalhar as especificidades de cada etnia;
4. Criar conselhos dentro das comunidades para gerenciar os recursos e assegurar a implementação dos programas por organizações próprias (associações, ong's) e fortalecer as existentes na captação de recursos sem dependerem dos governos e/ou serviços de terceiros;
5. Levar para a CNPI e para a Conferência de Educação Indígena as sugestões desse Fórum;
6. Fomentar a participação de indígenas deficientes em eventos das causas indígenas;
7. Realizar Conferência Nacional de Esporte e Lazer para as Comunidades Indígenas, que esta ideia seja lançada nos Jogos Mundiais Indígenas;
8. Realizar fóruns locais, municipais, estaduais e regionais com a participação de jovens, anciões, lideranças, mulheres e entidades organizadas (Ong's, associações) para a formulação de políticas de esporte no tempo e espaço de lazer;
9. Capacitar a comunidade indígena de forma continuada para qualificar a implementação dos projetos nas aldeias, com vistas a fortalecer os costumes e as tradições das etnias;
10. Buscar caminhos alternativos que não necessariamente passem pela linha município – estado – governo federal, que facilite o acesso e promovam a superação das dificuldades de implantação de parcerias junto aos povos indígenas;

11. Viabilizar alternativas para contratação de indígenas com vistas a multiplicar junto a sua comunidade os conhecimentos adquiridos em formações realizadas fora da aldeia;
12. Instalar Academias de Saúde próximo das Escolas Indígenas;
13. Apoiar a confecção e disponibilizar espaços para exposição e venda de artesanatos;
14. Destinar vagas para os indígenas nos programas esportivos ofertados pelo poder público por exemplo, no âmbito do “Programa Segundo Tempo” - PST Indígena;
15. Incluir lideranças indígenas nos projetos esportivos para orientar as formas e regras de jogos indígenas e nas comunidades;
16. Fazer intercâmbio com outros povos a fim de conhecer novos esportes;
17. Criar secretaria e/ou departamento específico para o esporte indígena, que facilite a destinação e o acompanhamento dos recursos, ações e atividades a exemplo da SESAI;
18. Estabelecer ações (exemplo – cuidar da terra, sementes) entre indígenas e não indígenas para que esse último grupo possa compreender o modo de vida e os saberes dos indígenas;
19. Mobilizar parcerias intersetoriais para desenvolver ações de esporte e lazer;
20. Ampliar as parcerias das organizações indígenas com as instituições estaduais e federais de ensino (universidades e Institutos Federais);
21. Criar câmaras técnicas com os profissionais que já existem nas aldeias;
22. Assegurar um conselho de líderes in loco para trabalhar as questões da política de esporte dentro das aldeias;
23. Inserir a representação de organização indígena de base como membro do Conselho Nacional de Esporte;
24. Organizar espaços de debates em parcerias com universidades para evitar os interesses políticos partidários;
25. Elaborar projetos de revitalização dos conhecimentos culturais e tradicionais do povo indígena;
26. Incluir os indígenas como representantes das ações/programas desenvolvidos nos três níveis governamentais;

27. Ampliar o Programa Segundo Tempo - PST nas escolas indígenas;
28. Adaptar as diretrizes dos programas existentes no Ministério do Esporte e/ou criar programas específicos que fortaleça e valorize a identidade cultural dos povos indígenas; e
29. Ampliar a colaboração da FUNAI na mediação com os municípios e estados que têm dificuldade com os gestores.

PROPOSTA CONSOLIDADA PELO GRUPO DE TRABALHO

EIXO TEMÁTICO 2:

“Esporte, Lazer, Cultura e Território”

1. Garantir a demarcação, homologação e desinvasão das terras indígenas;
2. Incentivar as práticas corporais indígenas a partir da Lei de Incentivo ao Esporte;
3. Propiciar a confecção dos materiais para os jogos tradicionais;
4. Elaborar carta com o posicionamento contrário a PEC 215-2000;
5. Buscar alternativas para incentivos de emendas parlamentares que atendam a projetos dos povos indígenas;
6. Criar a figura do “Agente indígena do esporte e lazer” que possibilite harmonizar e organizar as atividades em localidade onde haja diferenças internas ou embates/disputas entre lideranças;
7. Ampliar a divulgação das ações intersetoriais e seus respectivos programas sociais junto a comunidade indígena por meio das rádios locais, redes sociais;
8. Utilizar a formação dos programas sociais de esporte e lazer (PELC, PST) para qualificar a sistematização das outras atividades dos povos indígenas e da formação de pessoal da própria comunidade;
9. Implementar ações que permitam que os programas sociais de esporte e lazer possam ser inseridos em territórios que estão em processo de reconhecimento ou em conflito, pois essa ação contribui com o fortalecimento identitário desses povos;

10. Elaborar documento ao Ministério da Justiça de manifesto pela proibição do uso da matéria-prima para comercialização. Se faz necessária a criação de políticas públicas para legalizar a comercialização dos artesanatos indígenas e incentivo para criação e reprodução da fauna e flora para esses fins;
11. Realizar oficinas nas aldeias para trabalhar as manifestações e brincadeiras culturais ofertando alternativas para a utilização da matéria-prima (materiais artificiais/alternativos);
12. Implementar mecanismos de articulação dos diferentes povos indígenas, como: realizar o mapeamento das entidades representativas dos índios e institucionalizar as ações dos mediadores estaduais;
13. Incluir modalidades “esportivas” indígenas nos programas governamentais;
14. Criar um fundo de financiamento do esporte, com um percentual para os povos indígenas;
15. Criar a caravana de recreação de esporte e lazer;
16. Incluir as atividades desportivas na grade curricular das escolas indígenas;
17. Garantir o reconhecimento material e imaterial das práticas dos povos indígenas pelo IPHAN de acordo com a cultura de cada povo;
18. Promover ações que permitam organizar equipes indígenas de esporte regional;
19. Facilitar a execução de campeonatos regionais adequados para práticas esportivas;
20. Definir territórios etnoesportivos e de lazer indígenas;
21. Garantir a tradução em pelo menos uma língua indígena nos instrumentos de divulgação das políticas públicas para os povos indígenas; e
22. Garantir ações de valorização dos idosos dentro dos programas de esporte e lazer indígenas.

PROPOSTA CONSOLIDADA PELO GRUPO DE TRABALHO

EIXO TEMÁTICO3: “Esporte, Lazer, Saúde e Educação”

1. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior para formação específica (licenciatura Intercultural) de profissional para trabalhar com as comunidades indígenas;
2. Realizar parceria entre Ministério do Esporte e Funai para criação de comitê indígena com a finalidade de acompanhamento da destinação de recursos financeiros oriundos do ME;
3. Elaborar cartilhas e manuais que possibilitem a melhor informação dos professores indígenas, fomentando as práticas corporais tradicionais, integrando esporte, saúde, educação e alimentação. Investir também na confecção de material audiovisual, que possibilita o registro das práticas corporais lúdicas e a socialização desse material;
4. Constituir Comissão Nacional de Esporte Indígena para se discutir as questões relacionadas ao esporte e as práticas corporais do povo indígena, pensando em um coletivo técnico, de associações e lideranças indígenas, para democratizar melhor as informações nas bases;
5. Viabilizar a contratação dos “educadores” tradicionais, com vistas a promover a relativização da grade curricular;
6. Ampliar a divulgação dos programas do governo federal (Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, Vida Saudável, Programa Segundo Tempo - PST, Mais Educação, Academia da Saúde, Lei de Incentivo ao Esporte) nas comunidades indígenas;
7. Assessorar os povos indígenas na elaboração de projetos, captação de recurso, processo de execução e prestação de contas;
8. Revisar a quantidade de alunos necessária para a adesão dos povos indígenas ao programa “Mais Educação”, visto que existem escolas indígenas que não possuem o quantitativo mínimo;
9. Desenvolver ações intersetoriais para promover intervenções na escola e na própria comunidade acerca de temas (nutrição, saneamento básico, obesidade, hipertensão, práticas corporais e esportivas) que podem contribuir com a promoção da saúde do povo indígena junto aos órgãos responsáveis pela saúde indígena (SESAI, prefeituras);

10. Capacitar os gestores escolares indígenas para aquisição de alimentação tradicional indígena;
11. Estimular a discussão dos assuntos educacionais indígenas nos Planos Regionais de Educação com vistas a integrar o Plano Nacional de Educação;
12. Assegurar a participação dos atletas indígenas nos campeonatos e inserir mais modalidades esportivas coletivas e individuais nos jogos mundiais e locais;
13. Implementar cursos de qualificação profissional para os próprios povos indígenas, dando a eles legitimidade para cuidar das questões educacionais, esportivas e de saúde dentro das aldeias, com vistas a garantir e fortalecer a cultura, tradição e costume;
14. Criar ações preventivas no âmbito da saúde e educação (físico e psicológico) para os atletas dentro das comunidades;
15. Oportunizar aos portadores de necessidades especiais e pessoas com deficiência a participação ativa nos programas indígenas;
16. Criar mecanismo para promoção de campanhas de incentivo à conscientização da importância dos exames preventivos para os homens e mulheres indígenas;
17. Criar Centros Esportivos Indígenas nas comunidades;
18. Promover ações de plantação de árvores frutíferas dentro das comunidades, junto aos órgãos responsáveis, visando a promoção da saúde;
19. Reconhecer profissionalmente as parteiras e os parteiros tradicionais, garantindo sua remuneração;
20. Garantir recursos financeiros para as escolas indígenas via PDDE;
21. Inserir na grade curricular das escolas indígenas disciplinas voltadas a Legislação e Políticas Públicas;
22. Formar e capacitar monitores indígenas para atuação junto aos programas/projetos de políticas indígenas que exigem o professor de educação física;
23. Possibilitar nas ações do Programa Mais Educação a participação de parteiras e anciões com relação as questões de ordem religiosa, cosmológica, padrões da comunidade para as crianças;

24. Valorizar os pajés e seus conhecimentos para trabalhar conjuntamente nas ações de esporte e saúde;
25. Realizar ações de prevenção de DST/AIDS com palestras, principalmente nos finais de semana;
26. Estimular o uso dos medicamentos tradicionais, que acabam usando apenas os remédios da cidade. Essa é uma forma de ajudar a saúde indígena;
27. Ampliar a participação das mulheres nos conselhos de saúde, se possível de forma paritária de gênero;
28. Estimular o parto tradicional. É claro que existem aspectos positivos nos outros tipos de parto, mas, este parece mais adequado;
29. Criar fundo para facilitar a compra de medicamentos e realização dos exames;
30. Regulamentar nos estados e os municípios o mais rápido possível o ensino médio nas aldeias indígenas; respeitando as diversidades culturais e étnicas;
31. Dar continuidade as discussões para garantir a implementação do decreto nº 6.109/2009 que versa sobre a criação dos territórios etnoeducacionais;
32. Abrir vagas para o curso de Educação Física para estudantes indígenas através do PROIND nas Universidades Federais;
33. Garantir que no curso de formação e capacitação de AIS e AISAN sejam incluídos temas voltados para práticas e atividades físicas culturais;
34. Criar no Programa Segundo Tempo um núcleo específico para as escolas indígenas;
35. Criar eventos esportivos escolares indígenas nas esferas municipal, estadual e nacional;
36. Desenvolver ações contínuas entre os ministérios do esporte, saúde e educação de combate ao uso abusivo do álcool e outras drogas; e
37. Articular o Ministério do Esporte com o Ministério da Saúde e Educação, estados e municípios, para capacitação de profissionais de saúde que atuam nos DSEI em relação a temática do esporte e lazer, assim como, capacitar profissionais da área da educação (escolar e física) na temática da saúde.

PROPOSTA CONSOLIDADA PELO GRUPO DE TRABALHO

EIXO TEMÁTICO 4: “Esporte de Alto Rendimento e Atletas Indígenas”

1. Utilizar os conselhos escolares como captadores de recursos para desenvolvimento do esporte;
2. Criar Conselhos Intersetoriais (Educação, Cultura, Saúde e outros) para que participem de discussão e execução quanto ao esporte, cultura e lazer junto aos municípios, estados e união, pensando na sustentabilidade cultural de práticas corporais indígenas;
3. Criar ligas e federações de esporte indígena;
4. Fazer um levantamento do número de indígenas deficientes e possibilitar investimentos no desporto paralímpico;
5. Socializar as minutas e estatutos das federações;
6. Construir Centros de Iniciação ao Esporte em terras indígenas, favorecendo a efetiva participação dos indígenas;
7. Estabelecer uma linha de recurso que ampare e fomente talentos descobertos nas comunidades tradicionais;
8. Possibilitar assessoria técnica do Ministério do Esporte para criação de ligas desportivas, federações e da Confederação Brasileira de Desporto Indígena (CBDI);
9. Apoiar a formalização das regras dos esportes tradicionais dos povos indígenas na criação da CBDI, respeitando o conhecimento do próprio povo em cada modalidade;
10. Criar mecanismos de informação para os atletas indígenas vinculados às universidades participarem dos eventos esportivos da Confederação Brasileira de Desporto Universitário, bem como os atletas indígenas participarem das competições das demais confederações;
11. Estabelecer parcerias com as secretarias municipais, estaduais, instituições de ensino técnico e superior de esporte indígena;
12. Garantir a participação das escolas indígenas nos Jogos Escolares;
13. Realizar os Jogos Escolares Indígenas;

14. Incentivar a produção do conhecimento sobre as práticas esportivas indígenas;
15. Ampliar a estrutura indígena no interior do Ministério do Esporte;
16. Apoiar os atletas indígenas na prática esportiva, com mecanismos específicos nos programas Bolsa Atleta e Lei de Incentivo;
17. Constituir comissão provisória para discutir e aprofundar sobre as leis que regem uma Confederação, antes de sua constituição;
18. Criar uma comissão de acompanhamento das propostas e documento final do I FOPPELIN;
19. Mobilizar aproximadamente 500 assinaturas de atletas indígenas, de trinta etnias diferentes, para a criação de uma comissão provisória indígena com o objetivo de discutir o desporto indígena;
20. Criar um grupo de apoio para orientar a gestão da carreira dos atletas que se destacam no esporte, por exemplo, caminhos para inserção nos programas de bolsa do Ministério do Esporte;
21. Realizar cursos de leis esportivas e como elas funcionam para lideranças indígenas.

Referências

ALMEIDA, Arthur J. M. **Rituais indígenas na contemporaneidade brasileira**: a (re)significação de práticas corporais do povo Bororo. 2013. 273f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2013.

ALMEIDA, Rita H. **O Diretório dos índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 2. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

BRASIL. Constituição da República do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 27 de set. 2015.

_____. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil Brasileiro. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 21/04/2015.

_____. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 21/04/2015.

_____. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 16 de set. 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 21 de Ago. 2015

_____. Ministério do Esporte. **Material Didático do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2008.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado de Cultura, 1989.

GRANDO, Beleni. S. Jogos dos Povos Indígenas: possibilidades interculturais de ensinar e aprender. In: TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; ALMEIDA, José Nilton de; RECENDÍZ, Nicanor Rebolledo (Orgs.). **Diversidade, Educação e Infância**: reflexões antropológicas. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2014. p. 173-196.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University, 2004.

LUCIANO, Gerssem Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: SECAD/ Ministério da Educação; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **O índio brasileiro e a revolução francesa**: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ONU. **Organização internacional do trabalho**. Convenção nº169, 1989.

ONU. **Declaração das nações unidas sobre o direito dos povos indígenas**. Brasília: Senado Federal, 2007.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et. al. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 87-108.

RAMOS, Alcida. **Indigenism: ethnicpolitics in Brazil**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.

_____. Uma crítica a desrazão indigenista. **Série Antropológica**, Brasília, ICS-UnB, n. 243, p. 1-10, 1998b.

_____. Projetos indigenistas no Brasil independente. **Série Antropológica**, Brasília, ICS-UnB, n. 267, p. 1-16, 1999.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

VINHA, Marina. Retomada dos valores tradicionais vinculados à cultura corporal. In: VEIGA, Juracilda; ROCHA FERREIRA, M. Beatriz (Orgs.). **Anais...** Campinas: ALV, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministérios do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, p. 145-156, 2005.

WOORTMAN, Klass. **O selvagem e o Novo Mundo: ameríndeos, humanismo e escatologia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

O Foppelin na perspectiva da CGPEIN: uma ação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte para os Povos Indígenas

Rivelino Pereira de Souza – Macuxi

Andrea Nascimento Ewerton

Beleni Saléte Grandó

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os povos Indígenas estão localizadas institucionalmente no Ministério do Esporte, na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, no Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP, na **Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas** – CGPEIN.

A fim de ampliar essas ações, a **Coordenação-Geral de Políticas Esportivas Indígenas** – CGPEIN – foi criada em 23 de setembro de 2012 e consolidada em 16 de fevereiro de 2014 como área estratégica do Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, com o intuito de promover interação e integração mediante o esporte entre as etnias indígenas existentes em todo o território nacional. Ao buscar a valorização dos atletas indígenas com os programas já existentes no ME e outros em avaliação pela coordenação, a CGPEIN procura fortalecer as culturas e manifestações corporais e esportivas indígenas, com o intuito de mostrar ao país o valor da cultura indígena. O desenvolvimento do trabalho da CGPEIN tem como princípio a consideração aos mandamentos do povo indígena, respeitando a ancestralidade dos líderes (cacique, tuxaua, lideranças espirituais), os rituais e demais celebrações.

São os objetivos dessa Coordenação recentemente criada:

1. reafirmar a cultura indígena, buscando socialização e confraternização entre etnias;
2. incentivar, fomentar, valorizar e fortalecer as práticas de esporte e lazer nas comunidades indígenas;



3. fortalecer a cultura, esporte e sociedade local por meio das atividades motoras e corporais tradicionais;
4. promover a interação entre os participantes e membros das comunidades indígenas locais;
5. desenvolver valores étnicos, morais, éticos coletivos, individuais e sociais;
6. divulgar o esporte como método de aprendizagem social, étnica, cultural, ética, moral e esportiva;
7. melhorar a autoestima dos participantes, visando ao crescimento da participação efetiva dos esportes, lazer e habilidade;
8. desenvolver conteúdos que associem a prática de atividades físicas com melhora na saúde física e mental e na qualidade de vida;
9. promover, difundir e valorizar o intercâmbio étnico-cultural-esportivo.

Os resultados esperados pela CGPEIN são uma maior interação entre etnias, respeitando as suas peculiaridades, cultivando suas culturas e manifestações, celebrações e rituais, procurando, assim, mostrar para o Brasil e o mundo a força indígena de culturas e rituais, fortalecendo o índio e seus povos.

No PPA 2012/2015, as Políticas Públicas para os povos indígenas estão contempladas no Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos, dentro do Objetivo 0669: ampliar e qualificar o acesso à população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

No âmbito do Orçamento da SNELIS as ações são contempladas na ação orçamentária 20JP – Desenvolvimento de Atividades e apoio a projetos de Esporte, Educação, lazer e Inclusão Social e Legado Social, com o Plano Orçamentário – PO 0007 – Desenvolvimento e apoio a Projetos para a população indígena.

Destaca-se que as ações destinadas à população indígena passaram do valor anual de R\$ 100.000,00, entre 2003 e 2013, para execução, em 2014, de R\$ 4.853.959,98 e com previsão na PLOA 2015 do valor de R\$ 4.100.000,00.

Dessa forma, a proposta encaminhada para realização do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas, com a parceria do Grupo de Pesquisa, que vem desde 2007 trabalhando em parceria com o Ministério de Esporte, agora na Universidade Federal de Mato Grosso, além de ser inédita, possibilita uma construção coletiva de Políticas que visam fortalecer as ações já implementadas a partir do olhar da população indígena, na perspectiva de garantir uma participação democratizada das práticas corporais interculturais para o esporte e lazer.

Tendo em vista a diversidade étnica e cultural indígena e as condições objetivas para que as práticas corporais possam ser desenvolvidas, demandam-se consultas aos povos indígenas, a fim de assegurar seus direitos na elaboração da Política de Esporte e Lazer que lhe é destinada.

Foram discutidos e apresentados para organização desse Fórum quatro eixos temáticos que orientariam e explicitam os conceitos que buscam evidenciar as correlações entre campos de saberes e práticas nas comunidades indígenas, e desses com as práticas corporais e com os programas existentes no ME. Os eixos foram apresentados e discutidos, levando em conta que a sua maioria não atinge os povos indígenas.

Com o intuito de ser protagonista, a SNELIS/ME desenvolveu algumas ações e Programas, tais como: Segundo Tempo; Segundo Tempo/Mais Educação (Esporte da Escola); Programa Segundo Tempo/Forças no Esporte (PST/Profesp); Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC; Programa Vida Saudável – VS; Eventos e Competições de Esporte Educacional e de Participação; REDE CEDES; LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE; e BOLSA ATLETA.

Por compreendermos que os processos históricos e as cosmologias indígenas são princípios que devem orientar as políticas públicas para atender as demandas específicas de cada comunidade e de cada povo indígena no Brasil, estruturamos o FOPPELIN a partir de quatro eixos temáticos. Considerando tais eixos, articulamos todas as propostas atuais do Ministério do Esporte e provocamos o debate, após dar a conhecer o que o Governo Federal oferece a todas as comunidades tradicionais como direito ao esporte e ao lazer e a possibilidade de produção de propostas coletivas que articulassem novas ações governamentais de forma não compartimentada entre saúde, educação, esporte e lazer, defesa da vida e sustentabilidade nos territórios, o que, necessariamente, implica em direito aos processos próprios de viver na cultura, que é única em cada

comunidade indígena. Entre esses eixos, também inserimos o debate sobre o direito ao esporte de alto rendimento, compreendendo-o como demanda atual de algumas comunidades mais próximas aos processos urbanos e da cultura capitalista atual.

Assim, o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas teve como objetivo geral subsidiar a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas – CGPEIN, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEIIS, do Ministério do Esporte, na elaboração de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil. Para atender a esse objetivo, organizou-se uma agenda de debate com lideranças indígenas para juntos construírem um fórum nacional representativo que possa contribuir de forma crítica e propositiva com a elaboração de um documento orientador das políticas públicas de esporte e lazer indígena.

Portanto, almejava-se promover um amplo debate com representantes indígenas de diferentes etnias, realidades sociais, papéis socioculturais em suas comunidades, idades e gêneros, para, em diálogo com estudiosos da questão indígena e do esporte, construir um documento orientador da política pública de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil:

- avaliar a realidade atual do envolvimento dos povos indígenas com o esporte no país, conhecendo suas diversas formas de organização para a inclusão ao esporte e ao lazer em relação com a sociedade não indígena;
- socializar ações de esporte e lazer nas comunidades indígenas exitosas, desenvolvidas por meio da autonomia indígenas e por parceira com escolas, prefeituras, ONGs e empresas da iniciativa privada;
- avaliar o legado das ações e programas realizados e/ou apoiados pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte;
- conhecer, desenvolver e (re)significar a atual política de atendimento às demandas dos povos indígenas para a oferta do esporte e do lazer (PELC e PST);
- identificar e propor princípios e diretrizes de uma política intersetorial de esporte e de lazer para os povos indígenas no Brasil;
- elaborar um documento orientador da Política de Esportes e Lazer para os Povos Indígenas.

Esses objetivos são expressos no Documento Base que, após discussão e ajustes com os Mediadores Indígenas, no final de janeiro, orientariam os trabalhos e discussão que eles levariam para os seus estados, a fim de selecionar os representantes que estariam participando do FOPPELIN, em Cuiabá, na UFMT.

Assim, foram organizados os debates no Fórum pautados em quatro eixos temáticos, assim estruturados: 1. Esporte, lazer e Desenvolvimento Sustentável; 2. Esporte, Lazer, Cultura e Território; 3. Esporte, lazer, Saúde e Educação; 4. Esporte de Alto Rendimento e Atletas Indígenas.

Os eixos temáticos, definidos e discutidos com os Mediadores – Indígenas representantes de cada estado que foram convidados para, em janeiro de 2015, trabalhar conosco na organização do Fórum, em Cuiabá, orientaram as falas apresentadas pelos convidados – Intelectuais indígenas e não indígenas – para, a partir dos conceitos centrais do debate, subsidiar os Grupos de Trabalhos – GT – para discussão e elaboração das propostas apresentadas em plenária nos quatro dias do Fórum. Nos Grupos de Trabalhos, os Mediadores coordenaram os trabalhos e tiveram como parceiros os não indígenas vinculados ao Projeto da UFMT ou aos Programas do ME, bem como os indígenas, que atuam como intelectuais no processo desenvolvido para que pudéssemos ter um Documento Final Orientador de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas.

O Encontro de Mediadores encaminhou, assim, de forma coletiva, um plano de trabalho para mobilizar e selecionar em seus respectivos estados, junto aos povos, aldeias e organizações locais, os representantes indígenas que viriam ao Fórum para debater e propor as políticas que atendessem suas diversas realidades.

Os 50 participantes desse Encontro de Mediadores contribuiriam para os ajustes finais do processo de organização do Fórum em Cuiabá, pois nesse compareceram representantes institucionais do Governo Federal, parceiros dos Programas de Esporte e Lazer em desenvolvimento no Ministério do Esporte e também organizações indígenas. Além dessas representações, outras seriam mobilizadas no processo pelos próprios mediadores indígenas.

A distribuição das vagas por estado foi discutida com os parceiros indígenas que, a partir do Encontro de Mediadores, passam a compor a Comissão de Organização. Sua definição ateu-se à distribuição da

população indígena e à diversidade étnica por estado, de acordo com as cinco regiões do país, levando em conta: (1) a quantidade de etnias por estado; (2) o contingente populacional indígena por estado; (3) a realidade e diversidade de cada estado brasileiro. As vagas, proporcionalmente distribuídas a partir das discussões com os Mediadores de cada estado no Encontro em Brasília, ficaram definidas, democraticamente, buscando contemplar o maior número de etnias e a distribuição populacional de cada estado representado. O conjunto de participantes constituiu-se de caciques, anciãos, mulheres e homens adultos e jovens indígenas. Sendo assim, as representações indígenas constituíram-se a partir da diversidade étnica, geracional, de gênero e também de papéis sociais relevantes para as comunidades indígenas, considerando, assim, lideranças, representantes espirituais e culturais dos povos indígenas. Alguns problemas foram enfrentados para garantir esses critérios, especialmente considerando o período de chuvas, que complicou muito os contatos e deslocamentos no Pará, no Acre, em Roraima e em Rondônia, assim como no sul do Amazonas, no entanto, a ação efetiva dos indígenas organizadores do FOPPELIN foi fundamental e poucos foram os que não conseguiram estar presente no Fórum.

A seguir, passamos a apresentar como essas representações se constituíram nos trabalhos do Fórum, realizado de 7 a 11 de abril de 2015, nos Grupos de Trabalhos – GT, que foram coordenados pelos Mediadores Indígenas com apoio dos demais indígenas e não indígenas da Comissão Organizadora do FOPPELIN.

Quadro 1 – Indígenas participantes do FOPPELIN

GT 1 – 21 indígenas participantes de 15 povos indígenas		
ESTADO	MEDIADOR INDÍGENA	POVOS REPRESENTADOS
Ceará	Rosa da Silva Souza - Piarytaguary	Piarytaguary; Tremembé; Pitaguary; Tabajara
Rio Grande do Norte	Jose Luiz Soares – Potyguara	Potyguara
Paraíba	Iolanda dos Santos Mendonça – Potiguara	Potyguara e Tabajara
Sergipe	Jose Apolônio dos Santos –Xocó	Xocó
Pernambuco	Tereza de França (UFPE)	Pankaranu; Fulni-ô
Alagoas	Tanawy de Souza Tenório – Xucuru Kariri	Xucuru Kariri; Karapotó; Xucuru-Kariri; Kalankó
Piauí	Rosa da Silva Souza - Piarytaguary (do Ceará)	Tabajara; Kariri
GT 2 – 16 indígenas participantes de 13 povos indígenas		
Bahia	Eujácio Batista Lopes Filho – Pataxó	Pataxó; Tuxá/Banzaê; Boena hã-hã-hãe;
Rio de Janeiro	José Wilhame Pinto Araújo – Guajajara	Guajajara; Guarani; Guarani M'bya
Minas Gerais	Natália Brás da Conceição – Pataxó Bacumuxá	Xakriabá; Kaxixo; Pataxó
Tocantins	Manoel Moreno de Carvalho – Xerente	Xerente; Karajá Xamioa; Kraho; Javaé -Tuxá
GT 3 – 18 indígenas participantes de 10 povos indígenas		
São Paulo	Marcia Augusto Martim de Campos – Guarani	Guarani; Fulni-ô; Tupi Guarani; Terena
Espírito Santo	Antonio de Souza Filho – Tupinikim	Tupinikim
Paraná	Marciano Rodrigues – Guarani Nhandewa	Guarani Nhandewa; Guarani; Xetá
Santa Catarina	Douglas Popó – Xokleng	Xokleng
Rio Grande do Sul	Zaqueu Key Claudino – Kaingang	Kaingang; Guarani
GT 4 – 15 indígenas participantes de 8 povos indígenas		
Goiás	Sinvaldo Oliveira – Karajá	Karajá; Karajá-Javaé
Mato Grosso do Sul	Dionedison Demecio Candido – Terena	Terena; Guarani; Kadweu
Distrito Federal	Vilson Francisco – Terena	Terena; Wai-Wai

GT 5 – 18 indígenas participantes de 13 povos indígenas		
Pará	Jacqueline Alves dos Santos (Puyr – Tembê)	Tembê; Kayapó; Kaxuyuna; Xikrin; Xipaia; Kyikatêjê; Maytapu
Amapá	Jawapuku Waiãpi e Sonia Boni Guajajara	Galibi-Marworno; Kaxuyana Tiriyo; Wayana
Maranhão	Sonia Boni Guajajara (Brasília)	Guajajara; Krikati; Gavião
GT 6 – 23 indígenas participantes de 17 povos indígenas		
Roraima	Francival Peres Ribeiro - Macuxi	Macuxi; Taurepan; Wai-Wai; Wekuana; Ingaricó; Wapichana
Amazonas	Marcelo da Silva Pinto - Ticuna	Ticuna; Apurinã; Miranha; Kocama; Tabatinga; Marubo-Kulina; Matses; Marubo; Witota; Tukano; Tikuna; Kokama.
GT 7 – 21 indígenas participantes de 15 povos indígenas		
Acre	Ninawa Inu Nunes - Huni Kui	Huni Kui; Shanenawa; Katukina; Ashanika; Machineri; Jaminawa; Yanawa; Nawa; Shanenawa;
Rondônia	Maria Eva Canoé	Canoé; Karitiana; Kariyuna; Wajuru; Karitiana; Cinta Larga; Zoró; Xavante
GT 8 – 46 indígenas participantes de 25 povos indígenas		
Mato Grosso	Darlene Taukane – Kurá-Bakairi	Kurá-Bakairi; Bororo; Javaé-Karajá; Umutina; Guató; Arara; Ksedje-Suya; Kaiapó; Xavante; Apiaká; Kaiapó; Yawalapiti; Kayabi; Iranxi-Manoki; Rikbaktsa; Pareci; Chiquitano; Nambikwara; Trumai; Juruna; Myky; Munduruku

Fonte: Os autores.

Nesse trabalho de debate e de proposições, participaram, ainda, representantes de órgãos do Governo Federal: Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Ministério da Cultura – MinC; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Saúde – MS; e Secretarias do Ministério do Esporte.

O I Fórum, ao reunir uma expressiva, embora limitada, representação da diversidade étnica e cultural, diversa também pelas condições socioeconômicas que enfrentam atualmente os povos indígenas no país, nesse evento buscou responder à demanda dessa parcela da população brasileira a partir de diferentes pontos de vista, visando ampliar ao

máximo suas possibilidades de acesso aos bens culturais do esporte e do lazer, direito constitucional de todo cidadão brasileiro.

Tomando por referência outras organizações ameríndias de inclusão ao esporte na América Latina e do direito efetivado na Educação Escolar Indígena no Brasil, compreende-se que o esporte e o lazer são também possibilidades interculturais educativas que podem contribuir para a inclusão social, garantindo os direitos de cada povo à sua língua, suas práticas corporais e rituais, suas formas de organização social interétnica, seus processos próprios de aprendizagem, enfim, sua cultura.

O Fórum alia-se, assim, às orientações da convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que elaborou o documento que garante, em seu artigo 7º, o direito à livre determinação desses povos. Com isso, o evento voltou-se a ouvir e construir coletivamente uma política de inclusão e participação autônoma das comunidades indígenas ao esporte e ao lazer como direitos sociais.

Com a clareza advinda do processo coletivo desenvolvido e das decisões democráticas que o FOPPELIN possibilitou, cabe ao Ministério do Esporte, especialmente na SNEIIS e na Coordenação Geral de Políticas de Esporte Indígena, garantir que as propostas apresentadas sejam materializadas em políticas públicas que garantam os direitos ao esporte e ao lazer, e, mais que isso, políticas que sejam específicas e diferenciadas e que atendam cada realidade e comunidade indígena do país.

O processo de sistematização das propostas foi coordenado nos GTs. Os Mediadores dos estados que participaram da Organização do FOPPELIN, mesmo alguns que tiveram problemas para estar presente em Cuiabá, são os parceiros e as parceiras. Além dessas lideranças que atuaram como Equipe de Coordenação, representando a Comissão de Organização Geral do FOPPELIN em seus estados, participaram do processo final dos trabalhos de elaboração do Documento Orientador mais 38 indígenas, vinculados a organizações indígenas e instituições, inclusive a UFMT, representando 24 etnias diferentes nessa equipe de parceiros do FOPPELIN.

Para finalizar este texto, apresentamos a seguir o texto na íntegra da Carta assinada pelos participantes do FOPPELIN, no dia 11 de abril de 2015, em Cuiabá/MT.

Carta do primeiro Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN

Reunidos no I FÓRUM NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS, realizado nos dias 07 a 11 de abril de 2015, na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, com a presença de representantes indígenas de todos os estados brasileiros, dentre eles caciques, jovens, anciões, mulheres e demais lideranças indígenas, com a participação de mestres e doutores que atuam em Universidades Públicas de diferentes regiões do país e líderes políticos do Senado e da Câmara Federal da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de parlamentares, de gestores municipais e estaduais e de representantes dos Ministérios para discutir e propor políticas, programas e ações de esporte e lazer para os povos indígenas.

No oportuno, foram debatidos quatro eixos temáticos, a saber: 1) esporte, lazer e desenvolvimento sustentável; 2) esporte e lazer, cultura e território; 3) esporte de alto rendimento e atleta indígena; 4) e esporte, lazer, saúde e educação. Dentro dos diversos debates apontados pelos eixos temáticos, um dos elementos de maior destaque em todas as discussões foi a necessidade de demarcação das terras dos povos indígenas, uma vez que, para a implementação das ações propostas, é imprescindível a definição da referida reivindicação dos povos indígenas. Os participantes indígenas presentes no referido Fórum manifestaram a sua indignação em relação à PEC 215, a qual, se aprovada pode trazer imensos prejuízos aos povos indígenas e ao próprio país.

Os participantes do Fórum realizaram no primeiro dia do evento uma passeata de repúdio ao referido projeto de emenda constitucional, haja vista que ele fere o direito à terra, conquistado pelas lutas travadas pelos povos indígenas na Constituição de 1988.

Este Fórum definiu a necessidade de se manter a continuidade da discussão com o objetivo de garantir o processo de construção de uma Política Pública Permanente de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. Para tanto, é necessária a criação de um grupo de trabalho contínuo para avaliar o desenvolvimento e a implementação das ações deliberadas.

Solicitamos que o Ministério do Esporte mantenha em sua estrutura administrativa a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas

(CGPEIN/ME), a qual deve ser ocupada permanentemente por um membro dos povos indígenas brasileiros devido à legitimidade definida pelos valores étnicos e culturais próprios.

Por fim, nós, participantes deste I Fórum Nacional, exigimos do Estado brasileiro, conforme a Constituição de 1988, que efetive o direito às especificidades, garantindo o protagonismo dos povos indígenas por meio de um diálogo permanente e transparente, na construção e implementação de Política Pública de Esporte e Lazer de Estado para os povos indígenas.

Cuiabá-MT, 11 de abril de 2015

Populações Indígenas – direito ao esporte e ao lazer

Jorge Carvalho França

Andréa Nascimento Ewerton

Débora Carla Silva Nascimento

José Ivan de Aquino

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, vinculada ao Ministério do Esporte, foi criada em 2011, após reestruturação ministerial, e responde, desde então, pelos Programas Sociais do Ministério, tendo como responsabilidade democratizar o acesso ao esporte e ao lazer e como desafio o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais e atender as diversidades.

Com esse intuito, organizou, em 2013, uma coordenação para fomentar e difundir o direito ao esporte e ao lazer para a população indígena. Assumiu, nesse sentido, o diálogo com vistas às parcerias para realização dos Jogos Nacionais, ampliou o apoio a jogos locais, recepcionou e estruturou inicialmente a realização dos I Jogos Mundiais. Sob o comando de um indígena da etnia Macuxi, assumiu o desafio de construir de forma participativa, com lideranças indígenas, Políticas Públicas mais estruturantes; por isso, em 2014, mobilizou uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, por ser uma das mais fortes e dedicadas ao acesso de indígenas no ensino superior e com expertise comprovada em pesquisas acerca do esporte, lazer e educação junto à população indígena. Assim, nasceu o “FÓRUM NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS- FOPPELIN”.

O presente artigo tem por objetivo relatar os impactos dessa construção coletiva, os passos e os desafios da gestão pública e as relações intersetoriais que foram fortalecidas a partir dessa iniciativa.

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS, atualmente responde pelos Programas Sociais do Ministério, tais como Programa Esporte e Lazer da Cidade, Programa Vida Saudável, Programa Segundo Tempo e Esporte da Escola, atividade desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação junto ao Programa Mais



Educação. Desenvolve o apoio a Eventos Esportivos de caráter educacional e de participação e, ainda, a projetos especiais para populações indígenas e povos e comunidades tradicionais. Outra ação importante desenvolvida pela SNELIS é o fomento à produção do conhecimento científico e tecnológico na área do Esporte e Lazer, por meio da REDE CEDES.

Conforme já exposto, criada em 2011, após reestruturação institucional do Ministério do Esporte, que unificou a SNEED e a SNDEL, duas secretarias finalísticas que tratavam do esporte educacional e de esporte e lazer, coube à SNELIS a responsabilidade de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, considerando o enfrentamento das desigualdades regionais, sociais, de raça, gênero, classe social, dentre outras.

Dessa forma, para fomentar e difundir o direito e o acesso a políticas de esporte e lazer para as populações indígenas e de povos e comunidades tradicionais, criou-se, em 2012, a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas – CGPEIN, com orçamento, à época, de 100 mil reais. Essa coordenação assumiu o diálogo para realização dos Jogos Nacionais, ampliou o apoio a Jogos Locais, recebeu e estruturou inicialmente a primeira edição dos Jogos Mundiais.

Em 2013, apoiou os Jogos Nacionais e, desde então, vem ampliando significativamente seu orçamento e sua atuação com vistas à criação e ao desenvolvimento de políticas de esporte e lazer para essa população, chegando em 2015 a um orçamento de mais de 45 milhões de reais.

Nesse contexto, destaca-se a realização do Fórum Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN, da I edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, dos Jogos do Xingu e da VIII Edição dos Jogos Indígenas Pataxó.

A I edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi realizada em Palmas/TO, entre os dias 23 de outubro e 01 de novembro, com participação de 24 etnias brasileiras e 23 países, totalizando 2,2 mil indígenas, com a presença de cerca de 180 mil pessoas – evento que compõe o esforço do Governo Brasileiro em sediar um dos mais importantes eventos esportivos do planeta. Os Jogos Mundiais foram realizados em parceria com o ITC – Comitê Intertribal, idealizador do evento; PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, organizador e realizador do evento; e com o Governo Estadual de Tocantins e a Prefeitura de Palmas, além da participação de um conjunto de órgãos do governo federal.

Os Jogos do Xingu foram realizados no Município de Canarana/MT, entre os dias 15 e 17 de julho de 2015, envolvendo 400 atletas de ambos os sexos das 14 aldeias do Parque Nacional do Xingu e 6.000 pessoas (3.500 indígenas, 2.500 visitantes, autoridades, convidados e observadores).

A VIII Edição dos Jogos Indígenas Pataxó foi realizada no Município de Porto Seguro, estado da Bahia, no nordeste do Brasil. O evento envolveu 1.200 jovens, lideranças e anciãos indígenas, três representantes de cada Povo Indígena da Bahia (17 etnias), 30 integrantes da equipe de suporte, dez treinadores, 49 escolas, sendo três estaduais, 38 municipais, sete da rede privada e uma federal, com faixa etária de 16 a 25 anos, e anciões com mais de 50 anos. Totalizou, assim, aproximadamente 2.500 participantes, incluindo turistas e membros das comunidades presentes. Cabe salientar que o apoio para esse evento foi solicitado desde abril de 2014.

Estão em fase de celebração, ainda, dois eventos: o 1º Festival Cultural e Jogos dos Povos Tradicionais de Mato Grosso, a ser realizado no Município de Santo Antonio do Leverger/MT, no período de 17 a 20 de dezembro de 2015, bem como a I Copa Indígena do Alto Solimões, Amazonas e Jogos Tradicionais e Intercâmbio Cultural dos Povos Indígenas, a ser realizado no Município de Benjamin Constant/AM, na aldeia Filadélfia, no período de 22 a 29 de janeiro de 2016.

Cabe ressaltar que a população indígena é atendida pelo Programa Segundo Tempo, em um núcleo no Forças no Esporte, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em um núcleo no Programa Esporte e Lazer da Cidade, na cidade de Formoso do Araguaia, no Tocantins, e em 69 escolas indígenas, com o Esporte da Escola no Programa Mais Educação¹, sendo, dessa forma, um atendimento com capilaridade muito pequena. Portanto, faz-se necessário ampliar a participação dos Indígenas nos programas existentes, identificando as causas dessa pequena abrangência.

Considerando a pequena oferta de políticas, os Jogos Nacionais precisam ser parte de um processo mais amplo de difusão do acesso a eventos aos povos nas diversas etnias, por isso, a realização de jogos locais e/ou regionais precisa ser estimulada. Temos também entre a população indígena, atletas e/ou potenciais atletas em algumas modalidades, como atletismo, futebol, canoagem, tiro ao arco, dentre outras. Destacamos que

1 Programa de Indução à Educação em Tempo Integral e Integrada, realizada pelo MEC em parceria interesetorial com os Ministérios: Esporte, Cultura, Desenvolvimento Social e Saúde, por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola do FNDE.

esses atletas encontram imensas dificuldades de acesso e permanência na prática das modalidades.

Essas questões passaram a ser pauta das ações e planejamento da CGPEIN, assim, em 2014, buscou-se ampliar o debate com representações das populações indígenas, sendo convidada a Universidade Federal de Mato Grosso e alguns órgãos federais, entre eles, SESAI, FUNAI, MEC, MINC e MDA, para pensar a elaboração de um fórum consultivo e propositivo de Políticas Públicas. Tais iniciativas consideram o artigo 6º, alínea “a” da Convenção 169, que afirma: “governos deverão consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.” O fundamento para o processo de consulta aos povos indígenas deve seguir uma lógica de respeito aos diferentes códigos linguísticos, às cosmologias, à religiosidade e ao tempo de cada povo. A informação deve ser anterior e apropriada às características culturais de cada povo “a fim de subsidiar adequadamente as discussões entre os diversos interlocutores.” (SILVA et al., 2009, p.197).

Assim, nasceu o I FOPPELIN, realizado pelo Ministério do Esporte e executado, em parceria, pela Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, em Cuiabá/MT, entre os dias 07 e 11 de abril de 2015. A dinâmica dos trabalhos no FOPPELIN envolveu 300 pessoas, das quais 180 indígenas de 120 diferentes etnias, representantes de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, sendo caciques, jovens, anciãos, mulheres e demais lideranças indígenas. Como forma de contribuir com suas experiências participaram, ainda, dois indígenas venezuelanos. Também se fizeram presentes líderes políticos do Senado e Câmara Federal da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, com o objetivo de afinar o diálogo. Compareceram, ainda, representantes de órgãos federais para subsidiar parcerias intersetoriais, com o intuito de discutir e propor programas e ações de esporte e lazer para os povos indígenas.

Para preparação do I FOPPELIN, ocorreram em Brasília/DF, nos dias 31/01 e 01/02/2015, reuniões de trabalho com diversos/as mediadores/as indígenas indicados/as pelo COEDUC/UFMT para traçar as diretrizes do Fórum.

Durante o I FOPPELIN, as discussões foram formatadas sobre quatro eixos norteadores, organizados em oito Grupos de Trabalho. As

deliberações foram levadas e aprovadas em Plenárias por Eixo e validadas em Plenária Final. As propostas aprovadas nortearão as ações da SNEIIS, a fim de promover políticas públicas continuadas de esporte e lazer para a população indígena.

- **Eixo 1: Esporte, Lazer, Cultura e Território.** Esperava-se com esse eixo subsidiar os indígenas para problematizar o acesso ao esporte e lazer, na perspectiva de valorização de sua cultura e de seus territórios tradicionais, potencializando a promoção da cultura e do esporte que possa ser acessado por essa parcela da população.
- **Eixo 2: Esporte, lazer e Desenvolvimento Sustentável.** Buscava-se superar o atual quadro de pouca capilaridade dos programas nas comunidades indígenas que enfrentam diferentes problemas sociais, principalmente no que tange ao desenvolvimento sustentável de suas comunidades. A perspectiva do esporte e do lazer na busca de desenvolvimento sustentável visa responder as demandas socioeconômicas e culturais de forma articulada com a valorização de seus saberes e práticas.
- **Eixo 3: Esporte, lazer, Saúde e Educação.** Buscava-se compreender de que forma o esporte e as práticas corporais tradicionais contribuem para a educação e a saúde dos indígenas e de que forma as diferentes políticas voltadas aos povos indígenas podem contribuir para uma melhor qualidade de vida, pautada no direito ao esporte e ao lazer para essa população.
- **Eixo 4: Esporte de Alto Rendimento e Atletas Indígenas.** Tornase imperioso que se promova uma discussão para detectar quais as necessidades dos povos e dos atletas indígenas relacionadas ao esporte de alto rendimento. Essas informações devem subsidiar pesquisas científicas, de modo a possibilitar a participação de indígenas em programas de formação de atletas, atendendo às particularidades de cada povo e região do país.

Considerações finais

Registra-se que ao final do Fórum foi aprovada por aclamação a Carta do I FOPPELIN, que destacou a necessidade de demarcação das terras dos povos indígenas, uma vez que, para a implementação das ações propostas, é imprescindível a definição da referida reivindicação dos povos indígenas. A presente carta reconheceu os avanços e a relevância do rico processo de construção coletiva e participativa rumo à consolidação do Esporte e Lazer como direito da População Indígena. Essa carta e o conjunto de propostas aprovadas em cada um dos quatro eixos foram entregues aos Ministros e representantes dos órgãos federais participantes, aos parlamentares e aos gestores estaduais e das 26 capitais, bem como apresentado à comissão organizadora da Conferência Nacional de Política Indigenista – CNPI.

Por fim, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS – incorporou as propostas apresentadas em seu planejamento para os próximos anos desse mandato governamental, ressaltando a necessidade de se manter a continuidade de discussão com a finalidade de garantir o processo de construção de uma Política Pública Permanente de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

SILVA, Christian Teófilo da Antonio; LIMA, Carlos de Souza, BAINES, Stephen Grant (Orgs.). **Problemáticas sociais para sociedades de plurais**: Políticas indigenistas, sociais e de desenvolvimento em Perspectiva comparada. São Paulo: Annablumer, 2009.

FOPPELIN: análise e contribuições para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Khellen Cristina Pires Correia Soares

André Henrique Chabariberry Capi

José Alfredo Oliveira Debortoli

Os Povos Indígenas e as Políticas de Esporte e Lazer no Brasil

A participação política, como condição democrática, implica acesso à educação, à cultura, à saúde, à construção identitária, requerendo que o Estado assuma sua responsabilidade como condutor da cidadania. Políticas de Direito, assim referenciadas, estão intrinsecamente ligadas às condições de participação social, bem como à destinação orçamentária que essas demandam. Com esse sentido, Demo (1994) nos provoca uma importante reflexão sobre a noção de *pobreza*, inserindo-a em uma dinâmica política, em que a desigualdade de direitos revela-se como sua face mais dura, reforçando relações de poder, privilégios, assistencialismos e sentimentos de tutela. O diálogo com Freire nos lembra o termo “politicidade”, para designar esse confronto político entre incluídos e excluídos. Para Freire (1993), a pobreza não se restringe às coisas materiais, mas implica uma habilidade para conduzir com autonomia o próprio destino.

Para analisar as políticas públicas para os povos indígenas, em especial a que se esboçou a partir da reunião do FOPPELIN, consideraremos dois momentos como marcos para a construção de uma política pública de esporte e lazer e a democratização do acesso a cada um dos brasileiros. O primeiro, em virtude da inserção do esporte nas suas dimensões de rendimento, educacional e de participação na Constituição Federal de 1988, como um dever do Estado, conforme previsto no artigo 217, título VIII, capítulo III, seção III. Apontamos as três dimensões do esporte porque no texto do referido artigo observa-se em duas passagens essas intenções. Na abertura, de acordo com o anúncio de que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais”, o que



permite considerarmos o esporte não formal como manifestação esportiva participativa e educacional. E no § 3º, que declara que “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” (BRASIL, 1988). O segundo momento como marco para a construção de uma política pública concretiza-se com a criação do Ministério do Esporte – ME – da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, assumindo a função de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano.” (BRASIL, 2003).

Esse processo de construção e implementação da Política Nacional de Esporte e Lazer vem se delineando para atender toda a população, inclusive os anseios dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, rurais, comunidades de terreiro, extrativistas, caboclos, pescadores artesanais), com o propósito de cumprir com o dever do Estado de reconhecer a diversidade sociocultural, práticas e saberes tradicionais dos povos, compreendendo que as políticas públicas devem ser elaboradas, desenvolvidas e avaliadas com a participação qualificada de todos os segmentos, especialmente daqueles a quem se destinam as ações e programas.

Observamos, assim, que, desde sua constituição, mesmo que de forma lenta, o ME vem se empenhando para construir e implementar uma política nacional de esporte e lazer que atenda aos anseios e direitos da população indígena. Entendemos importante destacar que a questão indígena é hoje no ME alvo de atenção, de investimentos e de apoio à pesquisa. Decorre daí a realização de eventos científicos e tecnológicos, bem como o desenvolvimento de projetos e programas que contribuam para a qualidade de vida dos povos indígenas. Observamos que os investimentos realizados, no campo da gestão pública, em ações que promovem o esporte e lazer, contribuem para o fortalecimento e valorização das práticas corporais indígenas. Os Jogos dos Povos Indígenas, seguido do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, Rede CEDES e da criação de um setor responsável pelas questões indígenas, denotam um avanço na construção de uma agenda que busca efetivar o direito social ao esporte e lazer.

Sabemos a importância de interpelarmos o sentido dos direitos dos povos indígenas ao esporte e ao lazer. De forma complexa, podemos observar que esses envolvem suas experiências culturais, suas relações com o ambiente e territórios que habitam, bem como suas formas

sociais e econômicas, entrelaçando-as a um conjunto de contradições da sociedade moderna, da cultura midiática e da indústria cultural. Observamos, sobretudo, que o direito a experiências universais, como o esporte e o lazer, também provoca um fortalecimento de experiências culturais tradicionais e a emergência de estratégias de preservação de seu patrimônio material e imaterial.

Esporte, Lazer e Indígenas: Políticas Públicas do ME

Ao longo do processo histórico de criação e desenvolvimento do ME, buscamos reconhecer e analisar um movimento e um envolvimento democrático no sentido de buscar efetivar ações que promovam o acesso ao esporte e lazer, por meio de políticas públicas de direito. De acordo com Menicucci (2006), a política pública pode ser entendida como estratégia de intervenção e regulação do Estado, que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade.

Para essa autora, as políticas públicas são escolhas e ações que se constituem em uma teia de conflitos e interesses. Estão diretamente relacionadas ao poder e são mediadas por instituições políticas que procuram relacionar, por meio de processos institucionalizados e pacíficos, a necessidade de convivência entre interesses diversos, muitas vezes, contraditórios.

Nesse cenário, destacamos a Conferência Nacional de Esporte – CFNE – como um espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer para o país. Seu modelo conceitual tem como proposta ampliar a participação da sociedade civil organizada no processo de definição das políticas de esportes e lazer do país mediante a participação popular na gestão e no controle social do setor. A primeira ocorreu em Brasília, no ano de 2004, sob a temática Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, com o objetivo de apontar caminhos para a construção do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer. Em 2006, aconteceu a segunda CFNE, com o tema “Construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, sendo que o debate centrou-se na criação de um novo sistema para articular todos os agentes relevantes para o desenvolvimento das atividades de esporte e lazer no país, incluindo agentes públicos –

nos diversos níveis da federação – e privados das diversas manifestações e dimensões do esporte. A terceira conferência, realizada em 2010, teve como tema o “Plano Decenal do Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, cujo desafio consistiu em consolidar as conquistas anteriores e avançar na efetivação do esporte como direito social, conforme preceitua a Constituição Federal.

Mesmo sendo organizada de maneira descentralizada, por meio de etapas municipais/regionais, estaduais e a nacional, com o propósito de tentar garantir uma ampla participação da sociedade nesse processo, como também de maneira a permitir aos entes federativos apresentar questões relevantes a partir de demandas específicas da realidade local, não identificamos nas conferências eixos e temáticas de esporte e lazer voltados para os povos indígenas.

As decisões e apontamentos fruto das conferências pouco têm subsidiado o desenvolvimento e a implantação das políticas públicas de esporte e lazer no país. Isso fica explícito na medida em que percebemos a manutenção da hierarquização no financiamento de recursos no fomento das políticas públicas nas suas três dimensões, situação que historicamente privilegia o investimento no esporte de rendimento em detrimento ao esporte participativo e educacional.

Esse retrato aponta que o ME e o governo federal optaram por priorizar o investimento na implantação da política dos megaeventos esportivos (Jogos Pan e Parapanamericanos de 2007, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), com objetivos mercadológicos que não contribuem para a construção de uma política de Estado, mas sim privilegia a materialização de uma política de governo com o propósito de ter mais visibilidade devido à midiaticização desses eventos.

Mesmo com todos esses devaneios no processo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas de esporte e lazer no país, observamos que no decorrer dos últimos anos da história das políticas públicas há um esforço em propor ações afirmativas de identidade, e, nesse processo, de forma lenta e gradativa, fazer com que se efetivem também nas políticas de esporte e lazer. Assim, a democratização do esporte e lazer e a promoção do seu acesso tenta romper os limites urbanos, chegando aos povos e comunidades tradicionais e indígenas.

Apesar das pressões em favor de uma homogeneização cultural, nas sociedades contemporâneas pode-se observar a afirmação das

identidades étnicas e, ao mesmo tempo, um fluxo maior por meio de suas fronteiras, o que leva a formas diversas de relação com a alteridade. Veras (2004) destaca que o tempo em que para encontrar o exótico era preciso cruzar oceanos entrou para a história da Antropologia. Assim, as sociedades plurais demandam análises finas dos processos identificatórios, excludentes, classificatórios e integradores.

Um estudo mais profundo e crítico acerca da autonomia cultural ou intencionalidade histórica da alteridade indígena pode nos permitir verificar que

[...] devemos prestar mais atenção aos hesitantes relatos etnográficos sobre os povos indígenas que se recusavam tanto a desaparecer quanto a se tornar como nós. Pois acontece que essas sociedades não estavam simplesmente desaparecendo há um século, no início da antropologia: elas ainda estão desaparecendo – e estarão sempre desaparecendo [...] Elas vem tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: o seu próprio sistema de mundo. (SAHLINS, 1997, p. 52).

Os estudos étnicos têm se ampliado de forma crescente na sociedade brasileira. Esses estudos abrangem desde as práticas cotidianas até os embates e ações políticas das relações interétnicas. Segundo Pinto (2011, p. 5):

O resgate, a valorização e a difusão da cultura indígena são elementos necessários à preservação dos conhecimentos e das manifestações culturais advindas das mais de 220 etnias que vivem nas diferentes regiões do nosso País. São valores, ritos cotidianos que se apresentam no universo cultural das sociedades indígenas e que se manifestam em suas danças, cantos, pinturas corporais e em seus jogos esportivos que valorizam o lúdico, o brincar e a expressão de sentimentos como a alegria, essenciais para a qualidade de vida do ser humano e sua convivência social.

Almeida (2011, p. 20), ao estudar os jogos dos povos indígenas brasileiros, destaca que os jogos se constituíram a partir de uma demanda dos povos indígenas aos órgãos governamentais, ao se apresentar como “um conjunto de práticas culturais de diversas etnias.” Entretanto, também chama atenção para a relevante influência de práticas hegemônicas da cultura ocidental moderna, tendo o esporte como foco. Cabe aqui

destacar uma permanente tensão entre os processos identitários que dele emerge e o risco de esportivização de suas práticas corporais tradicionais.

De toda forma, sobressai na percepção de Almeida (2011), a constante ressignificação das práticas e dos usos do corpo, contribuindo para a formação da identidade da pessoa indígena e para a expressão de sua diversidade cultural. Explica que a vitória não é considerada aspecto principal do jogo, sobressaindo sentidos estéticos que pretendem afirmar, bem como suas possibilidades de confraternização e contato entre os povos.

Em nenhum momento Almeida (2011, p.73) deixa de apontar contradições, como na análise da *Corrida de Toras*, destacando seu processo de regulamentação, na medida em que a corrida passou a ser “realizada de maneira competitiva dentro dos Jogos dos Povos Indígenas”, sobrepondo-se aos interesses dos povos indígenas e promovendo uma alteração dos sentidos tradicionais.

Entretanto, é importante dar destaque ao fato de que “as práticas corporais estão envolvidas na totalidade das culturas indígenas [...] porque possuem um símbolo próprio em suas tradições que contribuem para a educação da pessoa indígena.” (ALMEIDA, 2011, p.74).

Com o lema “o importante não é competir e sim celebrar”, os Jogos dos Povos Indígenas tiveram, a partir de 2007, um apoio institucionalizado do governo federal, envolvendo a FUNAI/Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, além dos governos de estado e prefeituras municipais. Os jogos foram criados tendo como principal objetivo resgatar e valorizar os jogos esportivos indígenas, promovendo o conagraçamento e intercâmbio entre outras etnias participantes, fortalecimento da identidade cultural desses povos e confraternização digna e respeitosa dos índios com a sociedade indígena.

De certo, esse é um dos desafios centrais do PELC: ampliação dos sentidos das Políticas de Direitos, mobilizando a inquirir as experiências de Lazer como possibilidade de efetivação de uma vida cidadã. O PELC é um programa social de abrangência nacional, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS/ME, que visa fomentar políticas públicas e sociais que atendam à demanda por lazer da população, sobretudo daquela em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo principal do programa é democratizar e universalizar o acesso a práticas e conhecimentos do esporte e do lazer, integrados às

demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano. Esse programa contempla ações de esporte recreativo e lazer para os indígenas e demais populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, rurais, comunidades de terreiro, extrativistas, caboclos, pescadores artesanais) por meio da implementação de núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais – PCT. A proposta do programa para os povos indígenas consiste em implantar espaços de convivência social nos territórios por meio de oficinas e eventos que promovam atividades físico-esportivas, socioculturais, artísticas e intelectuais, pautadas nas diretrizes da auto-organização comunitária, trabalho coletivo, fomento e difusão da cultura local e nos princípios da gestão participativa e democrática.

As diretrizes do PELC enfatizam a especificidade do trabalho com povos indígenas e comunidades tradicionais, ressignificando conteúdos, metodologias, sentidos e direitos de formação para a garantia de direitos de pessoas e grupos sociais, como os povos indígenas, que vivem contextos específicos e em profunda relação com seu território e experiências culturais, relacionando suas formas de organização da vida social, de forma a contribuir para a ampliação da cidadania e participação social.

Trazer o protagonismo indígena para o centro das ações do PELC é desafiador, porém, necessário. A análise da realidade de cada povo a qual essa política pública é acessada deve ser realizada, entendendo que as políticas não podem ser universalistas, que os indígenas detêm direitos específicos e diferenciados. O que se apresenta é a necessidade de um olhar e da elaboração de estratégias construídas pelos indígenas, favorecendo o reconhecimento e fortalecimento da cultura indígena.

Nessa busca por favorecer o conhecimento e reconhecimento dos estudos e pesquisas que são desenvolvidos no Brasil, o ME cria a Rede CEDES, em 2003, que, por meio de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sem fins lucrativos, constituem núcleos da Rede, colaborando para a produção e difusão de conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais.

A criação da Rede CEDES representa um esforço da gestão pública em estabelecer parcerias com grupos de pesquisas de cursos de educação física das universidades públicas brasileiras, visando implementar estudos e pesquisas no campo do esporte recreativo e do lazer, divulgando os

trabalhos por meio do Repositório Vitor Marinho, que permite o gerenciamento da produção científica na forma digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

Ao promover esse acesso, abriram-se possibilidades para a publicação de quatro obras que se dedicam ao universo indígena, sendo que duas versam sobre o universo e histórico dos Jogos dos Povos Indígenas e outras duas buscam, por meio de capítulos independentes, um estudo acerca das contribuições para a inclusão da história dos povos indígenas na escola mediante os jogos e as culturas desses povos, para destacar as possibilidades de uma educação intercultural na escola.

As ações citadas fazem parte de processo histórico que está se desenvolvendo no ME e que provoca os envolvidos com a política pública a pensar no esporte e lazer indígena para além do modelo não indígena. Com isso, trata-se de entender as interfaces, visões e direitos diferenciados que esses povos conquistaram e não devem ser negados.

No ME o planejamento das ações para os povos indígenas é desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais – DEDAP, da SNEIS, mediante a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas – CGPEIN. Essa coordenação foi criada em setembro de 2012 e consolidada somente em 2014 como área estratégica do governo federal. Suas ações visam promover a interação e integração entre as etnias indígenas existentes em todo o território nacional por meio de programas e eventos esportivos.

FOPPELIN: Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas

Nesse cenário, surgiu o FOPPELIN com o objetivo de discutir a política pública de esporte e lazer para os povos indígenas. A construção do Fórum ocorreu em conjunto com os representantes de diferentes idades e gêneros e lideranças das diversas etnias do país. Além disso, foram contempladas no debate as temáticas do cotidiano desses povos e o seu modo de vida para se estabelecer os eixos temáticos norteadores do Fórum. Como etapa preparatória, três meses antes da realização do Fórum ocorreu um encontro de mediadores com o propósito de mobilizar, organizar grupos de trabalhos e qualificar as discussões em torno dos quatro eixos temáticos norteadores dessa ação: 1- Esporte, Lazer e Desenvolvimento

Sustentável; 2- Esporte, Lazer, Cultura e Território; 3- Esporte, lazer, Saúde e Educação; 4- Esporte de Alto Rendimento e Atletas Indígenas.

Em termos de conceituação mínima, pode-se afirmar que estudar política pública é investigar o “estado em ação” (JOBERT; MULLER, 1987 apud MARQUES, 2013), isto é, quais ações são implementadas e quais atores são envolvidos para a efetivação das ações. Nesse processo, é importante reconhecer que política pública é um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. Assim, podemos perceber a perspectiva de construção e realização do FOPPELIN como um movimento do Estado, de buscar juntos aos atores sociais entender suas demandas para melhor efetivação das ações, em uma perspectiva intersetorial.

Buscar entender a realidade indígena por meio das dimensões do lazer e do esporte, observando aspectos que perpassam pelas objetividades e subjetividades das experiências nesse campo nos desafia a confrontar o contemporâneo com o tradicional, o local com o global, o individual com o coletivo e talvez entender que esses processos não são únicos ou entanques, e sim que em algum momento são híbridos. Tais possibilidades, então, trazem indagações acerca das relações entre homem, natureza, cultura e territorialidade. Nesse sentido, Martins (2010, p. 7) aponta que:

O que se desenha mais uma vez é que a cultura e a natureza são componentes de uma mesma realidade. E a forma como percebemos e apropriamos da natureza é sempre um mecanismo de se expressar culturalmente que tem embates e desdobramentos na nossa relação com o mundo. Eis um exemplo disso: a natureza externalizada ao homem e se torna mercadoria que pode ser usada e consumida com base na ideologia do consumismo. Isso é uma construção cultural. Os efeitos são valores humanos erodidos da mesma forma que a própria mercadoria natureza.

Observamos, durante a reunião do FOPPELIN, uma relação imbricada entre desenvolvimento sustentável, saúde, educação e direito ao território. Enfatizamos, até o momento, a importância do debate acerca de políticas de direito na direção de uma Política Cultural, mobilizando as experiências de Esporte e Lazer como possibilidade de efetivação de uma vida cidadã, entrelaçada aos direitos de saúde, educação, desenvolvimento, e até mesmo ao esporte de alto rendimento.

Isso nos provocou uma atenção à importância de efetivar a participação e a voz dos representantes dos diferentes povos. Contar as histórias de suas práticas corporais, ou de suas lutas pelo direito à terra, à saúde e à educação fazia vibrar o sentimento de que cada um dos povos indígenas ganhava visibilidade e reconhecimento.

Nas diferentes formas de participação dos representantes indígenas íamos sendo indagados como pensar políticas de esporte e de lazer que se revelem como abertura para o entendimento de seus conhecimentos, de suas práticas e de suas relações e necessidades cotidianas. O direito ao esporte e ao lazer mostrou-se entrelaçado à urgência de enfrentamento de graves crises que permeiam a luta pela terra, que incluem também o direito à saúde e à educação. As políticas de direitos ao esporte e ao lazer, com esse sentido, fizeram coro a um movimento de denúncia das desigualdades, provocando-nos, sobretudo, uma responsabilidade com as experiências culturais próprias dos povos indígenas, constituindo a própria condição de inserção e de participação social.

Nessa perspectiva, o FOPPELIN, uma ação do ME, ou seja, uma ação que compõe as políticas públicas de esporte e lazer para os indígenas, provoca os estudiosos, gestores e técnicos a pensar essas outras culturas, pensar a diversidade, e tentar compreender a importância do reconhecimento do outro (atores sociais) na formulação das ações. Significa, sobretudo, pensar a relação entre eu e o outro, uma vez que a diversidade, em todas as suas manifestações, é inerente à condição humana: somos atores/sujeitos sociais, históricos e culturais e, por isso, diferentes.

FOPPELIN como Possibilidade de Diálogo e Perspectiva de Direitos: a voz dos atores sociais

O território indígena e sua temporalidade se diferenciam dos demais territórios e temporalidades dos sujeitos que compõem a sociedade envolvente, de modo que cada realidade vem sendo construída a partir das experiências, vivências, sentidos e significados elaborados no cotidiano individual e coletivo. Raymond Williams (1961) entende que culturas específicas têm versões específicas da realidade, que podem considerar-se inventadas por elas, com diferentes regras, criando seus próprios mundos habitualmente experimentados por seus portadores.

A atualidade lança o desafio da multiplicidade de olhares nos diversos campos de estudos, e o campo de estudos do lazer avança nesse sentido, agregando conhecimentos de várias disciplinas que se aproximam do lazer, buscando desenvolver análises e pesquisas.

Ao buscar trazer mais elementos para essa discussão, analisamos um estudo do lócus da geografia, que apresenta contribuições significativas para as nossas análises acerca do processo de alteridade que emerge do modo de vida indígena, além de apontamentos significativos para as nossas reflexões nos Estudos do Lazer. Martins (2010) trata de categorias como “naturezas”, “culturas” e territorialidades, fazendo-nos entender a complexidade do envolvimento entre o humano com o mundo, entre a sociedade e a natureza. O autor traz para discussão a importância de se pensar na multiplicidade de naturezas e culturas, e isso associado ao entendimento de territorialidades. A “territorialidade como elemento constituinte de culturas, naturezas e identidades.” (MARTINS, 2010, p. 20). E aqui se apresenta o nosso desafio: entender como a cultura indígena interpreta a natureza e constrói suas territorialidades em seu tempo-espaço. A forma como lidamos com a natureza é intrínseca aos constructos culturais, há uma historicidade nessas relações. São elas que dão contornos às formas como habitamos o mundo. Segundo Martins (2010, p. 3-4), esse habitar é o resultado das territorialidades humanas:

A rigor, o habitar como meta e como constructo, é quem permite que uma multiplicidade de naturezas e culturas sejam criadas e apropriadas socialmente [...] Nesse sentido, a experiência humana é a matéria-prima fundamental do habitar [...] Experiência no sentido de que estamos em contato com outros seres humanos e não humanos. E este contato é mediado por um elemento que nos diferencia da nossa própria natureza: a cultura. A rigor, acredito que a cultura seja um elemento sedimentar do ato/ação de habitar a natureza, os espaços e os lugares [...] O habitar é em si, o meio pelo qual encontramos e estamos na natureza.

E essa forma de habitar o mundo nos foi revelada no diálogo com os indígenas, no contexto do FOPPELIN, visto que os indígenas trouxeram outra compreensão do direito às experiências de esporte e de

lazer. Manifestadas em uma diversidade de experiências culturais, essas se revelam sempre de uma forma relacional, imbricadas em realidades vividas, encarnadas em lutas cotidianas, que implicam no reconhecimento identitário, na valorização da vida, no direito à saúde, ao Lazer e ao Desenvolvimento social.

O FOPPELIN nos possibilitou conhecer outros modos de vida, aproximando-nos de uma riqueza de experiências de alteridade, nas quais podemos observar uma afirmação positiva de suas identidades étnicas. As demandas indígenas enfatizaram seu processo de envolvimento histórico com o ambiente. Esse também recaiu sobre os sentidos e a importância do esporte e do lazer, implicando relações, como sua temporalidade, seus rituais e suas experiências culturais, entrelaçados ao direito à saúde e à educação.

No diálogo com os indígenas nos deparamos com a expressão de desejos, necessidades e modos de viver que nos desafiaram a compreender a complexidade das políticas de lazer e o sentido que o esporte pode ocupar em suas vidas. No que se refere ao lazer, nem sempre encontramos correspondências objetivas com os conceitos elaborados no contexto da sociedade ocidental moderna, reclamando novos olhares e indagações para os direitos dos povos indígenas, em meio a uma diversidade de contextos, pessoas e grupos sociais.

A compreensão do direito à prática esportiva, que absorve um rico espectro de sentidos, das brincadeiras cotidianas ao esporte de alto rendimento, revela que as ações propostas como políticas de lazer, as quais reivindicam, estão atravessadas por suas relações ambientais e territoriais, identitárias e formativas. O direito ao esporte e ao lazer, por isso, é compreendido como possibilidade de engajamento democrático na dinâmica da sociedade brasileira, incluídos como cidadãos universais, como povo brasileiro. Essa complexidade é o que irá qualificar os sentidos e a direção das políticas de direito que reivindicam.

Considerando e Continuando...

O I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN – buscou enfatizar a luta que os povos indígenas vêm enfrentando nas duas últimas décadas pela consolidação de direitos, ultrapassando o campo dos ordenamentos legais, materializando-se como política pública. Como contexto de discussão, o FOPPELIN trouxe a

perspectiva de ter os indígenas como atores sociais, envolvidos na discussão das políticas públicas. Nesse sentido, entende-se fundamental que lhes seja garantida a participação em todos os fóruns e processos de discussão e decisão, afirmando-os como sujeitos de direito e representantes legítimos de seus contextos e povos.

Na realização do FOPPELIN, explicitou-se a importância de que os indígenas, enfatizados como atores sociais, estejam necessariamente envolvidos e participem da formulação das políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos e, sobretudo, na elaboração de uma agenda de ações que estruture e garanta sua implementação. Essa agenda é, justamente, o instrumento que destacará a priorização de temas e problemas a serem trabalhados como uma Política de Estado, independente de concepções de governo, pois sabemos que esse é um espaço de conflitos, disputado entre os diversos atores que fazem parte do jogo político (ROTH DEUBEL, 2006).

No que tange ao debate do direito ao esporte e ao lazer, o reconhecimento de suas especificidades e experiências culturais constitui questão central para o debate político. Nas relações com o Estado, reivindicam o diálogo constante e destacam a importância dos indígenas assumirem protagonismos nos processos decisórios, em diálogo com os seus pares.

A gestão das políticas públicas de esporte e lazer é, a partir do FOPPELIN, provocada a formular uma agenda que consiga garantir espaços e tempos de discussões com os indígenas, aprimorando as estratégias de organização e construção do protagonismo indígena e dos gestores. O que queremos dizer é da necessidade dos gestores realmente garantirem que o processo seja em prol do protagonismo efetivo, não cerceado e/ou conduzido; que possam criar estratégias para que os indígenas compreendam esses espaços como extensão da sua luta por efetivação dos seus direitos, que sintam a possibilidade de ver sua voz ecoar e que se apropriem das discussões do esporte e lazer, para garantir o que realmente anseiam.

Torna-se desafiador reconhecer o esporte e lazer como mais uma política pública que está buscando um processo de alteridade para desenvolver suas ações, contemplando o modo de vida, cosmologia e os anseios dos povos indígenas no que tange ao esporte e lazer, entendendo que esses dialogam diretamente com a educação, desenvolvimento sustentável, saúde e território, por meio de ações que rompam com compartimentos e que busquem ser intersetoriais.

Aos indígenas outros desafios são apresentados, visto que precisam romper com a ideia destacada por Demo (1994). Há de se entender que, além do direito à saúde e à educação diferenciadas, eles precisam do acesso às políticas de esporte e lazer, que devem ser desenvolvidas a partir do reconhecimento do território, pois não está se falando de outro lugar e sim do território indígena e todas as suas relações com a natureza, que não está somente fora, e sim dentro do indígena. Dessa maneira, há que se buscar compreender o que realmente desejam, como possibilidades de esporte e lazer para além do que já têm no cotidiano.

Aos indígenas cabe o exercício do protagonismo, buscando a reflexão e a ocupação dos espaços de discussão, apresentando o que realmente esperam das políticas públicas de esporte e lazer, não as recebendo como um favor, mas sim como um direito. E podendo inclusive ter a liberdade de optar por acessá-las ou não, refletindo se tais políticas podem realmente contribuir com os anseios dos povos indígenas e se favorecem o fortalecimento da cultura de cada povo. Como atores sociais, devem buscar garantir uma agenda de ações e iniciativas que promova a valorização da vida e todos os direitos para a sua consolidação.

O que consideramos, finalmente, é que o FOPPELIN se constituiu em um espaço de encontros, diálogos e entendimentos acerca do esporte e lazer, de modo a se relacionar com todo o modo de vida indígena e participar de toda construção histórica e social que pode provocar o fortalecimento da existência desse povo. Sendo assim, não marcamos aqui uma finalização e sim a necessidade de continuidade, visto que, por mais que essa realidade esteja apresentada há séculos, começamos a participar dela somente agora.

Referências

ALMEIDA, A. J. M. **Esporte e Cultura: Esportivização de Práticas Corporais nos Jogos dos Povos Indígenas**. Brasília: Ideal, 2011.

BRASIL. Medida provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º jan. 2003 (Edição especial). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Orientações Preliminares para Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer.** Brasília: Ministério do Esporte, Programa Esporte e Lazer da Cidade, 2014.

DEMO, P. **Pobreza Política.** Autores Associados: Campinas, 4º. ed., 1994.

FREIRE, P. **Política e Educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

I FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS - FOPPELIN, 2015, Brasília. **Texto base.** Brasília: Ministério do Esporte/ Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, 2015.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. (Orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MARTINS, G. I. Existir como natureza, viver numa cultura: pensar e habitar com novas territorialidades. Rio de Janeiro, **Geo UERJ**, n. 21, v. 2, 2010. p.1-25.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164.

PINTO, L. **Brincar, Jogar, Viver:** IX Jogos dos Povos Indígenas. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

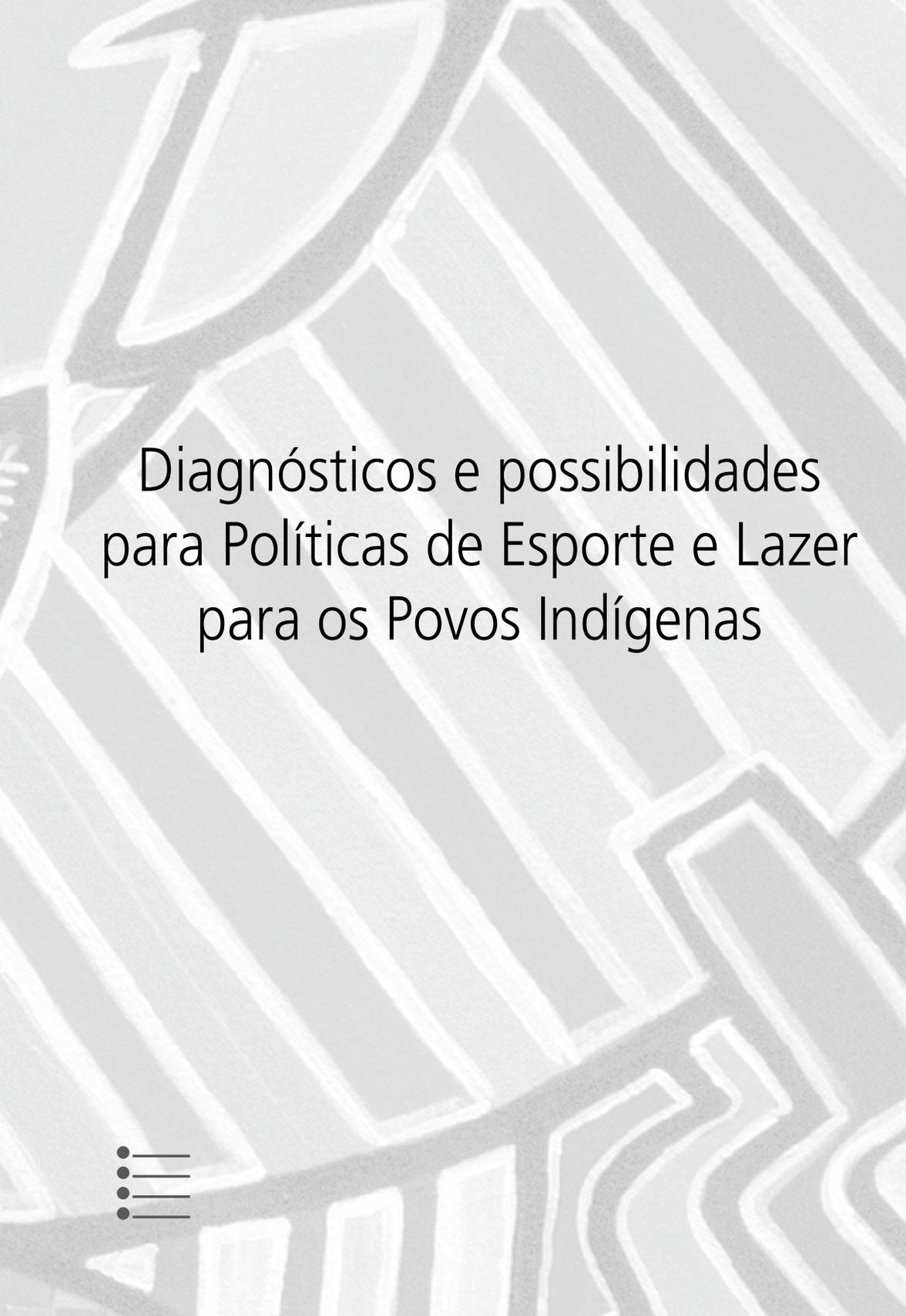
ROTH DEUBEL, A. N. **Políticas públicas:** formulación, implementación y evaluación. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.

SAHLINS, M. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. **Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997. p.41-73

VÉRAS, M. P. B. Por uma Sociologia da alteridade: estranhos e estrangeiros em São Paulo. In: BERNARDO, T.; TÓTORA, S. (Orgs.). **Ciências Sociais na atualidade:** percursos e desafios. São Paulo: Cortez, 2004. p.153-172.

WILLIAMS, R. **La larga revolución.** Ediciones Nueva Vision, 1961.





Diagnósticos e possibilidades para Políticas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas



Descolonizando Práticas e Mentes Indígenas: contribuições do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas

Gersem José dos Santos Luciano

Introdução

Este texto trata dos debates e reflexões que desenvolvi a partir de três participações em atividades do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para povos indígenas – I FOPPELIN, ocorridas ao longo de 2014, em Cuiabá e Brasília, coordenadas pelo “Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura – COEDUC”, da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, com apoio do Ministério do Esporte, na pessoa da profa. Dra Beleni Salete Grando, a quem devo profunda gratidão pelo apoio e estímulo no processo de participação das atividades e na elaboração deste texto.

O I FOPPELIN teve como objetivos avaliar as políticas existentes e elaborar subsídios e diretrizes orientadoras para a construção de uma política específica de esporte e lazer para os povos indígenas no Brasil. Destaco que são objetivos ambiciosos, considerando a histórica ausência de debate acadêmico e político sobre os temas, tanto no âmbito das políticas públicas e da academia quanto no âmbito das comunidades e do movimento indígena ou indigenista. Por essa razão, desde o início dos debates ficaram evidentes as dificuldades e incipiências nos domínios conceituais e metodológicos nas abordagens das problemáticas que envolvem as políticas de esporte e lazer voltadas para os povos indígenas. No meu caso, era a primeira vez que participava de um processo mais sistemático de estudos, debates e reflexões sobre os temas, com isso, deixando claras, as minhas limitações teóricas e analíticas no desenvolvimento deste trabalho, que reflete tão somente algumas considerações iniciais, suscitadas a partir de minhas observações, impressões, inquietações e vivências.



Acredito que o mais importante mérito do I FOPPELIN foi o significativo nível de participação e protagonismo indígena vivido durante todo o processo. Representantes indígenas de todas as regiões indígenas do país puderam participar com qualidade e legitimidade, interagindo com pesquisadores e estudiosos e com gestores de políticas públicas governamentais que atuam no campo do esporte e lazer. Além disso, a própria iniciativa inédita, que representa, ao mesmo tempo, coragem, mas também risco no seu desenvolvimento, na perspectiva dos objetivos estabelecidos, revela sua relevância histórica e estratégica.

Uma iniciativa pioneira como o I FOPPELIN, por abordar temas novos e complexos, com tão pouco acúmulo de conhecimentos, naturalmente, produz processos e realidades distintas que precisam ser sempre consideradas e valorizadas, como conquista e como aprendizagem, no sentido *strictu sensu* de lições aprendidas. Ora, discutir políticas públicas para povos indígenas e com os povos indígenas em si é um gigantesco desafio, mais ainda ao se tratar de política pública de esporte e lazer para esses povos.

Nesse sentido, foram observadas questões relevantes do ponto de vista analítico e prático que merecem ser problematizadas para que, no primeiro plano, nossas compreensões se aprofundem, aproximando-se das realidades concretas, e, no segundo plano, possamos avançar em contribuições mais qualificadas aos processos de discussão e construção de políticas públicas mais adequadas e apropriadas para esses segmentos sociais.

Considerações gerais sobre políticas públicas para povos indígenas

A primeira problemática diz respeito à própria compreensão que temos de política pública. Segundo De Paula e Viana (2011), podemos entender políticas públicas como um conjunto de ações articuladas, de responsabilidade do Estado, que tem por objetivo o atendimento a necessidades, interesses ou direitos coletivos, respaldados por leis e normas jurídicas, que ganham existência em sucessivas etapas de formulação, planificação orçamentária, execução e monitoramento/avaliação/ controles sociais. As políticas públicas podem envolver órgãos que compõem o Poder Executivo nos seus três níveis: federal, estadual e municipal. Essa é uma compreensão geral sobre políticas públicas para toda sociedade brasileira ou mundial, incluindo, portanto, os povos indígenas.

A Constituição Federal brasileira também garante aos povos indígenas políticas públicas específicas e diferenciadas, que levem em consideração o reconhecimento, o respeito, a valorização e a promoção de suas culturas, tradições, línguas e conhecimentos. Isso quer dizer que os povos indígenas, naturalmente, possuem ou pertencem a duas cidadanias, uma civil e outra identitária: cidadania brasileira e cidadania indígena (LUCIANO, 2015). Cidadania civil aqui se entende como pertença a uma comunidade nacional, política e territorialmente soberana (Estado nacional brasileiro – Brasil). Cidadania identitária refere-se ao pertencimento a uma comunidade étnica autônoma, cultural e linguisticamente específica, que também pode ser denominada de cidadania étnica. Assim, o indígena, ao mesmo tempo em que é um cidadão brasileiro pleno, é também um cidadão pleno pertencente ao seu povo, à sua etnia, falante de sua língua. Traduzindo isso para uma realidade mais concreta: os povos indígenas, além de terem todos os direitos garantidos a todos os brasileiros (escola, universidade, saúde hospitalar, emprego...) também têm seus direitos específicos e diferenciados, como a língua materna indígena, suas medicinas tradicionais, seus processos educativos próprios, seus territórios coletivos, entre outros direitos.

Essa dupla cidadania, que garante direitos específicos e diferenciados, necessita ser considerada em qualquer processo de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas dirigidas aos povos indígenas. Essa é a principal razão da necessidade de participação e protagonismo indígena no desenvolvimento de políticas públicas, pois somente eles podem garantir a adequada harmonia e articulação entre os direitos do campo, da cidadania nacional e universal e os direitos específicos e diferenciados. O predomínio dos direitos nacionais e universais sobre os direitos específicos e diferenciados significa a famigerada política colonialista de integração, assimilação e extinção sociocultural dos povos indígenas, do mesmo modo que o predomínio dos direitos específicos e diferenciados em detrimento dos direitos nacionais e universais significa exclusão e negação de direitos.

A Constituição Federal de 1988, em vigor, reconheceu os sistemas próprios de organização social, política, epistemológica e jurídica dos povos indígenas como fundamentais para as suas continuidades étnicas e culturais e determinou que o Estado criasse condições adequadas para garantir, proteger e promover tais direitos. Ao reconhecer os sistemas de

conhecimento, de valores e de organização social a Constituição assegurou o direito de autonomia étnica e cultural desses povos, nos marcos do Estado. Assim, cidadania no sentido original e amplo é a pertença passiva e ativa de indivíduos ou grupo de indivíduos a um Estado-nação, com direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade. As pessoas e coletividades podem possuir seus próprios imperativos morais, costumes, línguas ou mesmo direitos específicos, mas esses se tornarão direito de cidadania se forem aplicados e garantidos pelo Estado (LUCIANO, 2015).

O atual indigenismo brasileiro tem como característica principal, pelo menos no discurso, a luta por reconhecimento dos direitos indígenas na qualidade de coletividades históricas e como sujeitos de direitos específicos, pautada pelas perspectivas políticas e ideológicas do pluriculturalismo ou interculturalismo. Multiculturalismo, pluriculturalismo e interculturalismo, ressalvadas as devidas diferenças metodológicas, adotadas internamente, são formas de pensar políticas que considerem a diversidade de povos e culturas. Nessas perspectivas, os povos indígenas são percebidos como organizações socioculturais e sociopolíticas autônomas e as políticas governamentais e estatais precisam ser aplicadas para garantir a continuidade de suas culturas, línguas e conhecimentos, para que sejam valorizados, transmitidos e perpetuados pelas gerações presentes e futuras, garantindo, ao mesmo tempo, o acesso aos recursos modernos (LUCIANO, 2015).

Políticas públicas para povos indígenas apresentam uma característica comum, que é a de ser sempre invasivas ou interventivas. Sempre produzem mudanças e impactos, sejam eles positivos ou negativos, fortalecendo e enriquecendo, enfraquecendo e desestruturando as culturas, os conhecimentos e os modos de vida das pessoas e coletividades indígenas envolvidas. O diálogo, a participação e o protagonismo indígena podem ampliar os aspectos positivos das mudanças e dos impactos produzidos pelas políticas públicas e diminuir os prováveis impactos negativos, desfavoráveis aos direitos e interesses coletivos indígenas.

A segunda questão relevante que quero abordar é a origem cultural das políticas públicas. Elas são produtos da cultura ocidental europeia, pelos menos tais como as conhecemos e temos na atualidade. Fazem parte, portanto, de uma maneira específica e determinada no tempo e no espaço de ver o mundo, de se relacionar com o mundo e consigo



mesmo, do homem europeu moderno. Como já mencionei, políticas públicas para povos indígenas são criações do Estado brasileiro e o Estado é outra invenção dos europeus modernos. Digo do homem europeu moderno, pois os europeus de outras épocas pensavam e faziam as coisas bem diferentes. Por exemplo, não tinham Estado, não tinham escola nem universidade, como hoje.

Políticas de esporte e lazer e povos indígenas

Os europeus modernos, assim como criaram o Estado, a escola, a universidade, a fábrica, o dinheiro, o emprego e outras invenções, também criaram alguns tipos e modos de praticar os chamados esportes e lazer. Assim, o que chamamos e compreendemos hoje como esporte e lazer são práticas culturais dos europeus, que, em muitos casos, os povos indígenas copiaram, aprenderam, reproduziram e se apropriaram aos seus modos. Os termos “esporte” e “lazer” são formas de expressar e significar certos modos e práticas culturais da sociedade dominante. Por exemplo, o futebol é uma invenção original dos ingleses. Mas, hoje, é praticado em todo mundo, por quase todas as culturas e povos existentes, incluindo os povos indígenas. Isso mostra como as culturas são dinâmicas, constantemente atualizadas, aperfeiçoadas, umas aprendendo com as outras. As culturas indígenas não são diferentes. Elas também estão em constantes mudanças, buscando aperfeiçoar-se e atualizar-se para atender as novas realidades e demandas concretas da vida.

Os povos indígenas usam termos próprios em suas línguas para designar e significar práticas culturais que podem ser consideradas semelhantes, parecidas ou equivalentes ao que são designados e compreendidos como esporte e lazer na sociedade não indígena dominante. São palavras ou termos diferentes e práticas também distintas, com outros modos, sentidos e objetivos. Por isso, os termos “esporte” e “lazer”, em geral, não são facilmente traduzíveis para as línguas indígenas, pois pertencem a campos de significados distintos.

Nas sociedades modernas, por exemplo, o lazer é tratado como necessário para aliviar o stress e o cansaço do trabalho a fim de garantir o nível de produtividade e o rendimento laboral e do capital. Nesse caso, as práticas de lazer fazem parte dos modos de produção capitalista, de acordo com um modo de conceber o mundo e o homem, medido pelo



que ele produz e não por outras dimensões sociais e espirituais da vida humana. Aqui, o importante não é o bem viver, a saúde ou a felicidade da pessoa humana, mas as condições necessárias do trabalhador para render em sua produção econômica para o mercado. Já entre os povos indígenas o lazer é considerado uma extensão natural da vida, no sentido de que é parte constitutiva e orgânica das dinâmicas socioculturais e espirituais das pessoas e das coletividades, que envolvem todo o universo de seres humanos e não humanos que compõem a natureza. Nesse sentido, o lazer é continuidade do trabalho e vice-versa. Portanto, são complementares e não concorrentes ou contrapostos. Essa visão faz parte do pensamento e modo de vida indígena e está presente em suas cosmologias, que explicam e consideram a natureza, o mundo, o universo, o cosmo como um sistema interdependente, holístico, integrado e orgânico.

As cosmologias indígenas concebem a natureza como um todo que articula a diversidade de seres humanos e não humanos. O ser humano é uma parte dessa grande diversidade de seres que compõem a natureza. O homem, portanto, está dentro e é dependente da natureza, muito diferente da visão cientificista que considera o homem fora e superior à natureza, que culminou na noção de homem como ser cognoscente e natureza como objeto a ser subjulgado, explorado, controlado e dominado. O homem moderno, fora da natureza, tornou-se seu predador, dominador e destruidor, portanto, predador de si próprio, na condição de parte integrante e orgânica dela. O homem que não respeita, não valoriza e não reverencia a natureza. Que despreza e maltrata outros seres, seus pares.

De acordo com as cosmologias indígenas que orientam a visão, a percepção e os modos de relacionamento das pessoas com a natureza e com o universo, as ideias e as práticas de lazer estão estreitamente associadas às ideias de abundância e suficiência da vida, expressas por meio de festas, rituais, cerimônias, pinturas corporais, músicas, cantos, danças, atividades lúdicas com grande simbolismo, como catar piolho ou confeccionar artesanato. Não há momento mais íntimo, mais afetivo, mais carinhoso, mais humano do que quando uma mãe está catando piolho de um filho, ao mesmo tempo em que está fazendo carinho e ensinando coisas da e para a vida. Mas o estado de abundância e suficiência cósmica é resultado de um complexo conjunto de relações, de comunicações e entendimentos entre todos os seres, humanos e não humanos, que são necessários para uma vida saudável. Vida saudável é um estado de espírito

cósmico, que depende de um território saudável, de uma boa educação, de alimento saudável, de segurança emocional, física, sociocultural, mental e espiritual. Saúde, portanto, é um bem da natureza. Assim, a saúde do ser humano depende da saúde da natureza, como uma relação harmoniosa entre todos os seres.

Esse equilíbrio e harmonia do universo é denominado pelos povos indígenas andinos de Bem Viver, que não pode ser medido, mas sentido, vivenciado, celebrado e reverenciado. Na filosofia andina do Bem Viver, o corpo é transcendente, assim como o espírito é imanente, no sentido de que são capacidades e espacialidades naturais dos seres do universo, com as mesmas possibilidades e potencialidades. As pinturas corporais carregam essa simbologia transcendental, na medida em que por meio delas participam da beleza estética e espiritual do Grande Universo.

O corpo possui uma dimensão simbólica central nas culturas indígenas. O corpo representa a própria origem da vida e do universo, que, entre os Baniwa, é chamado de Hekuapi Ienipe (Corpo-Universo ou Criança Universo). O corpo representa a beleza da natureza. Por isso, ele é muito valorizado e reverenciado como principal dimensão da pessoa que recebe pinturas sagradas. O corpo é concebido tão natural e belo que deve ser tratado como tal, exposto para ser apreciado, reverenciado, potencializado, pedagogicamente, uma fonte de beleza, de sabedoria, de saúde, de vitalidade e, ao mesmo tempo, fonte de materialidade e espiritualidade da vida, na sua mais completa natureza em potência. O corpo de um guerreiro indígena, forte e robusto, significa vitalidade, saúde e abundância de vida, assim como magreza significa carência, escassez e pobreza de matéria e de espírito. Muito diferente do gordo e do obeso, seja esteticamente ou do ponto de vista médico, em sociedades industriais modernas.

Pelas razões expostas, entende-se porque entre os povos indígenas não havia necessidade do corpo ficar coberto ou escondido, como se faz na sociedade moderna por meio de roupas, pois as cosmologias ocidentais herdeiras das cosmologias judaico-cristãs transformaram o corpo, ao contrário dos povos indígenas, em fonte, representação ou expressão do pecado, da traição, da imoralidade, de maldade. A nudez entre os povos indígenas nada tem a ver com as ideias de ingenuidade e primitivismo, mas com pureza natural e espiritual. As cosmologias indígenas não concebem e de modo algum impõem algum sentimento de culpa ou de pecado original aos homens e mulheres, por isso, conseguem

se situar e pertencer naturalmente, completamente, integralmente, igualitariamente no universo. Ao contrário, o corpo é concebido como inspiradora e fonte geradora de valores sublimes da vida, como a própria vida – concepção, formação, nascimento, crescimento. Daí a capacidade de transcender a matéria, quando alcança e se apropria da dimensão espiritual por meio de transfiguração cósmica propiciada por rituais sagrados, de domínio dos pajés.

Por meio dessa capacidade transformadora, transcendental e imanente do corpo, ele é também a principal fonte geradora de sabedoria. Assim, os ritos de iniciação ou de diplomação da vida pelos quais passam os jovens postulantes à cadeia máxima do universo-vida são momentos sublimes de cuidados e de reverência ao corpo. É uma espécie de teste de capacidade do corpo para dar conta de sua missão no jogo cósmico da vida. Carneiro da Cunha (2014, p. 14) afirma que nas sociedades indígenas “o conhecimento reside no corpo” e sentencia que, por isso, “não pode haver conhecimento dissociado de seu conhecedor.” Mas o corpo, em sua dimensão abrangente, não é uma dádiva inata, no sentido de que nasce completo ou perfeito. É resultado de um processo de construção, de educação, de aprendizagem (GRANDO, 2010). Nesse sentido, os ritos de iniciação representam processos pedagógicos sublimes de formação e educação do corpo de uma pessoa indígena. O que interessa aqui é demonstrar a indissociabilidade entre o corpo, como matéria, e outras dimensões da vida, tais como a espiritualidade, o sagrado, o conhecimento. Disso decorre que toda atividade cultural que envolva o corpo, seja ela lúdica, recreativa, esportiva ou de lazer, precisa levar em consideração todas as dimensões, principalmente as internas, do sagrado, do simbólico, do cósmico.

Nas culturas indígenas, práticas de esporte e lazer estão associadas aos processos educativos e pedagógicos de sociabilidade, de celebração, de solidariedade e de afeto. Uma das práticas mais comuns de lazer é a visita aos parentes, que pode durar horas, dias, meses ou anos. Isso mostra que essas práticas simbólicas exercem importância estrutural nessas sociedades, na medida em que o tempo e o espaço ganham outras dimensões e significados, ou seja, são naturalmente relativizados ou mesmo suspensos em favor de outras dimensões e valores mais substantivos. Considerando essa perspectiva pedagógica do lazer e do esporte entre os povos indígenas, é importante perceber como tais práticas representam verdadeiros e



profundos processos de aprendizagem, de interação, de reciprocidade, complementariedade, de intercâmbio, convivência, encontro e reverência entre os humanos e dos humanos com a natureza. Formam, portanto, um conjunto de vivências corporais, morais e espirituais profundas. São vivências cósmicas. Uma espécie de momento de passeio pelas diferentes dimensões do cosmo.

Enquanto isso, o esporte e lazer na sociedade dominante moderna estão cada vez mais associados à lógica (i)racional do mercado, do capital financeiro, da competição, das disputas, das vaidades individuais, do negócio explorador e da ganância.

Os debates realizados por ocasião do I FOPPELIN revelam questões específicas que precisam ser consideradas na continuidade do processo de construção das políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas. A primeira constatação percebida foi a necessidade de promover e incentivar mais estudos e pesquisas sobre os temas e as problemáticas do esporte e lazer, além de formação política e técnica às lideranças indígenas para que de fato e de direito assumam o protagonismo qualificado do e no processo.

As políticas públicas de esporte e lazer, assim como as demais, não podem seguir a lógica atual das políticas de inclusão, como novas formas e instrumentos de integração, assimilação e negação de direitos específicos e fundamentais para a continuidade dos povos indígenas, desconsiderando a condição de povos étnica, cultural e linguisticamente diferenciados. As políticas públicas para povos indígenas devem partir dos princípios de reconhecimento, respeito, promoção e valorização de seus modos de ser, de viver, de pensar, de fazer e de se relacionar com a natureza e com o mundo. Os povos indígenas não querem ser incluídos, enquadrados ou encapsulados; querem ser reconhecidos com os seus distintos modos de vida, como a Constituição Federal lhes assegura.

Para que ocorra o reconhecimento respeitoso dos modos de vida dos povos indígenas é muito importante que a sociedade dominante, principalmente os agentes do Estado, tome conhecimento adequado de suas culturas, de suas cosmologias, de suas ontologias, de suas epistemologias. Somente assim, os agentes do Estado poderão garantir com maior segurança e propriedade que as políticas públicas indigenistas sejam menos danosas, menos colonialistas e mais promotoras das identidades, culturas e conhecimentos indígenas.

Como já afirmei, outra prática que pode ajudar muito a garantir a devida adequação e qualidade das políticas públicas indigenistas é a do diálogo franco, por meio de espaços de controle social, participação, consulta e espaços institucionais com forte protagonismo indígena. Aqui merece um esclarecimento do que estou chamando de diálogo franco, aquele diálogo sincero e honesto, em que não há segundas ou terceiras intenções implícitas. Isso não é uma tarefa simples, pois no mundo branco ser franco, na maioria das vezes, é considerado desrespeitoso, ofensivo, o que, em geral, torna o diálogo uma encenação de aparências, de cortesias, de “educação”, que escondem as verdadeiras intenções ou interesses em jogo. Entre os povos indígenas predomina o caráter franco, direto e objetivo do diálogo, ao se buscar um possível entendimento entre as partes. O caráter ritualístico, em geral, longo e cheio de performances, ocorre ao se tratar de momentos de celebração ou reverência cosmopolítica¹ (LUCIANO, 2015), sem o caráter de negociação política intrahumana.

Quanto às políticas públicas de esporte e lazer existentes, os debates apontaram para a (i)racionalidade administrativa que permeia essas políticas, com excesso de burocracia, que acaba se tornando instrumento de inviabilização ou negação dos direitos. Em geral, são políticas excludentes, na medida em que se estruturam e operam com base na cultura e prática seletiva de pessoas ou grupos de pessoas, que formam uma pequena minoria de beneficiários privilegiados, em detrimento da grande maioria da população, que não é contemplada e beneficiada. Foram citados como exemplo, os “Jogos dos Povos Indígenas”, um dos principais projetos financiado pelo Ministério do Esporte, do qual apenas um reduzido grupo de povos indígenas participa e é beneficiado, a partir de critérios de escolha pouco transparentes e claramente excludentes e discriminatórios.

Em minha dissertação de mestrado, defendida na Universidade de Brasília, em 2006 (LUCIANO, 2006; 2008), demonstrei como projetos seletivos, portanto, excludentes, podem tornar-se armadilhas fatais para

1 Trato aqui a noção de cosmopolítica para designar o holismo do mundo, presente nas cosmologias ameríndias, na qual todos os seres, humanos e não humanos, são sujeitos com intencionalidades e protagonismos equivalentes na manutenção, equilíbrio e continuidade do mundo. Segundo essa concepção, qualquer política que vise à sustentabilidade do planeta e do mundo deve considerar a agencialidade de todos os seres, portanto, os diálogos, as negociações e as pactuações precisam contar com envolvimento, adesão e compromisso de todos os seres que compõem o cosmo.

gestores ou dirigentes indígenas que coordenam esses projetos. Relatei casos em que importantes lideranças baniwa sofreram perseguição e ameaças de morte por grupos que se sentiram discriminados ao não serem contemplados como beneficiários de determinados projetos, impostos por critérios de seleção próprios de políticas públicas. Isso ocorre porque as pessoas e comunidades que ficam fora do escopo dos beneficiários do projeto, impostos por recortes espaciais, financeiros e demográficos, ao se sentirem excluídos e discriminados, sentem-se traídos quanto aos princípios elementares e fundantes das sociedades indígenas, como as de igualdade, coletividade, solidariedade e lealdade étnica ou clânica, reciprocidade, economia distributiva e solidária. Os excluídos reagem, hostilizando e ameaçando os mentores e coordenadores de tais iniciativas e práticas, por quebras de valores e princípios básicos das relações sociais, que garantem o equilíbrio da vida comunitária em suas dimensões étnica e ética indígena.

Desse modo, as políticas públicas indigenistas, ainda que bem intencionadas, pecam por não levarem em consideração os princípios sociopolíticos ou cosmopolíticos das culturas indígenas, e são consideradas como políticas excludentes que produzem desigualdades (beneficiários e não beneficiários), seletividade (os escolhidos e privilegiados e os excluídos), competição (corrida a projetos e a quem terá direito ou não e ser beneficiário) e hierarquias entre pessoas ou grupos de pessoas (os que têm e os que não têm os benefícios).

Nesse sentido, as políticas públicas para povos indígenas deveriam sempre evitar processos e critérios de seletividade, trabalhando com políticas, programas e ações com escalas horizontalizadas, capilarizadas e distributivas, que de algum modo possam atender todas ou o maior número possível de determinados grupos de pessoas, considerando as configurações de suas redes de relações sociais, políticas e econômicas. No lugar de projetos demonstrativos ou pilotos, limitados por seus recortes e abrangências espaciais, financeiras e de públicos-alvo, deveria se priorizar ações com escala e abrangência geral das comunidades indígenas, ainda que com recursos e objetivos menores, como, por exemplo, pequenos fundos financeiros anuais para as 3 mil escolas indígenas do país desenvolverem suas atividades de esporte e lazer. A meu ver, é mais prudente e coerente com as culturas, racionalidades e valores indígenas desenvolver políticas que promovam e apoiem pequenas iniciativas comunitárias, mas com caráter distributivo e solidário, em igualdade em oportunidades, do

que grandes e badaladas iniciativas, pontuais, seletivas, excludentes e propagandistas de performances individualizadas, em que poucos são os privilegiados beneficiários.

Outro aspecto constatado são as descontinuidades de processos, de projetos e de políticas públicas, que deveriam ser por natureza própria e legal, concebidas segundo princípios de impessoalidade, moralidade e bem comum, mas que, em geral e na prática, acabam dependendo de vontades ou não de pessoas individualizadas, ou de grupos de pessoas, de um partido, por exemplo. A continuidade de políticas públicas, que deveria ter a conotação republicana de Estado, na verdade, acaba dependendo da vontade de gestores nominais. A fragilidade e a descontinuidade em políticas públicas são maiores em estrutura e nível de poder local, em municípios, por exemplo. Isso gera, além de fragilidade institucional e temporal das políticas, uma subcultura de paternalismos, assistencialismos, tutela, dependência ou uma espécie de “compadrio” das políticas públicas, desvirtuando os princípios próprios da esfera pública republicana e estatal.

Existe esporte e lazer nas culturas indígenas?

Considerando o sentido dado e praticado pela sociedade moderna dominante, posso afirmar que os povos indígenas, tradicionalmente, não praticam esporte. Esporte no sentido de competição dualista de perda-e-ganho e de profissão monetarista. Em “esportes” indígenas, ou como se diria em nheengatu do Alto Rio Negro, “*yumusaraitá*” (brincadeira), os participantes sempre ganham, pois o objetivo não é alguém ganhar para outro perder, hierarquizando pessoas ou grupos, o que não é concebível nas culturas indígenas. Nessas culturas, práticas semelhantes a esportes buscam aperfeiçoamento de habilidades físicas e espirituais, pessoal e coletivamente. É interessante perceber a tradução mais aproximada do termo “esporte” em português para a língua nheengatu, *yumusaraitá*, que significa brincadeira. Ora, em uma brincadeira não há necessidade de competição, de perder ou ganhar. Mesmo quando há práticas de esporte competitivas, o espírito é de brincadeira, de comemoração, de celebração, de confraternização. O que importa é se alegrar, se divertir, se animar, ocupar tempo. Outro aspecto interessante é perceber que nas culturas indígenas não há brincadeira de mau gosto, negativa ou impregnada de

segundas intenções. Qualquer ato ou expressão de maldade é maldade, não se relaciona com brincadeiras que tenham funções, valores e significados próprios a elas, que em geral são nobres, valorosos e espirituosos. Brincadeiras sempre estão associadas a um estado de espírito alegre, de felicidade, de bem viver.

No pensamento e nas práticas dominantes de esporte e lazer nas sociedades modernas as dimensões de brincadeira, de diversão, de animação, de alegria, de felicidade foram sendo cada vez mais abolidas e substituídas para supervalorizar as dimensões de “coisas sérias”, na perspectiva do mercado capitalista e da filosofia individualista e cumulativista da vida, enveredando pelo caminho desumano do capital, do lucro, do negócio e da fama a qualquer custo. O mesmo caminho seguiu a cultura e a política de lazer. Assim, esporte e lazer se tornaram práticas econômicas de privilegiados e deixaram de representar culturas humanas. Quem tem acesso à cultura do esporte e do lazer é quem tem riqueza material e financeira. Veja quem pode entrar em um estádio para ver ou torcer pelo seu time.

Portanto, pensar, conceber, elaborar e executar políticas públicas de esporte e lazer para povos indígenas precisa levar em consideração as distintas concepções de esporte e lazer, oriundas ou referenciadas em suas cosmovisões específicas e distintas da sociedade dominante. Na medida em que os povos indígenas reivindicam do Estado políticas de esporte e lazer, salvo situações e contextos específicos de força histórica do colonialismo ainda vigente, estão reivindicando políticas de esporte e lazer em suas perspectivas próprias, que devem ser conhecidas, reconhecidas, respeitadas e garantidas.

Os povos indígenas, ao reivindicar políticas de esporte e lazer, na prática, estão almejando fortalecer suas culturas, identidades e saberes, inclusive por meio da apropriação de culturas exógenas, como os esportes com bola (futebol, voleybol, handbol e outros). Assim, mesmo tratando-se de práticas de esporte e lazer acessadas por meio dos colonizadores, o acesso e apropriação são sempre em seus termos. Eu mesmo praticava muito futebol quando era jovem na minha aldeia, Carara-Poço, localizada no médio rio Içana, na mesoregião do alto rio Negro, cuja principal regra implícita era que as partidas deveriam terminar sempre empatadas em matéria de gols. O desempate ficava por conta dos times ou das pessoas que mais se destacassem por dribles e feitos ou efeitos fenomenais durante as partidas, independente dos times participantes

e concorrentes, para valorizar a dimensão artística do belo, que inclui o talento e a beleza espiritual da arte e da diversão, como celebração e reverência à vida, ao universo à Grande Natureza. Feitos artísticos ou talentos como esses são considerados pertencentes à comunidade e não somente à pessoa individual, e, sendo assim, devem ser comemorados por todos, independente do time ou do grupo que o jogador fez parte. Nem sempre isso era possível, pois na aldeia havia pessoas indígenas e não indígenas que defendiam e estimulavam os princípios quantitativos e hierarquizadores dos jogos e das competições, ao modo do colonizador.

As práticas indígenas de esporte e lazer, no sentido de brincadeira, celebração, reverência, conexão cósmica, são vivências fundamentais que fortalecem as identidades, garantem direitos e, sobretudo, fortalecem e espiritualizam os planos pessoais e coletivos de vida, outra denominação para a filosofia do Bem Viver, como atitude e relação dialógica e respeitosa com o Universo. Desse modo, vivências culturais e espirituais de lazer e esporte estão intrinsecamente relacionadas à dimensão do pertencimento cultural, étnico, territorial, cósmico.

Considerações finais

Concluo, reafirmando os pressupostos e imperativos para se conceber, elaborar e implementar políticas públicas de esporte e lazer aos povos indígenas. Primeiro, considerá-los como cidadãos plenos, com direitos específicos e diferenciados. Em segundo lugar, entendendo que os povos indígenas são sujeitos históricos milenares autônomos e que, nos marcos do Estado, garantiram o direito de continuar vivendo de acordo com suas autonomias culturas, linguísticas, territoriais e suas epistemologias. Em terceiro lugar, concebendo que as políticas públicas para os povos indígenas precisam estar coerentes com as premissas ora enumeradas, e, para isso, somente eles podem decidir sobre que política, como e para que são necessárias, com quais objetivos e que resultados esperam delas. Deve-se, portanto, sempre garantir aos povos indígenas o protagonismo em todo o processo de desenvolvimento das políticas públicas que a eles são dirigidas.

Por fim, e em consequência de tudo o que já argumentei, as políticas públicas voltadas para os povos indígenas precisam ter identidades próprias, identidades indígenas, para que sejam de fato do nosso jeito, com o nosso coração, com a nossa alma e com o nosso mundo.

Referências

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Políticas culturais e povos indígenas: uma introdução. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). **Políticas Culturais e Povos Indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

DE PAULA, Luís Roberto; VIANNA, Fernando de Luiz Brito. **Mapeando Políticas Públicas para Povos Indígenas**: Guia de pesquisa de ações federais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011.

GRANDO, Beleni Saléte. O jogo da educação do corpo e a identidade Bororo em espaços de fronteiras étnicas e culturais. In: GRANDO, Beleni Saléte; PASSOS, Luiz Augusto (Orgs.). **O eu e o outro na escola**: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Projeto é como branco trabalha: as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar**: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. 2006. 162f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. Povos indígenas e etnodesenvolvimento. In: ATHIAS, Renato; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). **Estudos indígenas**: comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008.p.27-44.

_____. Autonomia indígena no Brasil: desafios e possibilidades. In: DUPRAT, Déborah (Org.). **Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMPU, 2015. p.117-138.



Diagnóstico Sócioantropológico do FOPPELIN: uma perspectiva a partir dos participantes do Pará

Vilma Aparecida de Pinho
Francilene de Aguiar Parente

As Noções Iniciais

O ponto de partida deste artigo é o de professoras/pesquisadoras que se constroem e reconstroem na relação com outras pessoas, pois como ser humano não nos desvinculamos de outras gentes. No FOPPELIN, esse lugar de aprendente foi mediado pelos debates sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no qual os povos indígenas discutiram seus modos de viver e suas transformações socioculturais. Nesse sentido, o FOPPELIN se constituiu num espaço no qual as relações buscaram ser permeáveis às diversas culturas indígenas. No Grupo de Trabalho 5 – GT – estavam representados três estados da federação brasileira, sendo eles Amapá, Pará e Maranhão, com indígenas de diversos municípios, conforme o Quadro 1, apresentado de acordo com ordem numérica, sexo, etnia, idade, segmento.

Quadro 1 - Eixo 5. Estados do Pará, Maranhão e Amapá

Ordem	Cidade	Estado	Idade	Etnia	Sexo	Segmento
01	Oriximina	PA	53	Kaxuyono	M	Liderança
02	Montes Altos	MA	29	Krikati	M	Jovem
03	Amarante	MA	29	Gavião	M	Cacique
04	Sítio Novo	MA	32	Krikati	M	Liderança
05	Macapá	AP	22	Kaxuyana-Tiriyo	M	Jovem/ liderança
06	Capicaxo	PA	40	Tembé	M	Cacique



Ordem	Cidade	Estado	Idade	Etnia	Sexo	Segmento
07	Macapá	AP	26	Wayana	M	Jovem/ liderança
08	Macapá	AP	25	Galibi	F	Mulher/ liderança
09	Macapá	PA	38	Maytapu	F	Mulher/ liderança
10	Marabá	PA	48	Gavião	M	Cacique
11	Santa Luzia	PA	43	Tembé	M	Cacique
12	Altamira	PA	42	Xipayá	M	Liderança
13	Redenção	PA	63	Kayapó	M	Cacique
14	Marabá	PA	32	Xikrin	M	Cacique
15	Bom Jardim	MA	17	Guajajara	M	Jovem/ liderança
16	Iapoque	AP	39	Karipuna	M	Cacique
17	Santa Luzia	PA	38	Tembé	F	Mulher/ liderança
18	Marabá	PA	45	Kyikatêjê	F	Mulher/ liderança

Fonte: as autoras

Metodologia da Arte de Ouvir: Pressupostos do FOPPELIN

Nossa presença no FOPPELIN teve o objetivo de fazer o papel de mediadores, com o pressuposto de organizar as conversas dos representantes e realizar poucas inferências nas narrativas. Por conta disto, foi importante pensar como Whyte (2005, p. 303), para quem o pesquisador em campo deve saber se portar com os sujeitos com os quais pretende pesquisar. No FOPPELIN, o objetivo era escutar, sistematizar as concepções e debates sobre os eixos da Política Pública de Esporte e Lazer Indígena. E isso implicou saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos a fim de nos aproximar das diferentes realidades trazidas.

As realidades emergidas no FOPPELIN são as vivências e experiências dos diversos indígenas presentes. Consideramos a memória como narrativas de si que evocam a coletividade. Ela é coletiva e introspectiva

na medida em que se percebe a realidade e desenvolve representações que podem ser ressignificadas à luz de outras experiências e dar sentidos diferentes para ações e proposições presentes. Para Bergson, conforme discute Bosi (1994), a memória ganha cunho fenomenológico porque lembrar (*sous-venir*) significa vir à tona o submerso. Lembrar é fazer o “afioramento do passado”, mas esse afioramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção:

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens. (BERGSON apud BOSI, 1994. p. 46).

Para Bergson, as lembranças estão “na cola” das percepções atuais, como a “sombra junto ao corpo”. Foi a partir de nossa compreensão de memória que percebemos a presença dos sentidos e significados de colonialidade, território e identidade nas realidades evocadas pelos representantes indígenas, pois o que se fala do presente vivido vem recheado de subjetividades que tiveram suas origens nas histórias de vida, de ouvir, de contar, de viver, na carnalidade própria de experiências que no fundo se referem à reprodução de um passado que ainda permanece.

Mas entremeado pelos processos que representam controle e dominação, as memórias (narradas) trazem as marcas das resistências e das ações coletivas na manutenção do território. Nesse sentido, o presente texto discutirá as contradições da realidade que abrange os modos de viver dos povos indígenas no encontro (confronto) com o capitalismo, expresso pelas transformações compulsórias por conta da UHE de Belo Monte, no município de Altamira.

A lembrança dos povos indígenas não é percepção pura, pois a memória é muito mais rica e mais viva, o que Bergson denomina de “percepção concreta e complexa”, na verdade, única e real, pois a percepção pura do presente, sem memória, seria, antes, um conceito-limite e não uma experiência corrente de cada um de nós. Para frisar o sentido do coletivo, vamos nos fundamentar em Halbwachs (2006), para quem a memória é *coletiva* não só porque se viveu as experiências no grupo, mas porque se faz necessário, para lembrar, reconstituir as lembranças com a rememoração

presencial a partir do espaço, objeto, pessoas ou sentimentos que sejam reconhecidas pelo indivíduo e pelo grupo. Podemos afirmar que os indígenas fazem reivindicações semelhantes a partir das experiências comuns, pois “criam um conjunto de lembranças que se relaciona uma com as outras e são reconhecidas pelo grupo.” (HALBWACHS, 2006, p. 34). O FOPPELIN realiza pesquisa engajada porque tem como objetivo central desenvolver Políticas Públicas que possam promover a equidade social para povos plurais de uma perspectiva intercultural.

Para tanto, utilizamos a experiência de um dos povos indígenas que vivem no território Xingu, os *Asurini*, que até a instalação de UHE Belo Monte, iniciada em 2010, viviam na Aldeia Kwatinemo, Terra Indígena (TI) *Asurini*.

Os *Asurini* são povos indígenas do tronco Tupi e falantes da língua *Asurini*. Conhecidos na etnohistória dos povos indígenas no Xingu como guerreiros, em luta contra seus inimigos fiéis, os *Kayapó*, dentre outros, e justamente por isso, não estabeleciam residência fixa em nenhuma parte e, ao mesmo tempo, em toda parte, posto que o território é tomado como o lugar de sustento e, portanto, da vida. Nesse sentido, andar em grupo e com o grupo era a vida dos *Asurini*.

A partir dos anos 1970, com os contatos mais intensos entre indígenas e não indígenas, as relações sociais de guerra começam a cessar e os indígenas *asurini* estabelecem residência na aldeia velha, para, algum tempo depois, mudarem para a Kwatinemo, onde viveram por muitos anos juntos. Entretanto, a unidade social foi tensionada a partir do momento em que os não indígenas, com o objetivo de instalar uma UHE que beneficiaria o Brasil, segundo o discurso governamental, passaram a usar estratégias capitalistas para dilapidar as culturas e, conseqüentemente, os povos indígenas do Xingu. Nesse momento, entre os anos de 2010 e 2011, houve a migração de parte do grupo para a aldeia em que viveram outrora, num claro processo de retorno que marca politicamente a posição do grupo em relação às transformações operadas a partir da instalação de Belo Monte.

Em 2012, realizamos observação de campo na Casa do Índio e tivemos a oportunidade de conversar com um dos indígenas da aldeia. Ele contava de sua profunda tristeza com relação ao empreendimento hidrelétrico, informando que só havia trazido conflitos para o seu povo e que “os velhos tavam [estavam] adoecendo. Os velhos não querem ficar lá”. Perguntamos a sua opinião com relação a essa situação, e ele falou que

“os velhos sabem o que é melhor pra gente; é o melhor é a nossa cultura, e não a doença, nem a bebida, nem esse dinheiro [...]” (Kupé Assurini).

A fala do indígena é emblemática para a discussão. Aponta a necessidade de respeito aos mais velhos e a sua sabedoria adquirida nos anos de vida e luta no território. Esse posicionamento também indica a importância da cultura, mantida acima de tudo pelos mais velhos do grupo que veem na interferência externa uma “ameaça” ao modo de vida construído ao longo de anos na sua relação com o meio ao ambiente.

Perguntamos se eram contra o empreendimento e o que ouvimos não foi uma resposta simples, expressa por “sim” ou “não”, mas uma reflexão que demonstrava a necessidade de participação, o que até então, segundo o indígena, não estava acontecendo. O que os indígenas queriam, e ainda demandam, é o respeito aos povos indígenas, ao seu protagonismo na luta, negado pelo governo, pelo empreendimento e seus executores. De alguma maneira, demonstra a dissonância de vozes na instalação de Belo Monte (e essa é apenas uma, dentre tantas), nem sempre visibilizadas nos discursos sobre a instalação da UHE.

Algum tempo depois, tivemos a oportunidade de reencontrar o mesmo indígena e novamente conversar. A fisionomia abatida e triste do último encontro não era mais a mesma. O que aconteceu desde então? Para início de conversa, ele nos informa que um grupo de indígenas, sendo boa parte dos mais velhos, havia migrado para a área da primeira aldeia dos *Asurini*, atualmente batizada de Ita’Aka. Entretanto, a migração dos *Asurini* não significava um rompimento com o grupo que ficou.

Pelo contrário, o grupo continuava unido. Mas, para além de todas as tensões que existiam, os indígenas haviam decidido que a luta é pela manutenção do território e da vida, que se mantém a partir da água, da floresta e da terra, ao mesmo tempo em que com elas mantêm relação de respeito no uso e proteção de seus recursos. Nesse sentido, ao invés de acionar o discurso da divisão do grupo como algo negativo, na medida em que significaria a perda da coesão e unidade social, preferiram construir-se por meio da argumentação de que a divisão soma e não subtrai.

Em outras palavras, eles fazem com que a sociedade não indígena tenha de repensar os princípios matemáticos, porque dividir também pode ser uma estratégia de resistência na luta pela proteção do território e da vida; significa também que “[...] a gente ainda não desistiu de viver [...]”, de acordo com a narrativa de outro indígena *asurini*, feita durante

a Audiência sobre Saúde Indígena, promovida pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI – e Ministério Público Federal – MPF, em Altamira/PA, no dia 18 de agosto de 2015.

Lendo pelas entrelinhas, é possível afirmar que a resistência que se faz nas práticas e falas indígenas aponta para a (des)colonização do discurso capitalista e discriminatório utilizado pelos membros do consórcio empreendedor, porque os indígenas lutam pela vida (sua e de seu território, que se fazem uma só). Em nome dela e da cultura que construíram para viver é que se movimentam os indígenas, mesmo em condições pouco satisfatórias, como se pode observar nas imagens a seguir, representadas nas Figuras 1 e 2:

Figura 1: Vista da aldeia em construção



Fonte: as autoras

Figura 2: Usos da Tavive/ “Casa Grande”



Fonte: as autoras

No momento, não temos condições de fazer levantamento exaustivo da cultura *Asurini*, mas trataremos de dois importantes elementos dessa prática cultural hoje: o campo de futebol e a *tavive* “Casa Grande”¹. As imagens são da aldeia Ita’Aka e demonstram de maneira evidente as apropriações culturais e diálogos que os indígenas promovem em seus espaços socioculturais.

O campo de futebol foi uma das exigências feitas pelos indígenas ao empreendedor que está realizando a construção das casas. O campo é utilizado como espaço coletivo de brincadeiras, não apenas o futebol, como pode ser visualizado, especialmente pelas crianças e jovens, homens

1 “A tavive é a “Casa Grande”, uma formidável construção cônica, em palha, medindo cerca de 20 por 60 metros. É o espaço comum do povo Asurini, local onde as rígidas regras de evitação do grupo são relaxadas, onde descansam os parentes que partiram para a outra vida e onde se realizam os longos e intrincados complexos ritualísticos realizados pelo grupo.” (BELTRÃO et al., 2015, p. 232).

e mulheres, mas é também o espaço de circulação de todos pela aldeia. Ele ocupa um centro que media a circulação entre as casas.

A *tavivel* “Casa Grande”, por sua vez, é o lugar sagrado para os *Asurini* e assume a localização de outro centro da aldeia. É onde realizam as festas, rituais e enterram seus entes, para permanecerem entre eles e participarem das complexas cerimônias ritualísticas desse povo. Igualmente, é utilizada, como vemos na imagem, para a escolarização de crianças, jovens e adultos da aldeia, posto que o prédio da escola está em construção, e alguns usam para dormir porque não “aguenta a quentura das casas” que estão sendo construídas. É o espaço comunal do povo *asurini*!

Chamamos a atenção de que a olhos pouco treinados pode passar a ideia de que o futebol substituiu o papel da *tavivel* “Casa Grande” na cultura *asurini*. Mas essa interpretação poderia ser errônea e refletir a parca percepção do(a) analista. No caso dessa aldeia, é importante ressaltar que o centro pode ser visto de diferentes ângulos. Para quem entra na aldeia o centro pode ser o espaço do meio por onde todos circulam, onde está o campo de futebol; mas também pode ser o lugar oposto ao da entrada e de conexão entre um lado e outro da aldeia, onde construíram a *tavivel* “Casa Grande” para seus diferentes usos coletivos nos mundos natural e espiritual (BELTRÃO et al., 2015).

De uma forma ou de outra, existem culturas indígenas trazendo ensinamentos dos diálogos interculturais promovidos nas práticas de resistência cultural e descolonização de discursos, em que a cada “novo” movimento as práticas culturais vão se transformando à luz dos sentidos que imprimem seus povos, revelando-nos a cultura como resultado, conforme pensada por Barth (2000). Assim, sempre que houver vontade, e, acrescentamos, condições para viver, haverá sentidos sendo ressignificados pelos povos indígenas frente a diferentes e grandes projetos.

Narrativas de (Des)Territorialização

O território é crucial para os povos indígenas e liga-se diretamente com o esporte e lazer, no sentido de que o espaço vivido significa um “um esforço coletivo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou pátria.” (LITTLE, 2002, p. 3). Dessa forma, o território significa mais que terra, pois se constrói como pessoa de um coletivo

a partir das relações no local. Nesse sentido, liga-se ao território com afetividade, pois se torna berço e possibilidade da reprodução da vida.

Os territórios estão demarcados, mas final de ano agora tivemos conflitos com o invasor lá. Nossa terra tá demarcada, mas os fazendeiro, os grileiro, os madeireiro sempre estão ali, e a gente sente dificuldade. Assim, para mim e para todos nós nesse evento aqui, está muito bem claro que não se faz esporte e lazer sem nós ter território garantido porque quando a gente programa, para todos nos programar uma atividade de esporte nessa aldeia, aí de repente desarticula porque tem que sair pro mato para combater o invasor porque tá roubando folha de açaí, roubando peixe, então acontece isso muito nessas áreas indígenas. A gente muitas das vezes acaba interrompendo uma programação, que ela poderia ser de esporte e lazer; para isso, então, minha proposta, que o governo realmente crie um programa de proteção às áreas indígenas que hoje já está demarcada, e que demarque as demais áreas indígenas [...] (M32 Xikrin/Cacique).

Da parte de território eu lutei para demarcar a terra Kayapó... Eu fui caçar, matei quati, achei um jabuti aí fui andando quando fui andando com dois ou três aí ficou só nos 2 aí nos começamos a andar e ele falou assim: vamos atrás ... caminhando um pouco achei uma barraca, mais alto que esse teto aqui ...com cipó que faz vassoura e sofá, estavam roubando de índio, porque que ele não fiscaliza o limite dele, imagina outra aldeia aqui com terra demarcada e tá com essa dificuldade de como fiscalizar... Agora depende de nós, depende de nós, eu vou falar para vocês, eu sou guerreiro na frente, pegar facão ir cortando, renovando picada, para quando homem branco atravessar, é dentro que ele vai morrer...eu vou fazer isso, agora demarcar terra pedindo para o governo vim cuidar, ele não tá morando lá não, quem tá morando lá somos nos, é índio que mora lá, é índio que tem que cuidar índio tem que olhar o que é dele, eu venho dizendo isso para os jovens, para o povo Kayapó, nos vamos cuidar da nossa terra por nossa conta. Se um dia governo vem querendo falar alguma coisa, nos vamos cobrar para ele na cara que você nunca deu apoio para nós... (MK63, Cacique).

A luta pela demarcação das terras indígenas pressupõe uma oposição à colonialidade neoliberal que estimula as invasões de territórios e a utilização desordenada dos bens naturais. O modo como o indígena utiliza os recursos ambientais está associado a um limite da necessidade e da vida. Pensamentos de meio ambiente apartado da interioridade humana são fruto da racionalidade moderna, que atinge os povos indígenas na relação com os grupos exploradores do meio ambiente e de suas terras. As mentalidades eurocêntricas têm como limite a destruição, mas os povos indígenas vivenciam e expressam uma memória biocultural ao relacionar a natureza e cultura com sentidos de interfaces que são indivisíveis. Na concepção dos povos indígenas não há ruptura entre natureza e cultura e a vida se pauta no sentido de sustentabilidade. Nessa perspectiva, os hábitos alimentares e o corpo e seu funcionamento estão interligados ao metabolismo do meio ambiente e, nessa complexidade, as ações do homem decorrem da observação dos ciclos de renovação natural que organizam os períodos de plantio, colheita, caça, pesca, etc. Em razão da reciprocidade homem/natureza, o primeiro não atropela o segundo, mas se insere a ele e estabelece uma relação de respeito.

Assim sendo, os saberes indígenas abrem margem para o pensamento complexo, sensível, humano e ambiental, contrapondo-se ao pensamento linear, fragmentador, como no modelo ocidental. Respeita-se o tempo/espaço do corpo na relação com o meio ambiente e natureza. O ritmo do corpo na dança, na relação com os animais, na natureza em geral são aspectos da formação humana que ocorrem no cotidiano, pela convivência de reciprocidade, pelo ensino pautado no amor e não na classificação ou hierarquização intergeracional.

O debate torna-se delicado nessa parte que enfoca território, esporte e lazer, pois se percebe sentimentos de sofrimento, resignação diante de uma história secular de molestamento colonial. A colonização do poder é a colonização do saber, afirma Aníbal Quijano (2005), ao destacar que a colonização européia na América Latina se espalha pela história porque não se tratou de ações pontuais, mas de ações no mundo da cultura, da produção da vida.

E o cupé não tá assumindo a sua responsabilidade...
De tantas doenças que inventaram, que trouxe para
contaminar nós o povo indígena... Falar de nós, os
Kaiapó, antes a chegada das doenças trazidos da Europa

e da América e de outros país próximo daqui as nossas doenças é mordida de cobra... e o pajé que é o conhecedor de cobra, ele sabe o tipo de cobra que mordeu tipo de erva, tipo de raízes que ele vai pegar para curar e nunca morreu um índio Kayapó com mordida de cobra é.... pau caiu em cima, ele caiu e pedra machucou pé, cabeça, braço fica fraturado né?! O nosso médico vai lá e pega o braço e pega o pé, busca a erva, cipó, ele traz, eu nunca vi, quando crescer nunca vi um índio Kayapó aleijado, dedo, braço, eu vi a marca de perna quebrada, braço quebrado mas não perdeu o braço, nem o pé....é caiu na água se descuidou, caiu água e afogou, ele sabe, o pajé sabe, tira água do estomago e tratou, tá normal de novo, quando ta tossindo seca, é ele. Enquanto, vocês jovens tão estudando ai. Eu já sabia o conhecimento. (M63 Kayapó/Cacique).

Nesse depoimento, percebe-se que o encontro dos povos indígenas com os ocidentais trouxe muito prejuízos àqueles que tinham vida saudável, sem doenças, e os problemas de saúde eram curados com as sabedorias do pajé. As doenças consideradas ocidentais, como HIV (Soro Positivo), Câncer, Tuberculose, vieram a partir do contato com os não indígenas e, em contrapartida, desenvolveram Programas de Saúde Indígena que não atendem com qualidade.

Reforçando mais uma fala SESAI, FUNASA, qualquer equipe que são profissionais de saúde, estão ai só pra fazer curativo, né. Novo programa que é criado para chatear o índio se chama SUS, fica na fila, criando a raiva para o índio, morre na fila... Tá errado com o branco imagina com nós, com os índios, não tem responsabilidade nenhuma. O médico depende de tecnologia, depende do aparelho, pro aparelho ajudar ver o que tá doente, não depende dele, depende do aparelho. Então muitas doenças de homem branco é levado no meio da comunidade indígena.

O conhecimento da racionalidade moderna (que separa homem da natureza e impõe um saber técnico voltado para produção) adquire novos modos de se instalar, fragilizando esses povos pela desigualdade de poder e até mesmo pelas escassas condições de subsistência. Um exemplo que vivenciamos em Altamira/PA refere-se à construção da UHE de Belo

Monte, que atingiu sobremaneira uma diversidade de povos indígenas, ribeirinhos, campesinos e da área urbana. Houve um processo de mudanças compulsórias da terra para uma grande maioria dos atingidos pela água e também houve a escassez de alimentos na parte do rio cujas águas serão controladas.

O rio Xingu era o quintal das crianças brincarem, o local do convívio e das sociabilidades, assim como da sustentabilidade alimentar dessas pessoas. Temos de lembrar que os processos de (des) territorialização afetam a memória, a identidade e a cultura material, assim como a sustentabilidade da vida, pois não se tem acesso ao recurso da natureza para produzir os bens materiais culturais, como os cocares, as certarias, as roupas e o alimento. Podemos lembrar aqui, com Paul Little (2002), que a territorialidade se distingue pelo uso social e afetivo que constrói com a terra.

O esporte, lazer e saúde se ligam ao território, pois daí se retira a alimentação, água e materiais para as práticas corporais, como a corrida de tora, as petecas, etc. O esporte e o lazer, no que se refere à saúde, têm um papel de prevenção, ou seja, há aí uma concepção de esporte e saúde que se liga ao corpo na sua dimensão complexa (corpo e espiritualidade), pois não há práticas corporais desprovidas de intencionalidades socioculturais, como na caça ao jabuti, que se pode colocar o peso máximo que o homem consegue carregar, desde que não beba água e alargue os passos.

A Educação Intercultural: Diálogo de Saberes

Diálogo de saberes é um conceito desenvolvido para dar conta de concepções de homem e suas relações com o meio ambiente, pautado na sustentabilidade e no respeito à diversidade. A educação indígena pauta-se em processos de construção da pessoa pelos usos lúdicos dos espaços e de recursos da natureza para produzir brinquedos, jogos, etc. Percebe-se que, mesmo com as “diásporas” – deslocamentos culturais – não se deixa de ser o que se é. Parece-me, embora precise certificar-me, que os processos de pertença do povo Xipaya de Altamira não decorrem de pertença de territorialidade, e sim de outros sentidos, como graus de parentescos, histórias de vida. Mas, ainda assim, a pertença étnica constitui-se em modo de se identificar na luta por direitos da coletividade.

Educação Intercultural é a formação mediante diálogos de saberes, pautados no respeito à diversidade e à diferença. Marin (2009), no

depoimento seguinte, apresenta o processo de formação humana, que é contínuo, processual e ocorre de acordo com as necessidades. A formação tradicional, aquela pautada nos saberes tradicionais e cosmológicos, por vezes se confronta, mas, na visão dos povos, se complementa. A educação escolar indígena deve pactuar com o sentido da educação diferenciada, mas no seu bojo, deve ensinar as culturas de todas as humanidades, inclusive dos não indígenas. Percebe-se nesse depoimento uma noção de educação e educação escolares indígenas pautada no currículo intermulticultural.

A criança indígena aprende com a mãe, com o pai e com os parentes. Através dessa educação que ele vai aprendendo diariamente, constantemente, que ele vai se tornar um guerreiro, um bom sabedor das artes medicinais, das danças...tudo isso é importante. Essa educação indígena da comunidade com ele...ele aprende com essa educação a preservar sua cultura, tradições... fazendo essa manutenção e dando continuidade em saber fazer tradicionais indígenas.

Já as escolas diferenciais indígenas são importantes, pois ajuda na preservação e manutenção da língua materna, na produção do material didático, que auxilia na aprendizagem do aluno que auxilia... Por exemplo, um professor de fora que vai dar aula lá na aldeia, ele quer falar do Egito, da Europa. Por que não falar do Brasil, a história do índio, nacional, geografia? Estuda a parte geográfica da nossa região, onde que tem mais peixe, onde que tem mais caça, onde chove mais, qual período é bom para plantio, qual não é, toda essa parte de estudo da própria região é fundamental.

E depois a gente passa a estudar os saberes universais, mas a princípio dar valor aos saberes tradicionais, praticado na escola da nossa região, na aldeia. Tem uma prática de muitos anos que todo ano a escola faz, o dia do TURE, uma dança tradicional de naquele dia é contado como aula também, só que é feito um dia de atividades indígenas tradicionais: corrida com tora, dança das crianças, jovem. Então é uma experiência que já acontece há alguns anos na nossa região... Infelizmente não é em todas as aldeia, mas a gente vê que a ideia tá se perpetuando, tá se espalhando. Então, eu penso assim, quem melhor que os próprios indígenas para lecionar, para ensinar cuidar da parte da saúde dos seus

parentes, porque ele compreende, ele sabe o que pode estar sentindo... (F45 Kyikatêjê - Mulher/liderança).

A corrida de tora, as danças, natação no rio, arco e flecha, futebol, dentre outras práticas corporais dos povos indígenas, já são práticas no contexto de cada aldeia nas dimensões educacionais, pois as crianças se constroem no mundo pela brincadeira. Entretanto, o desporto na dimensão educacional precisa estar presente e de maneira mais enfática pela disciplina Educação Física, que requer um currículo que problematize tanto as questões que afligem a saúde indígena como as que enalteçam a cultura corporal do povo.

Há uns 20 anos atrás eles eram todos magros e corriam tora com uma leveza muito boa. Hoje, 25 anos depois, volta na mesma aldeia, você encontra todos gordos, todos obesos, com problema de colesterol e diabetes devido às mudanças alimentares, e saúde tava lá, não vem fazendo uma triagem, um acompanhamento dessa mudança num aspecto da saúde dos povos que ela trabalha..e com isso, como os gaviões que correm muito tora, se você for fazer um levantamento, a maioria dos jovens já tem problemas no joelho, lá na nossa aldeia e todos sente dor...e é jovem de 25 anos, os velho estão com problemas de coluna, por causa do peso, e eles correm tora, não adianta...como trabalhar isso a partir da educação física, como trabalhar no esporte, o lazer, com essa comunidade, porque eles não vão deixar de correr tora e a gente tem que saber uma forma de trabalhar essa saúde... E o sedentarismo...

Nas nossas escolas hoje, principalmente voltadas a nossa região, não têm profissionais preparados para trabalhar isso e até na nossa escola não existe profissional. A nossa escola não existe educação física e visão que se tem de educação física é essa é bola, é handebol e voleibol. Então...hoje eu consigo abrir mais a mente para ter mais informação para que isso venha a realizar diante da minha comunidade

Então é bom trabalhar a partir do que nos temos, como trabalhar isso para que venha fortalecer a pertença, a cultura, e não deixar de trazer o novo porque na nossa aldeia jogam voleibol e falam português, mas jogam vôlei, joga e sabe cortar bem. Então bem, se que a gente

se adapta a várias coisas é bom entender?! Então aí como trazer o esporte a partir do olhar indígena com relação à educação física que venha criar laços e fortalecimento... (F45 Kyikatêjê - Mulher/liderança.).

Esporte e Lazer como POSITIVIDADE do Coletivo

Como se diz em Mil Platôs, os devires, ou seja, os acontecimentos que se enraízam e criam rizoma, são como teias que fortalecem um objeto que estava à margem do mundo moderno e depois se produz para se criar um lugar no plano simbólico (DELEUZE; GUATTARI, 1995). O esporte e o lazer, como positivities das linguagens dos povos indígenas, se distinguem pela capacidade de se construir e reconstruir a partir de valores coletivos, a partir de acontecimentos (devires) que se dão nas lógicas das multiculturalidades e na dimensão cultural, fortalecendo o imaginário, transpondo imagens de subalternidade para positivities a partir das criações coletivas.

A identidade se dá nos valores que constituem o coletivo e, no sentido poético da criação pelas técnicas corporais dos povos indígenas, entram em cena imagens e possibilidades culturais de identidade e poder. A diferença é o ponto chave da identidade, pois reconheço a mim e ao grupo tendo como ponto de partida a diferença que nos constitui em relação a outros, com quem estamos em constante conexão. Entretanto, só faz sentido discutir a diferença se fizer diferença, afirma Hall (2006). No caso dos povos Indígenas e das políticas de esporte e lazer, esse ponto só será interessante se tivermos como horizonte a “descentralização de poder”, para uma distribuição equitativa de códigos mediante linguagens e imagens, a partir de determinadas condições de vida e autonomia para tomar decisões. No contexto histórico, trata-se de criar espaços simbólicos que reorganizem os pensamentos da sociedade em torno da diversidade cultural. As proposições para as Políticas de Esporte e Lazer se caracterizam nos seguintes pressupostos, levantados no Eixo 5:

- 1 - vivência efetiva da etnoterritorialidade;
- 2 - busca-se uma educação pública de qualidade para os povos Indígenas, que tenha um currículo multi e intercultural, que valorize os conhecimentos indígenas e de outras culturas não indígenas;
- 3 - que o Esporte e Lazer sejam mediados por aulas de Educação Física que ensinem sobre o corpo, a cultura e a sociedade, pautando-se

no se-movimentar, na ideia de corpo sujeito que se movimenta a partir de uma consciência de si. E que trabalhe os estilos de vida para uma qualidade de vida mais saudável. A Educação Física tem esse papel na formação mediante as práticas corporais que visam construir imagens, pensamentos e hábitos para o bem viver;

4 - o Esporte e Lazer devem ser uma Política Pública desenvolvida para todas as gerações e etnias, com intenções de fortalecer a cultura. Os representantes ali apresentavam uma consciência firme do poder da Identidade, do grupo organizado e da autonomia;

5 - a participação dos indígenas na sociedade se dá por relações de poder no qual eles se percebem na configuração, prejudicados pelas normas e regras do esporte de rendimento, que, para alguns, não é válida, ao passo que para outros é importante, pois os jovens querem sair, conhecer, participar. A tecnologia é bem vinda, desde que não atrapalhe a educação tradicional, pois os jovens passam a ter conhecimento do mundo. A tecnologia globaliza os sentidos, principalmente do ponto de vista do esporte de rendimento. É um valor que os representantes pensam que os jovens devem receber apoio para participar;

6 - a Educação Intercultural no interior dos debates do Esporte e Lazer é apontada como primordial para a compreensão do mundo, de várias realidades, tendo como pressuposto a valorização da cultura local.

Considerações

Os povos indígenas, no sentido de territorialização, buscam educação, saúde, esporte e lazer, tendo em vista a transformação de suas práticas corporais como espaço simbólico cultural em situação de equidade. Nessa perspectiva, buscam, principalmente, reconhecimento pelas sociedades envolvidas. As políticas de Esporte e Lazer, fomentadas pelo governo federal via Ministério do Esporte, não estão presentes nos povos que discutiram os eixos. Dentre eles, o PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade, que pode ser organizado por núcleo e para Povos e Comunidades Tradicionais, “que atende a grupos culturalmente diferenciados – que se reconhecem como tal, que têm formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.” (FOPPELIN, 2015, p. 18).

Os representantes dos povos, incluindo homens e mulheres entre 21 e 63 anos de idade, de diferentes municípios da região Norte, fizeram reivindicações que indicam semelhanças importantes de problemas de ordem social para enfrentar. Percebemos o sentido de racionalidade moderna no cerne dos problemas de território que, por sua vez, interferem na saúde, esporte, lazer e educação.

Consideramos o significado das narrativas dos debates como memórias vivas, em que o passado de violência colonial se faz presente, pois a cena do encontro dos europeus com os povos indígenas, marcada pelo eurocentrismo, tem continuidade, por mais que se apregoe uma legislação fundamentada nos direitos humanos e no respeito à diversidade cultural. A colonialidade do poder/saber coloca no centro pensamentos que orientam políticas, tecnologia e ciências e criam a marginalização de uma diversidade de poder/saber, que funciona, mas não é reconhecida. O sentido da colonialidade do saber/poder, a partir de suas pretensões de universalidade de um único pensamento, qual seja, o eurocêntrico, discrimina e hierarquiza outros corpos e modos de ser no mundo.

Os povos reconhecem-se (sentem-se pertencentes por laços culturais) e reivindicam esporte e lazer que venham fortalecer essas identidades, que são coletivas e que transmitem o saber pela oralidade e pela educação/formação da pessoa na sua totalidade corpo.

Referências

- BOSE, Éclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: LASK, Tomke (Org.). **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 107-139.
- BELTRÃO, Jane Felipe et al. Vida e morte entre povos indígenas. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 206-238, jan./jun. 2015.
- DELEUZE G.; GUATTARI F. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE G.; GUATTARI F. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1a ed., 1995.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

HALL, S. Estudos culturais: dois paradigmas. In: Liv Sovik (Org.). **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Tradução: RESENDE A. La G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO/Brasil, 2006.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MARIN, J. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, p. 200-215, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER E. (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Suer, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005.

SABORIN E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago., p. 24-51, 2011.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

O que dizem os Povos Indígenas sobre as práticas corporais de Esporte e Lazer?

Beleni Saléte Grando

Arthur José Medeiros de Almeida

Jonathan Stroher

Vilma Aparecida de Pinho

Valdeson Paula Portela

Apresentação

Compreendida a lógica que fomenta a manutenção das práticas corporais indígenas no território brasileiro, o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil – FOPPELIN, ocorrido nos dias 07 a 11 de abril de 2015, em Cuiabá/MT, buscou promover um espaço de diálogos, debates e de ações efetivas de esporte e lazer, pensadas a partir das necessidades dos povos indígenas do Brasil. Dessa forma, o FOPPELIN tinha como intuito subsidiar a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas – CGPEIN, da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS, do Ministério do Esporte, na elaboração de Políticas de Esporte e Lazer para os povos indígenas do Brasil. Para isso, contou com a presença de 307 participantes, distribuídos entre representantes indígenas, mediadores, intelectuais, autoridades e comissão organizadora. Desse total, o Fórum contou com a participação de 219 indígenas, sendo que foram computadas 139 representações diferentes de comunidades indígenas de vários estados e instituições representativas.

Inserido no objetivo maior do FOPPELIN, nosso intuito aqui é apresentar os dados resultantes de uma análise preliminar sobre as práticas corporais indígenas, relatadas pelos indígenas participantes. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário, previamente aprovado pelos mediadores indígenas, que tinha como objetivo levantar a realidade das práticas corporais presentes nas aldeias e como essas se estruturavam em articulação com as demais práticas sociais vivenciadas no cotidiano e nos eventos esportivos que participavam. O questionário



foi respondido por 146 representantes indígenas, dos 219 presentes no total, abarcando um total de 92 etnias das 139 presentes no FOPPELIN.

Práticas corporais e o princípio da identidade

As práticas corporais, compreendidas como práticas sociais, orientam o cotidiano dos saberes e fazeres indígenas nos diferentes grupos étnicos do Brasil, partindo das significações que são dadas a cada manifestação do corpo no tempo e no espaço de se movimentar. Os sentidos de fazer com o corpo na aldeia são atravessados pelos elementos cosmológicos presentes na territorialidade ocupada e vivida pelos povos indígenas, elementos esses que aproximam o passado ao presente e encaminham a identidade cultural de cada povo para o futuro.

Por meio dos saberes corporais – que identificam o sujeito como um ser humano diferenciado, podemos conhecer as pessoas e suas culturas na relação com outras pessoas e culturas, pois elas representam um conjunto de ações que é marcado, fundamentalmente, pelas práticas corporais, pautadas no tripé corpo, educação e cultura. O corpo, então, não é tomado como algo simplesmente biológico. Ele representa uma figura que, por meio das tradições e aprendizados, vai se modelando e tomando forma, fazendo com que cada indivíduo, mesmo pertencente a culturas diferenciadas, seja individual, pois possui características específicas na dinâmica cultural coletiva (GRANDO, 2009).

O conceito de cultura aqui assumido se embasa nos estudos de Geertz (2008), na medida em que afirma que a cultura representa as tessituras criadas pelos seres humanos no seu fazer cotidiano e que está dotadas de sentidos e significados presentes na sociedade em que cada sujeito se insere, permitindo sua identificação como sujeito individual e, ao mesmo tempo, construindo relações identitárias de forma coletivas.

Nesse sentido, Passos (2010) nos explica que:

A identidade, com a qual nos fazemos e que também nos faz, entre muitas coisas, é o grande elo de cada um de nós, como seres vivos, com as gerações que nos precederam e que virão após de nós: este elo chama-se cultura. Revestidos da carne e ao mesmo tempo despídos dela, pois a transcendemos, somos capazes de cultivar uma identidade cambiante, que tecemos no confronto com estímulos do mundo

e dos outros. (MERLAU-PONTY, 2006 apud PASSOS, 2010, p. 27).

Assim, a identidade que reveste nossa carne, como um casaco que nos protege do frio, é o elemento analisador e comunicador do nosso ser no mundo, pois codifica e manifesta, pelo e no corpo, aquilo que possuímos de mais íntimo das nossas construções internas e que se expressam pelas práticas corporais de cada cultura.

Destarte, evidenciamos as práticas corporais indígenas como saberes construídos pelas várias situações de contato com a natureza e com a espiritualidade de cada povo, e que só podem ser asseguradas se, de fato, o território – entre outros elementos – que possibilita a efetivação dessas manifestações do corpo dos povos indígenas for tido como parte estruturante e fundamental para a continuação das práticas corporais tradicionais.

As individualidades que apresentamos nos gestos, ações, emoções e fazeres do corpo marcam nossas singularidades como sujeitos, a partir dos meios como cada um se expressa ao construir os movimentos do corpo. Essas construções corporais podem ser compreendidas como práticas corporais, pois são desenhadas pelas práticas sociais em que, além de nos reconhecermos, reconhecemos o outro por meio desses estigmas do corpo (GRANDO, 2009, p.24).

Nessa perspectiva, os moldes como desenhamos nossos corpos nas culturas que nos envolvem surgem desde nosso nascimento e a partir daí já estamos em um processo de educação, em que a matéria-prima é o corpo, que educamos conforme influências externas e internas que se aproximam de nós. Conforme esclarece Grandó (2009, p.33), o processo de “educação do corpo” se dá de maneira informal e continuamente ao longo da vida, mas é mais evidente no período da infância, no âmbito familiar e de grupos espontâneos de idade. Logo, ele (corpo) é um reflexo daquilo que somos, pois é por meio dele que nos expressamos.

Dessa concepção, podemos entender que a partir da educação do corpo vamos consolidando nossas técnicas corporais, e por intermédio delas nos diferenciamos uns dos outros, tanto individual quanto coletivamente. As técnicas corporais se modificam conforme fatores intrínsecos, como o psicológico, e extrínsecos, como a sociedade. Esse conjunto de técnicas é que forma as práticas corporais, que, por sua vez, podem ser entendidas como práticas sociais, pois são as manifestações culturais que podem ser explicitadas nos movimentos corporais identificados no bojo da sociedade em que o indivíduo se insere (GRANDO, 2009, p. 44).

Sobre essas vertentes que constroem o movimento e identificam os seres humanos, Vigarello (2003) nos traz o princípio de identidade. Nesse, englobam-se todos os elementos que se expressam pelo corpo, ou seja, “[...] o recurso de mensagens e de trocas a partir de sinais e de expressões de natureza física.” (p. 23). Aqui, podemos elencar os recursos expressivos que buscam uma comunicação com o ambiente e com os outros.

Para caracterizarmos o princípio da identidade, pautamo-nos em Marcel Mauss (1974), bem como em outros autores que fizeram leitura de seus trabalhos (DAOLIO 1995; GRANDO, 2004), na tentativa de elucidar de que forma os seres humanos se expressam por meio de seus corpos a partir das técnicas corporais que cada sociedade imprime nos sujeitos. Nesse sentido, Mauss (1974, p. 211) nos explica que as técnicas corporais são as formas “[...] como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos.” É nas manifestações corporais que se instauram saberes sociais e culturais passíveis de identificação na relação com outros corpos.

As referidas falas do corpo se manifestam por meio da impregnação cultural que o sujeito sofre no decorrer da sua história. Assim, os estigmas culturais possibilitam a identificação do ser humano a partir das técnicas que o corpo apreende, sendo com e por elas que compreendemos a cultura corporal transmitida pelas tradições e autoridades corporais nos grupos sociais.

Quando uma geração passa à outra geração a ciência de seus gestos e de seus atos manuais, há tanta autoridade e tradição social quanto quando a transmissão se faz pela linguagem. (DAOLIO, 1995, p.44).

São nesses espaços de aproximação que as trocas corporais se efetivam, num sentido de educação do corpo e suas técnicas. As pessoas, principalmente as crianças, imitam atos que obtiveram êxito e que foram bem sucedidos em pessoas que detêm prestígio e autoridade no grupo social. “É precisamente nesta noção de prestígio da pessoa que torna o ato ordenado, autorizado e aprovado, em relação ao indivíduo imitador, que se encontra todo o elemento social.” (DAOLIO, 1995, p. 44).

O estudo do corpo e dos movimentos humanos como expressões simbólicas pressupõe que as práticas sociais possuem uma tradição, que é passada às gerações por meio de símbolos. A tradição oral, a mais conhecida e, muitas vezes, a mais valorizada, é apenas uma dentre as possíveis trocas

simbólicas. Qualquer técnica corporal pode ser transmitida por meio do recurso oral. Pode ser contada, descrita, mas pode ser transmitida, também, pelo movimento em si, como expressão simbólica de valores aceitos na sociedade, marcados no corpo (GRANDO, 2009).

Quem transmite, acredita e pratica aquele gesto, e, por sua vez, quem recebe, aceita, aprende e passa a imitar aquele movimento. Enfim, é um gesto que se torna eficaz nas dinâmicas corporais dos indivíduos. É justamente devido à eficácia das técnicas corporais que, segundo Mauss (1974), podemos conceber que os símbolos do andar, da postura, das técnicas esportivas são do mesmo gênero que os símbolos religiosos, rituais, morais etc. É por meio dos símbolos que a tradição vai sendo transmitida às gerações seguintes.

Mauss (1974) pontua que o corpo humano, os movimentos corporais, cada pequeno gesto, são como tradutores de elementos de uma sociedade ou cultura. Equipara, assim, o corpo humano a outros temas da antropologia, como a religião, as trocas econômicas, os sistemas jurídicos, os rituais de passagem, que sempre mereceram maiores estudos dos etnógrafos.

Para definirmos e, assim, falarmos da realidade humana existe a necessidade de discutir sobre o corpo e fazer dele um acesso às coisas, por entender que ele “é o primeiro e mais natural instrumento do homem” na apropriação e interação com o mundo (MAUSS, 1974, p. 407). É com o corpo e por meio dele que manifestamos as características da sociedade na qual estamos inseridos, atuando, a todo o momento, sobre elas, sendo esse um fator de identificação individual e coletiva.

Lévi-Strauss corrobora com a ideia de Mauss, ao afirmar que “é por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos: “As crianças são treinadas... a controlar reflexos... inibir seus medos... selecionar paradas e movimentos.” (extraído do prefácio da obra de MAUSS, 1974, p. 12, grifos do autor). Ou seja, a educação que se dá no corpo promove o reconhecimento social e cultural a partir dos movimentos específicos que cada sociedade manifesta ao se expressar.

Grando (2004) também traz sua contribuição, a partir de Mauss (1974), sobre as “técnicas corporais” e sua relação na identificação com o outro:

As ‘técnicas corporais’, como práticas sociais, expressam nas formas de andar, de correr, de banhar-se, de vestir-

se, de alimentar-se, de depilar-se, de acariciar, entre outras, características que, marcadas num corpo, conotam formas desse identificar-se como pertencente a um determinado grupo. No entanto, ao buscar ‘simular’ uma outra identidade, o corpo utiliza-se dessas técnicas como estratégia para ‘marcar’ representação e ser reconhecido nela. Essas marcas são, portanto, formas coletivas de comunicar uma identidade, que é sempre compartilhada, pois se forma na relação com o outro e extrapola os limites de uma cultura, de uma nacionalidade ou de um território. (GRANDO, 2004, p. 47, grifos da autora).

Assim, as formas de identificação que o corpo recorre ao se expressar possibilitam o reconhecimento cultural que lhe é específico, sendo que na relação com o outro suas “técnicas corporais” viabilizam a troca de saberes corporais. Por meio das estratégias que cada um utiliza no cotidiano ao se expressar, busca-se nos conhecimentos apreendidos pelo corpo uma forma de identificação individual, que também promove o intercâmbio entre as diversas culturas em relação à dinâmica social coletiva.

Daolio (1995, p. 39) também reconhece nos estudos de Marcel Mauss importante subsídio para compreender as formas de expressão e “inCORPOração” dos saberes corporais pelos elementos culturais. O autor evidencia que cada indivíduo se apropria de novos conhecimentos culturais junto àqueles que o constitui, por meio das trocas e conflitos que estabelece com os outros e com o meio. Dessa relação, temos que o homem aprende e organiza seus saberes culturais pelo corpo e, nesse aprendizado, possibilita sua construção corporal.

Essa visão do homem como ser cultural ganha reforço com as teorias críticas da educação a partir da década de 1980, em que se tornava necessário reconhecermos o corpo como meio de ação transformadora que atua nas mudanças sociais e, dessa forma, construirmos a história. Com as novas atribuições ao corpo, assinala-se uma transformação do entendimento do corpo, que inicialmente era ligado somente à sua função orgânica, para entendê-lo em seu simbolismo capaz de humanizar-se por meio das práticas corporais.

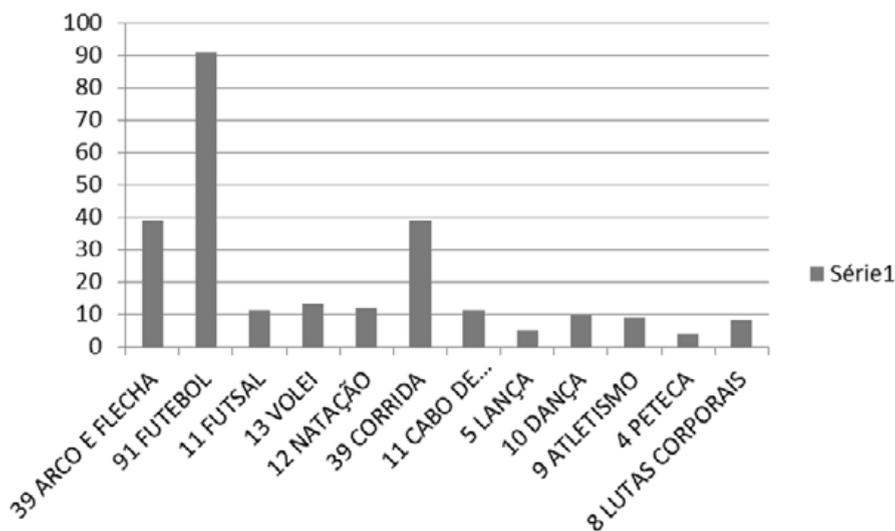
São desses ângulos que orientamos nosso olhar sobre as relações que consolidam práticas no corpo. O princípio da identidade nos remete ao entendimento do que o corpo nos dá pelas práticas corporais que

realizamos com ele, dessa forma, marcando representações culturais pelas suas expressões no espaço em que habita e se movimenta. É a partir do corpo e por meio dele que construímos as relações com o meio e com os outros, na tentativa de possibilitar leituras do meio social para compreendermos nossa atuação no mundo.

Análise dos dados

Dos 146 representantes indígenas que responderam o questionário, 15 responderam que NÃO vivenciam práticas corporais, mas 131 trazem essas práticas vivenciadas aqui apresentadas e analisadas. As práticas corporais relatadas pelos representantes indígenas são descritas no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Práticas Corporais Indígenas – I FOPPELIN



Fonte: os autores

As práticas mais expressivas foram futebol, arco e flecha e corrida (corrida de tora, corrida de canoa, corrida a distância, corrida de saco, de flecha, de barco, de maracá). Essas representam a manutenção dos saberes que identificam cada povo por meio do brincar, do jogar, do lutar, do dançar, entre outras práticas, que dão significação aos fazeres do corpo em movimento, que se relacionam diretamente com a territorialidade e a cosmologia em cada grupo étnico, de forma específica e diferenciada.

Futebol e Práticas Interculturais

Dentre as práticas mais expressivas relatadas no questionário, compreendemos que o futebol, por ser uma prática cultural brasileira, encontra-se presente em quase todos os territórios indígenas. Assim, pode assumir o contexto de uma manifestação corporal tomada como lazer ou brincadeira, como pode, também, assumir o papel de atividade esportiva organizada, com times, federações e outros aspectos que se aproximam do esporte de alto rendimento. Isso não pormenoriza a representação que essa prática configura para cada grupo étnico.

O futebol moderno se caracteriza por seu poder econômico, que move milhões de dólares em países da Europa e das Américas, mas tem enraizamento cultural que envolve uma larga porção de populações das culturas ocidentais e orientais. Mas os processos de ressignificação do esporte desempenham importante papel na organização social e identitária dos grupos que se aglomeraram em torno de um clube (etnia). Ele, de fato, exerce um fascínio e, para explicar a intuição e emoção daquilo que o futebol faz vivenciar aos seus adeptos, o autor Franco Junior (2007, p. 165/166) afirma:

O reconhecimento velado de que o futebol fala da própria vida. [...]. Mais precisamente, é o conjunto de metáforas que deve ser visto na sua articulação, na sua complementação mútua, como os gomos de uma bola de futebol. Ou ainda como um mosaico que constrói com peças quantitativas e qualitativas diferentes (jogadores, técnicos, profissionais de várias áreas médico-esportivas, árbitros, dirigentes, jornalistas, torcedores) a imagem-síntese do mundo em que vivemos. Imagem que mostra tanto a realidade externa (social, econômica, política) quanto interna (anseios, medos, frustrações, esperanças, alegrias). [...] O futebol é sentido antes de ser compreendido.

A dimensão social e estética do rito (jogo) pode variar, sem deixar de ser estruturalmente rito, mas a sua eficácia simbólica varia de acordo com significados que lhe engendram, seja do templo ou dos Deuses em confronto (equipes, jogadores). A vitória ocorre em interdependência com a eficácia técnica e um coletivo articulado no “templo”, mas “tem que acreditar, ter fé”.

Nesse sentido, o futebol tem elementos rituais e de arte com possibilidades de vivenciar emoções de felicidades pelos adornos símbolos que dão divindade e pelo emblema de distinção dos significados que engendram as relações, o jogo e as possibilidades de mediação antes, durante e após o jogo. Dessa forma, o futebol, esporte dos deuses poderosos e “invencíveis”, transmuta as realidades da vida. E há o sentido de divindade (aquilo que externamente ao mundo do futebol é considerado mero emblema ou distintivo, é sentido pela comunidade do clube como símbolo): Isto é, significante visual que sintetiza a essência da coisa significada e tem por isso caráter religioso, quer dizer, de evocação do elo que se restabelece entre a divindade representada (pela etnia) e pelos seus fiéis (torcedores).

Murad (1996, p. 66) indica que o futebol faz parte das “representações coletivas, arquetípicas de forte densidade simbólica para a realidade dos povos, de incalculável impacto para o imaginário humano.” Também afirma o autor que o futebol é isso para os brasileiros, um misto de necessidades imediatas e práticas de luta e obtenção de resultados e objetivos, mas, ao mesmo tempo, a expressão da alegria e da arte.

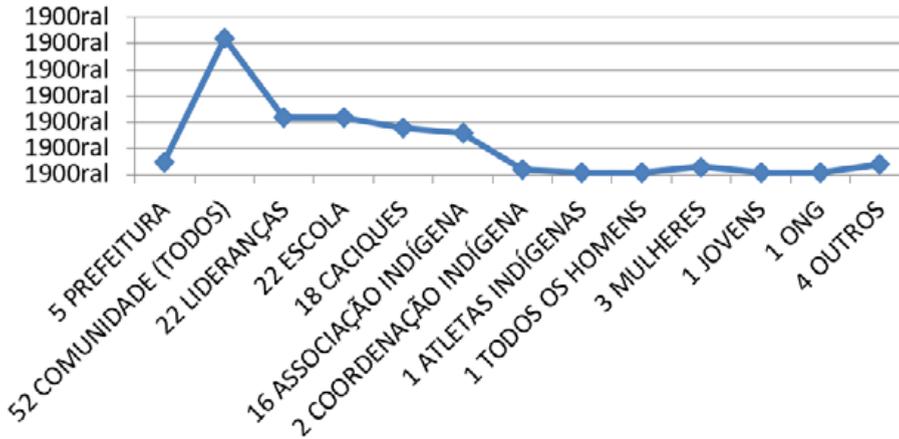
O futebol intercultural constitui importante prática corporal dos povos indígenas. Nascimento (2015), ao estudar o futebol dos Munduruku, afirma que a prática do esporte tem sido comum nas Aldeias e que os povos utilizam o esporte como mecanismo de integração e coletividade para reforçar identidades. Nos dados do autor, os indígenas se organizam e fazem uso do futebol como mediador político com a sociedade mais ampla na busca de negociação, reafirmação de identidade, território e possibilidades educativas e de sociabilidades entre as diferentes etnias.

As práticas interculturais das Aldeias são manifestadas naquilo que Marín (2009) indica como práticas que buscam a convivência mútua, a reciprocidade e o reconhecimento da diversidade. O modo como as Aldeias se organizam é bastante respeitoso com as atividades gerais dos grupos no que se refere à organização comunitária de saúde, da escola, do território e do lazer. Indica Nascimento (2015) que os indígenas, por meio do futebol, desenvolvem processos de “rebeldia”, pois tornam o jogo social e ideológico, na busca pela libertação e autonomia sociocultural.

Compreender o futebol nessa relação mais ampla e complexa significa entendê-lo como um elemento que é fundamental para a integração entre os familiares, em que são permeadas as relações de autoridade e de hierarquia presentes na tradição cultural específica de cada povo.

O Gráfico 2, a seguir, apresenta os sujeitos ou instituições que organizam os eventos esportivos e lazer.

Gráfico 2 – Quem organiza os eventos de Esporte e Lazer



Fonte: os autores

O que dizem os povos indígenas sobre o esporte e lazer? Essa foi nossa pergunta inicial e obtivemos como resposta que a maioria dos povos que participou do FOPPELIN pratica e organiza eventos de esporte e lazer. Entretanto, é importante ressaltar que o Estado se faz pouco presente nessas práticas corporais coletivas, que realmente os povos se organizam em torno de seus valores, possibilidades e mediações que realizam com a sociedade envolvente, a fim de garantir os espaços/tempos de práticas corporais de celebração da felicidade, como o futebol.

Com esses dados, percebemos que a articulação para realizar os eventos de esporte e lazer para os povos indígenas participantes do estudo se caracteriza pelas ações que a própria comunidade efetiva para assegurar as práticas corporais tradicionais de cada etnia. Nesse sentido, os dados indicam a importância de se delinear junto aos povos indígenas as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, a fim de reforçar o protagonismo, pois os povos indígenas têm nos ensinado lições de vida sustentáveis, o que se expressa pela valorização de saberes que respeitam a vida, a coletividade e as relações humanas de interdependência com a natureza e com outros

grupos humanos. As políticas precisam reforçar as práticas corporais, pois cada povo constrói no seu dia a dia seus modos próprios de divertimentos, tendo como fundamento o encontro, a celebração e a humanização.

O estudo, ainda em análise, possibilita dar a conhecer as dinâmicas culturais e os contextos diversificados escritos pela história do Brasil com os povos originários autóctones, pois implicam necessariamente nos contextos regionais e relações históricas vivenciadas pelos grupos com a sociedade não indígena, dependendo do estado onde vive a comunidade do representante, que, no FOPPELIN, tratava-se de um estado brasileiro.

Referências

- DAÓLIO, J. **Da Cultura do Corpo**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- FRANCO J. H. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GRANDO, B. S. **Corpo e Educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri – MT**. 2004. 355f. Tese (Doutorado em Educação)-Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- GRANDO, B. S. **Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser**. Ijuí: Unijuí, 2009.
- MARIN, J. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **VISÃO GLOBAL**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2009.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- MURAD, M. **Dos pés à cabeça**. Elementos básicos de sociologia do futebol. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1996.
- NASCIMENTO, R. do. **O Futebol como jogo estratégico do povo Munduruki nas relações interétnicas no município de Juara – MT**. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.
- VIGARELLO, G. A história e os modelos do corpo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2 (41),p. 15. maio/ago. 2003.

O futebol como jogo interétnico do Povo Munduruku em Juara-MT

Ronaldo do Nascimento

Beleni Saléte Grandó

O futebol como elemento de educação intercultural apresenta-se como uma prática socializante, pautada por uma linguagem corporal na relação de convivência na Terra Indígena Apiaká/Kayabi. Uma prática interligada ao “jogo” dos Munduruku com seus vizinhos Apiaká, Kayabi e a sociedade envolvente do município de Juara/MT.

O povo Munduruku é um grupo pequeno, considerando o número populacional em relação aos outros dois que estão instalados na Terra Indígena Apiaká/Kayabi. Contudo, fica visível a preocupação de se impor e marcar seu território, de estabelecer a existência de uma cultura diferente e de dialogar nesse contexto.

Para o povo indígena Munduruku, o futebol é uma arte evidenciada, tanto na técnica como na tradição, pelo drible, magia do gol e por estar sujeito ao imprevisível. Um ritual estratégico por exigir precisão e improvisação para surpreender o adversário, que pode variar no sentido de ser um campo de guerra ou uma sala de aula, em que os corpos (criança, jovem, adulto ou ancião) são preparados de forma que cada participante seja um guerreiro pronto para lutar a favor da sua comunidade e do seu povo. Nesse momento, o corpo fala por meio do espaço criado pelo jogo, dando oportunidade à voz e a vez para reivindicar seus direitos e seus anseios.

O futebol, para os povos indígenas, não apenas apresenta fortes traços com os treinamentos de guerra, rituais de passagem e funeral, dança e a representação do mito de criação. Sua dimensão atinge o ato de inclusão com a sociedade envolvente e a busca pelos direitos, de ser reconhecido como indígena e Munduruku da atualidade, e não como a forma genérica e folclórica que permeia as rodas de conversa e o imaginário da população brasileira.

Podemos dizer que o futebol praticado pelos indígenas rompe as fronteiras espaço/lugar, podendo ser visto dentro e fora das aldeias, numa dimensão para além do jogo e sua organização técnica, numa concepção



cosmológica histórica de tecer um corpo que é culturalmente moldado. Os eventos (fórum, reuniões, jogos internos e externos) observados nesta pesquisa dão visibilidade e oportunidade aos povos indígenas, desta vez, de serem protagonistas, uma vez que, no passado, foram estigmatizados como estrangeiros em seu próprio território de origem, sendo colocados numa posição de inferioridade e de negação de direitos dentro do território-nação brasileiro (ELIAS, 2000). Ao buscar no futebol a “cultura do corpo”, são representados e valorizados nas diferentes formas de expressar o esporte e o lazer, por meio da dança, comida, exposição do artesanato, nos fóruns de palestras e reuniões, etc.

Praticar os jogos tradicionais ou modernos por intermédio dos eventos dentro da própria comunidade, envolvendo os três povos, ou em eventos regionais, evidencia uma tendência que busca conexões em projetos, uma cultura que sai do jogo das palavras para o jogo do papel. É isso também se instrumentaliza no campo político. Ao discutir interculturalidade, lançam-se os sujeitos, com uma integração que faz parte da modernidade, que são os programas de televisão e as redes sociais da internet, pondo em contato concepções diferentes de mundo.

A presença da escola: o jogo veste a camisa da escola para fazer conhecimento

Anjos (2003), na sua abordagem sociológica sobre os esportes, afirma que, no geral, os esportes modernos, dentre eles o futebol, são grandes aliados da educação, pois permitem, em seus espaços, criar estruturas que sustentam e que legitimam as práticas e conhecimentos que devem ser apreendidos, aprimorados e perpetuados nas diferentes esferas da sociedade.

Almeida (2010) pontua, em sua análise histórico-cultural, que o primeiro contato entre as sociedades indígenas e o colonizador gerou uma relação de poder desigual, pois os visitantes objetivavam dominá-los a partir da sua lógica de mundo, desconsiderando o modo sustentável e as relações já existentes entre povo e terra/territorialidade. Posteriormente, queriam que a população autóctone fosse educada com vistas a incorporar valores culturais ocidentais, provocando alterações na maneira de conceber o mundo como meio de transmissão de outros padrões culturais, entre eles a língua nacional e as técnicas corporais condizentes com o modo de vida moderno.

Nesse segundo momento, de acordo com Lopes da Silva e Ferreira (2001), a educação escolar indígena intencionava integrar os indígenas à sociedade nacional, sendo instituída pelo Estado brasileiro no século XX, que visava transformar indígenas, tidos como selvagens, em pessoas [ditas] civilizadas, por ser o modo ocidental referência. Nesse quadro, os indígenas teriam que abandonar o uso da sua língua, suas crenças e padrões culturais. A referida educação, estruturada ideologicamente por princípio ocidental, ministrada por missões religiosas, rompia com a noção de ensino e aprendizagem, que ocorre de forma contínua e incorporada à rotina das comunidades.

No caso do Brasil, pela sua diversidade cultural, em meio à ameaça de uma força opressora, a educação escolar, ao longo do século XX, fora desenvolvida de forma a integrar o indígena à cultura ocidental, utilizando-se de projetos, programas, missões religiosas e, por último, do futebol, colaborando, dessa forma, para a difusão da cultura nacional (MELIA, 1979).

A educação escolar indígena abordada por Meliá (1979) e Lopes da Silva e Ferreira (2001) considerava inadequados os programas educacionais oferecidos à população indígena, em tempos anteriores. Mesmo depois da Constituição de 1988, na prática, não foi conseguido desenvolver um ensino condizente com a realidade do saber indígena.

Para Grandó (2009), é preciso atentar para o específico, pois o modo pelo qual inscreve-se a educação do corpo indígena está além da sala de aula, perpassando as dimensões corpóreas do físico e do imaterial. Algo que tenha sentido, se considerada a lógica da(s) cultura(s). As sociedades indígenas possuem organizações distintas entre si e da sociedade nacional, merecendo um olhar diferenciado para suas especificidades, que devem ser contempladas dentro das políticas públicas na demanda e nos seus anseios.

Se associarmos o futebol à concepção de educação dos países latino-americanos debatida por Marin (2010), veremos que o futebol passa a fazer parte de uma educação significativa, tendo a necessidade de ressignificá-lo e concebê-lo dentro de um projeto de educação escolar intercultural para os povos autóctones, de respeito à cosmologia, superando uma educação de confronto à ideia de concepções do diferente. Essa educação deve promover o respeito mútuo e o “encontro com o outro”. A educação intercultural é um projeto viável e que deve ser construído.

A aldeia Nova Munduruku foi construída em 1988, ano da Constituição Federal. No início, a educação era aplicada pelo ancião

de forma voluntária, tempos depois foi construída a Escola Municipal, passando para Estadual, na atualidade. O local do jogo de bola veio logo após a construção da aldeia como forma de desenvolver suas práticas corporais, mas o campo atual, com tamanho proporcional ao oficial, só ganhou relevância devido à presença da escola. A partir daí, futebol e escola são instrumentos e, ao mesmo tempo, espaços que colocam frente a frente a lógica indígena e não indígena. Na atualidade, devido à educação, houve um aumento pela exigência de projetos, técnicas do ensino formal e burocratização das ações do fazer pedagógico, que também refletem na prática do esporte, o futebol.

Os sujeitos recorrem à escola como instituição para potencializar a prática do futebol. E, assim, nessa relação dialógica entre sujeitos e escola, o futebol na aldeia Nova Munduruku é praticado no espaço escolar por meio dos jogos estudantis (Projeto Mais Educação e aulas de educação física em projetos temporários, como as Olimpíadas Indígenas Intercultural do Rio dos Peixes) e extraescolares (jogos de final de semana, campeonato e amistosos nas aldeias), fazendo parte de uma estratégia que privilegia o ensino e o aprendizado, que se manifesta como educação comunitária e social, que vai do individual ao coletivo. O processo, assim, constitui-se para além de um aliviador das tensões, dos conflitos internos e externos na comunidade indígena.

As observações feitas em reuniões, palestras, momentos de jogos de fim de semana, no campeonato da aldeia Mayrob, na educação realizada pelas mãos da cultura, na participação dos eventos da comunidade e no vínculo familiar, em Dowbor (2006, p. 51), mostram a relação dos sujeitos com a realidade resultante do processo de estarem com e nela. Por meio dos atos de criação, recriação e decisão, dinamizam e humanizam-na, sendo, eles mesmos, os fazedores (protagonistas), temporalizando os espaços geográficos, dominando as técnicas e fazendo cultura.

No momento atual, é preciso contextualizar esses projetos, pois o passado traz consigo uma ligação influente da colonialidade no currículo da educação escolar elitizada para o esporte, instrumentalizada no futebol. Marcas que evidenciaram “[...] as lutas religiosas e políticas, a cultura vitoriana, as formas de educação próprias das escolas de elite (*publicschools*) e a afirmação de um Império colonial desenharam um modo de vida que se interiorizou no esporte.” (ANJOS, 2003, p.33).

Se a escola, no passado e no presente, assumir a postura de reproduzir esse modelo, estará ao seu serviço, sendo necessário problematizar essa

prática. Com certeza, não será a favor dos indígenas. Mas a escola, e dentro dela a prática do futebol em projetos e a aula de educação física, pode contribuir para o resgate e a conservação das práticas antigas que fazem parte da história de vida de um povo.

No processo de educação indígena essa aprendizagem era feita pelos mais velhos, que ficavam responsáveis por repassá-la às futuras gerações. No contexto atual, o modo de organização exige que os espaços educativos das sociedades tradicionais recebam um complemento, passando a ter outros atores educativos, conhecedores das práticas tradicionais de cada sociedade. A presença do professor, especificamente do professor de educação física, passa a fazer parte desse novo cenário. Como ferramenta educativa, a presença do futebol no currículo escolar garante e viabiliza espaços de aprendizagem e campos a serem explorados, constituindo elemento educativo pela dinâmica escolar, propondo a absorção do conhecimento na prática e na teoria. Para integrar passado e presente da cultura pelo jogo, há necessidade da presença dos mais velhos, criando momentos em que esses se dirijam à escola ou em que aqueles que frequentam a escola venham até os “sábios guardiões dos saberes” para compartilhar desses saberes pela corporeidade, com a marca da cultura.

O futebol se apresenta como sujeito e predicado, constituindo grande oportunidade para construir-se um projeto de educação intercultural, presente na prática pedagógica indígena, um espaço de organização própria e de caráter significativo, um movimento de protagonismo e contribuição para a autonomia.

Entendemos que a educação indígena pode se beneficiar desse movimento pautado na corporeidade, como recurso de uma linguagem comum entre os povos indígenas e a sociedade envolvente para construir um sistema de negociação sólido, capaz de nivelar em representatividade com o poder do Estado, assegurando e garantindo seus direitos às novas demandas em uma sociedade que ainda carrega o peso da desigualdade por falta de acesso e aquisição das tecnologias.

Segundo Marin (2010), viver na interculturalidade é ser compreendido como parte de um projeto democrático no interior das políticas educativas. Um projeto de diálogo de culturas, associado aos programas educativos, que reforça as identidades próprias dos povos indígenas, facilitando a relação com “os outros” (ibid., p. 31). Daí entra em campo o papel do futebol nessa relação de promover a educação intercultural.

Na perspectiva de Rodrigues (1999, p. 44), o futebol pode ser entendido como uma ferramenta educativa, mágica e ritualística, devendo superar a dualidade “profano X sagrado” para construção do corpo sociocultural. Cultivá-lo e invocá-lo para comemorar os tempos de colheita fértil, o convívio intercultural com outros povos, abrir possibilidades, construir projetos afins, contatos, trazer alegria, festa, e afastar o mal (todo tipo de situação que afeta a vida individual ou coletiva do grupo). É assim que vemos o povo Munduruku na relação com a natureza na extração da castanha, no cultivo de suas roças, bem como daqueles que trabalham como funcionários públicos na saúde, educação, na relação com seus vizinhos Apiaká e Kayabi, professores, universitários, comércio local, políticos e o público estudantil.

O jogo de futebol, como prática que contribui para a educação corporal, é desenvolvido nos projetos realizados pelo grupo indígena da aldeia Nova Munduruku, contemplado como parte do currículo escolar e atividade comunitária voltada para que todos o vivenciem de maneira lúdica, servindo de ferramenta para uma educação intercultural, movimento sociocultural e de lazer. Nesse cenário, parcerias e aliados são convocados para construir uma política pública de esporte e lazer que respeite a diversidade e especificidade indígenas, dos quais estão os Munduruku, sujeitos desta pesquisa.

Consideramos que o futebol potencializa a construção de canais que possibilitam a educação intercultural entre os povos envolvidos (indígenas e não indígenas, com a presença do poder do Estado), no entanto, faltam políticas públicas específicas de esporte e lazer que atendam os povos indígenas. Um desafio a ser superado.

Políticas Públicas: projetos de esporte e lazer para os povos indígenas

Almeida (2010), ao acompanhar os IX Jogos dos Povos Indígenas, tendo como referência a prática dos esportes tradicionais e modernos, considerou que ao indígena é dificultada a inclusão pela falta de políticas públicas que deem conta da especificidade na inserção do indígena ao “campo” esportivo e social. O envolvimento da escola (educação) e comunidade no esporte (futebol) assinala, individual e coletivamente, esse grupo por ser uma construção com os traços da cultura com saberes específicos e universais, que se materializam numa linguagem corpórea e cosmológica.

Evidenciamos que os projetos de esporte e lazer indígenas, como políticas públicas, estão intimamente interligados ao nosso objeto de pesquisa, mostrando-se presentes no caminhar metodológico. Os jogos indígenas, níveis nacional e local, influenciam a prática e a busca por projetos educativos em território indígena com os sujeitos da pesquisa. Dessa forma, buscamos um resgate histórico nos eventos para compreender a construção e a costura feita nesse tecido para que a peça ficasse pronta.

Na trajetória em que propomos caminhar, evidente fica a luta pela visibilidade dos povos indígenas, a urgência por políticas que os atendam especificamente, pois possuem demandas muito diversificadas, resultantes dos condicionantes históricos, políticos e socioeconômicos, regionais e globalizados, em comunidades, como na Terra Indígena Apiaká/Kayabi e no espaço urbano.

Segundo Frassheber (2010), como o evento é influenciado diretamente pela cultura olímpica, cuja lógica do esporte é o rendimento, também parte é direcionada aos seus rituais e às formas de organização de competições esportivas presentes. Há outras lógicas de participação e vivência de esporte e lazer que não são pontuadas, que se constituem como elementos interculturais e interétnicos estabelecidos pela presença dos grupos indígenas.

Compreendemos a partir de Almeida (2011) que, na condição de movimento social de caráter esportivo, eventos como os do povo Munduruku, trazem uma ligação com os jogos indígenas iniciados pelos irmãos Terena. Constituíram história e oportunizaram a divulgação das práticas esportivas indígenas. O mérito é incontestável. No entanto, o momento requer uma discussão mais aprofundada, levando-se em conta que o bom pode ser melhorado. Nessa perspectiva, nossa participação no I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer Indígenas, de 7 a 11 de abril de 2015, realizado em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso e o Ministério dos Esportes, coordenado pela Professora Doutora Beleni Salete Grando, foi fundamental para que nos engajássemos no movimento, pois vivenciamos um período de grande manifestação cultural devido à presença de diferentes povos.

Nesse processo de pensar as políticas públicas de esporte e lazer indígenas, é importante destacar a contribuição de educadores, do movimento social, divulgadores, pesquisadores, autores como Grando, Almeida e Baniwa, os quais vêm desenvolvendo um trabalho de assegurar o direito e a participação dos indígenas na formulação, execução e

avaliação de políticas públicas que fomentam o exercício de sua cidadania, seus direitos individuais e sociais, visando à sustentação e ampliação dos direitos políticos e sociais. As discussões por eles levantadas almejam abrir um debate e provocar os povos participantes que lá estavam representando a diversidade de todo o país brasileiro a engajar para construir um projeto viável, em conformidade com o esperado.

Segundo o documento base do I Fórum de Esporte e Lazer Indígenas, esse visava preencher uma lacuna no movimento social indígena, assumindo princípios éticos na luta contra a desigualdade, pautado no interesse coletivo, para atender a falta de políticas sociais destinadas à população indígena. Num ato de rebeldia contra o poder hegemônico, representantes das delegações dos vinte e sete estados brasileiros fizeram uma passeata nas proximidades da Universidade Federal de Mato Grosso contra a PEC 215 e também pela falta de políticas públicas de esporte e lazer destinadas ao povo indígena.

Lopes (2007), ao refletir sobre os movimentos sociais, traz os “novos movimentos sociais”¹ como atores da negociação da realidade de reivindicação identitária, espaço de pluralidade coletiva em busca de reconhecimento, configurando a emergência de ações coletivas e lutas sociais em torno de temas como identidade e diferença, sobretudo nas camadas populares no Brasil.

Consideramos que as reivindicações apresentadas atendem ao clamor em torno dos “espaços negligenciados” vivenciados no campo do jogo social. Com isso, o engajamento das ações coletivas e lutas sociais em torno de temas como identidade e diferença, supera o silenciamento, a invisibilidade, a visão de quem só é enxergado fora do jogo. Isso é real ao analisar a causa indígena. O clamor por mudança nesse quadro tem sido cada vez mais forte. É visto que, na atualidade, os movimentos sociais contemporâneos propõem a autoinserção no contexto de negociação da realidade, buscando expressar-se como mediadores de conflitos, das decisões éticas, do pluralismo, do valor da liberdade e da busca pelo diálogo (LOPES, 2007, p. 17-18).

1 Os novos movimentos sociais são atribuídos à corrente relacionada aos novos movimentos surgidos em comunidades na década de 1980, como forma de organização sociopolítica e cultural, atendendo às perspectivas coletivas e individuais, presente nos movimentos estudantis, feministas, por direitos civis, ecológicos, étnicos, entre outros, inspirados no lema: ocupar, resistir e produzir (LOPES, 2007; MELUCCI, 2001; SILVA, 2005).

O I Fórum de Esporte e Lazer Indígena potencializou um instrumento dialógico e reivindicatório, exigindo o envolvimento e o acompanhamento em busca da construção de políticas públicas que contemplem ações concretas. Caracteriza-se como um canal de comunicação que trabalha em rede com diferentes órgãos governamentais, ONGs e instituições educativas. Um jogo que atua como instrumento de construção de uma ordem própria, comprometida com seus sujeitos, que difere do modelo universalizante que orienta os modos de modernização.

A partir do que acompanhamos nas plenárias do Fórum, foi visto que o movimento indígena vem procurando se firmar dentro de agendas possíveis para superar a visão de que indígenas apenas sabem lutar utilizando do confronto direto com as armas do arco e flecha e da borduna². Eles buscam, nos “exercícios pedagógicos esportivos”, criar um novo modelo de movimento para que a luta pelas demandas locais sejam atendidas, com seus direitos assegurados. É o “jogo” do papel, da tinta, da Lei.

Assim, são exemplares eventos como o Fórum de Esporte e Lazer Indígena, as Olimpíadas Indígenas dentro dos Jogos dos Povos Indígenas Nacionais, as Olimpíadas Indígenas do Rio dos Peixes, no município de Juara/MT (2010, 2011, 2012), e o Campeonato de Futsal, realizado na aldeia Mayrob, em 2015. Eles atuam como movimentos, ou seja, canais de comunicação que aproveitam os espaços/campos (exercícios pedagógicos) como ações políticas, articuladas com os parceiros de diversas instâncias governamentais e não governamentais. Constituem ações de protagonismo comunitário local, aliadas ao projeto nacional, ações em torno de uma política em construção, que possa garantir a prática esportiva, respeitar seus *modus vivendi* com sua organização, especificamente ligadas à educação, à saúde, à territorialidade e à sustentabilidade.

Infelizmente, essas ações não deram conta de incluir a maioria dos povos indígenas do país; além disso, outras possibilidades de acesso são necessárias para atender a enorme diversidade de realidades históricas e culturais que constituem os povos nativos do Brasil, com políticas voltadas mais para o esporte e o lazer.

2 Borduna é uma arma indígena feita de madeira dura e pesada; tem forma cilíndrica, sendo conhecida também como porrete e tacape.

No contexto pedagógico, o povo Munduruku, pela escola ou pela experiência vivida, desenvolve seu sistema de ensino e aprendizagem. Os campos sociais, educativos e esportivos dialogam juntos, desenvolvendo maneiras que permitam “pensar a relação entre os sujeitos (Apiaká, Kayabi, Munduruku e sociedade envolvente) e lugares (Terra Indígena Apiaká/Kayabi, Juara, Mato Grosso, Brasil...) e pensar os lugares próprios aos sujeitos, de onde eles visualizam o mundo e agem”, estrategicamente. Entendemos que os movimentos sociais contemporâneos (fórum, associações das mulheres indígenas, cooperativa, instituto Munduruku) constituem-se como a um jogo no qual, incondicionalmente, participa o corpo, agregando identidades que passam por eles, abrindo-se sempre às transformações vividas ou esperadas nas condições de vida dos sujeitos e nas suas relações sociais.

Ao escolherem trabalhar com projetos, sinalizam a direção que pretendem seguir, buscando os meios e as técnicas que ajudam o protagonismo e a sustentabilidade.

Projeto - As Olimpíadas Indígenas Intercultural dos povos Apiaká, Kayabi e Munduruku do Rio dos Peixes

Buscamos ouvir daqueles que participaram dos jogos, na ocasião em que eram realizados, sendo um desses os Munduruku, do município de Juara/MT, quais motivos impediram a sequência da prática, quais dificuldades enfrentadas, como se articulam e quais estratégias adotadas para que “a bola volte a rolar” no campo de acesso às políticas públicas de esporte e lazer indígenas. Para isso, contamos com a entrevista realizada com o representante durante o FOPPELIN. Como tínhamos acompanhado os jogos que aconteceram nos anos de 2010, 2011 e 2012, mas sem a intencionalidade da pesquisa, foi analisado o projeto na edição de 2011, Olimpíadas Indígenas Intercultural dos povos Apiaká, Kayabi e Munduruku do Rio dos Peixes, no município de Juara/MT. Esse evento teve a participação de mais de 500 participantes, inspirado nos Jogos dos Povos Indígenas, nacionalmente. Praticaram as modalidades do arco e flecha, corrida, cabo de força, canoagem, pescaria com timbó, futebol e voleibol.

Essa prática esportiva, realizada no município de Juara, na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, foi um marco que constituiu campo de

abrangência do tema pesquisado. Do ponto de vista institucional, deu início a nossa proposta de investigação científica. Naquele momento, para os indígenas foi um instrumento que se propôs a incentivar e a divulgar os jogos por eles praticados (entre Munduruku e seus vizinhos e parentes, Apiaká e Kayabi).

Quando realizada pela primeira vez, no ano de 2010, a I Olimpíada Indígena Intercultural foi sediada na aldeia Tatuí do Povo Kayabi; em 2011, a II Olimpíada, ocorreu na aldeia Munduruku; em 2012, a III Olimpíada realizou-se na aldeia Mayrob do povo Apiaká; e, em 2013, o evento retornaria à aldeia Tatuí do Povo Kayabi, sendo essa a quarta edição. Percebemos que os três povos estiveram em treinamento e preparação para o evento, fazendo-nos compreender a existência de um significado de fortalecimento da cultura indígena e valorização dos esportes. Mas, em 2013, não foi possível a realização do quarto evento, instante em que nos sentíamos provocados (desafiados) a entender as relações de poder que se estabelecem entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional por meio dos poderes e instituições constituídas.

Durante a realização dos jogos (no período realizado) tivemos a oportunidade de participar na condição de observadores, por sermos agentes históricos que estabeleciam contato pela educação e pela prática de futebol em campeonatos e em encontros de professores.

Para compreender os entraves interpostos ao jogar, nesse contexto interétnico, procuramos ouvir as lideranças locais e aqueles que acompanharam de perto esse processo. Entre eles, estavam o professor da Escola Estadual Indígena Krixi Barampô (Munduruku), o professor formador do Cefapro e a ex-assessora pedagógica do pólo de Juara.

Nas palavras de Leandro Scobar, professor formador do CEFAPRO de Juara/MT, em entrevista baseada num questionário direcionado, com perguntas pré-elaboradas, sua participação foi de idealizador. Os jogos surgiram por intermédio da escola pela necessidade dos três povos praticarem o esporte. No entanto, na medida em que o referido professor descreve sua participação, percebe-se que desenvolve uma atividade de mediador, ajudando antes e durante o evento. Conta que os alunos queriam participar dos jogos em Juara com os demais alunos das escolas estaduais, mas não havia transporte e nem estrutura para recebê-los durante o evento. Nos encontros com os professores, diretores indígenas (Dionísio, diretor da EEI; Juporijup, da aldeia Tatuí – Kayabi;

Roberto Borum Kerepu, diretor da EEI; Krixí Barampô, da aldeia Nova Munduruku – Munduruku; Elias Crixí, diretor da EEI; Leonardo Crixí, da aldeia Mayrob – Apiaká) e assessoras pedagógicas, criou-se um movimento para realizar os jogos nas aldeias (as olimpíadas). O diretor da EEI, Juporijup Dionísio, teve a iniciativa de começar a primeira olimpíada, todavia, não havia recursos, apenas os materiais que podiam utilizar da escola, o que levou a buscarem doações junto a parcerias e ao comércio da cidade de Juara/MT.

Entre o momento da idealização até o da realização do primeiro jogo, durante o processo organizacional e a busca por parceria dos órgãos públicos, uma das assessoras pedagógicas contribuiu com esse quesito, ao passo que a outra ficou responsável pela parte técnica, escrita, digitação, montagem de tabelas e organização de aspectos quantitativos.

Em relação ao nome para os jogos, o primeiro escolhido foi “Jogos Escolares Indígenas”, mas como ele só contemplava os alunos, o foco mudou e transformaram-no em “Olimpíadas Indígenas”, com o intuito de atender toda a comunidade que quisesse participar. É importante ressaltar a ideia de que não seria válido fazer um evento desse porte voltado para a comunidade, sem a presença e a participação dela e da família, inclusive porque seria incoerente.

No segundo ano de realização do evento, contaram com um projeto escrito e recursos para sua concretização. No entanto, era insuficiente para atender a demanda. Nesse ano, na aldeia Nova Munduruku, correu tudo bem. Em relação à organização na semana dos jogos, na primeira semana de setembro de 2011, cada dia apresentava uma modalidade, sendo que o futebol era jogado todos os dias à tarde, seguindo as regras oficiais. Havia também o voleibol, a canoagem e a natação, além de outras modalidades, como a pescaria e o cabo de força.

Como referência, temos os jogos do ano de 2011, realizados na aldeia Nova Munduruku. Fomos informados de que o evento teve como saldo positivo a participação, a organização e a coordenação de atividades esportivas, bem como a herança sociocultural que resultou da experiência, sendo, portanto, um instrumento de construção e afirmação identitária e política do povo Munduruku. Participaram os estudantes como também a comunidade em geral, cada um assumindo seu papel no evento: torcedor, jogador, organizador, responsáveis pela alimentação, segurança, saúde, etc.

Identificamos, com base no ponto de vista dos entrevistados, que a importância da prática dos jogos, como as olimpíadas locais, os jogos escolares, o jogar bola, tem relação com o resgate e a valorização cultural, a afirmação da identidade do povo Munduruku, além de colaborar para o diálogo intercultural. Dessa forma, é perceptível a inserção dos jogos no contexto educacional e cultural indígena.

Sobre as experiências de projetos e práticas de esporte e lazer que são desenvolvidas na comunidade, uma das lideranças esclarece:

“[...] estamos trabalhando com atividades de esportes tradicionais e modernos na comunidade. Como iniciativa, as Olimpíadas Indígenas que se encontram na 3ª edição, a semana cultural, que é realizada na comunidade e que também possui atividades esportivas. [...] há também o Projeto Mais Educação. Nós, da Krixi Barampô, trabalhamos nele, só que neste ano não foi possível porque exigia uma quantidade de cem alunos para sua permanência. Esse projeto dava a oportunidade de escolher qual área trabalhar. Havia a de conhecimento tradicional, esporte, teatro, lazer. Uma delas era escolhida e desenvolvida. Tinha participação de monitores que eram escolhidos pela própria comunidade. Começamos a trabalhar com ele, mas não teve continuidade.” (Marcelo Manhuari Munduruku, entrevista julho de 2014).

A fala da liderança reforça sua preocupação com a forma como estão sendo tratadas as políticas públicas, ou melhor, a ausência delas, dificultando que as sociedades indígenas possam ter suas especificidades respeitadas. Mesmo assim, tais sociedades criam estratégias para que possam realizar suas práticas corporais.

Durante o Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer Indígena, Grupo de Trabalho 8 (oito) de Mato Grosso, Marcelo Manhuari Munduruku expõe sobre a necessidade de políticas que contemplem o acesso e a permanência nos programas e projetos educacionais e também que incluam esportes, respeitando a especificidade de uma educação diferenciada. Isso é evidente em sua fala:

“Dentro daquilo que é tradicional, que está na área do esporte, tem que ser reconhecida, ser explicada,

ser esclarecida para o Governo Federal para que ele entenda e formalize essa política que é tão necessária para as comunidades indígenas na hora de representar sua cultura, seus costumes, seus traços, sua identidade à sociedade que, verdadeiramente, não conhece a cultura indígena.”

Em relação aos projetos que atualmente estão desenvolvendo, incluindo aqueles que iniciarão no decorrer do ano de 2015, menciona que procuram trabalhar com a metodologia de projetos para as diversas áreas, pois o indígena não pensa as coisas separadas, existindo um trabalho em rede que estão pondo em prática.

Dialogando com os sujeitos, é visto que os jogos dos povos indígenas, tradicionalmente realizados nas comunidades, antecedem a forma institucionalizada, o que encontramos em Almeida (2010), Pinto e Grandó (2009).

Na compreensão dos dados coletados nas partidas, em reuniões, em entrevistas e nas falas pelo pátio da aldeia Nova Munduruku, percebemos que o futebol era a modalidade que impulsionava o evento com grande aceitação das comunidades, sendo praticado dentro dos contextos escolar e extraescolar por crianças, jovens e adultos (masculino e feminino).

Na terceira edição, na aldeia Mayrob, os recursos não foram os mesmos. Com o aumento dos preços, tiveram dificuldades na prestação de contas, embora a realização interna dos jogos tenha sido um sucesso. Entretanto, desde então, os jogos não mais aconteceram.

Quanto ao objetivo do projeto, a ideia é integrar, socializar, promover uma educação intercultural para que ensinamentos sejam compartilhados entre os indígenas e os não indígenas, proposta já contida na Lei 11.645/2008, mas que precisa avançar. Quanto ao direcionamento do esporte na prática pedagógica no contexto escolar e comunitário, viu-se que toda a comunidade se envolvia. Havia tempo para preparar o material, fazer flecha, construir canoas, preparar a aldeia para receber os participantes, os parceiros e os representantes de autoridades locais, universitários e professores que vinham para assistir aos jogos.

Quanto a não continuidade do projeto, Leandro Scobar afirma que faltou, pela parte gestora, montar uma justificativa de que o projeto estava contribuindo com o ensino e a aprendizagem dos alunos. Na prática, isso acontece, só faltando sistematizar e expor no papel.

Também procuramos ouvir a ex-assessora pedagógica, Elizabete Furlan, que nos relata sua experiência e participação no projeto das Olimpíadas Indígenas Intercultural, como esporte educativo. Para ela, o projeto das olimpíadas indígenas surgiu da conversa entre os diretores, assessoria pedagógica e liderança indígena que, de início, não fora escrito. Por iniciativa do diretor Dionísio, no primeiro ano, os jogos foram realizados na aldeia Tatuí – Kayabi. Teve como motivação, o resgate cultural. No segundo ano, foi realizado na Munduruku e, no terceiro, na Apiaká. O evento reunia as três comunidades. O papel da Assessoria Pedagógica do Pólo de Juara no projeto, no primeiro ano, foi o de observar e ajudar na organização interna. No segundo ano, na elaboração, houve articulação com FUNAI, Secretaria de Esportes e Secretaria de Saúde Indígena, com vistas à liberação de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) junto à SEDUC. No terceiro ano, durante a elaboração, percebemos que os jogos, para os povos envolvidos, tinham o sentido de resgate cultural, reunião das três comunidades, com a participação de crianças e adultos. O projeto envolveu professores, lideranças e caciques, contudo, não prosseguiu devido ao corte do incentivo financeiro dos projetos da SEDUC. Faltou uma política que tornasse permanente o evento, o que ficou evidente na entrevista com Elizabete Furlan, ex-assessora pedagógica, que acompanhou os jogos.

A ex-assessora ainda acrescenta que há relação do projeto, de caráter esportivo, com o contexto escolar e pedagógico, pois esse nasceu das aulas de educação física com os alunos, professores, respeitando o calendário escolar. Fora trabalhado, ao longo do ano letivo, com o envolvimento dos pais na fabricação dos materiais para a prática dos jogos. Para a realização do projeto, participaram as comunidades Apiaká, Kayabi e a Munduruku por meio das escolas, Assessoria Pedagógica, representando a SEDUC como parceira no projeto, bem como a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Quanto ao futebol, sua prática acontece todos os dias, contando com a participação de homens, crianças e mulheres (solteiras e casadas).

Mediante as entrevistas, foi possível entender a importância desse projeto, que nasceu do interesse das comunidades em praticar seus esportes e, também, da vontade dos alunos pelo convívio intercultural. Nesse quesito, se os jogos são realizados na cidade, as modalidades em que eles participam são o futebol e o voleibol. Dessa maneira, é perceptível a prática frequente do futebol no interior das aldeias, sendo incorporado à cultura local.

Trata-se de um futebol de dimensões diferentes, praticado dentro da aldeia e com o próprio grupo. Algumas regras adotadas servem para o jogo comunitário e o futebol, adotando-se uma linguagem comum entre povos da Terra Indígena Apiaká/Kayabi e os não indígenas. *Jogo* é, ao mesmo tempo, *encontro*, pois envolve as categorias mirim, infantil, juvenil e adulto masculino e feminino.

Do ponto de vista institucional, a competição foi organizada pela Secretaria de Estado de Educação (Assessoria Pedagógica, Cefapro), em parceria com a Cultura, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado de Esportes e Lazer e Secretaria de Esportes, Educação e Saúde do município.

Um dos desafios decorre do fato de ser uma política pública que não se efetivou, mostrando-se como prática que requer um olhar para tornar-se um projeto sustentável. Também apontamos a dificuldade dos gestores com a elaboração e o domínio técnico para elaboração, acompanhamento, avaliação e renovação do projeto. Na medida em que as dificuldades surgiram, as falas internas afirmavam uma organização receptiva e bem estruturada para receber e realizar as atividades esportivas.

Foi visto que o evento contribuía de modo significativo para a educação intercultural, fortalecimento da cultura e participação dos jovens que declaravam orgulho de pertencimento ao seu grupo étnico. É nessa perspectiva que a presente pesquisa seguiu, com o intuito de fortalecer o movimento indígena, que reivindica mais espaço, voz e poder para decidir as políticas afirmativas voltadas a esse grupo da sociedade brasileira.

Projeto - Wyrapat,U'p – Instituto Munduruku, Terra Indígena Apiaká/Kayabi

Entre os projetos de esporte educativo que os povos indígenas da Terra Indígena Apiaká/Kayabi pretendem desenvolver, está o *Wyrapat,U'p*³, que será financiado pela Petrobrás. Para o coordenador indígena do projeto, o ato reivindicatório justifica-se pelo cunho educativo para atender uma demanda negligenciada:

3 Palavra que significa arco e flecha, representa a união da palavra Wyrapat (arco), dos povos Kayabi, e U,p' (flecha), da língua Munduruku.

“No que tange à infraestrutura para a prática de esporte, esta é insuficiente. A terra indígena dispõe de dois campos de futebol suíço (com traves de madeiras e sem redes), sendo que um deles necessita de reformas; duas quadras de chão batido (com traves de madeiras e sem redes) e dois galpões comunitários para eventos. A prática da natação e remo, intrínseca da cultura indígena, é realizada no rio dos peixes. Os únicos recursos para a prática de esportes e educação são provenientes da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC), que garante apenas a aquisição de algumas bolas, redes, apitos e poucos uniformes. Ao levar em conta todos os estudantes nas escolas, o recurso torna-se insignificante [...]. Como conseguir projetos de outros fundos? A gente conseguiu um projeto pela Petrobrás, nele prevê a contratação de um professor de educação física não indígena para trabalhar com os povos de Juara (Kayabi, Apiaká e Munduruku) [...]. Esse professor dará suporte aos tutores que, por sua vez, darão continuidade aos trabalhos de atividades. Ele vai apenas proporcionar condições técnicas para que o trabalho seja feito na comunidade. Quem dará continuidade na comunidade é o tutor (Marcelo Manhuari Munduruku, liderança e coordenador do projeto Wyrapat, U’p).”

Nessa tentativa de construir a prática de esportes por meio de projetos, dentro das iniciativas e experiências esportivas surgidas na comunidade indígena, Munduruku se apresenta como fruto da participação das três etnias (Munduruku, Apiaká e Kayabi), em parceria com o Instituto Munduruku (organização não governamental), a Associação Kawaiweté, a Associação das Mulheres Apiaká, Kayabi e Munduruku – ACAMU, a Associação Comunitária da Aldeia Indígena Mayrob – ACAIM – e a Fundação Nacional do Índio – Funai, com o intuito de fortalecer a representatividade das ações desse projeto de esportes e lazer indígena para as etnias envolvidas do município de Juara/MT.

É um projeto que aguarda para ser efetivado. Já fora aprovado, mas falta a liberação de recursos (até o final da coleta de dados da pesquisa). Visa à prática de esportes e exercícios físicos e o resgate dos elementos que caracterizam a identidade cultural indígena. Tem como compromisso educacional diminuir os índices de evasão escolar, barrar a redução de aldeias, promover a autonomia, sem a distinção de gêneros e/ou etnias,

e melhorar a qualidade de vida dos indígenas da Terra Indígena Apiaká/Kayabi, por meio do esporte educacional e das tecnologias sociais (formação de tutores indígenas).

A formação de tutores indígenas constitui uma tecnologia social, pois serão apoderados conhecimentos que permitirão um desenvolvimento com sustentabilidade, capacitação técnica, regras, meios de utilização, entre outros conhecimentos. Essa é uma maneira de manter o trabalho vivo dentro das aldeias, com mais garantia de ações continuadas e efetivas.

O projeto também prevê a participação em torneios fora das aldeias indígenas. Para tanto, haverá o contato com as entidades e pessoas responsáveis pela organização e realização dos jogos/torneios municipais e até mesmo dos jogos indígenas e, a partir desse momento, a escalação de times com jogadores das três etnias para participarem dos eventos esportivos.

Também estão previstas reuniões semestrais do conselho gestor, formado pelas três etnias para fortalecer a representatividade, a troca de experiência, os saberes indígenas, a realização de oficinas, palestras, seminários e momentos para a reflexão acerca da educação escolar, saúde, cidadania, meio ambiente, esporte, qualidade de vida, políticas públicas, igualdade e equidade entre gêneros, entre outros temas pertinentes.

A relevância do projeto, no nosso entendimento, fica por conta das inovações do trabalho em rede (parcerias com diferentes órgãos e instituições e de pessoas físicas), bem como da articulação entre diferentes áreas do conhecimento por meio do esporte pedagógico, dando forma ao contexto global de ensino, próprio das sociedades indígenas, ao avanço na parte da metodologia de projeto e à incorporação da tecnologia social (formação de monitores), uma estrutura nova que visa o protagonismo e que, com o tempo, contribuirá para a sustentabilidade de projetos e gestão.

O projeto segue os moldes das Olimpíadas Indígenas Intercultural, com algumas inovações. Serão praticados o futebol de salão, vôlei, natação, remo, futebol de campo, atletismo, arco e flecha e atividades lúdicas; haverá, ainda, amostra de arte indígena, apresentações culturais, gincana ecológica cultural, Olimpíadas Indígenas (local), jogos interaldeias e participação em eventos esportivos externos.

Os esportes selecionados para serem praticados mostram uma mescla de atividades culturais e outras modalidades do esporte moderno, dentre eles, *o futebol de campo* e *o futsal*, que passam a fazer parte do dia a dia da comunidade.

O projeto Wayrapat, U'p traz a expectativa de substituir as olimpíadas indígenas no que se refere à busca pela prática do esporte por meio de projetos, unindo tradição e cultura com inovações e tecnologias atuais, tendo em vista o protagonismo indígena.

Discutindo as Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte e Lazer Indígenas

Em Oliveira e Doll (2011), a partir do texto “Lazer sério”, que discute jogo e esportização, vimos essa relação com a pesquisa nas três formas de prática esportiva: o esporte voluntário, o de projeto e o sério (ou de carreira). Relacionando-os ao vivenciado na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, por meio de declarações, falas, observações com o grupo pesquisado, nota-se que o lazer por projeto é o que está sendo mais desenvolvido para buscar uma forma de superar a falta de visibilidade, protagonismo e convívio intercultural entre indígenas e não indígenas, uma vez que as escolas indígenas participam como proponentes. No entanto, o esporte de carreira ou de alto rendimento é de interesse dos povos indígenas, desde que criadas condições específicas e diferenciadas que oportunizem ao indígena o desenvolvimento de seu potencial, sem que, com isso, perca suas raízes históricas. O futebol jogado espontaneamente é uma prática comum na sociedade indígena, podendo ser visto nas brincadeiras lúdicas das crianças, jovens e adultos, principalmente nos finais de semana, quando destinam um tempo para as práticas corporais e de contemplação à natureza. Costumes e tradições que, infelizmente, na atualidade, encontram-se ameaçados em consequência da perda de seus territórios. Tal fato é evidenciado na medida em que o esporte é praticado no interior das aldeias, pelas crianças, jovens e adultos descompromissados com o rendimento, visando o convívio, o ensino e o aprendizado dos mais jovens, mediado pelos mais velhos. São nesses momentos que as regras básicas da cultura e o reforço de identidade são repassados. Esse tipo de esporte é praticado por meio do “jogar bola” e de outras atividades lúdicas, que têm como referência os costumes tradicionais.

Na medida em que os sujeitos buscam o lazer por projeto, mediante as parcerias com escolas, associações, ONGs, órgãos governamentais de diferentes secretarias, como a de esportes, cultura, lazer, educação, transporte e saúde, mostra-se o diálogo ocorrido com o “jogo do papel”

e com o campo político dos direitos adquiridos. No entanto, ficam limitados à dependência de agentes externos e da organização local.

O lazer de carreira (ou sério), que ganha uma dimensão de profissionalismo do esporte, é visto com desconfiança, pois nos moldes atuais é inevitável o afastamento do praticante de sua comunidade, de suas raízes e cultura para viver o sonho do “herói nacional”, do guerreiro da floresta em batalhas no campo esportivo. No entanto, aos poucos, o sentimento de desconfiança está dando lugar ao lançar-se ao encontro do desconhecido, mas previsível à esportização, que poderá promover e dar visibilidade, corrigindo o que foi negado ao não considerar o indígena capaz de alcançar essa categoria futebolística.

Diante dos projetos já citados neste artigo, é visto que o Ministério dos Esportes vem desenvolvendo programas que promovem o esporte. Contudo, não tem alcançado o resultado esperado por ele (Governo), tão pouco pelos povos indígenas, que almejam usufruir mais dessa modalidade de política pública voltada ao esporte e ao lazer. Há obstáculos a serem superados, como aponta o texto base do Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer Indígena – FOPPELIN: respeito à diversidade e às especificidades; melhor compreensão acerca dos aspectos legais; insuficiência infraestrutural e orçamentária para o atendimento à população indígena, situada no extenso território nacional, sendo, uma delas, os Munduruku, no município de Juara/MT.

Entendemos que os movimentos sociais contemporâneos, entre eles o Fórum de Esporte e Lazer Indígena, surgem como um pontapé inicial desse jogo, fazendo com que a bola possa rolar, dando movimento para assegurar e garantir o direito aos indígenas de exercerem sua cidadania, seus costumes, tradições e cosmologias.

Constata-se pelo documento síntese elaborado durante o Fórum que a maioria dos problemas encontrados está relacionada aos projetos e programas anteriormente implantados, pela dificuldade em dar continuidade ao programa nas comunidades indígenas, o que envolve a definição de parceiros e interlocutores que compreendam as especificidades das comunidades em questões burocráticas, na formalização dos projetos e na garantia de acesso a todos em todos os estágios dos projetos e programas.

O representante do povo Munduruku do Município de Juara relatou suas experiências com os projetos de esporte educativo desenvolvidos e os esperados, como o Projeto Wyarapat’Up, que será financiado pela Petrobrás.

Marcelo Munduruku, liderança e mediador representante do seu povo na Terra Indígena Apiaká/Kayabi, no município de Juara/MT, ao ser questionado sobre a importância do Fórum, esclarece:

“[...] nossa participação é muito importante na contribuição da construção dessa política pública de esportes tradicionais nas aldeias em todo o Brasil. É uma oportunidade para colocarmos nossa opinião à administração pública sobre o que precisa ser feito para que sejamos reconhecidos pelo Governo Federal e pela população não indígena. E esse Fórum realizado pelo Ministério dos Esportes e pela UFMT foi de grande importância nesse sentido [...]. Nesses três dias conversamos com os grupos de trabalho e com outros povos. Trocamos muitas experiências.

A entrevista seguinte, igualmente, pode ser destacada:

No ano passado funcionou o Projeto Mais Educação, que destinava recursos para o desenvolvimento de projetos de horta escolar, jogos educativos e práticas culturais; aguardamos a vinda desses recursos para que as atividades possam ser retomadas depois das férias, ainda este ano.” (entrevista com Roberto Borum Kerepu, diretor da EEI Kixi Barompô – projetos de esportes educativos – 10/07/2015).

Na sala de professores, seu Joaquim, Roberto e Robenilson falaram que jogos iguais às olimpíadas indígenas, praticadas em 2010, 2011 e 2012, não foram mais realizados. Porém, a cada ano, reúnem-se na semana cultural (abril) ou na semana da criança (outubro) para fazer atividades e jogos com a escola e a comunidade. Às vezes, professores e alunos da Unemat vêm para participar e também ajudar na organização. Nesse ano, ficaram na expectativa de realizar os jogos por meio do projeto financiado pela Petrobrás, mas até o presente momento nenhum recurso foi disponibilizado para que o evento aconteça (futebol-jogos-escola-comunidade – Novos Projetos).

Consideramos que é necessário garantir a participação dos povos indígenas num futuro próximo, com projetos advindos de uma política pública de alcance, que seja de inclusão, preservando o direito de manifestar sua cultura em diversidade.

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil devem atender às diversidades e às demandas das comunidades indígenas para que essas vivenciem em seu cotidiano diferentes realidades, sendo preservados os direitos constitucionais pela terra, pela educação, pelo esporte e pelo lazer. Desafios que se apresentam e precisam ser enfrentados para avançar.

Esporte e cultura estão entrelaçados, no entanto, falta uma política pública de esporte e lazer específica, que considere seus saberes, explorando todo o potencial pedagógico, social e de saúde que podem ser trabalhados por meio das práticas esportivas. A aplicabilidade pedagógica dos esportes depende do sujeito que desenvolve a ação educativa. Sua formação é primordial para o desenvolvimento das ações que promovem o fortalecimento dos laços entre os indígenas, corroborando para ações de resgate e afirmação cultural, motivando os participantes da comunidade e dos escolares na promoção do diálogo intercultural.

Comentários Finais: e o próximo jogo?

Esta pesquisa contribui no campo educativo para entendermos a construção e o movimento contido no “jogar futebol” na formação de novas perspectivas, por oportunizar que os indígenas percebam-se como agentes transformadores e responsáveis pelo local onde vivem, com seu povo e preservando sua história. Assim sendo, de posse dos instrumentos que influenciam a prática desse jogo, que possam utilizá-lo como elemento mediador nas relações e tensões geradas pelo conflito da história de contato e da colonialidade. Os apontamentos servem para construção de uma proposta alternativa ao sistema da cultura ocidental capitalista, que contraria a lógica de construção do corpo indígena, um corpo que carrega um significado cultural e histórico.

Nesta pesquisa são observadas iniciativas por parte do povo indígena, os sujeitos pesquisados, com formas próprias, praticando o futebol por projeto e também casualmente para quebrar com o círculo vicioso de um modelo de sociedade que não considera o seu protagonismo. São rearranjos intermediados pelo “jogar futebol”, realizados por um diálogo de caráter intercultural.

Apresentamos três pontos evidenciados pela prática do futebol: um relacionado ao jogar bola no final de semana, o segundo relacionado ao futebol educativo que envolve as estâncias comunitárias e escolares e o

terceiro via a prática com o não indígena e o esporte de alto rendimento.

O que vimos nesta pesquisa é o clamor por inclusão e a garantia de direitos manifestos em diferentes formas, como criação de movimentos, adesões a movimentos, manifestações e até mesmo o uso do silêncio e da recusa à participação. Entender que os povos indígenas possuem organizações distintas entre si e da sociedade nacional é um dos passos que consideramos avanço para compreender o futebol como um instrumento mediador das relações mal resolvidas, fruto da colonialidade. Na atualidade, o desafio de trabalhar em rede, aliando esporte, educação, saúde e outros campos faz-se necessidade urgente.

Acreditamos no movimento indígena como protagonista do processo em curso, pois neles há uma energia que move, transforma, rompe barreiras, faz acontecer. A mesma energia que faz ressurgir nas populações indígenas homens, mulheres e crianças “indomáveis”, que não se contentam com a condição de ser dominado. Dessa forma, que se respeite a prática de esporte, entre eles, o futebol de final de semana no campinho de chão batido, que projeta o seu lazer, assim como o jogo da comunidade, a reunião da família, as gerações mais jovens aprendendo com as mais velhas, as mais velhas observando o novo comportamento incorporado pela geração mais nova. Os indígenas falam do jogo de bola, da esperança de construir um craque com sangue indígena, que represente seu povo, como também buscam o líder, aquele que poderá jogar fora das quatro linhas, aquele que vai ser o jogador da comunidade pelas atitudes, pelos projetos a serem desenvolvidos.

Por parte dos povos indígenas da Terra Indígena Apiaká/Kayabi, percebemos o processo que corresponde a reuniões das comunidades, à definição das prioridades, ao desenvolvimento dos jogos locais, recepção e acolhimento, à preparação local do jogo. Assim sendo, o calendário da liberação de recursos tem que ser adequado ao momento da comunidade, de acordo com seus rituais e datas específicas.

É um jogo que tem que começar de dentro (comunidade e os sujeitos) para fora (Estados e instituições), prevendo diálogo antes, durante e depois de começar o jogo de reconhecimento dos saberes, e dando condições para que atuem com protagonismo e não com dependência.

Para um brilho maior junto à prática do futebol, como ocorreu no campeonato de futsal, poderia ter as práticas de jogos tradicionais, como arco e flecha, canoagem, cabo-de-guerra, pesca tradicional, natação e

corridas. No entanto, seria uma demanda maior, que requer investimentos financeiros, técnicos.

Na atualidade, não é o jogo ou jogar por eles que se torna alvo especulativo, é o próprio indígena e sua cultura que passam a ser objeto aos olhares de um grupo, que, utilizando de mídias, tem o indígena como um estranho, alguém que atrapalha a “civildade e o progresso” com sua cultura.

É preciso superar os discursos integracionistas e isolacionistas para construir uma proposta de diálogo pautado num novo homem (FLUSSER,1998), superando a discussão do indígena primitivo/ecológico e também do indígena urbano/aculturado. Um novo homem que jogue no ludus (lúdico), comunitas (comunitário), science (ciência) e culture (cultura). É preciso entender o jogo por esses dois lados: o da cultura e o intercultural.

Referências

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de. **Esporte e cultura:** esportivização de práticas corporais nos jogos dos povos indígenas. Brasília: Ed. Ideal, 2011.

ALMEIDA, Giselly Antunes de; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. Jogos dos Povos Indígenas: Integração e divulgação de culturas. **ConnectiOnline**, Várzea Grande, n. 8, 2012.

ANJOS, José Luiz dos. **O tradicional e o moderno:** faces da cultura popular no futebol brasileiro. 2003. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

DOWBOR, Fátima Freire. **Quem educa marca o corpo do outro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ELIAS, Nobert. **Estabelecidos e Outsiders**. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FLUSSER, V. **Fenomenologia do brasileiro**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

FRASSHEBER, José Ronaldo Medeiros. **Etno-Desporto**: a antropologia social e o campo entre os Kaingang. Brasília: Ministério do Esporte/1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 1 ed., 2010.

GRANDO, Beleni Saléte. Corpo, Educação e Cultura: As práticas Corporais e a Constituição da Identidade. In: GRANDO, Beleni Saléte (Org.). **Corpo, Educação e Cultura**: Práticas Sociais e Maneira de ser. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. p.19-52.

LOPES, José Rogério. Movimentos sociais, negociação da realidade e modos de modernização na sociedade brasileira. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 16, n. 31, p. 13-28, maio/ago. 2007.

LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Marina Kawall Lea. **Antropologia, história e educação**: questão indígena e a escola. 2ª ed. São Paulo: Global, 2001.

MARÍN, José. A perspectiva intercultural como base para um projeto de educação democrática: povos autóctones e sociedade multicultural na América Latina. **Revista Visão Global**, Joaçaba, v. 13, n. 1, p. 13-52, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.editora.unoesc.edu.br>>. Acessado em: 12 jun. 2014.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

OLIVEIRA, Saulo Neves; DOLL, Johannes. O serious leisure de Robert A. Stebbins. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar. 2014.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; GRANDO, Beleni Saléte. **Brincar, jogar, viver**: IX Jogos dos Povos Indígenas. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. **O Corpo na História**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

Diagnóstico do atendimento à saúde nos XII Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá-MT

Adriane Aparecida de Freitas Silva

Renata Marien Knupp Medeiros

Valdeci Silva Mendes

Beleni Saléte Grandó

Introdução

A partir do trabalho de pesquisa exploratória na qual recorreremos ao Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, buscamos com o projeto “Diagnóstico situacional do atendimento à saúde nos XII Jogos dos Povos Indígenas”, realizado no município de Cuiabá, Mato Grosso – MT, compreender as relações entre o atendimento à saúde dos povos indígenas e as demandas apresentadas na organização de um evento esportivo no qual se reuniam povos de diferentes regiões do país e alguns convidados estrangeiros. O projeto articula-se aos projetos de pesquisa desenvolvidos no Curso de Mestrado em Educação, vinculados ao Grupo de Pesquisa COEDUC, na Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT.

O DRP foi uma opção metodológica que possibilitou a coleta de dados sobre a realidade a ser compreendida no cenário dos Jogos Indígenas por ser uma referência de atividade diagnóstica semiestruturada que se utiliza em um determinado território ou campo de pesquisa por um ou mais pesquisadores, com o objetivo de obter, de forma rápida, novas informações acerca de um tema de interesse acadêmico, político, cultural etc. (WHITESIDE, 1994). Ao recorrer a esse instrumento metodológico, utiliza-se um conjunto de técnicas para colher informações que, sistematizadas, podem constituir-se em um material favorável para a instrumentalização de instituições públicas e demais entidades.

Considerando que os pesquisadores envolvidos nesse estudo já desenvolvem pesquisas que articulam as temáticas “relações raciais/saúde” e “formação de profissionais de saúde com ênfase no ensino em saúde para o Sistema Único de Saúde – SUS”, o território escolhido para realização do Diagnóstico situacional foi o XII Jogos dos Povos Indígenas – JPI, realizados na cidade de Cuiabá/MT, no período de 08/11 a 16/11/2013.



A organização do evento se deu pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena – ITC, sendo patrocinado pelos Ministérios do Esporte, Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Justiça e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e apoiado pela Infraero, Universidade Federal do Mato Grosso, Governo do Estado de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Os XII JPI contou com a presença de 44 etnias nacionais, quatro estrangeiras e 5.000 visitantes, que vieram conhecer alguma faceta dos jogos. O evento de nível nacional teve como objetivo promover a interação entre os povos indígenas em atividades esportivas e convívio, além de dar visibilidade à população geral da multiplicidade étnica e cultural existente no território brasileiro. É importante destacar que, concomitantemente aos jogos, ocorreram a 1ª Feira Nacional de Produtos Agrícolas Tradicionais Indígenas, uma Feira de Artesanatos e a reunião de lançamento da comissão de organização da 1ª edição dos Jogos Mundiais Indígenas, previsto para 2015.

Eventos dessa magnitude envolvem um contingente de recursos humanos e materiais expressivos, que demandam planejamento antecipado. Serviços relacionados à engenharia, arquitetura, alimentação, saúde, controle de vetorial e ações sanitárias são previamente organizados para que os períodos antes, durante e após os jogos transcorram conforme planejado. Todos esses preparativos criam elevada expectativa para delegações, visitantes, além dos próprios organizadores.

Duas questões de ampla preocupação de saúde que ocorrem em grandes aglomerados de pessoas estão relacionadas à alimentação e ao meio ambiente. A respeito da alimentação é necessária uma supervisão sobre o tipo, como e onde são preparadas para serem servidas. Tal preocupação assume vital relevância, uma vez que é sabido que alimentos com preparação inadequada pode ser fonte de diversas patologias gastrointestinais, com presença de sinais e sintomas que podem se manifestar de forma imediata, a médio e/ou em longo prazo.

No período de realização dos XII JPI havia duas fontes de alimentação disponíveis: o refeitório e uma lanchonete que comercializava comidas do tipo *fast food*.

Quanto ao meio ambiente onde ocorreu o evento, trata-se de uma faixa de terra entre o rio Cuiabá e a antiga estrada que liga Cuiabá ao Distrito da Guia, atual MT-400, que nunca recebera eventos anteriores.

O terreno possuía parca vegetação nativa e geografia acidentada, sendo necessária a prévia terraplanagem. Toda a infraestrutura de saneamento teve que ser construída de forma provisória. O terreno, em alguns locais, recebeu cobertura de areia, em outros, o restante da palha utilizada para a cobertura das ocas, mas na sua maior parte era de terra solta.

Para atendimento à saúde dos participantes e visitantes dos XII JPI, foi montado um posto de atendimento médico e de assistência de enfermagem, que realizou 1.029 atendimentos durante o período do evento.

Considerando a importância da organização e planejamento dos serviços de atendimento à saúde em grandes eventos, este relatório de DRP tem como objetivos identificar os principais motivos de procura por atendimento de saúde, caracterizar os indígenas atendidos pelo serviço de saúde do local de acordo com o padrão sociodemográfico e, diante do obtido, relacionar os dados às condições de saneamento ambiental.

Procedimentos metodológicos adotados

Considerando que “o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos não se opõem, pelo contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente” (MINAYO, 1994, p. 22), o presente relatório trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantiqualitativa, que nos permitiu uma análise mais abrangente e detalhada do atendimento de saúde e do território onde ocorreram os XII JPI.

Para tanto, utilizamos diferentes ferramentas metodológicas para a coleta de dados, a saber: inquérito epidemiológico, com aplicação de formulário padronizado pela Vigilância em Saúde do Estado de MT; análise das fichas de atendimento médico e de enfermagem, realizados no Posto Médico Avançado – PMA; observação participante no posto médico e demais espaços destinados ao evento, com registros em diário de campo; entrevistas semiestruturadas e imagens fotográficas.

O estudo iniciou-se em setembro de 2013 com buscas bibliográficas realizadas em livros, artigos, teses e dissertações. Os instrumentos para a coleta de dados foram elaborados durante o mês de outubro de 2013 e o trabalho de campo realizado no período de 08 a 16 de novembro de 2013, durante a realização da 12ª edição dos JPI.

Para a coleta de dados, havia-se proposto, inicialmente, a utilização de dois instrumentos, sendo eles: o “Boletim de Atendimento à Saúde”,

voltado exclusivamente para os indígenas atendidos no PMA, que foi composto por questões relacionadas à identificação pessoal, motivos de procura, sinais/sintomas e procedimentos/cuidados realizados; e o “Consolidado de Atendimento Geral”, mais sintetizado, que seria aplicado a todos as pessoas atendidas, indígenas ou não.

Contudo, a equipe de trabalho enfrentou dificuldades típicas de qualquer pesquisa de campo, como a recusa de algumas instituições em utilizar os impressos elaborados pelos pesquisadores, não aceitação da permanência dos mesmos no PMA para a coleta de dados, bem como a resistência em disponibilizar dados dos atendimentos realizados.

Diante da impossibilidade de utilizar os instrumentos propostos, os dados quantitativos foram coletados por meio de um inquérito epidemiológico, executado nas ocas, em uma parceria de pesquisadores da UFMT com a Vigilância em Saúde, assim como a partir das informações dos atendimentos médicos, que foram extraídas das fichas de registros da assistência realizada no local do PMA.

Além dessas fontes, foram realizadas entrevistas com indígenas participantes no evento, registros em diário de campo e fotografias da infraestrutura do local. Esses dados foram utilizados apenas de maneira indireta, uma vez que contribuíram para a compreensão dos motivos de procura pelo atendimento de saúde e das condições de saneamento básico, características dos alojamentos e estrutura do local de ocorrência dos XII JPI.

Cabe ressaltar que, após a compilação dos dados e estruturação da análise, todas as informações obtidas foram organizadas e apresentadas no Seminário Temático “Corporeidade, saúde e educação nos Jogos Nacionais Indígenas”, realizado nos meses de novembro e dezembro do ano de 2013, na UFMT. Esse evento, promovido pelos Grupos de Pesquisa COEDUC e GPEEI, do Programa de Pós-Graduação em Educação, teve como objetivo aprofundar as discussões sobre a temática e vislumbrar possibilidades de melhorias nas condições de saúde durante as futuras edições dos JPI. Ademais, o debate gerado no seminário possibilitou compreensões importantes para ajustes dos dados/análises e direcionamento da produção deste texto, o que foi realizado nos meses subsequentes.

Análise e discussão dos resultados

Debruçar-se sobre um fenômeno de investigação científica e esmiuçar analiticamente até esgotar todas as possibilidades de compreensão da realidade, se é que isso é possível, dada a complexidade e dinâmica das relações humanas, não é uma empreitada simplista e imediatista. Merece por parte dos sujeitos envolvidos uma dedicação e atenção quase que exclusiva e especializada. A análise deve ser abordada pelos pesquisadores de forma responsável, ética e compromissada com as demandas sociais submergidas, principalmente para não cometer enganos e equívocos que possam distorcer o caráter real que os dados revelam.

Apesar do interesse de qualquer pesquisador fluir nesse sentido, as reflexões propostas neste texto servirão, sobretudo, como questionamentos problematizadores dos achados dos principais sinais e sintomas decorrentes dos agravos à saúde dos indígenas participantes dos XII JPI. Há um conjunto de dados bastante significativo sobre as condições de saúde dos indígenas participantes dos XII JPI, contudo, a finalidade do presente estudo é poder colaborar para uma melhor compreensão dos possíveis fatores e causas que possam ter contribuído para o adoecimento dos indígenas, uma vez que a ocorrência dos agravos esteve direta e/ou indiretamente relacionada à infraestrutura do evento.

O total de indivíduos identificados durante o inquérito epidemiológico foi de 1.146 indígenas, pertencentes a 44 diferentes etnias, que se encontravam alojados em 24 ocas. É importante destacar que o número de indivíduos pode estar subestimado, pois, no momento do inquérito, algumas etnias já poderiam ter se retirado, em decorrência dos casos de diarreia e da frágil estrutura física do evento.

Os dados dos registros da assistência prestada no local pelo PMA indicam um total de 1.029 atendimentos realizados no período do evento, com destaque para o dia 13 de novembro, que obteve o maior fluxo, com 208 atendimentos (21,4%).

Dentre os sinais e sintomas predominantes dos indígenas atendidos, 363 (35%) apresentaram diarreia, 195 (19%) dor abdominal, 193 (19%) cefaleia, 109 (11%) dor de garganta, 81 (8%) febre, 77 (7%) vômitos, 68 (7%) tosse e 49 (5%) náuseas.

Quanto à caracterização sociodemográfica desses indivíduos, temos que: dentre as 283 fichas que continham informações de gênero, 166

(59%) são do sexo masculino. A mediana de idade foi de 23 anos (variando de 0 a 105). As faixas etárias mais acometidas com agravos à saúde foram as de 21 a 30 anos, somando 127 (36%), seguido de 15 a 20 anos, totalizando 68 (19%). Os indígenas atendidos pertenciam a 42 diferentes etnias, conforme apresentando no Quadro 1.

Quadro 1. Distribuição dos atendimentos de saúde segundo Etnias participantes dos XII Jogos Indígenas 2013, Cuiabá/MT

Etnias	Nº de Atendimentos Geral
Assurini	4
Bororo Boe	19
Enawene-Nawe	83
Rikibaktsa	15
Gavião Ikólóéhj	11
Guarani Kaiwá	17
Ikpeng	22
Javaé Itya Mahãdu	15
Kaingang	6
Kanela Rãmkokamekra	21
Karajá	17
Kariri Xocó	24
Kawekwa	4

Etnias	Nº de atendimentos Geral
Kayapó	1
Kayapó Mekrãngnoti	16
Kayapó Metyktire	8
Krenak	3
Krohô	8
Kuikuro	50
Kuntanawá	11
Mamaindê	16
Manoki	11
Mehinako	21
Nhambikwara	3
Paraná Kreeakarore	2
Paresi	3
Paresi Halití	29
Parkatêjê/Kyikatêjê	1
Pataxó	1
Pataxó/Coroa Vermelha	1

Etnias	Nº de atendimentos Geral
Pataxó/Hã Hã Hãe	35
Perú	8
Shanenawá	17
Suruí	1
Suruí Paiter	32
Tapirapé	15
Terena	31
Umutina	27
Wai Wai	36
Xambioá	3
Xavante	23
Xerente	22
Outros	59
Sem Informação	168
Total	1.029

Fonte: Dados da Vigilância Sanitária, SES e SMS.

Para efeitos didáticos e melhor compreensão, este capítulo será apresentado em três subtópicos. No primeiro, são relatados detalhes da estrutura física do local destinado ao evento, e nos dois subsequentes, são discutidos os dois agravos responsáveis pelo maior acometimento da população indígena durante os XII JPI, sendo a doença diarreica aguda e as infecções das vias aéreas superiores, respectivamente.

Infraestrutura

Ocas de reunião e informática

Após a fase inicial de preparação do terreno, organizou-se a estrutura do local. Foram montadas duas ocas com estrutura diferenciada, de material rígido do teto ao chão. Uma recebeu o nome de Oca do Saber, destinada a proporcionar um local de reuniões para os indígenas, comissão organizadora e autoridades. Nessa, havia bancos de madeira, palanque e equipamento de som. A referida Oca estava decorada com quadros de crianças indígenas de diversas etnias.

A segunda oca, com estrutura similar, estava equipada com computadores. A finalidade era oportunizar aos indígenas o contato com equipamento de informática e acesso à internet.

Cozinha e refeitório

A cozinha foi montada em uma parte da área, inicialmente sem nenhum ponto de água, mas após fiscalização da Vigilância Sanitária foram adaptadas pias e torneiras no local. Todo o trabalho realizado estava sob a supervisão de nutricionistas. Ofereceram-se três refeições diárias para cada pessoa.

O refeitório era amplo, com ventilação natural proporcionada pela abertura de três lados. Nesse local, encontravam-se instalados diversos bebedouros. Circundando o refeitório havia uma pequena cercada tubular, restringindo o acesso de pessoas não participantes dos jogos.

Estrutura das ocas

As laterais das ocas foram feitas com folhas de compensado tipo “madeirit”. Havia um vão entre a parede lateral e o teto, obviamente, com a intenção de permitir a circulação e renovação do ar dentro das

ocas. O teto era feito de lona, coberto com palha e o chão era de terra batida. Dentro das ocas, as redes retiradas no setor de almoxarifado eram amarradas em caibros.

Sanitários

Os sanitários eram banheiros químicos instalados no fundo dos alojamentos (ocas) e paralelos à feira de artesanato.

Banho

O local do banho constituía-se por uma grande tenda, fechada nas laterais, com repartições de madeira sobre um tablado de madeira. Em cada repartição havia um chuveiro. Esse tablado estava há mais de 40 cm acima do nível do chão, permitindo que a água escoasse dele para o chão.

Feira de Artesanato

A feira de artesanato constituía-se por uma tenda, com abertura nas laterais, inúmeras bancadas e contra piso. Nesse local, as diversas etnias puderam expor seu artesanato e fazer demonstração musical de cantos nativos.

Feira de agricultura tradicional indígena

Tratava-se de uma área montada com uma tenda fechada nos três lados e com divisórias, formando estandes. Nela, encontrava-se a exposição dos produtos agrícolas da cultura indígena. Também havia uma sala climatizada para apresentações relacionadas à temática da educação, onde se encontrava a Arca das Letras. Nesse espaço, aconteceram apresentações da expressão cultural indígena.

Posto de atendimento médico

O posto foi montado para realizar atendimentos de atenção básica e/ou primeiros cuidados, em caso de acidentes. Contava com equipe composta por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

O local dispunha de cinco leitos tipo macas e dois leitos tipo poltronas para manter usuários em infusão venosa e observação, antes de liberá-los ou ser procedida a remoção para um serviço de saúde apropriado ao atendimento do caso apresentado. Estava equipado para o atendimento de suporte avançado à vida no trauma e/ou clínico. Dispunha de pia com torneira em uma das salas e dois banheiros químicos para funcionários, na parte externa.

A área imediatamente à frente tornou-se o estacionamento da ambulância, onde permanecia por 24h, exceto nas ocasiões em que estava realizando o deslocamento de usuários para os serviços de saúde da cidade, conveniados/contratados para o evento. Nesse local ficava também um carro da polícia, visto ser nas proximidades do posto de segurança.

Durante o período do evento foram realizados 1.029 atendimentos de saúde, sendo que, desses, 558 estavam relacionados à doença diarreica aguda e 177 à infecção de vias aéreas superiores. Esses números foram expressivos, principalmente, ao se levar em conta que as duplicidades de atendimento, ou seja, os indígenas que passaram pelo posto médico mais de uma vez, tiveram os registros duplicados excluídos, revelando que uma situação causadora de deletérios à saúde estava em curso paralelamente aos Jogos.

Doença Diarreica Aguda

A doença diarreica aguda é uma síndrome causada por vários agentes etiológicos (bactérias, vírus e parasitas), cuja manifestação predominante é o aumento do número de evacuações, com fezes aquosas ou de pouca consistência. Vômitos, febre e dor abdominal são frequentes. Em alguns casos, há presença de muco e sangue. De forma geral, é autolimitada, com duração entre dois a catorze dias. As formas variam, desde leves até graves, com desidratação e distúrbios eletrolíticos, principalmente se associadas à desnutrição.

Diagnóstico

O diagnóstico é realizado por meio de exames específicos. Na medida em que ocorrem vários casos (surto) é utilizado o critério clínico-epidemiológico para concluir o diagnóstico.

Tratamento

O tratamento indicado é a hidratação oral, realizada por meio do sal de reidratação oral (SRO). O objetivo do tratamento é reidratar ou evitar a desidratação. A hidratação parenteral só é indicada se houver alteração da consciência, vômitos persistentes e dificuldade de ingestão. Antimicrobianos só devem ser usados em casos específicos.

Profilaxia

Compreende melhoria da qualidade da água, destino adequado para lixo e dejetos, bem como controle de vetores, higiene pessoal e alimentar.

Inquérito epidemiológico

Na busca pelas prováveis causas desse agravo, foi realizado um inquérito epidemiológico em todas as ocas e fiscalização nos locais que forneciam alimentação. Tal inquérito foi realizado com a equipe da Vigilância em Saúde do Estado de MT, com o apoio da UFMT. As condições de saneamento ambiental observadas causaram preocupação.

Ao atentarmos para a história da saúde/doença, percebemos que a preocupação com o saneamento ambiental estava presente desde a Antiguidade. Por exemplo, o pai da medicina, Hipócrates, fez associações entre “os efeitos do clima no balanço dos humores do corpo, os miasmas, as sujeiras e os odores.” (FREITAS, 2003, p.138). Ele chegou à conclusão de que as alterações no clima seriam responsáveis por algumas infecções. Em 1850, o médico John Snow relacionou a cólera com a qualidade da água.

Atualmente, se reconhece que na vigência de intervenções de saneamento ambiental, ao melhorar o contexto de condições de higiene, o contato de indivíduos com vetores e demais agentes patogênicos instalados em reservatórios e de veiculação inanimada torna-se reduzido. Tornando a água potável acessível, adequando a coleta dos esgotos sanitários e controlando o destino dos resíduos sólidos, a qualidade de vida das pessoas beneficiadas por esses serviços se eleva e, conseqüentemente, os efeitos sobre sua saúde também serão benéficos, resultando na redução das morbidades.

Entende-se por saneamento ambiental “o conjunto de ações que visam proporcionar níveis crescentes de salubridade ambiental em determinado espaço geográfico, em benefício da população que habita este espaço.” (BRASIL 2004, p.19-20). Ao tratar-se de saneamento ambiental, muitas interfaces estão coligadas: “abastecimento de água, destino dos esgotos e dos resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.” (BRASIL, 2004, p. 23).

Nesse contexto e compreensão, com vistas ao levantado em literatura, nos reportamos a uma análise comparativa com as condições sanitárias necessárias e as existentes no local dos XII JPI.

Ao iniciar o levantamento para o inquérito epidemiológico, nos deparamos com valas abertas entre as ocas. Por ser o terreno acidentado, em algumas partes ocorreu acúmulo de água decorrente da dificuldade do escoamento, uma vez que inexistia um mecanismo que facilitasse essa ação. Para que as águas pudessem ser drenadas, foram abertas valas improvisadas, que ficaram com água parada no meio dos alojamentos. Podia-se constatar a presença de mosquitos e moscas pairando sobre as águas.

Águas pluviais paradas podem facilmente se contaminar por fezes e urina e esses em contato com a pele e mucosas podem dar início a um ciclo de surto diarreico. Ademais, moscas podem carrear helmintos para os alimentos, segundo afirma o Informe Técnico da Vigilância Epidemiológica de São Paulo (SÃO PAULO, 2009, p. 2).

Ao adentrarmos nas ocas e conversamos com os indígenas, observamos que em quase todos os alojamentos havia relatos de casos de diarreia. Na maioria das vezes era elaborado um julgamento pela causa da doença. As atribuições foram diversas e algumas se mostraram muito recorrentes. Os indígenas relataram: ausência de lavabos nos primeiros dias do evento para higienização das mãos antes das refeições e após o uso do sanitário; insuficiência de bebedouros; falta do mingau que estão acostumados a ingerir em casos de desarranjo intestinal; e alimentação com preservação duvidosa.

Em face dessas queixas, nos propusemos a analisar a situação. De fato, houve um atraso na instalação dos lavabos e havia casos de indígenas que, ao chegar ao local dos XII JPI, já apresentavam um quadro diarreico, mas não havia chuveiros ou lavabos disponíveis para a realização de sua higiene. Todos iam ao refeitório sem

lavagem prévia das mãos e as conchas para pegar alimentos eram de uso coletivo.

Vale destacar que a doença diarreica aguda é de transmissão fecal oral. Isto significa que mãos contaminadas em contato com a boca causarão a infecção. Mãos portadoras de patógenos, ao tocarem em fômites, os contaminam e, por sua vez, mãos não contaminadas, ao pegarem nessas conchas, serão contaminadas.

Segundo o Informe Técnico do Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo, as doenças diarreicas podem “ser transmitidas por alimentos devido às mãos mal lavadas de preparadores de alimentos, portadores assintomáticos ou doentes.” (SÃO PAULO, 2009, p. 1-2).

Nesse caso, ocorre a infecção cruzada¹ e indivíduos sadios passam a infectar-se e ficam doentes.

Ao continuarmos o inquérito, percebemos que toda a água do banho escoava na direção das ocas. Crianças descalças foram vistas pisando nessas águas. O mesmo Informe Técnico esclareceu que, além do perigo da contaminação de pele e mucosas, moscas podem carrear helmintos para alimentos.

Percebemos que as condições de saneamento ambiental oportunizaram o surgimento das doenças diarreicas e que medidas profiláticas na preparação de todo o acampamento poderiam ter prevenido o surto que se instalou entre as comunidades indígenas e pesquisadores.

Infecção das Vias Aéreas Superiores (IVAS)

Apesar da diversidade de sintomas encontrados, nota-se que um grupo de sinais e sintomas também frequente no evento está relacionado a outro tipo de agravo à saúde. No caso, os indígenas que apresentaram cefaleia, dores de garganta, febre e tosse podem ter apresentado esses sinais e sintomas em decorrência do quadro de infecção das vias aéreas superiores – IVAS.

Há uma multiplicidade de fatores que interferem na saúde dos indivíduos e em relação às IVAS, segundo Vargas (2011) e Pitrez e Pitrez (2003), as crianças são as mais vulneráveis. Para Duarte *et al.* (2007, p. 126), “a exposição aos agentes poluentes e alérgenos aos quais a

1 Ocorrência em que a infecção de um paciente passa para o outro ou mais pacientes.

população é submetida é causa de elevação da incidência de infecções do trato aéreo superior.”

Nesse contexto, há informações sobre elementos que são significativos para ponderação sobre os casos ocorridos de IVAS com os indígenas participantes dos XII JPI. É apropriado questionar sobre quais eram as reais condições logísticas para a comodidade dos indígenas, com as pertinências mínimas de condições de saúde, desde a estadia nas ocas improvisadas durante o período dos jogos até a alimentação apropriada para suprir as demandas energéticas, uma vez que, em níveis de maiores esforços físicos, devido às atividades dos jogos, o organismo humano exige uma adequação alimentar.

Também vale considerar a disponibilidade de água potável para o consumo e a higiene pessoal, bem como um adequado saneamento básico para os detritos humanos. Esses elementos, se não esboçados e exemplificados, podem resultar em um diagnóstico irreal, implicando em decisões pouco resolutivas para uma prevenção de doenças e promoção de saúde.

Outro fator a considerar diz respeito às alterações climáticas, além de temperaturas elevadas, que boa parte dos indígenas não estava adaptada e teve que conviver. Havia indígenas de várias regiões do país, até mesmo do exterior, somando-se aos não indígenas (organizadores, visitantes, etc.).

Além das condições climáticas desfavoráveis, o excesso de poeira nos primeiros dias, seguido de umidade causada pela forte chuva no dia 10/11/2013, que causou alagamento em algumas ocas, podem ter influenciado no adoecimento.

É importante também considerar que os aglomerados de indivíduos circulantes no ambiente dos jogos, procedentes de várias outras regiões, encontrou atmosfera propícia para a propagação de infecções, devido ao contato e à proximidade humana.

Vargas (2011, p. 90), pesquisador e nutricionista, afirma que “alguns fatores podem atuar sinergicamente para favorecer o desenvolvimento de certas patologias, destacando os fatores socioeconômicos, demográficos, fatores ambientais, tipo de alimentação e estado nutricional.”

Apesar da faixa etária dos indivíduos do estudo citado não coincidir com dados dos participantes dos XII JPI que tiveram problemas de saúde relacionada a IVAS, essas questões aplicam-se como parâmetro de evidências científicas, dadas as implicações de vulnerabilidades de condições em que os indígenas vivenciaram e foram expostos ao participar do evento.

Como percebem, há uma variedade de fenômenos envolvidos sobre determinado achado de pesquisa, que deve ser compreendido e detalhado. Ademais, compreender as teias das relações sociais em que os sujeitos estão envolvidos, bem como as complexas e dinâmicas relações de um dado acontecimento é uma tarefa que cabe a todo pesquisador, assumindo-a com propriedade, tendo em vista suas obrigações com os dados revelados de uma pesquisa científica.

É notório que outros fatores podem ter contribuído para o agravamento da saúde dos indígenas participantes dos XII JPI em Cuiabá/MT, como, por exemplo, as condições de saúde pregressa dos indígenas que tiveram acometimento de saúde, bem como as condições imunológicas adquiridas por meio de vacinas desse segmento populacional. Portanto, consideramos as limitações desse estudo e salientamos que investigações mais aprofundadas contribuiriam para a compreensão dos fatores relacionados ao aparecimento dos sinais e sintomas ocorridos, diante dos casos de IVAS.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou sistematizar informações necessárias para tornar conhecidos os principais motivos de procura por atendimento de saúde pelos indígenas participantes do XII JPI e entender os fatores relacionados a esses agravos, possibilitando a sua prevenção em eventos posteriores.

Nota-se que as condições sanitárias e de infraestrutura influenciaram significativamente no adoecimento da população indígena durante o evento e que os sinais e sintomas apresentados estavam intimamente relacionados com dois acometimentos de saúde predominantes: a doença diarreica aguda e as infecções das vias aéreas superiores.

Como fragilidades na infraestrutura com prováveis repercussões no adoecimento da população, destacam-se: a abertura de valas a céu aberto para escoamento de dejetos oriundos da sala de banho e refeitório; excesso de poeira nos primeiros dias devido à extensa área de terra (nem todo o espaço foi coberto com areia); ausência de lavabos próximos aos banheiros e refeitórios; pegadores de alimentos de uso coletivo no refeitório; alagamento de algumas ocas após forte chuva, entre outros.

Como medidas profiláticas importantes a serem adotadas antes da realização de eventos de massa, destaca-se a articulação permanente entre as instituições de Vigilância em Saúde e equipes de planejamento, possibilitando o estabelecimento de uma agenda conjunta de trabalho, bem como a participação de uma equipe multiprofissional no planejamento das ações, por permitir diferentes olhares na prevenção de injúrias à população.

Este trabalho de coleta, sistematização e análise dos dados possibilitou a definição de informações importantes para a compreensão dos agravos de saúde durante grandes eventos; assim sendo, fica o indicativo da importância da realização de outros estudos como esse.

Espera-se que o presente relatório possa contribuir de forma eficaz para o conhecimento consistente dos atendimentos de saúde encontrados nesse evento esportivo. Igualmente, que contribua para o adequado planejamento do atendimento à saúde em eventos posteriores e para a criação de políticas de prevenção e enfrentamento de situações de surtos infecciosos.

Considerando as limitações desta pesquisa, estudos subsequentes com maior aprofundamento se fazem necessários, principalmente no que se trata de discutir estratégias de prevenção e enfrentamento dos referidos agravos em saúde em grandes eventos, como esse ocorrido, principalmente ao se tratar de um público de várias origens etnicoraciais.

Nesse processo de acompanhamento aos indígenas e as condições de saúde a eles destinadas durante os Jogos dos Povos Indígenas em 2013, evidenciamos múltiplas barreiras que são construídas socialmente e naturalizadas quando “os atletas” são pessoas cuja marca etnicoracial se diferencia nas relações sociais cotidianas, mesmo considerando que ao proporem um evento esportivo que agrega mais de 40 povos distintos, esses devem ter assegurados suas condições de acesso à saúde e adaptação ambiental adequada como quaisquer outros povos ou grupos sociais que participam de eventos dessa magnitude. Observa-se que nem nos jogos estudantis nacionais, nem nos jogos mundiais indígenas as condições de descuido com os participantes chegam a esse nível negligência do Estado.

Referências

BRASIL. Doenças diarreicas Agudas. **Doenças infecciosas e parasitárias**. Guia de Bolso. 8ª edição revista. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Organização Pan-Americana da Saúde. **Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento**: marco conceitual e estratégia metodológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DUARTE, H. N; SATO, F. R. L; MORAES M. de. **Pericoronarite e infecções das vias aéreas superiores**: revisão. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/aor?dd1=2047&dd99=pdf>>. Acessado em: 13 dez. 2013.

FREITAS, M. C. Problemas Ambientais, Saúde coletiva e Ciências Sociais. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 137-150, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

PITREZ, P. M. C; PITREZ J. L. B. Infecções agudas das vias aéreas superiores –diagnóstico e tratamento ambulatoria. **Jornal de Pediatria**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v79s1/v79s1a09.pdf>>. Acessado em: 12 dez. 2013.

SÃO PAULO. **Centro de Vigilância Epidemiológica**. Informe Técnico. Dezembro, 2009. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/38116073/alerta-enchentes-centro-de-vigilancia-epidemiologica>>. Acessado em: 12 dez. 2013.

VARGAS, V. de S. **Fatores de risco para patologias respiratórias infantis**. Disponível em <<http://revistas.unicentro.br/index.php/salus/article/viewArticle/792>>. Acessado em: 13 dez. 2013.

WHITESIDE, M. **Manual de Técnicas DPRR**. Comissão Nacional do Meio Ambiente. Maputo (Moçambique): CNMA, 1994.



O Esporte e o Lazer
para os Povos Indígenas:
contribuições teóricas e epistemológicas
para as Políticas Públicas (Interculturais)



FOPPELIN: onde a diversidade joga, vive e ensina

Luiz Augusto Passos

Maria Aparecida Rezende

Adma Cristhina Salles de Oliveira

Participamos do FOPPELIN em um momento específico, segundo a consciência do limite de não sermos indígenas, embora sob um olhar comprometido e implicado pelas condições de deterioração que esses povos têm sentido na carne: ausência de espaço para a vida de quem, pela inteireza e pela opção de estar ligado à natureza, sofre em uma sociedade que há muito se dissociou do quanto diz respeito à natureza dela própria e das pessoas humanas. No Fórum respirava-se no ar, nos corredores, nas salas, no entorno, a presença viva das pessoas com suas “circunstâncias” (ORTEGA Y GASSET, 1967)¹ e determinações: corpos, sentidos de vida, símbolos, adereços, gestualidades, beleza, gozo, atenção, respeito, vontades e luta. Linguagens todas implicadas de maneira radical no grande ponto de convergência: *peças* indígenas – e não generalidades – e nações indígenas devotadas naquele espaço a uma convivialidade e conagração com seus “parentes”, mediados por jogos! Situação inusual, mediadora ali, desse reencontro. Difícil a não indígenas avaliarem as dificuldades desses povos de poder se reencontrar, em face das distâncias geográficas que afetam a comunicação. Faltam meios de transporte, promovido pelos altos valores financeiros que isso implicaria, o que impede a troca direta, a prevenção das doenças, a manutenção da educação intercultural, sempre com recursos irrisórios, tão necessários, contudo, à vida básica em seus territórios e aldeias. Um encontro assim é raro!

Diferentemente de nós, na cultura do capitalismo, nas sociedades indígenas ocidentais os jogos são elementos do viver cotidiano, também formativos, celebrativos e educacionais, coração mesmo da vida cotidiana, expresso em arte, comunhão. Fortalecem a alegria, os laços “afetuais”

1 “Eu sou eu e minhas circunstâncias, se a salvo a elas, também não salvo a mim.” (Meditações de Quixote). Editora Ibero Americana, 1967, p. 21.



tangíveis, comunicativos, que contribuem na integração das pessoas de todas as gerações em mandalas de sentidos. Saúde e alegria em um mundo comum carregado de uma cosmogonia de sentidos mitológicos diversos, que a tudo inclui, e de nada se aparta. Estende a carne, matéria/espírito, herdadas como sobrevivência de vida, na circularidade e sustentação da cultura, que se expressa com ênfase no corpo, carne, espírito, sem qualquer cesura ou divórcio. A distância entre nós e eles, é quase *abissal*, no sentido de Boaventura de Souza Santos (2014). Entre nós, jogos são estratégia, lazer e, nuclearmente, competição. Só não compete quem está “morto”! Entre eles e elas, o jogo é a celebração viva corporal da comunhão mística em um círculo – sem princípio e sem fim.

Nossas sociedades são privadas, por sequestro, de enormes proporções de todas as atividades de lazer. Mumifica-se a vida, em ritmo acelerado de (des)informações e (im)produções estéreis para fecundar a sensação de uma vida inútil, sem trabalho produtivo. Sequestram-nos, inclusive, o tempo para além do trabalho remunerado, consumido em coisas úteis (e/ou fúteis?). “Dia de descanso”, para todos nós, é o dia no qual se multiplicam mil e uma atividades para organizar a correria da semana de trabalho, que mal produz nossas forças e suores. Nosso descanso se transveste em limpeza da casa, das roupas, em fazer comidas, no planejamento do que virá, e, não raro, na (re)produção das condições para continuar a poder trabalhar para sobreviver a semana seguinte.

Nas casas nossas, entulhados dentro dessa condição, sobra-nos afundar em sofás cheios de ácaros, observando duas dúzias de jogadores que suarão por nós, correndo, no gramado, as camisetas; substituindo-nos! Fenômeno psicanalítico de “condensação” que entra em ação, transformando-nos em heróis – quase sempre sem caráter – da disputa; representando-nos, sem que precisemos dispendir calorias, como “faraós embalsamados²”, em vida vegetativa, encenando os milagres de um futebol, cada dia mais desvirtuado, nas mãos de cartolas! Grandes grupos internacionais produtores de shows, adereços, energéticos, chuteiras e bebidas da alegria e do álcool – sem esse último, o prazer não chega! Comem nosso trabalho. Programas que são estratégia de vendas, de controle da ação cotidiana da nossa vida, de aprendizagem da sistemática.

2 Da Música “Rancho da goiabada”, de João Bosco e Aldir Blanc. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UaKmt4zvYQY>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

Aprendizagem é relação. As relações que não temos, ou nelas tudo é voltado para a morte do outro(a) e das coisas; mostram-nos de maneira meridiana, porque todos os diferentes, diversos: indígenas, quilombolas, ciganos, negros, sem teto, pessoas sem documentos, sem terra, servirão de desculpa para propagar obsessivamente o medo da reprodução infinita dos pobres vistos como “bandidos” – cuja guerra ativa faz-nos recuar para a solidão! E esse temor induzido se difunde por todas as sociedades, não raro, comandado SEMPRE pelos grandes interesses do capital de esconder, legitimando as operações de fim de semana executadas pelas polícias e milícias, que contarão com o nosso aliciamento para executarem vidas – sob aplauso! – na limpeza de uma sociedade suja estruturalmente, pelos de cima, que nos acenam com a paz dos cemitérios. Incutem-nos que só é seguro cair na tentação da instalação de miríades de fios eletrificados, e câmaras! Ou entregar a segurança de tudo, todos e todas aos agentes “profissionalizados” do Estado. Mas, a que “Estado”, exatamente? Em troca do quê?

Jogos de domingos na televisão retornam às quartas-feiras à noite. Jogos que ocultam e distraem de votação de matérias indecentes no período noturno, no Congresso. O esporte tem degenerado, constituindo uma mercadoria cuja tática tem sido a desqualificação da nossa cidadania nominal, sem protagonismo! Sedentários, sem ideais políticos para a cidade e o país, fora das grandes lutas sociais, desinformados pelos grupos que utilizam esse espaço de transmissão dos jogos, fidelização de nossas pautas de consumidores pacatos. Somos menos telespectadores do que *telespectados* – “por aqueles que nos veem de longe” – para que não metamos nossos narizes, onde jamais seríamos chamados! A esfera do protagonismo de cidadania ativa ficará interdita pelas patrulhas de controle, e a serviços especializados. Esquecemos no “descanso” da fruição, da oxigenação, do lazer que nos proporciona o verdadeiro prazer e vitalidade para a vida vivida em relação e carinho.

Os indígenas, ainda quando próximos de nós, com culturas e línguas sempre muito singulares, não copiam da cultura “acumulada” – essa coisa conteudista que supõe educar pessoas pela repetição, coisa tão despida de sentido. As culturas deles jamais serão uma “reprise”, uma repetição! São seres históricos, e as pautas possuem a sutileza de poder brincar-se na orgia delas. Não fazem nada sem um prazer de tomar parte com todo seu presente, no qual se consorciam o preterido – Passado – no presente (vivo)

e a tensão do desejo de futuro que se gruda ao presente, recriando o mesmo ato contemporizado com reverberações e tons, inusitados. Diferente de nós, não sobrevive nenhum atavismo nos seus jogos. Jogos são *mímeses* – em sentido radical, isto é, acontecimento revivido na memória, reiterado no presente de forma inédita, sem finalidades previamente agendadas, salvo o da maior participação possível que funda o presente.

Acontecimentos de importância a cada indivíduo, homens, mulher(es), idosos(as) jovens, adolescentes e crianças, todos são partes. É na interioridade corporal, na atenção da comunhão corporal com o mundo que as sequências de rituais e adereços, jamais puramente exteriores, são atualizados para o momento presente de suas histórias e lutas, fortalecendo misticamente o viver comunitário³. O *aqui na/da* história não morre no *agora* (*agoreísmo* funcional!), ao contrário, reata sentidos primigênicos da própria emergência do aparecimento no mundo, cujo sentido primordial a tudo conecta e põe em perspectiva com “o já aqui”, do presente, com o “ainda não”, de amanhã. Nada se repete. Deus criou o tempo para livrar-se do sono. Não permitiu que nada fosse a mesma coisa, odiava copistas. Tudo se recria! Eis o paradigma da urgência e da emergência! Essas pessoas são donas de si, e, só por esse lado, incomodam demais! Não são, como dizia Bartomeu Meliá (1979), frutos de linha de montagem, mas de artesanato! Não tinham uma identidade prévia definida. Eram sonhados. Seus nomes eram fruto de descoberta, entre folhas, terras, luas, pássaros: frutos de um grande segredo que se revelava aos poucos, às vezes por anos; seus nomes vão revelando quem são e o “eu” é feito no agora. Não havia um índio genérico, a ser parido na marra para uma cidadania clonada: isso faz parte do controle da modernidade, de fazer das crianças um tijolo na parede⁴!

Antes da abertura do FOPPELIN, a rua, em frente à Universidade Federal de Mato Grosso, foi tomada por indígenas, indigenistas, militantes dos movimentos sociais, educadores e funcionários da educação, saúde, esporte, que se fizeram presentes. A manifestação foi fundamental para trazerem às ruas, à cidade, a nós – seus moradores e moradoras – as lutas

3 Em minha primeira estada em uma aldeia, os Rickbaktsa, somente depois pude compreender que estava cercado por dentro pelas perspectivas abertas. Não me diziam o que devia fazer e o que estava interdito de poder ser feito. Concluí que não sabemos o que fazer com a liberdade. Não é que não existam limites, mas sempre serão compreendidas perspectivas outras, inovadoras.

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vrC8i7qyZ2w>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

deles e delas, suas vitórias e fracassos, sua fraqueza e força. Jogavam nas nossas caras nossa dominação econômica, política e cultural imposta sem diálogo, e, muitas vezes, à força: manietados com instrumentos institucionais que os retêm no controle do Estado, como se estivessem em estado de minoridade – resquício vergonhoso da nossa prepotência. Formas que, de maneira contemporânea, justificam por razões de segurança a sua não consulta, na utilização de seus territórios e espaços, como se esses espaços e lugares, como territórios, se distinguissem de seus corpos, de suas vidas, de suas histórias, e que pudessem vir a ser substituídos por qualquer outro espaço e terra.

Territórios é uma relação cujo espaço nunca é arbitrário. Não indígenas movem-se por mercadorias, no valor de troca. Tudo tem preço! Inclusive as pessoas. E não relações de sentidos jamais aleatórios e exteriores, expressão simbólica de suas pessoas e espiritualidades. Há, entre não indígenas versus indígenas, formas traiçoeiras e covardes de genocídio explícito e, pior, a mentira como fundamento. Pode-se, por isso, assinar tratados internacionais cuja assinatura é tão somente um jogo de prestidigitação. Truque de enganação. Ora, esse tratamento dispensado a “alienígenas” – utilizado contra os indígenas – seria implausível se houvesse no Brasil memória de que eles nos precederam aqui por um milhar de anos, antes de nossa invasão. E não se poderia constitucionalizar essa violência, senão a troca do silenciamento e aval da sociedade civil e política: os que silenciamos, os que nos omitimos, assinamos a chacina.

Essa luta, quase inglória, desses povos que resistem, sem qualquer proporcionalidade de forças, é modelar para reinventar outra civilização possível. Vejam a desproporção das armas, a prepotência explícita: a covardia em curso, contra anciãos, mulheres, crianças⁵.

Figurava um artigo no Boletim do ADITAL denunciando a barbárie a que chegamos: a do genocídio de povos nus e desarmados. Indígenas sem contato, fugindo à preação, que é o instrumento perverso de extermínio, por vezes à luz do dia; e, inclusive, com o constrangimento de armas de mira telescópica ou metralhadoras pequenas, caçando-os com vista ao seu desaparecimento, para ocupação das terras. Mostra-se, pois, no ADITAL, fotografias de indígenas atocaiados por fogo em

5 Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11236>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

seus territórios, em floresta amazônica⁶. Estranhamente, a inteligência sequer informa-nos quem são os caçadores!

Os não indígenas dessa sociedade veem na eliminação das vidas um repouso à ameaça de conviver com a diversidade, no intuito, quase sempre, de manter a “ordem” iníqua e mortal em que tudo o que vale é a acumulação. Os que dizimam para roubar aquilo que, antes, nunca lhes tinha pertencido. A maldade se oferece como éter cultural bandido. Negada as humanidades ibérico-ásio-afro-ameríndias, mostra-nos como perdemos a consciência de uma epistemologia que fale ao real, e o esclareça no possível, sem deletar o que nela há de perverso. E a que preço se propõe a reiteração desta cultura de morte, extermínio de toda a vida e sustentabilidade?

Assim, mesmo criancinhas pequenas indígenas, tidas pelos setores exploradores e expropriadores de suor e sangue humano como animais, compartilham, elas mesmas oprimidas e rejeitadas, da visão dos seus opressores. Achamos, nós, que esse procedimento, essa orientação civilizatória é destituída de racionalidade filosófica? De legitimação ideológica, que mantém esse posicionamento? Essa ação seria de pessoas mal-educadas e sem conhecimento? Não. Existe um sadismo, uma legalização da guerra permanente, que se escora em uma filosofia que expõe como verdade e como ética, uma ética de destruição, uma estética da guerra, da concorrência como “natural”, e como parte integrante da saúde de nossa natureza. Vamos ser mais assertivos.

Nós temos uma filosofia que nos conduz à morte, à depredação, à des(convivência) e ao egoísmo solitário: e essa filosofia tem aniversário e tem endereço. Ela tem autores e filósofos que a constituíram, como uma trama armada de defesa de privilégios, lucros e servidão. Mas o pior! “Eles venceram e o sinal está fechado para nós!”⁷ A luta coletiva de todos os oprimidos sob dominação, expropriação e exploração é fundamental; mas não poderá ser uma guerra, salvo imposta, com os mesmos instrumentos de martírio, execução e suspensão do Estado de Direito. E, entre os mais importantes setores, marcadamente revolucionários, hoje, estão os indígenas. Eles são a ponta de lança mais avançada, os que proclamam a resistência contra esse sistema, essa filosofia, ela sim, alienígena!

6 Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=87576>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

7 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2qqN4cEpPCw>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

Pretender reduzir social, cultural e politicamente as populações tradicionais como animais, significa que perdemos a memória. Somos vítimas de uma trapaça ocidental burra e de má fé. Ora, a “animalidade” original, todos somos e temos: ela nunca foi ignorante nem perversa, de natureza e nascença. É a animalidade que precisa constituir-se como referência na luta contra a empulhação e o massacre. O “parque de Dinossauros” começou muito depois dos grandes répteis. O mais belo em nós foi alvo de mutilação para que nas máquinas da opressão virássemos o que queriam os donos do mundo: corpos sem alma, cultura sem natureza, extinção da animalidade! Foram esses mesmos iluministas que nos trapacearam, fazendo para si uma cultura autorreferente. Cultura que não ouve, não conversa: mata! Estandarizaram e mentiram para provocarem como natural a “separação de classes” e a guerra como lei natural permanente. Acenaram-nos uma universalidade superior que nos faria a todos idênticos; e, para tal, era imprescindível renunciarmos a nós mesmos como singularidades. Viramos essa geleia geral, que continua alimentada pela imprensa de massa, salsichas idênticas, peças de torno elétrico, que nos cunham, e, por pílulas, nos colocam no caminho da morte⁸. Ditam-nos regras e discursos autorizados, como únicos dotados de ética e logicidade. Mentiram-nos, deslavadamente, acerca de Rousseau. Pior. Consagraram às pessoas consideradas “exóticas” o destino de serem expostas, como seres “primitivos”, destituídos de alma e da “dignidade” de qualquer reconhecimento como outro/a, para espoliá-los, usá-los e mantê-los em gaiolas e vitrines⁹. Fizeram muros, *ghettos* e *apartheids* reservadas a estereótipos, como a exposição de coisas e trastes, aos olhos de curiosos e devassadores dos “deuses” brancos.

Os primeiros e mais expressivos trabalhos nessa direção, biótica, foram de Rousseau! Ele sempre acreditara na natureza ativa que driblava estratégias de morte. Não se deixava dominar pelo vandalismo de uma civilização do prato-feito, criado por uma cultura inimiga da vida. Rousseau não se equivocara! Essa guerra de guerrilhas teve começo e tem nomes: Jean Le Rond d’Alembert e Denis Diderot, triangulado por Voltaire.

8 Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B3-LotHPgkDhenMtaVFuX3RPTzQ/edit?pli=1>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

9 Disponível em: <<http://www.folhadedourados.com.br/noticias/brasil-mundo/criancas-negras-serviam-de-atracao-em-zoologico-humano>>. Acesso em: 7 fev.2016.

Ah, os indígenas! São, sim, transformados em “objetos” diretos de nossa cultura, na medida em que essa cultura é a reafirmação da mesmidade de um sujeito humano, sem variação. Não estão “incluídos” como “cidadãos de primeira classe”, e sim como pessoas de natureza, de segunda classe, no que tange aos dispositivos que os vinculam à ordem de direito e à ordem constitucional, legal e cultural derivada dos iluministas enciclopedistas, que tem horror à natureza livre em sua “pluriversidade” caótica.

Continuamos a nos manter como os *encomenderos*¹⁰, incursões nos países ibero-americanos, e, ao encontrarmos negros e indígenas, nos atemos às suas inaptidões e desigualdades, reivindicando que eles são tão somente apêndices exteriores da única realidade científica e de humanismo superior: nós! Destinavam-lhes a condição relativa a muares, cavaleiros e símios! Tão antiga e preservada ainda no progresso de nosso tempo¹¹! Tinham na exclusão, o seu lugar.

Ardem nossos corações e peles na medida em que pessoas *não indígenas* imaginam indígenas tratando-as de maneira lastimavelmente violenta e discricionária, como elas tratam os animais. Essa relação discriminadora nasce da prepotência míope de não se saber de si, de não se conhecer impotente, limitado, arbitrário, como qualquer outro ser no mundo. Sem considerar que a vida é sempre um dom, que passa pela corrente de seres que estão no mundo. Da qual sequer somos donos. Presente coletivo de podermos continuar vivendo, que só se sustenta pela relação que a alteridade e diversidade do outro e da terra podem nos conferir. Acerca dessa solidão, Todorov (1996) descreve-a, magnificamente:

Existe em nós uma irresistível atração por toda explicação que nos faz compreender que o homem é fundamentalmente mau, na circunstância, egoísta. Este é, sem dúvida, um dos traços mais singulares da modernidade filosófica: com raras exceções, cre que o mal exprime a verdade do homem. [...] estamos, portanto, sempre prontos aceitar como uma revelação audaciosa, como uma verdade dura, a afirmação do homem mau, portanto egoísta, e solitário. Os que

10 Privilégio dado pelo Rei para que a pessoa pudesse ter escravos para seu uso.

11 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/senador-italiano-comparministra-negra-a-orangotango-2>> e no Brasil recentemente: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/11/1701320-michel-bastos-vai-processar-pessoa-que-o-chamou-de-macaco-em-rede-social.shtml>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

resistem a tal redução são, não obstante, imediatamente acusados de moralismo, fragilidade, pusilanimidade: não ousam encarar a verdade de frente. (TODOROV, 1996, p. 57).

O curioso é que o que era justamente rel-ação em nós com o substrato terráqueo, para iluministas, era o vagabundo e desprezível feito por Deus. Considerando-nos seres que já nasceram trevosos, reptilianos e assassinos. Somente eles, os senhores da LUZ – os iluministas – podiam criar pelo gênio a separação radical pela razão pura, para se salvarem das pessoas que para eles eram tão somente os que tinham cérebro-e-pênis, que podiam ser os artífices do grande plano: livrar as pessoas de Deus. E, por meio da ousadia, inverter a condição de subserviência dos homens à sua natureza. “Deixar o céu para os cristãos e os pássaros – como dissera Hitler – da terra cuidamos nós!...”

Os homens fariam a si próprios, posto que o “arquiteto” que os criou também os abandonara! Convencidos, então, da luminosidade mais arrojadas de suas concepções modernas, de machos-hétero-ocidentais, compreenderam o/a(s) outro(a)s como seres de tenebrosidade, de natureza inculta e cega, de pura reprodução e não de criação, sob o paradigma de seres de necessidade, e não de liberdade. Se os iluministas gozavam de emancipação e autonomia – faziam as leis para si mesmo, os outros e, sobretudo, outras, tinham sua filiação no mecanicismo, na não evolução, na filiação da terra, dos rios, da água. E excluíram com absoluta evidência a mulher de toda e qualquer ação transformadora e criadora¹².

A inconsistência do modelo de cultura ocidental iluminista, concebida e formatada na *Enciclopédia*, tem seu maior e mais expressivo fracasso na exclusão radical atribuída à mulher na produção de seres humanos.

De outra perspectiva, em uma sociedade em que a força é a grande prerrogativa dos vencedores, há um tríplice braço de sustentação dessa “pseudo nobreza” e perversão: 1. O belo é ter – a qualquer preço. Melhor ainda se for com artifícios de deboche, que humilham; reiteradamente, convencer e poder subornar “vêm de cima”, e, nesse sentido, a teologia da prosperidade é ateia em seu mais pleno sentido!; 2. O belo é valer:

12 Veja: Passos, L. A.: “*A (In)explicável invisibilidade das mulheres na filosofia ocidental*”. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo02_fasciculo01_fundamentosdefilosofia.pdf>. (vide p. 86). Acessado em: 7 fev. 2016.

conclui-se que tudo o que se matiza, se desnatura da luz em direção à menor luz, em sentido absoluto, é perverso e bandido. As teses do estrago das teorias racistas estão requentadas, em pauta!¹³; 3. *O belo é o poder*. E mais belo, ainda, se esse poder é tomado pela força, que o justifica; pela maldade, prepotência, trapaças propagandeadas, para que os poderosos adquiram a mesma perversidade dos deuses do Olimpo, que reservavam a si a prerrogativa de destruir nos outros o que para eles era justificável.

Na medida em que os nossos televisores falam da violência do tempo, das águas, dos terremotos, dos animais nas selvas, falam efetivamente da nossa violência e trapaça de apontar o dedo como criancinha ilustrada, que terminou de fazer xixi, e, matreiramente, aponta para o gato! Os iluministas tinham que chamar a Idade Média, de quem herdaram quase tudo, de Idade das Trevas, para construir, “do nada”, a “civilização”! São filhos da mentira, da violência e da morte. Não podem ver coisas naturais, sem “salvá-las” de si por meio da artificialidade da cultura!

É preciso que se saiba de onde nasce a miséria da filosofia que nos faz tão fragilmente “superiores”, e referência absoluta para pensar no mundo adequadamente! Kant (1784)¹⁴ está no começo disso. Na introdução da “Crítica da Razão Pura”, inverte a condição de estarmos a rodar como peões, tendo a terra por centralidade, assumir o centro de tudo e fazer com que a terra, agora como ré, responda, sob tortura, às perguntas que, na condição de juízes, lhe faremos¹⁵. Kant, contudo, se separara, pela “Razão Prática”, tanto quanto Rousseau, dos iluministas vencedores, que deflagraram a guerra da RAZÃO contra a NATUREZA. Esse antropocentrismo vencedor subestimou a terra. Ela, contudo, existiu antes: garantia a produção da vida e a pluridiversidade de forma ecológica – SEM NÓS! Nosso aparecimento começa com o capítulo do ódio contra a natureza, e contra tudo o que pertence à ordem biológica de nascença, gerando uma “ordem” política de destruição, anos após anos, eliminado o diverso, em busca de um controle absoluto por sobre

13 Há uma curiosa contradição. Se os benefícios óbvios da hibridagem são conferidos para melhoria das raças de animais, até chegar-se ao POs (puros de origem), essa está interdita em gentes, porque por decreto haveria um processo de mestiçagem com entropia para humanos!

14 Kant, Immanuel. “O que é o iluminismo?” Disponível em: <http://luizaugustopassos.com.br/wp-content/uploads/2010/05/kant_o_iluminismo_1784.pdf>. Acessado em: 7 fev.2016.

15 Kant, Immanuel. II Prefácio à *Crítica da Razão Pura*. Tradução e Notas Valério Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. Abril Cultural, 1987. [Os Pensadores], p. 13-24.

a criação, extinguindo as pegadas da nossa animalidade. Mutilados pelas tecnologias da guerra, da concorrência e da extinção do diverso, adquiriram uma “segunda natureza”: a da destrutividade, da pretendida seleção natural em favor dos melhores, mais íntegros, mais puros e menos naturais possíveis.

Há quem pense que na prática a teoria é outra. Sim e não! O que a sociedade do capital erige é uma pseudo racionalidade instrumental¹⁶ que faz valer tudo o que dá resultado prático de acumulação! O capitalismo não está destituído de uma filosofia.

Seria preciso buscar, não apenas na história, nas ciências, no tempo e espaço formas que tornem os comportamentos irracionais razoáveis. Mas era preciso contar com um selo de legitimidade, além da história. Quem faz isso? A religião. Os mais bárbaros castigos foram buscar na “vontade” de “deus” a sua convalidação definitiva nos arcanos eternos. Lá, na eternidade, ser e agir, não são costume, fruto de negociação, sequer de contratualidade social! Lá, nos arcanos divinos, toda prática é eternizada, e as formas pré-históricas e mesmo a-históricas, se amalgamadas à eternidade, são definitivas! A religião legitima a ordem precária, com a deificação. As práticas religiosas foram, por isso, utilizadas pelo capitalismo, muito mais para fazer guerra do que gerar a paz. Foram usadas para salvar a caducidade da história e sua ordem socioeconômica e política arbitrária, por seu enxerto ao *realissimum aeternum* de um Deus que nada cuida debaixo da lua, e confere a salvação da “estória”, concedendo-lhe um fundamento transcendental, que não lhe pertence! (BERGER, 1985, p. 25-32).

As religiões servem, ainda, para dizer que essa condição na terra, que poderia ser efêmera, de provisória, se definitizou. O que interessará são as formas intencionais e as loucuras feitas por um Deus, que, segundo seus intérpretes, odeia a desordem, enlouquecido pelo progresso. Dizem eles que Deus premia Amélias e Polyannas, que vivem um mundo religioso íntimo, esquizofrênico, alheio ao cotidiano e aos atos de sobrevivência de todos e todas. Lembrando a ironia feliz de Glauber Rocha: “Cada um por si, e Deus contra todos!”¹⁷ Jesus perdeu, definitivamente, a batalha para

16 O valor é, sobretudo, o que serve para acumulação como mercadoria, ou como valor estimativo, de uso. O que não tem utilidade imediata não deveria existir. Em alguns sistemas, foram matados, programadamente, idosos, deficientes físicos, pessoa com deficiências mentais graves, crianças, etc.

17 Usado por Werner Herzog, como subtítulo do filme “Kaspar Hauser”, recordando essa frase tão verdadeira de Glauber Rocha!

as igrejas.¹⁸ As religiões têm dito, inclusive, do desejo divino de castigar os Filhos para santificá-los, mostrar o caminho do sacrifício, do justo como necessário à sua salvação, como uma questão de direito privado e não público da Assembleia do povo. Não é à toa que Jesus foi executado pela religião de Israel, seus sacerdotes, escribas, fariseus, esses que, desde o início, haviam cindido com os interesses de justiça e do povo. Foi assassinado pelo poder político do Estado Romano, que tinha da morte o paradigma supremo da maldição da vítima pelo esquecimento. Sátira de um deus ilustrado, feito por Gonzaguinha.¹⁹

O capitalismo é uma relação de exploração, expropriação e aniquilação do diverso, é sua veia e destino.²⁰ É essa (des)ORDEM que continua, enquanto durar o capitalismo e suas formas de produção, as quais vivem da exploração e expropriação do trabalho, sangue e suor *dos outros(as)*, e enquanto durar a concentração desses bens econômicos e políticos na mão de cada vez menos.²¹

Na presente (des)ordem, instituída e perversa estruturalmente, os indígenas sempre entrarão apenas como entraves à pretendida ‘normalidade’ do sistema. A grande pergunta do leitor é indagar se não estamos sendo precipitados ou cometendo um exagero em nossa avaliação. Pedimos que todos os leitores e leitoras nos permitam apenas cinco argumentos históricos para mostrar nossa razão ou *desrazão*: a invasão de guerra no território Munduruku, com o assassinato de Adenilson Munduruku²², no qual o macaquinho desesperado chora com a aldeia (Mato Grosso); a insegurança, a ameaça e a violência contra a área de Marâiwatsédé²³ do povo Xavante (*A’üwẽ* em Mato Grosso), os peixes

18 Denúncia imperdível, em 1879, de Dostoiewsky: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0jl0uC5JbxE>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

19 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v-GjcZAZdfQ>> Acesso em 07 de fev de 2016.

20 Disponível em: <<http://luizaugustopassos.com.br/wp-content/uploads/2012/12/kasparhauser-texto-completo-e-final.pdf>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

21 O narcisismo solipsista só tolera o outro, num tempo controlado, fechado e utilitário: dominado. Se a arte é símbolo do “Anciènne régime” embalsamado e mumificado, a razão arrogante e plenipotenciária também a estilizará e guilhotinará setores populares, intelectuais orgânicos, revolucionários, filósofos, poetas e artistas.

22 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cFqRHhIR3k>>. Acessado em: 7 fev.2016.

23 Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/Porantim372_JanFev.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

envenenados oferecidos a crianças Bororo (*Boe*), no caminho da escola para a aldeia (Mato Grosso)²⁴; as mortes constantes dos Kaiowá Guarani e Terena pelos latifundiários (Mato Grosso do Sul)²⁵; o degolamento do menino Vitor, de dois anos, Kaingang, enquanto estava mamando no colo de sua mãe (Santa Catarina)²⁶; e os estranhos atos de interdição por parte do Estado do uso da língua materna em processos seletivos, impedindo, na prática, o único instrumento adequado para formular o mundo cultural de origem, uma vez que a língua não é um acessório, é a manifestação de um universo vivo, que só se media por ela, e que só pode ser expresso como diferença por ela. Exigência de afirmação étnica em democracia que se preze.

Esse conjunto de ações está desligado do racismo ambiental que se propaga? Não, faz parte da mesma violência expressa de marginalização e desprezo, que respalda ainda mais a violência institucional jurídica de exceção no país.

Os peixes envenenados foram comidos pelos cachorros. As crianças Bororo vivem na luta de sobreviver em meio às pressões de comunidades que as desqualificam e as têm como perigosas. Trágico, porém, foi o depoimento que alguém dera. “Serviço mal feito matar cachorros, tinham que ter envenenado era água para matar cachorros, crianças e os bororos todos!” Ora, essas pessoas, que hoje ocupam o território da etnia Bororo, precisaram, antes, desses mesmos indígenas para encontrar terra para viver e morar. Lá, entretanto, se apoderaram dos “recursos”, “terras” e de tudo que fizesse “dinheiro” – não distinguindo seres humanos da mercadoria. Diluiu-se a alteridade ou a outreidade da significação do outro como o outro eu de mim. No sentido buberiano: da relação do eu-tu, para o eu-isto! Para Buber (2013)²⁷: jamais viver entre diversos, tendo pele de índio, será fácil. Ele terá contra si o peso de uma tradição presa ao preconceito e ao estigma.

24 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/12/07/indios-bororo-denunciam-tentativa-de-envenenamento-de-criancas-em-aldeia.htm>>.

25 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/23/os-indios-que-vivem-em-reservas-estao-confinados.htm>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

26 Foto de menino de dois anos da etnia Kaingang que presentifica a morte do menino Vitor com a mesma idade dele, degolado enquanto mamava em sua mãe. Disponível em: <<http://www.terrasemmal.com.br/fotos-da-caminhada-do-forum-social-mundial-tematico-em-porto-alegre/>> Acessado em: 7 fev. 2016.

27 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KXhQLI6EP4A>>.

O país tem presenciado publicamente pelos meios de comunicação a dilapidação, o desrespeito, a imposição, o achincalhe e, sobretudo a delinquência – muitas vezes covarde e prepotente, não raro, daqueles que nos representariam e se tratam como “Excelências”, para os quais não há qualquer norma ética que os controle, pois a destrutividade deles se assenta no interesse de dinheiro, e mais dinheiro. Terras e mais terras. Controle absoluto do petróleo, da água, das florestas... Poder e mais poder para continuar o projeto de morte alimentado com sangue humano, com água limpa dos rios, com a sufocação dos bancos de corais, que transformam 40% do carbono mortal do planeta todo em oxigênio puro para o planeta, matados, em parte significativa, pela SAMARCO, na asfixia da lama. Matam-nos tod@s na morte de muitos.

O FOPELLIN, todo contrário, foi um milagre que excedeu todas as circunstâncias de apartheid, estigma, tortura e desconhecimento. A presença viva de tanta diversidade, de tantas etnias, de tanta beleza da natureza e das pessoas, tantas tradições e costumes puderam num efeito sinérgico redobrar o clima de entusiasmo, o sentido de luta global, e se contrapor com a mesma exuberância da verdade que orna a ética e o discurso dos filhos e filhas da TERRA. Mulheres e homens e crianças e adolescentes lá estavam mostrando que não passarão. Serão presentes até o fim, ainda quando seus dias possam ser diminuídos pela violência, tortura, sequestros de seus filhos, pela ameaça ativa ou prática de estupro das jovens mulheres, estudantes. Os povos indígenas nos jogarão no rosto nossa arte maligna, em gestos de desespero de ganância inútil, expressão da nossa feiura, fracasso pessoal social e civilizatório.

O que os trouxe a Cuiabá? A busca de expressar a dimensão da saúde, lazer e do esporte como elemento estratégico, vivo em suas culturas, no cotidiano que mistura desejo de viver, e viver em RELAÇÃO com outros e outras, em fraternidade e compromisso comum entre os vivos, em solidariedade imediata com os que já morreram e fazem uma grande roda da vida, em que os elos de tudo e todos, mutuamente, se implicam e não se separam.

A morte de um grupo ocasiona o desaparecimento dos seus ancestrais mediadores. Também a morte das espécies a ele e a elas ligadas por uma convivialidade que os seva e alimenta sem limites outros céus e terras, povos e gentes, espécies de símbolos vivos da natureza que os integra e os fazem renascer das cinzas. Povo-resistência-insistência-resiliência!

Pessoas vivem o esporte como paixão e arte, danificados, por vezes, na prática. Ela não conduziu à saúde. As olimpíadas, grandes jogos, grandes possibilidades de confronto, mostram cada dia mais e mais, pessoas mutiladas, não por falta de assessoria, conhecimento científico acumulado, médicos, ortopedistas, psicólogos, massagistas, por vezes, pelo excesso deles e delas. Impedidas pelos contratos, pelos interesses de corporações de tênis, chuteiras, camisetas, que não se distinguem das pessoas. Seus corpos tiveram que responder ao que não poderiam. É lastimável grandes musas da dança, deformadas. É, pois, o esporte fator de saúde ou doenças? Favorece a identidade pessoal e social ou nos aliena de nós mesmos e de nossas relações? É fator de felicidade ou de infelicidade? Contribui com saúde ou com novas e mais expressivas doenças? Favorece a comunhão ou desagrega? Semeia convivialidade ou violência? No caso indígena, é fator de afirmação étnico identitária ou mutilação das suas raízes?

Por onde o capitalismo começa sua destruição?

Destituindo toda a diferença e desreconhecendo aquele e aquela que aspirar expressão que não seja a padronizada, normalizada, para todos e todas, e o pior, por força de Lei, instauram-se mutilações da diferença, quebra a espinha dorsal da única coisa que alimenta o amor: a diversidade, essa diferença que alimenta a RELAÇÃO, que estabelece o vínculo de trocas e enriquecimentos. Faz-nos pessoas capazes de dar e receber, e de superar a solidão pela solidariedade. Ora, não há nada a esperar desse sistema. Papa Francisco diz isso de forma “redonda” e radical: “Este sistema já não se aguenta, não o aguentam os camponeses, não o aguentam os trabalhadores, não o aguentam as comunidades, não o aguentam os povos e a terra também não.”²⁸

28 Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/as-10-melhores-frases-do-papa-francisco-em-sua-excursao-na-america-latina.html>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

É possível o esporte, o jogo, a troca sem a alteridade viva e diversa, na relação?

A prática do esporte sempre exigirá esforço, implicará em riscos e, muitas vezes, em pequenas lesões, ao ser realizado como estímulo à socialidade. Em face, todavia, de uma cultura voltada à homogeneização das pessoas, vistas como um tipo humano único e universal, também que subordina todas as formas de concepção, tratamento, reconhecimento, ludicidade, ou mesmo processos educacionais, posto que já possuem, de antemão, a receita de bolo, a metodologia, as tecnologias e as formas disciplinares que amordaçam o único essencial, a vida, a festa, a criação e a dança. No capitalismo, “cada um no seu quadrado”, “está tudo dominado”, pois que precisam supor rigorosamente que as pessoas são cópias uma das outras. A medida do MODELO será a medida de todos e todas.

O capitalismo só sabe da desigualdade porque tem da essência da relação somente a hierarquia. E o que se concebe de diverso possível, é visto sob o ângulo da desigualdade, da inferioridade e da perda ontológica do padrão ideal, o da mesmidade e da repetição. Não sabem nada acerca da diferença que alimenta e faz viver. O que ocorre em âmbitos do judiciário, da educação, da saúde, dos esportes, é a pressuposição de um corpo idêntico a todas as pessoas, e que por “comparação” com outros corpos diversos, estabelece a quantidades dos princípios ativos, no máximo, em *conformidade* com parâmetros de idade e peso. Ninguém, todavia, tem o mesmo corpo! A administração de remédios, independente que as pessoas difiram de sensibilidade, será sempre a mesma. Administram-se drogas, para só depois tentar corrigir, se possível, uma intervenção inadequada. O corpo terá que caber na medida previamente estabelecida para todos e todas. Funciona como o leito de Locusta, em que para caber nele, são cortados ou os pés ou a cabeça. Mas tem que caber! Somos pela cultura vigente, em todas as suas formas, possessos de um corpo que não é o nosso.

Dessa forma, as pessoas, nos jogos, exercícios, esportes estão investidas da mesma ideologia de portar um corpo humano que quase tudo pode. A depender da determinação, do esforço, das intensões, do desenvolvimento de intervenção que, por vezes, exige, inclusive, cirurgias de adequação ou correção em vista do modelo ideal apresentado. Cirurgias e tecnologias

geram o corpo e explodem, hoje, os padrões do que se poderia chamar “normalidade”.²⁹ Atletas e para-atletas, jogadores de futebol profissional, frustram-se. Acumulam lesões dramáticas, que obrigam a intervenções danosas, projetando seu corpo fora dos seus padrões bióticos. Negando seus próprios corpos, no intuito de alcançarem rendimentos para competições voltadas a extrapolar marcas sempre maiores, mediante dispositivos de “tortura”: uso de anabolizantes, albuminas, cirurgias, modelagens e correções inadequadas a qualquer pessoa. O retorno é muito curto e rápido; as sequelas duram a vida toda!

Uma pessoa nunca está terminada. Sequer sabe quem será amanhã. E, por isso, a cultura retira sua consciência de autonomia para mergulhá-la em um entre-lugar, na qual ela faz parte do humano e do inumano. Vegeta entre momentos de presença/ausência, em área que a sociologia clássica chamaria de liminaridade: entre fresta de ser/não ser, portais ambíguos, pelos quais as tecnologias, as informações, as palavras de ordem movimentam-se na esfera dos zumbis: meio mortos, meio vivos. Semelhante ao que Agamben sugerira, e que Pelbart resume:

Mas engana-se que vê a vida nua apenas na figura extrema do muçulmano, sem perceber o mais assustador: que de certa maneira somos todos muçulmanos. [...] o Carrasco em Dachau, uma espécie de muçulmano bem alimentado e bem vestido, era igualmente um cadáver vivo, habitando essa zona intermediária entre o humano e o inumano, máquina biológica desprovida de sensibilidade e excita habilidade nervosa. (PELBART, p. 23).

É da maior importância termos toda noção de desproporção de que as metas e predefinições demarcam violências contra a natureza, até nos fundir em zumbis, meios vivos, meio mortos pelos milagres, frankensteinianamente, de consumo de produtos tóxicos, de anabolizantes, dopantes e exercícios lesadores de tendões, ossos e saúde.

A cultura voltada à disjunção, antinomia permanente em nós, luta entre limites do instinto de vida e de morte, fissura dentro de nós, uma cultura narcísica e martirial, que nos empurra para irmos além

29 Disponível em: <<http://revistadonna.clicrbs.com.br/beleza/manequins-com-medidas-exageradas-estao-gerando-discussao-sobre-o-padrao-de-beleza-na-venezuela/>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

do que somos ao encontro da morte e não da vida! A cultura não manteve elo biótico com a natureza. Impulsionada, éramos para mais vida (natureza instintiva), o que a cultura do capital transverteu em busca *tanática*, impulsionada para a morte, para as tecnologias não naturais e de *desespero* da natureza.³⁰ As pessoas, na ambiguidade, optam mais por morrer do que viver. Fazer cirurgias do que tratar. Realizar partos cirúrgicos do que parto natural! Grave em tudo isso, a alienação: fazer tudo o que “mestre mandar” é sempre mais seguro, desvelando a patologia social.

A morte adquiriu um nível de espetacularização do morrer. Os jogos eletrônicos aproximam-se quase do real. Cenas criminosas de tortura expostas na NET. O prazer sádico ou masoquista da destruição dos outros ou própria pessoa demonstram a perda do instinto de preservação da vida, da saúde, da alegria, da convivialidade e da paz. Os recordes, as provas, esportes, alguns letais, considerados espetáculos, previamente, porque as pessoas estão entre a condição de humanos ou de máquinas tecnológicas (robôs). Recentemente, sem as duas pernas, Spencer West, com as mãos sobre os seis mil metros no Japão, escalando o Monte Kilimanjaro.

O esporte indígena pode nos ensinar o que já não sabemos. Não há esporte sem trocas. Abertura de um para/com o outro(a). Essa troca, se ignorada, vira jogo solitário que transa com a morte, não com a vida, leva à violência, não ao carinho. Leva à frustração, não à vitória. Escava um fosso entre o que poderíamos ter sido e o que sobrou de nós, solitários e mortos.

Os jogos indígenas apontam essa direção. O Esporte voltado à vida é, pois, o lugar mais expressivo, da vivência alegre, comunicacional do reconhecimento, da reciprocidade, ao admitir o arco-voltaico da relação criadora. O capitalismo não mata o que não criou. Não é fértil, não engravida, é feito para morrer, e, no final, expulsar um ovo de barata: infértil!

A miséria da relação no capitalismo ou sua completa negação impede o que se permite nos jogos indígenas, alguma forma de toque que aproxima, reconhece e estabelece uma relação de troca. Afirma as identidades na diferença. E, não raro, o equilíbrio da relação é também uma convivialidade no lazer, no lúdico e na alegria.

30 Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/lutas/ultimas-noticias/2015/04/08/morte-na-luta-livre-brasileira-deixa-culpa-em-rival-e-trauma-na-familia.htm>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

Os jogos podem, sem censura, permitir a expressão de vínculos. Somente o tato atesta a diferença, mas também a existência de um mundo universal de corpos: todos próprios. Dessa diferença nasce a energia expressiva, que nos acorda e desperta para um/outro ou outra semelhante, jamais igual. Na medida em que a dominação entre parceiros toma conta e o outro/a virou imagem e semelhança, o amor estiola. Morrerá, sem o único oxigênio capaz de mantê-lo vivo: o outro e a outra poderem ser livres para esse amor, sem ser servo(a) ou senhor(a), vivo como uma diferença incendiária da paixão, a falar-nos da fraternidade universal da diferença, que a torna política: fraterna indissolúvelmente.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Benjamin e o capitalismo. Artigo de Giorgio Agamben.**, traduzido por **Selvino J. Assmann**, professor da Universidade Federal de Santa Catarina. São Leopoldo/RS: IHU/UNISINOS, 2013. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057-benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>, acesso dia 07 de fevereiro 2016.

AGAMBEN: Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057-benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>> (AGAMBEN). Acessado em: 7 fev. 2016.

BENJAMIN, Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/o-capitalismo-como-religiao>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

BERGER, Peter. **O Dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. José Carlos Barcellos. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HAHNEMANN, Samuel. **Organon**: a arte de curar. Disponível em: <<http://www.bentomure.com.br/revistasimilia/organon.pdf>. p.79-81>. Acessado em: 7 fev. 2016.

FERNANDES, Deborah Lee; PINTO, Luciana Gomes; MACHADO, Ludmilla Muniz. **Eu-Tu Eterno (Martin Buber)**. Vídeo publicado Youtube, dia 04 de abril, 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=KXhQLI6EP4A>, acesso dia 07 de fev. 2016.

KANT, Immanuel. **O que é o iluminismo?** [tradutor Artur Morão]. Disponível em: http://luizaugustopassos.com.br/wp-content/uploads/2010/05/kant_o_iluminismo_1784.pdf, acesso dia 07 de fev. 2016

KANT, Immanuel. II **Prefácio à Crítica da Razão Pura**. Abril Cultural, 1987. [Os Pensadores], p. 13-24.

LÖWY, Michael; BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. Coleção Marxismo e Literatura. São Paulo: BOITEMPO, 2013. <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/o-capitalismo-como-religiao>>. Acessado em: 7 fev. 2016.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

ORTEGA, Jose y GASSET. **Meditaciones del Quijote**. 6ª ed. Ed. Julian Marias. Madrid: Catedra, 2005.

PASSOS, Luiz Augusto. Os caminhos do “Pensar” para quem quer transformação. Filosofia para Educadores. Disponível em: < http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo02_fasciculo01_fundamentosdefilosofia.pdf>. Acessado em: 7 fev. 2016. <http://200.144.182.46/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>

PELBART, Peter. <http://200.144.182.46/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf> Disponível em: < http://www.ifdj.com.br/site/wp-content/uploads/2015/10/VI-Seminarios-de-Danca-E-por-falar-em...CORPO-PERFORMATICO_Varios-Autores.pdf>. Acessado em: 7 fev. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Direito dos Oprimidos: sociologia crítica do direito 1**. São Paulo: Cortez, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum**. Ensaio de Antropologia Geral. Trads. Denise Bottmann e Eleonora Bottmann. São Paulo: Papirus, 1996.

Perspectivas da Política de Esporte e Lazer para os Indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul – reflexões a partir do componente curricular ‘Estudos do Lazer’

Marina Vinha
Veronice Lovato Rossato
Maria Beatriz Rocha Ferreira

Introdução

Em 2015, ocorreram dois eventos organizados pelo Ministério do Esporte e Universidade Federal do Mato Grosso para a elaboração de uma política pública de esporte e lazer para indígenas, juntamente com representantes das diversas etnias brasileiras. Sob nosso ponto de vista, essa ação do Ministério está inserida numa figuração maior de políticas públicas advindas das demandas protagonizadas pelos próprios indígenas.

Esses eventos geraram um documento (de domínio público¹), sistematizado em forma de “proposta consolidada pelos grupos de trabalho”, socializado entre os povos indígenas e encaminhado, juntamente com uma carta², aos órgãos competentes. Sustentada pelo referido documento de 2015, propusemo-nos a olhar para trás, para o ano de 2008, caminhando às avessas na recuperação dos sonhos, para, hoje, refletirmos sobre as perspectivas do documento

1 Acesso em: <<http://www.coeducufmt.org/#!documentos/cqos>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

2 Presença de representantes indígenas de todos os estados brasileiros, dentre caciques, jovens, anciões, mulheres e demais lideranças indígenas, com a participação de mestres e doutores que atuam em Universidades Públicas de diferentes regiões do país e líderes políticos do Senado e da Câmara Federal da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de parlamentares, de gestores municipais e estaduais e de representantes dos Ministérios, conforme detalhamento da CARTA do Primeiro FOPPELIN. Disponível em: <<http://www.coeducufmt.org/#!documentos/cqos>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.



“política pública de esporte e lazer”, voltado aos Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Nessas duas fases, a autora Marina Vinha participou dos eventos, no entanto, para a elaboração do texto, as outras autoras participaram em diferentes momentos das pesquisas e reflexões a serem tratadas a seguir.

Sendo assim, o presente ensaio tem por objetivo apreender o processo de manifestação do interesse por lazer, em contraponto ao reconhecimento de um estado pessoal e social, tradicionalmente presente no *ethos* das etnias guarani e kaiowá. E a questão pode ser problematizada da seguinte forma: *O documento “políticas públicas” sustenta as perspectivas dos Guarani e Kaiowá acerca da dualidade lazer-território?*

Os sujeitos do estudo são as vozes dos indígenas-professores, alunos da licenciatura intercultural *Teko Arandu* (viver com sabedoria), durante as aulas do componente curricular Estudos do Lazer. Assim, a relevância do estudo está no registro acadêmico das pesquisas realizadas em suas aldeias, incentivando os alunos a serem “pesquisadores de suas próprias culturas.” As reflexões são relevantes também para a própria etnia, a qual pode se apropriar dos posicionamentos documentais e de fontes orais para lutar por seus direitos com mais assertividade.

Este ensaio foi elaborado com pesquisa de predominância documental obtida do material pedagógico do curso *Teko Arandu* (2009) e do documento final do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (2015) e com literatura de apoio publicada por Rossato (2002), Vinha e Rossato (2009), Borges (2002) e Marcellino (2005).

Nas considerações finais apontamos a questão do reconhecimento, por parte do Estado, para que as políticas públicas de esporte e lazer encontrem ressonância nesse grupo étnico.

Estudos do Lazer no Curso *Teko Arandu*

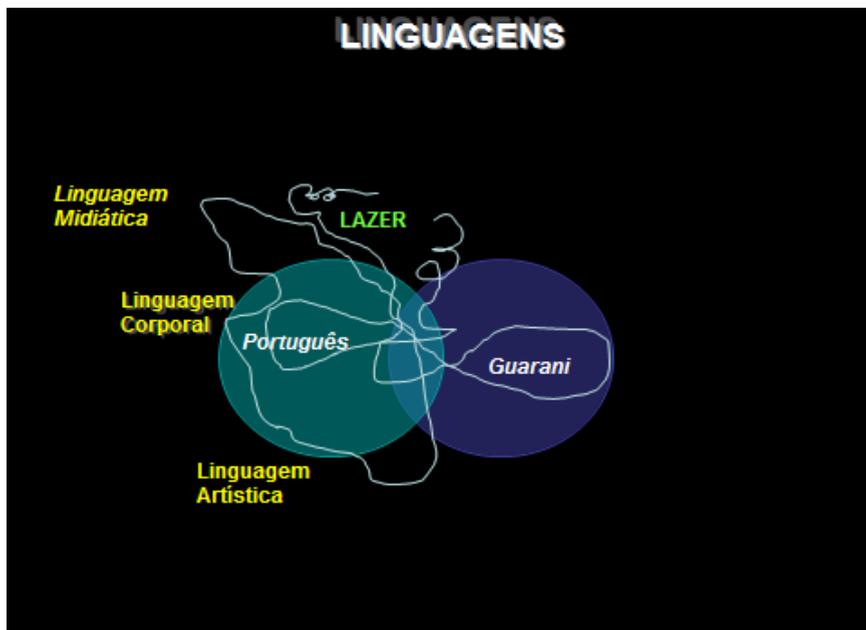
No ano de 2006, quando o curso de 3º grau Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu* foi criado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), foram ministradas aulas de Educação Física, estando elas vinculadas à área ‘Linguagens’. Essa área era composta por Língua Guarani, Língua Portuguesa, Artes e Educação Física. O histórico de atuação das autoras junto aos Guarani e Kaiowá contribuiu

para que a Educação Física fosse indicada para compor tal área, fato relevante, tendo em vista a autonomia para a organização curricular específica para indígenas. Essa atuação vem desde 1999, quando foi criado o curso de formação de indígenas-professores em nível médio, na época, projeto *Ará Verá* (tempo-espaço iluminados).

A opção por estudar o lazer, e não educação física escolar, em um curso superior de licenciatura indígena deveu-se às perspectivas do que o lazer proporciona. Considere-se que o tema é citado em cinco situações privilegiadas do texto constitucional de 1988, dentre eles, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, Art. 6, em que o lazer aparece lado a lado à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e, por fim, à assistência aos desamparados.

Diante da realidade vivida naquele período pela maioria das aldeias guarani e kaiowá de Mato Grosso do Sul vislumbramos que a formação de professores em 3º grau teria a necessidade imperiosa de conhecer as possibilidades do lazer nas ações comunitárias, na vida pessoal do grupo e nas relações com a sociedade do entorno onde vivem. E a escolha não poderia ser outra, pois, concomitante aos conteúdos lúdicos, desafiante e cooperativos, o lazer possibilita, embora não garanta, ampliar as inter-relações intra/entre/extra aldeias. Nesse sentido, entendemos que, ao expor as interdependências sociais por meio de diferentes atividades lúdicas, os organizadores da aldeia, das aldeias vizinhas ou do município, assim como os participantes, arrebata uma força singular, cujo poder pode sim unir um povo em seus valores, no modo de ser, ou na identidade cosmológica. Esse empoderamento consubstancia-se nas relações humanas e tem chance de ficar mais robusto diante de situações de lazer que vinculem as pessoas às suas identidades, a uma causa ou a um fato social que necessite de luta coletiva.

Esse foi o pensamento apresentado à equipe do Curso *Teko Arandu* (coordenadora, assessores, professores e indígenas/alunos), conforme proposta esquematizada na Figura 1.

Figura 1. Esquema para Estudos do Lazer, na Área Linguagens/*Teko Arandu*.

Fonte: Apresentação área Linguagens/Estudos do Lazer (VINHA, 2008)

Dialogando com aquela plateia de 2008, o principal argumento foi acerca da inter-relação entre as línguas, as diferentes linguagens e a comunicação intercultural. A “linguagem corporal” serviu para explicar que, embora tenhamos um corpo único, biológico, específico da espécie humana, temos corporeidades tão diferentes quanto as sociedades humanas. Foram rememorados os “gestos” desordenados da criança, os quais de pouco valem para a vida social, pois eles precisam se tornar “gestos culturais”, ou seja, transformar-se em motricidade significativa. Isto seria um processo de compreensão da linguagem corporal com os significados próprios de uma ordem social, de uma coletividade, assim como conhecer gestos universais, a exemplo dos esportivos, das danças, dentre muitos outros.

Naquela oportunidade, também foi exposta a proposta de planejamento para o componente curricular “Estudos do Lazer”, inspirado em Marcellino (2005). Explicou-se a abrangência desse campo de conhecimento da Educação Física, destacando os estudos que propõem o lazer desenvolvido em seis áreas de atividades, a saber: *Atividades físicas*

(esportes, caminhadas, pesca, caça, dança, luta, práticas corporais do grupo e de outros povos); *Atividades intelectuais* (leituras, visitar bibliotecas, debates, cursos, entre outras); *Atividades Turísticas* (passeios nas aldeias de parentes, viagens, entre outras); *Atividades Sociais* (roda de tereré, bailes, conversas, entre outras); *Atividades Artísticas* (teatro, grupo de músicos, pinturas, entre outras); e *Atividades Manuais* (confeção de colares, crochê, arco e flecha, roçadas, consertar a casa, entre outras). Embora a referida sistematização apresente indicações, ressaltamos ser possível promover deslocamentos de áreas, de atividades e, inclusive, propostas de reorganização. Outro fator de destaque é que o estudo proposto por Marcellino (2005) vem de uma matriz teórica em que há distinção entre trabalho e lazer, condição não usual entre os Guarani e Kaiwá.

Na continuidade da exposição, o lazer foi apresentado como atividade que proporciona qualidade de vida, compondo o conceito de saúde e destacando o lugar atribuído a ele na Constituição de 1988. O autor lembra que, no período de 1970 a 1980, dizia-se que o lazer “alienava”, isto é, deixava as pessoas esquecidas da luta por transformações sociais, ficando embebecidas e ausentes socialmente, devido às práticas esportivas. Mas, de 1980 para cá, os estudos retomaram o valor do lazer, principalmente para o desenvolvimento pessoal e social, no sentido de qualidade de vida, de ser crítico e de buscar a transformação da sociedade (MARCELLINO, 2005).

Sendo o lazer tão significativo, indagou-se ao grupo de indígenas-professores presentes à exposição: em qual sentido o *tekoha* (território) pode ser um espaço para o lazer? Em qual sentido o *teko* (*cultura, modo de viver*) precisa reorganizar o tempo para o lazer, hoje vivendo de forma intercultural, com o trabalho assalariado nas usinas de álcool, como professor ou vendedor, entre outros? E quanto à *ñe’ë* (língua guarani) – como linguagem corporal – qual seria o alfabeto do corpo guarani e kaiowá? Frisou-se que o lazer, para as etnias guarani e kaiowá, depende do *tekoha* e do *teko*, pois se trata de um povo que vive em luta por seu território, e, assim sendo, pode ter o lazer como um instrumento, além de tê-lo como direito social.

Na continuidade da exposição foi destacada a questão da “linguagem midiática e o lazer”, exemplificando com o futebol – esporte considerado uma linguagem universal. Na comunidade, no entanto, deveriam ter o cuidado para oferecer outros tipos de atividades de lazer, como citado anteriormente, assim como envolver as várias gerações para desfrutarem de atividades lúdicas

diversificadas. Observamos também que muitos dos valores corporais atuais são construídos pela “indústria cultural” e reforçados pelas mídias (visual e falada). E tal fato requer ser compreendido para que possam contrapor à leitura da corporeidade guarani e kaiowá. Para tanto, os estudos seriam realizados junto ao professor de língua guarani.³ Para executar todas essas propostas, o componente curricular “Estudos do Lazer” organizaria um estudo sobre como planejar, executar e avaliar projetos de lazer realizados nas aldeias. Além de orientar sobre a busca por recursos públicos.

Como se observa a seguir na Figura 2, para fechar o diálogo proposto pelo componente curricular, foi mostrada uma “rede temática” com algumas correlações entre lazer e temas significativos para os Guarani e Kaiowá, tais como: água, territorialidade, mata (fauna e flora), mão de obra indígena, bebidas alcoólicas e outras drogas, desestruturação familiar e cultural, gestão comunitária e identidade. E algumas perguntas ficaram pairando: *O que os Guarani e Kaiowá almejam para seus povos? E em que os estudos do lazer podem contribuir para fazer intervenções na comunidade?*

Figura 2. Rede Temática e as inter-relações com lazer.



Fonte: Apresentação área Linguagens/ Estudos do Lazer (VINHA, 2008)

3 Foi realizado um trabalho conjunto e, em decorrência, foram publicados dois livros tratando da corporeidade Guarani e Kaiowá: Martins e Chamorro (2011), ambos professores do referido curso.

Para nosso encantamento, afetivo e intelectual, a maioria das perguntas foi respondida no decorrer das etapas da componente curricular, de forma que há muitos dados escritos, em documentos particulares, sobre os desdobramentos dessa rede temática. Desse acervo de fonte primária, selecionamos a questão do *alevezar* – neologismo trazido das fontes primárias, significando “lazer” (VINHA; ROSSATO, 2009).

Nesse contexto, emergiu a questão do tempo e do espaço, conceitos denominados apenas pela palavra *ára* – expressão da língua guarani significando tempo-espaço de forma inseparável. Recorremos a Borges (2002), estudioso do tempo *Mbya*⁴ (subgrupo do tronco Guarani), que explica que essa etnia categoriza seu viver em “tempo instituinte” e “tempo instituído”. Tempo instituinte refere-se ao “tempo primário”, que se estrutura e funciona no imaginário de todas as sociedades e tem por base o tempo cósmico. Por sua vez, o tempo instituído é local, é socialmente produzido, permeia o cotidiano das sociedades e das pessoas. O tempo instituído atravessa o corpo físico e a sociedade, ocorrendo na linguagem, nos rituais, na pesca, na caçada, dentre outros.

Dialogando com os dados das fontes primárias e do estudo realizado por Borges, compreendemos que o tempo-espaço de lazer guarani e kaiowá ocorria no “tempo instituído”, guiado pelo “tempo instituinte”. Dito de outra forma, eles seguiam suas vontades e culturas, mas sob o desígnio cosmológico.

Outro aspecto ressaltado durante os estudos do componente curricular foi a necessidade de compreender como os alunos kaiowá e guarani compreendiam “ócio”, “recreação” e “lazer”. Assim, durante as aulas no Curso de Licenciatura Intercultural foi solicitado ao grupo, de aproximadamente 50 alunos, que discutisse na língua guarani os três temas.

Os alunos explicaram que “ócio” é algo que trouxe para eles, indígenas, a visão pejorativa de ser preguiçoso, pois viviam no ócio. Mas, na visão deles, essa condição, ou estado de preguiça, acontece “de verdade com a pessoa recém-casada”, que está preguiçosa porque já está no último de suas forças, ou quando a pessoa vai jogar bola e não chega na hora certa (VINHA; ROSSATO, 2009, p. 6). Ócio significa também “sem fazer nada”; “o começo do cansaço”; “não ficar agitado”; “ter tempo para pensar”, dentre outros, explicaram eles (TEKO ARANDU, 2009).

4 *Mbya* é uma das parcialidades da nação Guarani que habita, principalmente, o litoral brasileiro.

Sobre a expressão “lazer”, os indígenas-professores o entendiam como a condição de estar “desamarrado”, “solto”, “alegrar-se”, “lugar de brincar”, “brincalhão”, “espontâneo”, dentre outras. E, sendo perguntados sobre como entendiam “recreação”, responderam que significava “brincadeira”, “lugar de diversão”, “lugar de barulho”, “lugar de expressão”, “*alevezar* o corpo”, dentre outros. Foi nesse questionamento que apareceu o neologismo *alevezar* (TEKO ARANDU, 2009).

Com o mote da expressão *alevezar*, Vinha e Rossato (2009)⁵ descobriram que não havia no dicionário Houaiss (2001) nenhum registro desse neologismo. Optaram, então, por “buscar em “leveza” e “leve+eza”. Os resultados foram os significados etimológicos – “frescor”, “delicado” e “singelo”. Para nosso deleite, essas três expressões remetem ao estado ideal de comportamento e de sentimento guarani e kaiowá, quais sejam: não ser violento, não ser pesado moralmente, não ser arrogante ou “quente”, no sentido de ficar sempre na defesa/ataque, não ser duro ou intransigente, mal-humorado e impaciente. *Alevezar* remeteu também para a ligação dos Guarani e Kaiowá com o mundo espiritual, podendo ser uma condição ou estado de auto sublimação, uma das grandes metas dos rezadores (caciques), os *ñanderu*. Esses rezadores, ao praticarem um conjunto de determinadas rezas, danças ritualísticas e dietas alimentares específicas, por vários dias, podem *alevezar* o corpo a tal ponto que, assim, conseguem se autotransportarem ao ‘céu’ explicou Rossato (2002). O acréscimo da letra “a” ao verbo (a + leveza + r) remete para “tornar(-se) leve”, dentre outras possibilidades não tratadas no presente ensaio.

Sobre “trabalho e lazer”, associação recorrente em vários autores que estudam lazer, as respostas dos indígenas-professores foram unânimes: ficou de fora, sequer foi citado! Mesmo vivendo um momento intercultural com a chegada do trabalho assalariado em empresas ou como funcionários públicos, não associaram os dois temas, fato a ser desdobrado em outras pesquisas, explicaram Vinha e Rossato (2009).

5 Vinha como profissional de Educação Física e Rossato como indigenista com formação em Jornalismo.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Indígenas e os Guarani e Kaiowá

Com o tema oficial “Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas: Direito e compromisso de todos – consolidar avanços e enfrentar desafios”, foi realizado o “I Fórum do Projeto de Políticas Públicas para os Povos Indígenas” (FOPPELIN, 2015). Nos meses anteriores, foi realizado um “Encontro Preparatório” para assumirmos a responsabilidade como “mediadores durante o FOPPELIN”. Assim, reuniram-se representantes das etnias, lideranças políticas, pesquisadores, equipes do Ministério do Esporte/SNELIS e do Grupo Corpo, Educação e Cultura – COEDUC/CNPq/UFMT-Campus Cuiabá – para a elaboração de um documento que traduzisse os anseios desse segmento populacional acerca do esporte e lazer. Para sistematização das propostas demandadas por indígenas, os eventos foram organizados em quatro eixos temáticos: Eixo 1- Esporte, Lazer e Desenvolvimento Sustentável; Eixo 02- Esporte, Lazer, Cultura e Território; Eixo 3- Esporte de Alto Rendimento e Atletas Indígenas; e Eixo 4- Esporte, Lazer, Saúde e Educação.

Devido à amplitude dos temas tratados e por reconhecer a questão da terra como central para os indígenas guarani e kaiowá do Mato Grosso do Sul, optamos por refletir, neste ensaio, sobre o Eixo 2- Esporte, Lazer, Cultura e Território. Para tanto, fizemos um recorte teórico nesse eixo e focamos as possíveis inter-relações entre lazer e território.

Foi muito significativa a participação indígena no Fórum! Ressaltamos também o processo ético e competente da equipe de trabalho, composta por profissionais do Ministério do Esporte/SNELIS e da Universidade Federal de Mato Grosso/COEDUC, bem como por convidados de outras Instituições de Ensino Superior do país. Os coordenadores dos quatro grupos de estudos receberam perguntas norteadoras para encaminhar as demandas indígenas, a saber: *O que o grupo compreendeu sobre a temática do eixo? Quais reflexões e sugestões sobre as ações e iniciativas apresentadas na mesa temática? Quais experiências vividas pela comunidade? Que novas iniciativas/ações podem ser implementadas?*

Destacando o Eixo 2, apresentamos as propostas consolidadas no Quadro 1.

Quadro 1. Demandas do Eixo 2

1. Garantir a demarcação, homologação e desintrusão das terras indígenas;
2. Incentivar as práticas corporais indígenas a partir da Lei de Incentivo ao Esporte;
3. Propiciar a confecção dos materiais para os jogos tradicionais;
4. Elaborar carta com o posicionamento contrário à PEC 215-2000;
5. Buscar alternativas para incentivos de emendas parlamentares que atendam a projetos dos povos indígenas;
6. Criar a figura do “Agente indígena do esporte e lazer”, que possibilite harmonizar e organizar as atividades em localidade onde haja diferenças internas ou embates/disputas entre lideranças;
7. Ampliar a divulgação das ações intersetoriais e seus respectivos programas sociais junto à comunidade indígena por meio das rádios locais, redes sociais;
8. Utilizar a formação dos programas sociais de esporte e lazer (PELC, PST) para qualificar a sistematização das outras atividades dos povos indígenas e da formação de pessoal da própria comunidade;
9. Implementar ações que permitam que os programas sociais de esporte e lazer possam ser inseridos em territórios que estão em processo de reconhecimento ou em conflito, pois essa ação contribui com o fortalecimento identitário desses povos;
10. Elaborar documento ao Ministério da Justiça de manifesto pela proibição do uso da matéria-prima para comercialização. Faz-se necessária a criação de políticas públicas para legalizar a comercialização dos artesanatos indígenas e incentivo para criação e reprodução da fauna e flora para esses fins;
11. Realizar oficinas nas aldeias para trabalhar as manifestações e brincadeiras culturais ofertando alternativas para a utilização da matéria-prima (materiais artificiais/alternativos);
12. Implementar mecanismos de articulação dos diferentes povos indígenas, como: realizar o mapeamento das entidades representativas dos índios e institucionalizar as ações dos mediadores estaduais;

13. Incluir modalidades “esportivas” indígenas nos programas governamentais;
14. Criar um fundo de financiamento do esporte, com um percentual para os povos indígenas;
15. Criar a caravana de recreação de esporte e lazer;
16. Incluir as atividades desportivas na grade curricular das escolas indígenas;
17. Garantir o reconhecimento material e imaterial das práticas dos povos indígenas pelo IPHAN de acordo com a cultura de cada povo;
18. Promover ações que permitam organizar equipes indígenas de esporte regional;
19. Facilitar a execução de campeonatos regionais adequados para práticas esportivas;
20. Definir territórios etno-esportivos e de lazer indígenas;
21. Garantir a tradução em pelo menos uma língua indígena nos instrumentos de divulgação das políticas públicas para os povos indígenas; e
22. Garantir ações de valorização dos idosos dentro dos programas de esporte e lazer indígenas

Fonte: FOPPELIN, 2015

Alevezar e as Demandas por Lazer e Território – Reconhecimento

Rossato (2002) explica que, apesar da consciência dos males que assolam a terra, o povo Guarani ainda busca uma terra tranquila, “fria”, no sentido de ausência de enfermidades e de conflitos violentos. Como essa busca ainda não se concretizou no mundo terrestre, os indígenas buscam-na no mundo espiritual, por meio da reza. Segundo a autora, apesar de se refugiarem numa busca espiritual, os Kaiowá e Guarani ainda não desistiram de encontrar uma terra real, em que possam expressar seus modos de ser. A atual situação desse povo é de confinamento, termo que expressa uma condição de perdas ou limitações de suas terras, movidas por relações de poder assimétricas estabelecidas pelas elites econômicas da região em que viviam/vivem.

A violência externa a que estão submetidos os Guarani Kaiowá e a própria violência interna em suas aldeias são questões complexas. Atualmente, eles estão aldeados em pequenas extensões, num total aproximado de 31 aldeias, distribuídas em 19 municípios, no sul de Mato Grosso do Sul. O dia a dia desse povo está marcado por um panorama de violência, com assassinatos de líderes indígenas que lutam pela retomada das suas terras, por estupros de mulheres, realizados pelos próprios indígenas e por não indígenas, por suicídios individuais, dentre outros fatores. Embora as agências nacionais e internacionais, as redes sociais e as diversas organizações de direitos humanos clamem por justiça, parece haver uma apatia e morosidade do poder público e das pessoas ao redor, todos se sentindo de “mãos amarradas”.

Nesse contexto, visualizamos a importância da formação de agentes indígenas de esporte e lazer, esboçado na proposta do componente curricular em 2008. Dialogando com esse passado muito presente, recorreremos às reflexões do indígena Gerssem Baniwa, ou Luciano (2015), proferidas durante a realização do FOPPELIN (2015) e anotadas⁶ por Vinha, durante a Mesa de Debate sobre as questões de sustentabilidade, relativas aos eixos em estudo. Segundo ele, o conceito de política pública é complicado. “O que é política pública?” Há o campo governamental, por ser uma política pública de Estado, e há o que deve vir das demandas dos povos indígenas, argumentou ele. Naquele contexto do Fórum, Luciano entendeu que pensar uma política pública dos povos indígenas para esporte e lazer é uma demanda indígena sim. Mas possui um desafio.

Toda política pública é de intervenção, de incidência, e isso não é só negativo, explicou Baniwa. A intervenção pode seguir dois caminhos: “uma de fortalecer as nossas vidas na cultura, enriquecer e somar ao que já temos de bom; mas pode também ser destruidora de valores da cultura.” Portanto, o palestrante destacou que é preciso tomar cuidado para que as ações de intervenção não sejam nocivas, de invasão negativa, de destruir as coisas boas, a cultura, os recursos imateriais e materiais e os valores.

O autor considerou importante refletir acerca dos diferentes conceitos de esporte e lazer. E exemplificou com dados do seu povo, os Baniwa. Na língua deles, as práticas de esporte e lazer sempre se referem

6 Registros manuscritos pessoais. Até a presente data não localizamos a publicação na íntegra da palestra proferida por Luciano.

às práticas pedagógicas e não somente para diversão! São, portanto, práticas de aprendizagem, de lição, uma função de vida. Estão sempre associadas ao que é muito importante para o viver, e pouco se fala no processo de colonização. E isso é fundamental, porque um dos princípios fundamentais para os povos indígenas é a expressão da abundância e suficiência da vida, “senão os indígenas não festejam, não comemoram quando não tem motivo.” O bem-viver, o território, a caça, as famílias, a pesca, a brincadeira tornam-se uma expressão da alegria. “Não somos capitalistas, somos da reciprocidade.” Daí a importância do território, do espaço, mas não é para acumular, afirmou ele. “Nunca vi um índio com muito dinheiro, riqueza não faz parte da nossa cosmologia.”

Na sequência, Luciano (2015) destacou que qualquer política de Estado requer alguns pontos para seu êxito, quais sejam: (i) toda política pública para povos indígenas depende da relação entre os povos indígenas e o Estado; precisa de respeito e confiança, principalmente no protagonismo. “Hoje, há respeito ou desconfiança com a atuação dos agentes do Estado?” – indagou a todos os presentes. Não se constrói se não houver confiança, respeito entre as sociedades dos povos, com suas cosmologias bastante distintas; e (ii) essa política precisa estar enraizada, “palavra difícil de entrar na cabeça dos gestores públicos”, porque há um “princípio de pensar generalista”, não se pensa “para quem é essa política.” E os indígenas entram a reboque. Daí vem a palavra “inclusão”.

Baniwa lembrou que a palavra inclusão vem do século passado, com o assistencialismo da colonização e da assimilação. O que os indígenas precisam e querem é que haja uma política saudável, sustentada por uma visão moral, resumida na palavra: reconhecimento! “Precisamos ser reconhecidos para acabar com a visão generalista”, para afirmar as identidades, porque “se assim não for, elas vão negar e destruir nossas culturas.”

Sobre o esporte e o lazer há o risco de associá-los ao mercado financeiro, destacou o palestrante. Mas para os povos indígenas, esporte e lazer estão associados à sociabilidade e ocorrem em situações em que, por exemplo, uma família visita a outra, sendo que, às vezes, dura muito tempo, de 20 a 30 dias permanecendo na casa do parente. “Visitar parentes é lazer, festa, comemoração.” Não tem por objetivo levar e trazer recursos financeiros, por isso, é preciso cuidado com o esporte como produto mercadológico. Ele não é da nossa sociedade, explicou Gersem. Lazer e esporte são cósmicos. É corporal e em franco relacionamento com o cosmo, com

os espíritos, com os animais, relacionando-se com todos os seres. Pode-se transformar uma atividade de futebol num evento cósmico. Tudo o que Baniwa disse no Fórum refere-se às “políticas com sustentabilidade”, solicitando que não nos esquecêssemos disso.

A fala de Baniwa, publicação por Heinen (2015, p. 1), enfatiza que:

Se é celebração, a dinâmica da vida vem sendo celebrada! É importante, então, nunca dissociar essas atividades, essas lutas por políticas de esporte e lazer, das outras lutas que são as chamadas lutas finalísticas, as lutas vitais, por exemplo, a garantia do território, a garantia da sustentabilidade econômica, a sustentabilidade sociocultural e espiritual, que nunca podemos esquecer.

No recorte exposto apresentamos uma parte da discursividade elaborada por Baniwa, vindas dos registros pessoais e de publicação *online*, para dialogar com a reflexão acerca dos Guarani e Kaiowá, a partir das fontes orais obtidas junto aos indígenas-professores em formação. Para que o lazer tenha seu espaço e significado entre eles como política pública é importante observar a trilogia composta: pela (i) terra, ou *tekoha*, como lugar geográfico, transformado de acordo com a cultura, que lhe atribui significados e sentidos, designando-a “territorialidade”; pela (ii) cultura, ou *teko*, constituída por valores e práticas continuamente permeadas pela espiritualidade; e pela (iii) língua guarani, *ñe’ẽ*, responsável por traduzir as “belas palavras” em força política interna de coesão grupal. Essa trilogia articula-se em um modo de ser denominado *ñande reko*, significando “nossa vida” ou “nosso jeito de ser e de viver, segundo os nossos costumes e tradição.” Essas três instâncias de relações de poder internas são constitutivas de suas identidades. Sem a complexidade desse universo do povo Guarani, consideramos inconsistente qualquer tipo de intervenção vinda do Estado, por meio de políticas públicas.

E o componente curricular “Estudos do Lazer”, iniciado em 2008, permaneceu no currículo do Curso *Teko Arandu* até o ano de 2010, quando foi excluído, sem nenhuma notificação. Em seu lugar entraram dois componentes curriculares comuns à Licenciatura em Educação Física: educação física na escola e esportes coletivos e individuais. Ficou a memória, e as fontes gradualmente deixaram de ser orais, pois as estamos registrando em artigos científicos. E *alevezar*, expressão jamais imaginada por nós, cujo significado singular e complexo até hoje nos inquieta e nos

leva a pensar, a escrever, a organizar projetos que contribuam para que eles se organizem para encontrar aquele estado de leveza e de interação cosmos-mãe terra.

Considerações Finais

Este ensaio teve por objetivo apreender o processo de manifestação do interesse por lazer, em contraponto ao reconhecimento de um estado pessoal e social tradicionalmente presente no *ethos* da etnia guarani e kaiowá. Para elucidar tal objetivo, problematizamos a dúvida da seguinte forma: *O documento “políticas públicas” sustenta as perspectivas dos Guarani e Kaiowá acerca da dualidade lazer e território?*

Entendemos que, se houver reconhecimento da diferença cultural e com ela o respeito e o diálogo para que prepondere a compreensão de protagonismo, mesmo que permeado pela interculturalidade, é quase certo que uma política pública de esporte e lazer venha a ser aplicada e valorizada como uma conquista social de fato, extensiva a todas as etnias brasileiras! Haja vista que ela está há quase 30 anos definida na Constituição brasileira.

O fato mais recorrente, no caso dos Guarani e Kaiowá, a questão da terra, embora comum à maioria das etnias, nos autorizou a destacar do documento FOPPELIN, dentre as demandas indígenas registradas no Eixo 2, os seguintes fatores: garantir a demarcação, homologação e desintração das terras indígenas; e elaborar uma carta⁷ de cunho político e com o posicionamento de repúdio à PEC 215-2000.

A posse das terras ancestrais dará suporte para que os Guarani e Kaiowá selecionem, coíbam ou aceitem propostas de melhorias em suas vidas, enraizadas no ñande reko (modo de vida). Assim, as perspectivas de acertos da política pública de esporte e lazer para esses indígenas dependem do reconhecimento de sua cosmologia e da realidade brutal que os assola. Da nossa parte, compreendemos que o componente curricular “Estudos do Lazer” plantou uma semente, deu nome a um sonho, o qual está próximo de se realizar com o incentivo à formação de agentes indígenas de esporte e lazer.

7 Publicada em: <<https://foppelin.wordpress.com/2015/04/15/carta-do-primeiro-forum-nacional-de-politicas-de-esporte-e-lazer-para-os-povos-indigenas-foppelin/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016

De forma geral, a contribuição deste texto traz a mensagem do nosso trabalho e das nossas aprendizagens nas duas últimas décadas, junto aos Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Estamos certas de que o lazer oferece empoderamento para que a luta por transformações sociais se consubstancie e fortaleça os Guarani e Kaiowá, possibilitando-lhes, também, *alevezar* o corpo e o espírito, como condição de bem-viver.

Referências

BORGES, Luiz C. Os Guarani *Mbyá* e a Categoria Tempo. **Revista Tellus**, Campo Grande: NEPPI/UCDB, ano 2, n. 2, p. 105-122, abr. 2002.

BRASIL. Constituição da República, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 de janeiro de 2016.

HEINEN, Maira. Etnias indígenas vão a Cuiabá defender respeito aos direitos fundamentais. Empresa Brasileira de Comunicação, Brasília, 08.04.2015. Disponível em: <<http://www.amambainoticias.com.br/politica/etnias-indigenas-vaio-a-cuiaba-defender-respeito-aos-direitos-fundamentais>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

HOUAISS, A. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro; Editora Objetiva, 2001

FOPPELIN. **I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Indígenas**. UFMT - COEDUC, 2015.

LUCIANO, Gersem dos S. (Baniwa). **Esporte, Lazer, Território**. Apontamentos pessoais durante o FOPPELIN, 2015 (não publicado).

MARCELLINO, Nelson C. **Estudos do Lazer** – uma introdução. Campinas: Editora Papirus, 2005.

MARTINS, Andérbio e CHAMORRO, Graciela (Orgs.). **Língua, arte e lazer uma contribuição à formação de professores/as indígenas guarani e kaiowá no MS**. São Leopoldo/RS: Oikos, 2011.

ROSSATO, Veronice Lovato. Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul – “Será o letrao ainda um dos

nossos?”. 2002. 185p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

TEKO ARANDU. **Tarefas do Tempo Comunidade** - etapas 2008 - 2009. Fonte: Acervo Curso Licenciatura Intercultural, UFGD/ Faculdade de Educação, Dourados: Mato Grosso do Sul, 2009 (não publicado).

VINHA, Marina; ROSSATO, Veronice L. Para *alevezar* os guarani e kaiowá. In: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador – civilização e contemporaneidade. **Anais...** Recife, 2009.

Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN: diálogos com a questão do corpo e da saúde

Tadeu João Ribeiro Baptista

Introdução

No final de 2014, fui convidado pela Professora Dra. Beleni Grando, da UFMT, para participar do Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN, como intelectual. O mesmo se deu em dois momentos. O primeiro, com a preparação dos Mediadores indígenas, o qual aconteceu no final de janeiro de 2015, e o segundo, no próprio FOPPELIN, ocorrido em Cuiabá, em abril de 2015.

Durante esse processo, coube-me ajudar na coordenação de algumas discussões sobre os temas que se tornavam relevantes ao longo do processo, os quais foram apresentados por proposição da coordenação do fórum, ou pelos próprios povos indígenas. Nesse momento, foi possível me aproximar de algumas temáticas e fazer observações importantes a respeito de alguns temas que acabaram se destacando em minha leitura. Esses temas serão tratados a partir de três enfoques centrais. O primeiro trata-se de fazer um breve relato das percepções quanto ao Fórum, começando por uma rápida exposição sobre a minha aproximação com as questões indígenas. A segunda parte faz uma discussão sobre a questão do corpo e da corporalidade indígena, ainda que ligeiramente, e, por último, reflito sobre a relação que consigo estabelecer entre as políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas e a dimensão da saúde.

Percepções de um não indígena a respeito do FOPPELIN

A minha inserção com a temática indígena se deu inicialmente pela orientação de uma aluna de graduação que desenvolveu como tema a questão do povo Karajá de Aruanã/GO, o qual foi publicado recentemente (SILVA; BAPTISTA, 2014). Após esse período, participamos do III Seminário Nacional Corpo e Cultura,



promovido pelo Grupo de Trabalho Temático Corpo e Cultura, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – GTT/CBCE, em 2011. Lá, discutimos a questão do corpo em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos). Posteriormente, participamos do V Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas, em Vitória, em 2013, no qual procurei tratar a questão do corpo dos povos indígenas e as suas relações com a questão da saúde.

Essas aproximações sucessivas foram realizadas com a ajuda das Professoras Beleni Grando, Joelma Alencar e Marina Vinha, as quais se tornaram grandes parceiras na compreensão do que é a cultura e a forma de educar e organizar cada um dos povos indígenas. Tal forma de organização de cada povo, em seu contexto particular ou no seu contexto universal, da luta dos povos indígenas como um todo, foi se destacando, principalmente, ao ouvir uma indígena dizendo em Brasília: “Os brancos falam em nosso nome. Quem deu a eles esse direito? Eles não me representam”.

Essa fala demonstra não só a necessidade, mas o protagonismo indígena manifesto em cada argumentação, solicitação e contestação apresentada por eles nas duas oportunidades: Brasília e Cuiabá. Contudo, compreendo também que do ponto de vista das questões mais diretamente relacionadas à ideia de esporte e lazer, a maneira indígena de encará-los demonstra, por um lado, a lógica dos povos em lidar com a questão do lazer e das práticas corporais e, por outro lado, certa adesão à perspectiva da indústria cultural, na perspectiva capitalista, ao promover a racionalidade instrumental do esporte hegemônico.

Consideramos a ideia de lazer a partir das propostas apresentadas por Dumazedier (1980) e Marcellino (1996) de que, em certa medida, ele se contrapõe ao momento de trabalho e de obrigações de cada pessoa. Ou seja, um membro de um grupo só tem acesso ao lazer depois de cumprir com todas as suas obrigações vinculadas ao trabalho, à própria educação, seja dele mesmo ou de seus descendentes, aos cuidados com o seu corpo e a sua saúde, aos “rituais transcendentais”¹, entre outros.

1 O termo “rituais transcendentais” foi posto entre aspas, porque, de acordo com a compreensão desse, se dá por formas de se estabelecer diferentes ritos e processos que se constituem na relação entre a pessoa, ou o grupo com as divindades, sejam elas várias ou uma única. De forma geral, essa compreensão poderia apontar para a ideia de religiosidade, mas, por falta de aprofundamento do tema, optamos por usar a ideia de rituais transcendentais para expressar essa importante ligação entre humanos e a(s) divindade(s) na(s) qual(is) acredita(m).

Do ponto de vista da sociedade capitalista, a contraposição entre trabalho e lazer faz sentido, inclusive porque, na racionalidade instrumental promovida por esse modo de produção, o trabalho é um elemento soberano e – por que não dizer? – ontológico (BAPTISTA, 2013). Pelo trabalho é que nos tornamos humanos. Mas o fato é que os povos indígenas apresentam outra lógica.

Aparentemente, a separação entre trabalho e lazer não está presente nos povos indígenas, na maior parte das atividades. Ao adotar os conceitos de Dumazedier (1980) e Marcellino (1996), a perspectiva de proposta de lazer oferecida por eles parece não ser suficiente. Muitas das atividades parecem assumir a dimensão, simultaneamente, lúdica e formativa dentro das atividades cotidianas. Lúdicas, porque possibilitam a realização de práticas vinculadas ao prazer. Formativas, porque as ações realizadas parecem estar vinculadas à formação da identidade de cada um dentro do seu povo. Desse modo, as atividades adquirem o caráter lúdico formativo.

Assim, quando um indígena participa de algumas práticas corporais inerentes ao seu povo, como a corrida de toras ou atividades com arco e flecha, ele não está simplesmente realizando uma atividade de lazer, mas está se inserindo no contexto de seu grupo e constituindo a sua identidade. Não se torna fácil tratar uma oposição trabalho/lazer nesse processo, pois aquilo que ajuda a aproveitar o tempo livre também faz parte do trabalho e das atividades cotidianas.

Do outro lado, algumas práticas presentes nas aldeias parecem fazer parte das influências da sociedade não indígena com o direcionamento para a prática do esporte, sendo um dos exemplos mais fortes o futebol. Isso não significa que o futebol não possa ser praticado, mas, sim, que traz para dentro de outras práticas uma lógica de esportivização, prática de querer transformar todas as práticas corporais em esporte das práticas realizadas por eles. Essa esportivização traz uma série de características, como a sobrepujança, a regulamentação, a organização e, principalmente, a noção de competição.

Essa perspectiva se faz presente, entre outras coisas, na realização dos Jogos Indígenas. Embora haja atividades de integração e aproximação entre os povos, existem sempre as competições, que são inerentes a esse tipo de prática. Essa é forma de se constituir a lógica da Indústria Cultural, a qual se apropria de vários elementos da cultura de massa, mesmo considerando que a cultura de massas entre os povos indígenas seja muito diversificada, como é o caso das práticas corporais realizadas

pelos indígenas. Talvez uma maneira de evidenciar isso seja pelo uso do termo “futebol de cabeça”, usado pela mídia para designar a prática corporal indígena do *Xikunahiti*, na língua Pareci da família Aruak, povo que mora perto de Cuiabá, na Região de Tangará da Serra. Essa seria uma demonstração de que as práticas próprias de cada povo são assimiladas pela indústria cultural para que possam ser reconhecidas pelos não indígenas e, posteriormente, gerar lucros. Desse modo, seja pela esportivização em si ou pela exposição e espetacularização, que comenta Debord (2003), a apropriação das práticas corporais indígenas traz essas práticas do contexto da cultura de massas para o cerne da indústria cultural.

Outro ponto importante para se pensar trata-se do contexto do esporte e lazer indígena. Independente de eles terem práticas que lhes sejam próprias ou não, aderirem ou não à perspectiva esportiva não indígena, como seres humanos que dialogam com diferentes culturas, eles precisam ter políticas públicas que lhes sejam direcionadas. Nesse aspecto, o FOPPELIN foi um avanço significativo no trato existente entre os povos indígenas e o governo federal.

Destaca-se a possibilidade de os próprios povos indígenas dos diferentes estados brasileiros terem condições de se organizar e de conversar diretamente com o Ministério do Esporte, estabelecendo os critérios necessários para que a sua cultura possa ser preservada, ao mesmo tempo em que interage com outras práticas corporais. Igualmente, ressalte-se a importância de ter como ponto de diálogo os diferentes programas do Ministério que podem ser acessados por eles, desde o Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC, o Programa Segundo Tempo, até as políticas voltadas para o alto rendimento.

Quanto ao alto rendimento, vale um comentário baseado nas observações feitas ao longo do Fórum. O fato de os povos indígenas se pautarem por uma lógica coletiva, com a construção de sua identidade relacionada ao grupo de referência e o respeito aos mais velhos e lideranças, complica a prática de esportes de alto rendimento, que exige foco na individualidade, afastamento dos grupos de origem para treinamento e o desenvolvimento de uma lógica de prática de trabalho/lazer diferente daquela que os indígenas estão acostumados. A maneira como a prática esportiva é sistematizada, aparentemente, se contrapõe ao processo de formação da identidade indígena e, provavelmente por isso, é tão difícil encontrar indígenas entre os atletas de alto rendimento no Brasil.

Contraditoriamente, durante o Fórum, houve mesas que trataram da temática do alto rendimento, demonstrando que, além das dificuldades de os indígenas se inserirem no processo de treinamento dessa modalidade, existe o desejo de inserção em tal prática por, pelo menos, dois motivos, que foram percebidos ao longo do FOPPELIN. O primeiro, por ser entendido como um direito dos povos indígenas de participarem das práticas esportivas de alto rendimento. Segundo, porque essa seria uma forma de se dar visibilidade às diferentes capacidades e habilidades dos povos indígenas, assim como tal exposição poderia servir para apresentar as diferentes pautas das causas indígenas. Destarte, a prática de esportes pelos povos indígenas poderia contribuir para um processo de luta mais ampla em relação à agenda apresentada por eles.

Para além de todas essas questões, é importante pensar também as práticas de esportes e práticas corporais indígenas a partir da relação com o corpo e a corporalidade.

Corpo e Corporalidade: diálogos com os povos indígenas

Tratar a questão do esporte e do lazer na perspectiva do corpo e da corporalidade dos povos indígenas é estabelecer sentidos e significados a partir de uma perspectiva diferente da que está presente na sociedade capitalista ocidental. A ideia de imanência e transcendência presente entre esses povos faz do corpo algo não apenas imanente, mas, também, transcendente. Pelo corpo se acessa a alma.

Mas não há como pensar no processo de dicotomia do corpo. Esse é um equívoco herdado dos gregos e que ainda não foi superado na cultura ocidental. Por isso, temos trabalhado com a ideia de que o corpo é a expressão material/espiritual na natureza/cultura. A referida compreensão de corpo se justifica por dois elementos. O primeiro, por não haver como estabelecer uma separação entre corpo e consciência no ser humano. Por isso, temos trabalhado com a perspectiva de um corpo da consciência/consciência do corpo (BAPTISTA, 2013). Corpo da consciência, porque, de certa forma, é objeto para a consciência. Tanto é verdade que a consciência humana reconhece o corpo em fotos, vídeos e outros. Ao mesmo tempo, é consciência do corpo porque é o *locus* de existência da consciência. Não existe uma

consciência pairando no ar, e o seu lugar, inclusive de se manifestar e constituir os objetos, realizar trabalho e compreender a realidade a partir do concreto pensado, é o corpo.

Essa compreensão se fundamenta na perspectiva marxista da interação entre o corpo orgânico e inorgânico (MARX, 2010). O corpo orgânico se constitui no próprio corpo do ser humano, nos seus ossos, na sua face, na sua constituição e nos seus órgãos. O corpo inorgânico está posto na natureza. Essa natureza diz respeito a tudo o que é externo ao corpo orgânico. As aves, a flora, as construções, os objetos produzidos pelos seres humanos, tudo isso faz parte do seu corpo inorgânico. Nesse caso, há um dado fundamental, pois não é possível a existência do corpo orgânico sem uma relação direta com o inorgânico. O biológico (que também é o corpo orgânico) não existe sem o cultural/social (corpo inorgânico), o natural não está fora do histórico. Existe, assim, um processo de interdeterminação entre orgânico/inorgânico, natural/cultural, biológico/histórico.

Esse corpo, todavia, se manifesta por meio da sua corporalidade. Para Silva, Silva e Tucunduva (2011, p. 48-49):

A corporalidade como um fenômeno social em sua totalidade, pode ser compreendida por essa relação entre o organismo, a perspectiva subjetiva, a cultura e o ambiente natural onde se constitui, marcando a construção das práticas corporais e suas técnicas corporais de forma indelével.

A corporalidade constitui-se, desse modo, no processo de expressão da totalidade corporal, composta, inclusive, pelas subjetividades e idiosincrasias presentes no contexto da natureza/cultura, de forma a permitir o processo de relação do indivíduo com a coletividade. Essa corporalidade demanda equilíbrio por parte de cada pessoa pertencente ao povo. Do ponto de vista dos povos indígenas, Grandó (2009, p. 46), analisa:

Quando ocorre um desequilíbrio da corporalidade, entre o corpo individual e coletivo, abre-se um espaço onde “surge o bruxo, o xamã, o cantador e o líder tribal”. Segundo Seeger (1987, p. 23-23), ness-

es papéis a “pessoa fora do grupo” pode expressar seu desacordo e contribuir com o patrimônio do grupo que pode se refletir sobre o indivíduo, “nos moldes de como o concebemos”, destoante, e ser capaz de guia-lo e modificá-lo, ao mesmo tempo em que incorpora suas contribuições, como sucede com os chefes e cantores.

A corporalidade, como elemento de equilíbrio e desequilíbrio, permite um processo de organização e construção histórica e cultural, o qual se manifesta, inclusive, na gestualidade cotidiana. A postura, a amplitude dos movimentos, as expressões faciais, são elementos indicativos da construção da corporalidade.

O processo de elaboração da gestualidade se dá, inclusive, na relação estabelecida entre o interno (aspectos psicológicos, as crenças, os hábitos, os costumes) e o externo (relacionado às técnicas e práticas corporais, compreendidas aqui em seu sentido mais amplo). Por isso, a corporalidade se manifesta não apenas pelas elaborações individuais, mas, acima de tudo, pelas constituições e organizações coletivas. Grandó (2009) chega a comentar sobre o processo de fabricação dos corpos como elemento de desenvolvimento não apenas do contexto biológico adequado, mas também da definição da identidade de cada pessoa dentro do seu grupo de referência.

Desse modo, pensar o corpo, a gestualidade e a relação entre forma e conteúdo nas comunidades indígenas, é ultrapassar a dimensão de uma beleza ou saúde constituídas a partir da compreensão da sociedade capitalista ocidental, uma vez que o mesmo se constitui no processo de relação entre homem e natureza, embora, de acordo com Marx (2010), dizer que o homem se relaciona com a natureza é dizer que a natureza se relaciona com ela própria, uma vez que o homem é um ser natural. Mészáros (apud BAPTISTA, 2013) vai dizer que o corpo é naturalmente humano por ser humanamente natural, considerando a história da natureza, ou seja, a natureza é histórica porque ela só passa a existir ao se tornar objeto para a consciência humana, sendo, assim, assimilada não em toda a sua concreticidade, mas como concreto pensado.

Por fim, se o corpo se insere na perspectiva da natureza e demanda também relações de esporte e lazer para garantir a sua subsistência, como se estabelecer essa relação no contexto da saúde?

Esporte e Lazer Indígena: Interfaces com a questão da saúde

Dialogar com a ideia da saúde para os povos indígenas no diálogo com as políticas públicas de esporte e lazer, demanda, em primeiro lugar, pensar o que vem a ser a saúde. Em uma análise multidimensional do ser humano, sem fugir da importância das dimensões biológicas e do bom funcionamento orgânico, compreende-se a saúde a partir da compreensão seguinte:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas. (BRASIL, 1986, p. 4).

Pensar a saúde a partir dessas dimensões é compreender que ela se manifesta pelos modos e condições de vida, sem os quais, não é possível considerá-la. Por isso, o diálogo da saúde com as políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas passa de maneira mais intensa pela preocupação com a educação, com o lazer, a liberdade, o meio ambiente, o acesso e a posse da terra. Não que os outros fatores não sejam relevantes, mas esses parecem ser cruciais na constituição da saúde dos povos indígenas. De maneira rápida, podemos dialogar com a educação, que se dá de maneira a respeitar as tradições e o modo de ser de cada povo, a partir de sua língua, de suas tradições e de sua forma de relação com a transcendência e com a natureza.

Do ponto de vista do lazer, já foi feita uma discussão anterior neste texto, pois o lazer, tradicionalmente, dialoga com a oposição entre trabalho e tempo livre, embora atualmente haja um movimento que parece dialogar e tensionar essa questão. Para os povos indígenas, voltando a defender a ideia de uma relação com o lúdico formativo, não se é possível estabelecer com clareza a dicotomia entre tempo de trabalho e tempo livre.

A liberdade para os povos indígenas, em relação ao respeito por sua cultura, por seu modo de viver, por suas práticas de saúde, é fundamental para garantir a sua sanidade. Não há saúde em processos de opressão, portanto, para os povos indígenas, não se consegue alcançar a saúde sem que tenham liberdade de criar e constituir suas práticas com a natureza e com a terra, apesar de cada povo elaborar uma relação diferente com a natureza.

Daí vem o processo de relação com o meio ambiente, ou melhor, com a própria natureza. Os povos indígenas possuem uma relação diferente daquela estabelecida pelos não indígenas. Se de uma parte esses entendem a natureza como local de exploração e de domínio (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), os povos indígenas tendem a compreendê-la como a mantenedora de sua existência, explorando o que é possível, porém, ao mesmo tempo, preservando, interagindo e respeitando, pois eles possuem a compreensão posta por Marx (2010) de que o seu corpo orgânico não foge do corpo inorgânico.

Por isso, ao longo de todo o FOPPELIN, tanto no eixo do esporte e lazer e sustentabilidade, como nos demais, sempre vinha à tona o processo de acesso e posse da terra. O indígena tem um vínculo com a terra de seus ancestrais, com a natureza, e é a partir daí que constitui a sua cultura. A cultura não foge da interação com essa natureza que o circunda. Se há diferenças na realização da corrida de tora, entre outros fatores, o tipo de vegetação presente nas terras interfere na escolha do tipo de árvore a ser cortada, no tamanho, espessura e peso da tora.

Não há entre os indígenas a possibilidade de se constituir a sua saúde ou pensar outras políticas de esporte e lazer que não estejam articuladas com a dimensão da posse da terra.

Por outro lado, a ideia das práticas de esporte e lazer se articula com a saúde por meio de políticas, que devem ser intersetoriais, articulando ações que envolvam minimamente as dimensões da cultura, da educação, da saúde e do próprio esporte e lazer. Para isso, as políticas de esporte e lazer, para surtir os efeitos necessários, demandam ações de caráter multiprofissional e interdisciplinar, se possível, desenvolvidas pelos próprios indígenas. Essa ação dos indígenas articula-se com ações educativas, direcionadas para a formação das pessoas que cada povo considera com condições de transmitir esse saber para as novas gerações.

Considerações Finais

Como forma de breves considerações finais, devo dizer que as ações realizadas pelo FOPPELIN geram avanços no diálogo entre o Estado e os povos indígenas, parte necessariamente de uma relação a ser construída no diálogo com o corpo e a saúde, sem perder de vista a necessidade de protagonismo dos próprios povos indígenas, pois eles têm clareza das direções a serem tomadas.

As relações aqui estabelecidas procuram pensar as políticas de esporte e lazer para esses povos originários do Brasil a partir do diálogo necessário com eles. Afinal, são eles os interessados em nos dizer qual é a compreensão que têm sobre as suas necessidades e demandas fundamentadas no seu modo de viver, que é tão diferente do elaborado pela sociedade capitalista ocidental.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAPTISTA, Tadeu J. R. **A educação do corpo na sociedade do capital**. Curitiba: Appris, 2013. (Coleção Ciências Sociais).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 8ª conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Coletivo Periferia, 2003. [e-book]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2015.

DUMAZEDIER, Jofre. **Valores e conteúdos culturais de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

GRANDO, Beleni S. Corpo, educação e cultura: as práticas corporais e a constituição da identidade. In: GRANDO, Beleni S. (Org.). **Corpo, educação e cultura**: práticas sociais e maneiras de ser. Ijuí: UNIJUÍ, 2009. p. 19-51.

MARCELLINO, Nelson C. **Estudos de lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 4ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Ana Márcia; SILVA, Ana Paula S. da; TUCUNDUVA, Tatiana. Corpo, cultura e natureza em terras quilombolas. In: SILVA, Ana Márcia; FALCÃO, José Luiz Cirqueira (Orgs.). **Práticas Corporais em comunidades Quilombolas de Goiás**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 47-75.

SILVA, Ana Paula de Melo; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. O corpo na comunidade Karajá: diálogos com a indústria cultural. **Fórum Identidades**, Sergipe, ano 08, v. 16, p. 247-266, jul./dez. 2014

Esporte de Rendimento nos Povos Indígenas

José Roberto Gnecco

Introdução

Ao se considerar o desenvolvimento do esporte de rendimento dentre os povos indígenas, faz-se necessária a reflexão sobre algumas questões introdutórias. A primeira delas é sobre o que são as manifestações de esporte de rendimento e de esporte de participação, a segunda é sobre o sentido do esporte de rendimento na cultura indígena e a terceira refere-se a uma revisão do Sistema Nacional do Esporte brasileiro.

A origem e o significado da manifestação do esporte de rendimento

A partir das experiências internacionais sistematizadas na Carta Internacional de Educação Física e o Esporte, aprovada pela UNESCO em 1978, o ordenamento jurídico brasileiro recebeu a ideia de que o Esporte não se manifesta somente nas formas reconhecidas pelas respectivas ligas, federações, confederações e federações internacionais esportivas, mas que também acontece praticado por cidadãos que não objetivam ser atletas, amadores ou profissionais, como parte de seu tempo livre para os objetivos de saúde, estética, sociabilização, lazer, etc.

Explicitadas, então, no Relatório final da Comissão de Reformulação do Desporto da Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação – SEEDMEC, prévia ao Congresso Constituinte de 1987/1988, esse subsidiou as subsequentes discussões constitucionais, que influenciaram o texto constitucional e assumiram forma legal na Lei n. 9.615/1998 (a chamada “Lei Pelé”):

Art. 3º. O desporto pode ser reconhecido em qualquer uma das seguintes manifestações:

[...]

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a



integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. [...]

Para os fins deste trabalho, destaca-se que o esporte de rendimento abrange o esporte dirigido pelas entidades nacionais de administração do desporto – de instituição permanente e proprietárias dos direitos sobre sua respectiva modalidade esportiva: as ligas, federações, confederações, etc. Identifica-se a prática do esporte de rendimento porque esse, necessariamente, possui, para a realização de sua prática, árbitro ou equipe de arbitragem indicados pela respectiva entidade de administração do desporto. Sociologicamente, é da natureza intrínseca do esporte de rendimento ser realizado numa competição, a qual pode ser definida como a comparação e a hierarquização de performances entre pessoas ou grupos de pessoas com a subsequente proclamação de vitória por uma das partes. É, portanto, do ponto de vista esportivo, uma prática seletiva das melhores performances para sua realização.

Do ponto de vista comercial e empregatício, a lei estabelece que “o desporto de rendimento pode ser organizado e praticado”:

I – de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II – de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (Lei n. 9.615/1998, art. 3º, par. 1º).

O esporte de rendimento tem como objeto as práticas esportivas desenvolvidas tanto pelos atletas profissionais como pelos não profissionais – nas modalidades esportivas nas quais o mercado não tem interesse financeiro em constituí-las como negócio comercial, estando aqui incluídos aqueles denominados como atletas amadores. Não existe esporte profissional ou não profissional ou mesmo amador – o que existe é o atleta, que é profissional

ou não profissional, ou mesmo amador, e daí irradia essa condição para a prática esportiva, para o esporte. O desporto de rendimento é o próprio desporto formal, e as pessoas se adaptam as suas regras para a sua prática.

O esporte de participação, por vezes denominado esporte de lazer ou esporte recreacional, abrange as práticas esportivas desenvolvidas por cidadãos que não têm como objetivo se tornarem atletas amadores ou profissionais. É desporto não formal, no sentido de que suas atividades, brincadeiras ou jogos são sem regras ou com regras não formalmente subordinadas às instituídas pelas entidades nacionais e internacionais, sendo elas definidas ou aceitas por seus participantes sem a participação de uma instituição permanente proprietária dos direitos da respectiva prática esportiva. Nesse caso, as regras do esporte de participação são adaptadas às pessoas para a sua prática, como, por exemplo, no uso da rede de voleibol em altura fora dos padrões estabelecidos pela respectiva federação internacional, para possibilitar que pessoas fora dos padrões atléticos possam jogar voleibol. As regras são definidas ou aceitas pelos praticantes, não representando um contrato de adesão a regras permanentes de uma entidade permanente.

A Lei n. 9.615/1998 define, ainda, as manifestações de esporte educacional e de esporte de formação, esse incluído na Lei n. 13.155/2015. Tais manifestações do esporte não são objeto deste trabalho e, portanto, não serão analisadas.

Resumindo, no esporte de rendimento há a participação de uma terceira instituição – a liga, a federação, a confederação, etc. – e os praticantes têm que se adaptar às regras das modalidades esportivas já instituídas. Ao contrário, no esporte de participação ou de lazer as regras das modalidades esportivas têm que ser adaptadas à situação dos praticantes.

A Cultura Indígena Frente ao Esporte de Rendimento

Cada cultura tem as suas formas de organizar a produção de seus meios de subsistência – o trabalho – e as suas formas de ocupar ludicamente seu tempo livre – o lazer. Algumas culturas não têm nem essa diferenciação entre o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho.

As práticas de atividades físicas e competitivas se institucionalizaram em esporte de rendimento como forma de ocupação do tempo livre no final do século XIX e início do século XX nas sociedades capitalistas

modernas, sob o Estado liberal, após a Segunda Revolução Industrial e sob o nascente capitalismo industrial, inclusive como um diferencial de classe entre aqueles que necessitavam fazer atividades físicas para trabalhar e aqueles que podiam fazer atividades físicas como forma de lazer – por isso, havia a determinação inicial de que somente aqueles que fossem amadores poderiam se filiar a uma entidade esportiva e praticar o esporte de rendimento. Aqueles que necessitavam trabalhar para seu sustento seriam indignos de praticar o esporte, prática social do homem livre da obrigação do trabalho. O esporte de rendimento nasceu como a prática social de lazer das classes detentoras dos bens e dos meios de produção.

Por outro lado, nas sociedades indígenas não existe originalmente a diferenciação entre o tempo do trabalho e o tempo do lazer, sendo a busca da subsistência uma atividade constante realizada na relação entre homem e natureza. Por sua vez, o tempo do trabalho é dado pelo tempo da luz solar e a caça, e a coleta e o plantio são ditados pelo ritmo da natureza dado pelas estações do ano. As atividades praticadas pelo homem são feitas numa simbiose com a natureza e a satisfação pessoal de cada um é dada pela vida em sociedade. Os indígenas não precisam do esporte e aquelas práticas sociais que se assemelham às práticas esportivas atuais da sociedade capitalista são, na realidade, rituais que se relacionam com a religiosidade, estabelecendo-se uma relação com o sagrado e a sociabilidade, uma relação com o outro, os indígenas. As atividades físicas são de subsistência ou para a competição, como parte de um ritual coletivo. São exemplos das atividades de subsistência o correr, o saltar, o nadar, o remar, o lançamento de dardo, etc.; são exemplos de competição como parte de um ritual coletivo a corrida do tronco do buriti, a corrida de canoas, etc., presentes em muitos povos indígenas.

O esporte de rendimento não é uma prática social originária dos povos indígenas, sendo aprendido por meio do contato com o “homem branco”. É no diálogo entre duas culturas distintas que os indígenas podem – ou não – escolher aprender as práticas sociais do tempo livre da sociedade capitalista e praticá-las, conforme seus valores. Isso já aconteceu pelo contato entre culturas diferentes, na cultura moderna ocidental, a exemplo do judô, que se torna esporte de rendimento pela adaptação dessa prática da cultura japonesa tradicional no contato com a cultura moderna ocidental. De igual forma, a capoeira se torna esporte de rendimento pela

adaptação dessa prática da cultura afrobrasileira no contato com a cultura moderna ocidental, etc. A assimilação e transformação de práticas sociais – nesse caso, práticas de atividades físicas – têm sua recontextualização por diferentes culturas com a alteração da prática original, ressignificando-a. Antropólogos citam que determinado povo indígena, na medida em que joga futebol contra outra etnia ou contra os brancos, joga para ganhar; ao jogar entre si, jogam para empatar, pelo equilíbrio entre os clãs da aldeia e pelo equilíbrio com as sagradas forças da natureza. Nas sociedades indígenas, meninos e meninas jogam futebol em pé de igualdade nos times da tribo, sem diferenciação por gênero.

Em minha opinião, aprender as práticas esportivas do “homem branco” é tão importante quanto aprender a língua do “homem branco”, numa alfabetização bilíngue. O aprendizado e a prática do esporte não devem ser contrapostos à preservação da cultura indígena, mas ambas podem se desenvolver paralelamente, como um arcabouço existencial a mais entre os povos. É nesse sentido em que escrevo as próximas páginas.

O Esporte de Rendimento do “Homem Branco”

O esporte de rendimento é possuidor das características já descritas, sendo que se organiza em instituições permanentes proprietárias dos direitos sobre a respectiva modalidade esportiva. Uma vez que se trata de instituições permanentes que produzem e organizam fatos sociais, são previstas e descritas no ordenamento jurídico do País, no sentido de se estabelecer relações harmoniosas entre as pessoas e as instituições que dele participam.

No ordenamento jurídico brasileiro, as instituições permanentes proprietárias dos direitos de uma modalidade esportiva são chamadas Entidades de Administração Esportiva – ligas, federações, confederações, etc. – e as instituições permanentes que realizam essa prática são chamadas de Entidades de Prática Esportiva – clubes, associações, etc.

São descritas na já citada Lei n. 9.615/1998:

Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da

coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

VII - a Confederação Brasileira de Clubes.

A totalidade das entidades que pratica o esporte de rendimento se encontra contida na lista de itens acima, por isso, a participação dos povos indígenas no esporte de rendimento se dá ou como pessoa individual – um atleta – dentro de uma dessas entidades ou constituindo novas entidades dentro do Sistema Nacional do Desporto.

Por uma entidade nacional de administração esportiva indígena – a Confederação Brasileira de Desportos Indígenas (CBDI)

O esporte praticado pelos povos indígenas possui características comuns aos praticados pela sociedade do “homem branco” e outras exclusivas do esporte indígena. Sendo verdade que existem práticas esportivas de rendimento da sociedade do “homem branco” que foram aprendidas pelos povos indígenas e reproduzidas como práticas lúdicas por eles – como o próprio futebol, também existem práticas esportivas indígenas que foram retiradas de seu contexto original de subsistência ou de rito de passagem sagrado e ressignificadas como esporte de rendimento, como a já citada corrida do tronco de buriti.

Ambas as formas – a prática de esporte do “homem branco” e a prática como esporte adaptado de atividade originariamente indígena – são formas de endoculturação do indígena na sociedade do “homem branco”, dando-lhe a qualidade de binacionalidade com o conhecimento tanto da cultura indígena como da cultura do “homem branco”.

A existência de 305 etnias indígenas no Brasil faz com que haja interesses específicos comuns entre esses povos indígenas para a prática do esporte entre indígenas, tanto nas práticas esportivas aprendidas com o “homem branco” como nas práticas esportivas adaptadas a partir de atividade originariamente indígena. A existência de interesses específicos comuns já ocorre na organização do esporte universitário por entidades vinculadas à Confederação Brasileira de Desporto Universitário, na organização do esporte escolar por entidades vinculadas à Confederação Brasileira de Desporto Escolar, na organização do esporte judaico por entidades vinculadas à Federação Maccabi, etc. A existência dos Jogos Indígenas realizados com o apoio dos entes federativos do Estado brasileiro demanda a existência de uma entidade representativa e articuladora dos interesses específicos comuns dos povos indígenas brasileiros.

Nesse sentido, venho propor a constituição de uma **Confederação Brasileira de Desportos Indígenas – CBDI** – como entidade representativa dos desportos indígenas frente ao Estado brasileiro para ser organizadora dos eventos esportivos indígenas nacionais, articuladora conjuntamente com o Sistema Nacional do Desporto (art. 13 da Lei 9.615/1998) e com o Sistema Brasileiro do Desporto (art. 4º da mesma Lei) para a participação de mais indígenas no esporte brasileiro. No médio prazo, essa entidade poderia pleitear receber recursos federais, nos termos da legislação, para sua organização e funcionamento, da mesma forma que o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paralímpico Brasileiro, a Confederação Brasileira de Desporto Universitário, a Confederação Brasileira de Desporto Escolar, a Confederação Brasileira de Clubes, etc. Haverá, como consequência, a criação e o funcionamento de federações esportivas indígenas por todos os estados da federação.

O aprendizado decorrente da organização por indígenas de entidades de administração desportiva e de entidades de prática desportiva difundirá entre os povos indígenas o uso e a utilização dos instrumentos institucionais da sociedade do “homem branco”, facilitando sua aprendizagem quanto aos institutos administrativos e jurídicos que constituem essa sociedade. Isso viabilizará maior efetividade dos povos indígenas na defesa de seus interesses frente à sociedade do “homem branco” e ao Estado brasileiro, não os vendo como antagonicos, mas sim como atores sociais na plena realização do Estado Democrático de Direito.

Sugestões

1. Indicação de uma Comissão Provisória para a instituição da Confederação Brasileira de Desportos Indígenas em reunião representativa dos povos indígenas, com o fim exclusivo de organizar a Assembleia de criação da Confederação;
2. A Assembleia deve ser realizada com regras de participação claras para garantir a representatividade do maior número de povos indígenas, garantida com um número mínimo de pessoas participantes, assim como com um número mínimo de etnias indígenas presentes;
3. A Diretoria eleita na Assembleia poderia conter entre 7 (sete) a 15 (quinze) membros, com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) de diretores indígenas, sendo mais de 20% (vinte por cento) mulheres e membros de diferentes etnias indígenas.

Pela participação indígena em entidades de prática esportiva e em entidades de administração esportiva no subsistema olímpico

O art. 14 da Lei 9.615/1998 estabelece que:

O Comitê Olímpico Brasileiro – COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB e as entidades nacionais de administração do desporto [ligas, federações, confederações, etc.], que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto. [grifo meu].

Além das entidades nacionais de administração do desporto – as confederações de modalidades esportivas olímpicas – são necessárias as entidades estaduais de administração do desporto – as federações de modalidades esportivas olímpicas (art. 16, § 1º. da mesma Lei). No caso concreto das confederações esportivas das modalidades olímpicas brasileiras, muitas delas não possuem federações esportivas de suas modalidades olímpicas em todos os estados e, mesmo as que as possuem, realizam eleições periódicas e necessitam renovar seus quadros dirigentes.

Nesse sentido, como existem modalidades esportivas que, em sua prática, têm similaridade com práticas cotidianas dos povos indígenas, a saber: atletismo, canoagem, natação, remo, tiro com arco, etc., decorre que é “natural” que pessoas indígenas possam se tornar atletas filiados às entidades de prática do desporto, assim como federados às entidades estaduais e às entidades nacionais de administração do desporto. Cada aldeia indígena, por exemplo, pode criar institucionalmente um clube de uma modalidade esportiva que lhes interesse, como o futebol, a natação, etc. Além disso, podem tomar parte como membros da diretoria e da organização dessas entidades estaduais – as federações – e dessas entidades nacionais – as confederações – de administração do desporto.

A maioria das modalidades esportivas antes citadas não tem federação constituída em todos os estados, havendo a oportunidade de maior participação dos povos indígenas na organização do esporte de rendimento, pois eles estão presentes em todos os estados do Brasil. Segundo dados obtidos nos *websites* das respectivas confederações, o atletismo tem 27 federações nos estados e no distrito federal, a canoagem tem federações em 14 (catorze) estados, a natação (desportos aquáticos) tem federações em 26 (vinte e seis) estados, o remo em 15 (quinze) estados e o tiro com arco em 17 (dezessete) estados. São exemplos, dentre todas as modalidades vinculadas ou filiadas ao subsistema olímpico do Sistema Nacional do Desportivo.

Pela captação de recursos financeiros pelos Povos Indígenas via lei de incentivo ao esporte do Ministério do Esporte

Como ferramenta para a disseminação do esporte de rendimento entre os povos indígenas, tem-se a Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte, a qual dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo a partir da doação ou patrocínio de empresas ou pessoas a projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. Isso se dá por meio de recursos financeiros destinados aos projetos esportivos aprovados, sendo captados pelo proponente do projeto a partir de pessoas jurídicas (empresas) ou de pessoas físicas, as quais, ao invés disso, pagariam esses recursos financeiros ao Estado como parte de seu imposto de renda.

O uso dessa Lei pode acontecer nas manifestações de esporte de rendimento, de esporte de participação e de esporte educacional. Os projetos apresentados ao Ministério do Esporte para a busca de doação ou patrocínio privado podem ser, por exemplo, para a realização de obras de construção de instalações esportivas, para a compra de equipamentos esportivos e de lazer (canoas, arcos oficiais, etc.), para a organização de eventos esportivos e de lazer, programas regulares esportivos e de lazer (escolinhas de esporte), manutenção de seleções esportivas indígenas com o pagamento de bolsa atleta, pagamento de recursos humanos técnicos para o esporte, envio de delegações esportivas indígenas para competições nacionais e internacionais, etc., em todos os seus aspectos.

Para tanto, o proponente do projeto deve ser juridicamente válido, isto é, dentre as outras condições legais estabelecidas na Lei 11.438/2006 e nas normas gerais sobre como deve ser a forma de um processo para aceite perante a Administração Pública, deve ser uma personalidade jurídica que tenha, entre suas atribuições aprovadas em estatuto, a realização de práticas esportivas. Deverá ser elaborado um projeto esportivo com um ou mais objetivos elencados, como os dos temas antes mencionados. Modelos e toda a orientação podem ser encontrados no *website* do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br), ao selecionar o assunto “Lei de Incentivo ao Esporte”. Será necessário buscar um ou mais doadores ou patrocinadores privados para a destinação de recursos financeiros ao projeto esportivo aprovado, recursos tais que, ao invés, seriam recolhidos para o pagamento de impostos de renda da empresa ou pessoa doadora ou patrocinadora. Essa empresa pode ser uma empresa estatal ou uma empresa que se relacione com a comunidade indígena e queira ajudá-la ou mesmo uma empresa que desenvolva atividades menos simpáticas às causas indígenas e queiram compensar e mitigar os efeitos de suas atividades.

Considerações finais

O campo para a disseminação do esporte de rendimento pelos povos indígenas no Brasil só pode crescer e se desenvolver, em benefício do esporte brasileiro e dos próprios indígenas. Pela natureza da vida cotidiana dos indígenas, com suas atividades físicas e ao ar livre, esses representam oportunidade extraordinária de resultados no esporte de rendimento, fato já aproveitado por diversos países que possuem pessoas originárias

de seus povos indígenas nas seleções nacionais. Condição necessária para o resultado esportivo também são as boas condições de saúde, de alimentação, etc., de seus atletas, o que repercutirá em investimento na condição de vida dos povos indígenas. Os indígenas que se destacarem no esporte de rendimento se tornarão referência tanto na sociedade brasileira como em suas comunidades e poderão interagir como interlocutores frente à sociedade do “homem branco”.

Por outro lado, a organização dos povos indígenas em entidades de administração esportiva que têm natureza de personalidades jurídicas de direito privado será exercício para que possam se organizar em outras entidades que a organização dos povos indígenas vier a necessitar. Será mais fácil aprender a administrar e a usar as normas administrativas e jurídicas do Estado brasileiro para organizar o esporte de rendimento do que o duro aprendizado de organização institucional durante a urgência de um conflito fundiário.

As entidades indígenas já existentes, assim como as organizações indigenistas laicas ou religiosas, podem contribuir para a participação e a organização dos povos indígenas no esporte de rendimento, sendo seus catalisadores e indutores, assim como as prefeituras municipais, os governos estaduais e o próprio governo federal. A ênfase deste texto é nas políticas públicas federais de âmbito nacional, mas o esporte de rendimento oferecido pelos entes federativos nas comunidades indígenas presentes nos municípios constitui-se em política pública, principalmente local e municipal, para a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros, incluindo os povos indígenas.

Referências

BRANDÃO, C.R. **O que é educação** (12^a. ed.). São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Lei 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015.** Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEEX; altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm#art38>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil:** quem são. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MAYBURY LEWIS, D. **A sociedade xavante.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

RIBEIRO, B. **O índio na História do Brasil.** São Paulo: Global, 1983.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

VEBLEN, T. **Teoria da classe ociosa.** São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e o processo de construção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas no I FOPPELIN

Severíá Maria Idioriê Xavante

Introdução

Ao falarmos em direito, conjunto de normas jurídicas vigentes em um país, esclarecemos que até a Constituição Brasileira de 1988 as leis relacionadas aos povos indígenas eram feitas e implementadas com o objetivo de sua assimilação e/ou integração. E isso resultou em aniquilamento físico e/ou cultural ao longo dos tempos. A ideia era levar os “silvícolas”¹ à civilização. Desde a chegada dos europeus, no século XVI, o processo colonizador do Brasil obedeceu aos interesses da coroa portuguesa: aquisição de ouro. Na economia europeia, nesse período, o ouro era bem valorizado. Os espanhóis encontraram ouro em outras partes da América. A ausência de ouro no Brasil levou os colonizadores portugueses à exploração do pau-brasil. A política de expropriação efetivada por Portugal se explicita nas muitas políticas implantadas ao longo da história brasileira (MUNDURUKU, 2012, p.24) O objetivo final era o domínio territorial e expansão de Portugal. Assim, desde 1500, “os conflitos fundiários estão entre os principais fatores de extermínio da população indígena.” (MUNDURUKU, 2012, p. 29).

Em síntese, no período caracterizado como exterminacionista, centenas de povos e milhares de pessoas sucumbiram ao emprego da violência física e cultural: o genocídio concretizado pela escravidão, pelas doenças estranhas, pela ganância homicida dos apesadores de índios, aliado ao etnocídio promovido pela Igreja, por meio da catequese, em sua política de proibição, demonização e inferiorização das culturas indígenas.

1 Termo utilizado pelo Código Civil de 1916.



O segundo paradigma Interacionista desvaloriza tudo que está fora dos padrões europeus vigentes na época e justifica o desaparecimento de outros povos e suas culturas. Essa condição levou os indígenas a uma proteção que os colocava como seres incapazes e, por isso, sujeitos à tutela orfanológica prevista na Lei de 27 de outubro de 1831. O Positivismo entendia como natural a passagem entre o estado primitivo e a civilização e, por isso, deu suporte teórico à referida lei. Anos mais tarde, o governo republicano, ao tomar posse no Brasil, direcionou a política indigenista a uma solução estatal que resultou, em 1910, na criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Apesar dos problemas que se verificaram no SPI no decorrer dos anos, segundo Munduruku (2012), “sua criação significou um marco na política indigenista brasileira, pois inaugurou uma política governamental sobre o tema, institucionalizada, abrangente e com força de lei.” Vários fatores influenciaram na extinção do SPI e na criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI:

O surgimento da FUNAI deu-se no auge da política integracionista, isto é, na concepção do novo órgão indigenista oficial, o papel a ser desempenhado pelo Estado brasileiro, junto aos povos indígenas, seria de representá-los, defendendo a vontade dos tutelados no exercício do papel de tutor dos povos indígenas, classificados pelo código civil de 1916 como *silvícolas*, e cuja capacidade era considerada relativa. Para tanto, fez aprovar o Estatuto do Índio, em 1973, que passaria a validar as ações do órgão tutor, reforçando as teses do integracionismo como o futuro dos povos indígenas brasileiros. (MUNDURUKU, 2012, p. 35).

Ao longo dos anos, foi verificada uma política em que o tutor implantava ações e projetos junto às comunidades indígenas que desorganizaram as suas estruturas sociais e lhes roubava a autonomia. Mesmo assim, houve o protagonismo indígena, que resultou na participação decisiva e respeitada na elaboração da Constituição de 1988. O movimento indígena se iniciou a partir de 1974².

Foi inaugurado um novo paradigma para a política indigenista nacional. A relação entre povos indígenas e o Estado brasileiro seria

2 Cf. MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

pautada em “situação de igualdade, de horizontalidade, norteadas pelo respeito à diversidade, por meio do reconhecimento da pluralidade de culturas e da garantia de proteção especial às minorias indígenas.” A promoção do protagonismo dos povos indígenas, no Artigo 232, ao admitir legitimidade processual, quer dizer entrar em juízo ao perceber a violação de seus direitos, tanto pelo poder público quanto por terceiros da sociedade civil (MUNDURUKU, 2012)

Há que lembrar que aqui discorremos sobre as políticas públicas, e isso significa as formas de visão dos colonizadores do Brasil ao longo de quinhentos anos. Portanto, a política indigenista no Brasil está baseada na Constituição Federal de 1988, no Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/1973, e em instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas (ONU) sobre os povos indígenas (MEIRA, 2013, p.101).³

Não explicitamos aqui as leis internas existentes no universo dos povos indígenas, que são sobreviventes do massacre físico e cultural. Cada povo indígena possui uma concepção de vida e mundo bem diferentes entre si e de outros povos não indígenas. Isto significa que cada um desses povos possui sistemas e processos próprios que educam e constroem seus corpos, mente e espírito. E, nesse sentido, formas próprias de reconhecimento de direitos e deveres, em termos jurídicos próprios dos não indígenas. Assim, poderíamos dizer que, por conta do protagonismo de certas lideranças indígenas, o que se viu na elaboração da Constituição de 1988 foram diálogos com representantes do governo. Esses diálogos vislumbraram o aprender a viver juntos, reconhecendo a diversidade e os povos indígenas existentes no país por conta de uma ótica intercultural respeitosa? A interculturalidade diz respeito ao outro e a sua valorização. José Marin⁴ nos diz que isso pode ser feito pelo método de descentração cultural – colocar-se no lugar do outro, colocar-se no sapato do outro, fazendo uma imersão total. E que é fundamental e necessário criar possibilidades de “escutar”. Para ele, interculturalidade é experiência existencial. Cada pessoa tem uma experiência existencial única. E, ao

3 Cf. MEIRA, Marcio. Direitos indígenas no Brasil: reveses, avanços e contradições. In: VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Indígenas no Brasil: demandas dos povos e percepções da opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

4 Anotações em caderno do **Colóquio Pensamento Crítico Intercultural na perspectiva ambiental** proferido no PPGE/IE/UFMT, em dezembro de 2014.

mesmo tempo, propiciar o deslocamento do olhar. Iniciar um processo de etnografia: observar, descrever, traduzir, tomar distâncias e escrever. E, se quiser que haja mudanças positivas no mundo, há que começar. Todas as realidades são multidimensionais, contudo, não tem verdade absoluta, nem definitiva. Juntando cada luz que cada um tenha, e no diálogo, possibilita-se a construção do conhecimento, pois não somos as mesmas pessoas. Nesse sentido, todos mudam nas inter-relações.

La interculturalidad es el reconocimiento mutuo de las culturas, sin jerarquía y condiciones para preparar el análisis de la descolonización del saber y del poder que le es inherente. El proceso histórico consistió en la dominación socio-cultural y político-económico que no respete la biodiversidad o diversidad cultural. (MARIN, 2014).⁵

Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura – COEDUC

O Grupo Corpo, Educação e Cultura – COEDUC – foi criado em 2005, vinculado à Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. O objetivo inicial era o de compreender as diferentes maneiras de ser e identificar-se em espaços de socialização e educação e construir referenciais para práticas pedagógicas inclusivas e interculturais que valorizavam as diferenças. Atualmente, foi acrescido o seguinte objetivo: fomentar a produção de conhecimento nas linhas de pesquisa Corporalidade e Educação intercultural, Culturas escolares e culturas outras nos processos educativos, Educação do corpo educação e Diversidades educação indígena. Ressaltamos, ainda, a preocupação com a formação de recursos humanos qualificados sobre o assunto e que questionem as temáticas envolvidas nessas linhas de pesquisa.

Em 2007, o grupo começou a integrar a Rede CEDES/ME, em 2010, a Pós-Graduação em Educação, colaborando com outros programas de

5 José Marin, Doutor em Antropologia pela Universidade de Sorbonne, Paris. Graduado pelo Instituto de Altos Estudos de América Latina de Paris. Realizou estudos sobre a problemática do Desenvolvimento e sobre a Ecologia Humana. É diplomado pelo Instituto Universitario de Estudios del Desarrollo e da Academia Internacional do Meio Ambiente de Genebra. Foi professor da Universidade de Genebra, Friburgo e da Universidade Católica de Milão e tem colaborado com a Red Universitária Internacional de Ginebra (RUIG). Atualmente, colabora com diferentes Instituições e publicações da Europa e da América Latina. Tem colaborado, igualmente, com a UNESCO e na África. E-mail: <p_marin@bluewin.ch>.

Educação Física, até que, em 2012, com a vinculação das líderes do grupo ao corpo docente da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o grupo se vincula finalmente a essa Instituição de Ensino Superior.

A pesquisa e extensão consolidam-se nos eixos: cultura/identidade, educação do corpo (infância-juventude), educação intercultural e indígena. O COEDUC tem parceria com grupos de pesquisa nas áreas Educação, Antropologia e Educação Física, por compreender-se interétnico e intercultural e comprometido com os movimentos sociais e comunidades tradicionais. Os Grupos de Pesquisa parceiros são: GPMSE/UFMT, MOVER e NEPI/UFSC, NECON/UnB, PAIDEIA/UFRN e GEPEFIC/Unicamp⁶.

I FOPPELIN – I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas

O processo de realização do I FOPPELIN em Cuiabá/Mato Grosso conta com um trabalho conjunto de indígenas e não indígenas interessados em assegurar debates e proposições que alcancem e transformem a realidade vivida pelos diferentes povos indígenas do Brasil. Rivelino Macuxi esteve acompanhando uma reunião na Universidade Federal de Mato Grosso, agendada pelos irmãos Carlos e Marcos Terena. Esse último vincula-se ao Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena – ITC, que há muito trabalha com as olimpíadas indígenas no país. Conforme relata Rivelino Macuxi, esse momento inicial de realização de um evento que reunisse indígenas e não indígenas visava pensar e sugerir políticas públicas dentro da esfera do Ministério do Esporte. Pela Universidade Federal de Mato Grosso foi indicada Beleni Salete Grandó, professora em Educação Física, Doutora em Educação e Pós-Doutora em Antropologia Social, com larga experiência em trabalho e pesquisa junto aos povos indígenas, em especial junto ao povo Bororo, de Mato Grosso.

Após várias reuniões, a escolha foi pela realização de um fórum de discussão sobre o significado de esporte e lazer para os povos indígenas e, com isso, a apresentação de propostas de políticas públicas nessa área. Compreende-se aqui o fórum como sendo **assembleias ou reuniões que têm o objetivo**

6 Cf.: <www.coeducufmt.org>. Acesso em: nov. 2015.

de discutir um tema em comum. Se a proposição é ouvir diretamente os povos envolvidos, a metodologia utilizada envolve dois momentos marcantes de mobilização. A elaboração do fórum reuniu em Brasília indígenas pesquisadores, mestres e graduando da Universidade Federal de Mato Grosso e representantes da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte. Coube a essa comissão pensar e operacionalizar o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. O encontro de Mediadores contou com a participação de 37 líderes e intelectuais indígenas, que debateram e receberam orientações a fim de mobilizar e inscrever 190 indígenas das diversas etnias brasileiras, vindos dos 26 estados e distrito federal para participação do Fórum, que ocorreria no Mato Grosso. O objetivo do projeto consistia em subsidiar a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas/Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão social –CGPEIN/SNELIS – na elaboração de políticas públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil. Portanto, a intenção era organizar uma agenda de debate com lideranças indígenas para a construção em conjunto de um fórum nacional representativo a fim de contribuir de forma crítica e propositiva com a elaboração de um documento orientador das políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas.

Segundo Grandó (2015)⁷, as Estratégias metodológicas que foram definidas são as seguintes:

- Constituir um grupo de representantes por estado que tivessem reconhecimento junto às instituições e organizações indígenas locais;
- Elaborar e realizar com um coletivo indígena o Fórum Indígena;
- Socializar os projetos e programas em desenvolvimento e ampliar suas possibilidades junto às comunidades indígenas;
- Promover o debate nacional sobre esporte e lazer, ampliando os conhecimentos sobre o tema e suas possibilidades nas comunidades indígenas de todo o país, articulando com os demais temas já pertinentes a todas as políticas públicas indigenistas;
- Garantir aos indígenas a elaboração de um documento orientador das políticas públicas específicas para os povos indígenas do Brasil.

7 Apresentação em power point: Ações, Perspectivas e Legado que os Primeiros Jogos Indígenas deixarão para esses povos e o fomento do Esporte Indígena no Brasil. Disponível em: www.coeducufmt.org. Acesso em: nov. 2015.

O I FOPPELIN ocorreu na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, no período de 07 a 11 de abril de 2015, com a presença de representantes indígenas de todos os estados brasileiros, dentre caciques, jovens, anciões, mulheres e demais lideranças indígenas com a participação de mestres, doutores que atuam em Universidades Públicas de diferentes regiões do país e líderes políticos do Senado e da Câmara Federal da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de parlamentares, de gestores municipais e estaduais e de representantes dos Ministérios, para discutir e propor políticas, programas e ações de esporte e lazer para os povos indígenas.

Os Grupos de Trabalho discutiram quatro eixos temáticos: 1) esporte lazer e desenvolvimento sustentável; 2) esporte e lazer, cultura e território; 3) esporte de alto rendimento e atleta indígena; 4) e esporte, lazer, saúde e educação. Dentro dos diversos debates apontados pelos eixos temáticos, um dos elementos de maior destaque em todas as discussões foi a necessidade de demarcação das terras dos povos indígenas. Isso porque sem a terra não existem povos indígenas. É bom lembrar que cada povo constrói sua visão de mundo. Portanto, ao discutir questões ligadas ao esporte e lazer não há como fugir de outros aspectos essenciais que fazem parte da vida. Ao falar na questão da demarcação das terras indígenas, trazemos aqui a compreensão do conceito de territorialidade. Segundo Gersem Baniwa (2013), o território deve ser compreendido como espaço imprescindível para que um grupo étnico tenha acesso aos recursos que tornam possíveis a sua reprodução material e espiritual, conforme as características próprias da organização produtiva e social, ao passo que terra compreende-se como um espaço físico e geográfico.

Outro aspecto abordado foi a PEC 215, proposta que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional. A proposta também possibilita a revisão das terras já demarcadas. Outra mudança seria nos critérios e procedimentos para a demarcação dessas áreas, que passariam a ser regulamentados por lei, e não por decreto, como é atualmente. Portanto, se aprovada, pode trazer imensos prejuízos aos povos indígenas e ao próprio país. Os participantes do Fórum realizaram no primeiro dia do evento uma passeata de repúdio ao referido projeto de emenda constitucional, pois ele fere o direito à terra, conquistado pelas lutas travadas pelos povos indígenas na Constituição de 1988. Esse Fórum definiu a necessidade de se manter a continuidade

da discussão com o objetivo de garantir o processo de construção de uma Política Pública Permanente de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. Dessa forma, é necessária a criação de um grupo de trabalho contínuo para avaliar o desenvolvimento e a implementação das ações deliberadas.

Houve a solicitação pela manutenção, por parte do Ministério do Esporte, da estrutura administrativa da Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas/Ministério do Esporte – CGPEIN/ME, que deve ser ocupada permanentemente por um membro dos povos indígenas brasileiros devido à legitimidade definida pelos valores étnicos e culturais próprios. Por fim, os participantes do I Fórum Nacional exigiram do Estado brasileiro, conforme a Constituição de 1988, que efetive o direito às especificidades, garantindo o protagonismo dos povos indígenas por meio de um diálogo permanente e transparente.

Para melhor conhecimento da situação e/ou da realidade ligada ao esporte e lazer foi feito um Diagnóstico Regional por meio de questionário com as seguintes questões:

1. Existem experiências esportivas na sua comunidade e na sua etnia? Quais? Quem as organizou?
2. Existem associações esportivas na sua comunidade e na sua etnia? Quais?
3. Já participou de eventos esportivos fora de sua comunidade? Quais?
4. Conhece experiências de esporte para os indígenas no seu estado ou município? Quais? Quem organiza?
5. Participa ou participou de alguma associação indígena? Qual?
6. Quais rituais ou festividades de sua comunidade têm danças, lutas e jogos?

As respostas obtidas se referem a 148 representantes de 139 comunidades indígenas participantes do FOPPELIN, em Cuiabá. Desse universo, 133 afirmam a existência de práticas esportivas nas aldeias, ao passo que 15 afirmam não haver essas práticas em suas comunidades.

Após o evento, segundo Grandó (2015)⁸, os dados revelam que no Encontro de Mediadores, dos 52 participantes, havia 31 indígenas. No I FOPPELIN, o total de participantes foi de 307, sendo, desses, 219 indígenas, 139 representações de diferentes comunidades indígenas nos respectivos estados e instituições representativas; 88 não indígenas,

8 Disponível em: <www.coeducufmt.org>. Acesso em: nov.2015.

considerando 48 representantes institucionais convidados e colaboradores; dez representantes institucionais de Mato Grosso; e 30 pessoas, entre professores e estudantes que atuaram diretamente na organização do Fórum. Além desses, participaram 74 indígenas representando os povos Bororo, Umutina e Chiquitano, durante as apresentações culturais.

Considerações Finais

O Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura, por meio da Universidade Federal de Mato Grosso, em parceria com a Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas/Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte – CGPEIN/SNELIS-ME – e representantes/lideranças indígenas, fomentaram discussões para alcançar políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas.

O I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (I FOPPELIN) ocorreu em Cuiabá, de 07 a 11 de abril de 2015. Um trabalho em conjunto possibilitou o início de diálogos interculturais. O processo colonizador desconsidera, em muitos casos, as culturas e os conhecimentos dos povos indígenas do Brasil. Políticas Públicas necessitam do protagonismo dos envolvidos; nesse aspecto, o I FOPPELIN alcançou os objetivos propostos. E, ainda, os povos indígenas presentes realizaram ações que não estavam ligadas diretamente ao Ministério do Esporte, mas a suas vidas.

O trabalho coletivo necessita continuar no Ministério do Esporte e alcançar outros órgãos municipais e estaduais ligados aos povos indígenas, se quisermos contribuir com o processo de consolidação da sociedade democrática, justa e solidária que buscamos para o Brasil. Os debates públicos precisam ganhar cada vez mais espaços.

Nos últimos anos, o cenário político nos mostra na pele e na morte de várias lideranças indígenas um retrocesso nos direitos conquistados na legislação brasileira. A criação da lei não significa o seu imediato conhecimento e sua aplicação. E, nesse aspecto, é fundamental que a educação escolar, em todos os seus níveis, seja um aliado na formação de pessoas que valorizem e reconheçam as diferenças culturais dos vários segmentos sociais do Brasil e do mundo. Um sábio enxerga em seu meio ambiente local e global que a Mãe Terra é composta de diferentes sistemas e ecossistemas. Juntos,

formam a riqueza desse planeta, que navega na imensidão da via láctea. E a biologia, nos mostra que a espécie que sobrevive é aquela que melhor se adapta. Os povos indígenas e os povos tradicionais do país e do mundo trazem em seus corpos, mentes e espíritos a resiliência, compreendida, aqui, como a capacidade de se recuperar de situações de crise e aprender com ela. É ter a mente flexível e o pensamento otimista, com metas claras e a certeza que tudo passa. As leis internas de cada povo indígena têm permitido esse movimento até hoje, contudo, urge a mobilização e articulação em direção à garantia dos direitos que são assegurados à humanidade. Caso contrário, se verá a continuidade da era do genocídio que a esses povos foi imposta.

Referências

GRANDO, Beleni Saléte. **Corpo e Educação:** as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri – MT. 2004. 355f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação)- Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARIN, José. Interculturalidad y descolonización del saber: el caso de las relaciones entre el saber y el poder, en el contexto de la Globalización. In: Educação e (des)colonização dos saberes, práticas e poderes. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53/1, p. 281-310, maio/ago. 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas. 2ª ed. Brasília: OIT, 2005.

VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Indígenas no Brasil:** demandas dos povos indígenas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.



Sobre os autores

Adma Cristhina Salles de Oliveira

Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, graduada em Pedagogia, mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual de Londrina e Doutoranda em Educação na UFMT, onde integra-se aos grupos de pesquisa GPMSE e GEMPO. Atua na Educação Básica, nas temáticas: movimentos sociais, educação inclusiva, identidade, memória e cultura, literatura infanto-juvenil; africana e afrobrasileira, textualidades indígenas, diálogos e estudos culturais, formação de professores, alfabetização.

Andrea Nascimento Ewerton

Possui Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Pará, é Mestre em Lazer pela UFMG e doutoranda em Educação Física pela UFES. Entre 2003 até julho de 2008 na gestão federal, atuando na diretoria de políticas sociais da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, durante a realização do I FOPPELIN. Funcionária pública da Secretaria Estadual e Municipal de Educação em Belém do Pará. Desenvolve consultorias na gestão pública federal, estadual e municipal.

Adriane Aparecida de Freitas Silva

Enfermeira e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - Programa Pró-Ensino na Saúde. Pesquisadora do grupo de pesquisa Corpo, Educação e Cultura. É funcionária pública federal e estadual, atuando no serviço ambulatorial do Hospital Universitário Júlio Muller e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Arthur José Medeiros de Almeida

Doutor em Sociologia e Mestre em Educação Física pela UnB, onde fez graduação em Educação Física e especialização em Pesquisa. Atualmente é Docente do Centro Universitário de Brasília - Uniceub e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDE. Pesquisador colaborador do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília. Prestou consultoria ao Ministério do Esporte no Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC (2007-2014) e atuou como pesquisador do Projeto do I FOPPELIN junto ao COEDUC/UFMT onde integra-se como pesquisador, e ao Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza NECON/Rede Cedes UnB/CNPq. Suas temáticas de pesquisa são: Educação Física Escolar, Políticas Públicas, Práticas Corporais, Esporte e Lazer.

Beleni Saléte Grandó

Professora Universidade Federal de Mato Grosso, vinculada à Faculdade de Educação Física e ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Mestrado Profissional em Rede em Educação Física – PROEF/2016. É Doutora em Educação e Pós-Doutora em Antropologia Social pela UFSC, coordenou o I FOPPELIN em parceria com a SNELIS/ME, e desenvolve estudos sobre educação do corpo nas sociedades indígenas, nas relações interétnicas e na Educação Intercultural. É coordenadora do COEDUC – Grupo de Pesquisa sobre Corpo, Educação e Cultura (2005) e pesquisadora da Rede CEDES/Ministério do Esporte (2007).

Débora Carla da Silva Nascimento

É Coordenadora Geral de Políticas Esportivas Indígenas do Ministério do Esporte, atuou no Projeto de realização do I FOPPELIN. É Pós-Graduada em Treinamento Desportivo para Grupos Especiais pelo UNIFOA – Centro Universitário de Volta Redonda e Graduada em Educação Física pela FALBE - Faculdade Albert Einstein, 2007.

Francilene de Aguiar Parente

Docente de Antropologia, Sociologia e Metodologia Científica da Universidade Federal do Pará de Altamira, junto à Faculdade de Etnodiversidade, integrando o Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT/UFPA) sendo uma das coordenadoras do Grupo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (GEABI/UFPA). É Doutora em Antropologia pela UFPA, e atua nas temáticas: construção das identidades indígenas na cidade de Altamira/PA, infância, saúde, gênero/família, antropologia urbana e etnologia indígena.

Gersem Santos Luciano

Professor do Povo Baniwa e docente da Faculdade de Educação e Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde se graduou em Filosofia. Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Recebeu Prêmio Capes de Tese 2012. Como liderança e militante indígena dirigiu a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e foi Diretor-Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP). Atuou como professor indígena na aldeia Carara-Poço, Secretário Municipal de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira-AM, Gerente do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas no Ministério do Meio Ambiente, Perito Local da Embaixada da Alemanha, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação e Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação. Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos, Desenvolvimento Institucional, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas. Na literatura é também conhecido como Gersem Baniwa e Gersem José dos Santos Luciano.

Jonathan Stroher

Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado de Mato Grosso e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso na linha de pesquisa sobre Cultura, Memória e Teorias em Educação. Atualmente é professor do curso de Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso no campus de Diamantino, e atua como pesquisador vinculado aos projetos do COEDUC voltados às políticas de esporte e lazer dos povos indígenas, entre eles atuou na realização do I FOPPELIN e da Constituição da Comissão Nacional de Política de Esporte e Lazer Indígena em parceria com o Ministério do Esporte.

José Roberto Gnecco

Assessor da Autoridade Pública Olímpica; Membro relator da Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte. Doutor e mestre em Educação pela USP. Graduado em Educação Física pela USP. Professor efetivo da UNESP de Rio Claro.

José Alfredo Oliveira Debortoli

Mestre em Educação pela FaE/UFMG e Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor dos Cursos de Graduação em Educação Física e Mestrado em Lazer na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Participa da Coordenação do Núcleo de Estudos sobre Aprendizagem na Prática Social - NAPrática, onde desenvolve estudos relacionados com os temas: Infância, Aprendizagem da Cultura e Educação.

Khellen Cristina Pires Correia Soares

Mestre em Ciências da Educação Superior pela Universidade Católica de Goiás (2006). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2013). Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (1999). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Formadora do PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade) da Secretaria Nacional de Esporte Lazer e Inclusão Social. Aluna regular do curso de Doutorado em Estudos do Lazer, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Luiz Augusto Passos

Professor aposentado da UFMT, membro permanente do Programa do Pós Graduação Mestrado e Doutorado da UFMT, coordenador do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE/UFMT) e do Grupo de Pesquisa Educação e Merleau-Ponty (GEMPO/UFMT).

Maria Aparecida Rezende

Doutora em Educação pela UFMT, Professora do NEAD/UFMT e do programa de mestrado em Educação da UFMT, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Movimentos sociais e Educação (GPMSE) e Grupo de Estudos Merleau-Ponty & Educação.

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Graduada e Mestre em Educação Física pela Universidade de São Paulo, Doutorado em Antropologia pela Universidade do Texas / Austin – Estados Unidos; Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas; Professora Visitante na Faculdade de Leuven/Bélgica e na Universidade Estadual do Centro-Oeste/Paraná; atualmente Professora Nacional Visitante Sênior/CAPES na Universidade Federal da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul. Experiências em pesquisas na linha de Educação, Esporte e Diversidade com enfoque antropológico.

Marina Vinha

Mestrado e Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Experiências na formação de professores indígenas em nível Médio e Superior, pesquisadora nas linhas de Educação, Lazer e Esporte com enfoque sócio antropológico, atuando com temáticas sobre a ludodiversidade indígena. Professora efetiva na Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul.

Renata Marien Knupp Medeiros

Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem (FAEN/UFMT). Mestre em Educação (PPGE/UFMT). Professora Assistente do Curso de Graduação em Enfermagem /UFMT campus Universitário de Rondonópolis.

Ronaldo do Nascimento

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, Pedagogo pela UNINOVA/MT e especialista em Psicopedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação/MT. Atuou entre 1994 a 2015 como professor da Educação Básica e desenvolveu suas pesquisas junto ao Povo Munduruku no município de Juara-MT. Pesquisador do COEDUC/UFMT, atuando na realização do I FOPPELIN em Cuiabá-MT.

Severíá Maria Idioriê Xavante

Mestre em Educação pela UFMT, Possui graduação e Licenciatura Letras Modernas Inglês Português pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É professora da Escola Estadual Indígena Etenhiritipá vinculada à SEDUC/MT. É especialista em Educação Escolar Indígena pela UNEMAT/Barra do Bugres, onde atuou também como docente na Licenciatura Intercultural Indígena. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Escolar Indígena e como pesquisadora do COEDUC/UFMT, atuou na organização do I FOPPELIN em Cuiabá-MT.

Tadeu João Ribeiro Baptista

Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás, onde atua como Docente no curso de graduação em Educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenador do Grupo de Trabalho Temático Corpo e Cultura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (GTTCC/CBCE) nos períodos 2011-2013 e 2013-2015 e da Direção Nacional do CBCE no período 2015-2017. É pesquisador dos Grupos de pesquisa LABPHYSIS - Laboratório Physis de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza e COEESA - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação física, corpo, atividade física, indústria cultural e saúde.

Valdeci Silva Mendes

Mestre em Educação; Especialista em Docência no Ensino Superior e em Gestão em Saúde; Enfermeiro, Gestor em Marketing e Técnico em Patologia Clínica; Servidor Público da UFMT - Campus Universitário de Rondonópolis.

Veronice Lovato Rossato

Formada como professora e jornalista. Atua como indigenista formadora de professores indígenas, em nível Médio e Superior; na assessoria às escolas indígenas; como revisora de textos; edição de material didático e literário para o contexto indígena. Professora efetiva na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do sul.

Vilma Aparecida de Pinho

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Altamira, na Faculdade de Educação. Doutora em Educação pela UFF; foi bolsista Internacional da Fundação Ford e é Pós-Doutora em Educação Física pela UFMT. Atuou na assessoria pedagógica da Semed/Cuiabá e atualmente suas pesquisas focam as culturas corporais Afro-brasileiras e Indígenas, os sentidos e significados das práticas corporais em diferentes momentos históricos, em instituições de educação formal e também em espaços e relações de fronteiras. Atua com Ensino, Pesquisa e Extensão nos eixos: Educação, Cultura e Sociedade, e participou do I FOPPELIN realizado pelo COEDUC.



Este livro apresenta-nos uma forma de agir político que vai ao encontro do enfrentamento desse processo de negação e exclusão dos nossos povos indígenas, partindo-se da premissa de que as políticas públicas no setor do esporte e lazer também devem prezar pela interculturalidade, com respeito à diversidade étnica, de opiniões, visando à justiça social. Com efeito, o livro problematiza a construção das políticas por meio do Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas – FOPPELIN; bem como suas práticas corporais em contextos específicos... consiste numa experiência de trabalho coletivo que agrega... pesquisadores de diversas instituições brasileiras, todos eles provocados em seu pensar científico pela temática dos povos indígenas brasileiros, destacando-se dentre eles um pesquisador que problematiza sua própria realidade indígena.

Dulce Filgueira de Almeida



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



ISBN 978-85-67770-13-0

ISBN 978-85-327-0592-1



9 788532 705921

